

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
DIREITO PROCESSUAL

ANNE LACERDA DE BRITO

REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL: DO QUADRO LEGAL
À REALIDADE

VITÓRIA
2018

ANNE LACERDA DE BRITO

**REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL: DO QUADRO LEGAL
À REALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual.

Orientador: Prof. Pós-Doutor Rodrigo Mazzei.

Dissertação vinculada à linha de pesquisa: Processo, Constitucionalidade e tutela de Direitos Existenciais e Patrimoniais.

VITÓRIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B862r Brito, Anne Lacerda de, 1989-
Repensando o inventário judicial : do quadro legal à
realidade / Anne Lacerda de Brito. – 2018.
213 f. : il.

Orientador: Rodrigo Reis Mazzei.
Dissertação (Mestrado em Direito Processual) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Brasil. Código de Processo Civil (2015). 2. Processo civil.
3. Herança e sucessão. 4. Inventários. 5. Formalismo jurídico. I.
Mazzei, Rodrigo. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 340

ANNE LACERDA DE BRITO

**REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL: DO QUADRO LEGAL À
REALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito Processual.

Aprovada em 22 de maio de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Pós Doutor Rodrigo Reis Mazzei
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Tiago Figueiredo Gonçalves
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof^ª Dra. Fernanda Tartuce Silva
Faculdade Autônoma de Direito
Membro Externo

Aos jurisdicionados, razão de qualquer pesquisa jurídica que me
propuser a fazer.

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao universo por alinharem todas as esferas da minha vida e das pessoas que fizeram parte desse sonho, tornando sua concretização possível. Não há outro motivo senão Ele para que conseguisse abraçar tudo que pude nessa experiência e sair dela o mais próxima possível da ideia de “missão cumprida”, com a vivência em sala de aula e a coordenação conjunta de uma obra coletiva sobre o Código de Processo Civil de 2015.

Ao Profº Rodrigo Mazzei, pelo primeiro “não” que me deu, fazendo-me amadurecer enquanto pessoa e acadêmica. Por viver a Ufes e ser exemplo de verdadeiro professor público, e, por fim, pelo respeito com que me convidou e pela gratidão que externou em relação a todas as inúmeras, digo, diversas oportunidades que confiou a mim.

Aos membros da banca de qualificação que compõem também a banca de defesa, Profª Fernanda Tartuce e Profº Tiago Gonçalves, agradeço o exemplo acadêmico, a disponibilidade e as valorosas contribuições. Do mesmo modo, aos solícitos membros suplentes, Profª Cristina Pazó e Profº Augusto Passamani.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo, seus professores e demais servidores, por me acolherem e resistirem a todos os percalços, melhorando substancialmente desde que o observo de perto, sem dúvidas pelos incansáveis esforços da Profª Adriana Campos, Adriele Coelho e Fernando Nascimento.

Aos entrevistados (inclusive seus assessores e estagiários), por acreditarem e disponibilizarem seu tempo para essa pesquisa, enriquecendo-a sobremaneira.

À equipe do Brito & Simonelli Advocacia e Consultoria, por transcenderem ao papel de colegas de trabalho e se desdobrarem não só para que meus momentos de ausência fossem minimizados, mas também por verdadeiramente torcerem para que eu conseguisse cumprir o que me propus na Academia. Em especial à Aline Simonelli, por ser muito mais do que uma sócia; amiga, parceira de devaneios e uma das maiores entusiastas dos meus propósitos.

A todos que me incentivaram e auxiliaram na missão de realizar pesquisa, sobretudo a pesquisa de campo, com dicas, indicação de obras, empréstimo de material, sugestões e oitiva

de desabafos, cada um com uma intensidade e um momento, a quem agradeço nas pessoas de Amanda Barbosa, Beatriz de Almeida, Cristina Pazó, Danilo Ribeiro, Felipe Oliveira, Fernanda Pompermayer, Gibran Mota, Giovana Mazzeli, Hélio Pepe, Karoline Vitali, Luana Siquara, Luis Eduardo Scoton, Oscar Benício, Rodrigo Bachour, Thalita Lyzis, e desenvolvedores da plataforma de tabulação de pesquisas “Scientia Arca”.

Aos estudiosos que escreveram sobre os assuntos aqui abordados antes de mim, destacando os que generosamente disponibilizaram os textos que não encontrei como Águida Arruda Barbosa e Antonio do Passo Cabral. Também aos responsáveis pela existência e manutenção de todas as bibliotecas e os repositórios consultados. Às essenciais promoções da JusPodivm e à Estante Virtual.

À minha família, representada por meus amados pais, por não me permitirem ter em memória nenhum momento importante sem a presença deles, e, mesmo sem entenderem exatamente o que faço no meio desses livros, concederem-me estruturas materiais e psicológicas para alçar todos os meus voos, sabendo precisamente por onde me guiar e para onde voltar.

A Caio Milanezi, por ser presença e compreensão, tanto e sempre. Por ser o único a conhecer todas as minhas interfaces e tentar lidar da melhor forma possível com cada uma delas, não me deixando fraquejar e me acalentando ora com amor, ora com comida, se é que é possível diferenciar.

Aos alunos das cadeiras de “Instituições do Direito” na Economia, em que fui professora voluntária, e de “Direito das Sucessões” no Direito, em que acompanhei o Prof. Mazzei, pela troca e por serem parte da construção do meu amor por lecionar.

Aos colegas de Mestrado, veteranos e contemporâneos, pelos bons exemplos e momentos, em especial à amizade de Maira Cerqueira, Ingrid Reyes e Rayla Figueiredo.

Por fim, às dificuldades dessa empreitada. Por me tornarem mais forte e flexível do que quando a iniciei.

“As questões maiores do processo são solucionadas com dados inerentes à relação da vida e ao direito substancial que a regula”.

(BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 13).

RESUMO

O inventário judicial é tradicionalmente conhecido na sociedade e na prática jurídica como um processo lento e repleto de burocracias, não sendo raro que uma ação desse tipo tramite por mais de uma década no Poder Judiciário. As principais e atuais alterações legislativas brasileiras do Século XXI – Código Civil de 2002 (CC/02) e Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15) – não trouxeram mudanças significativas para o referido instituto, estando sua essência ainda muito vinculada às exigências do Estado Liberal e do Estado Social, que são insuficientes no atual contexto de Estado Democrático Constitucional. Não significa, contudo, que é impossível conformar o inventário a uma tutela jurisdicional adequada, tempestiva, efetiva e eficiente. Sobretudo no que diz respeito ao objeto desse trabalho, para encontrar uma solução processual, é preciso dialogar com a realidade e com o direito material. Assim, a presente pesquisa se propõe a repensar o inventário judicial de acordo com a atual conjuntura do ordenamento jurídico brasileiro, percorrendo o caminho entre o quadro legal (salientando eventuais deficiências técnicas na legislação material e processual) e a realidade (ressaltando possíveis problemas práticos). Para tanto, tem-se como objetivos: 1) descobrir quais são os maiores entraves existentes do inventário judicial; 2) identificar as mudanças promovidas pelo CPC/15 ao inventário judicial; 3) analisar as alterações legislativas do CPC/15 que podem ser aproveitadas ao inventário judicial, refletindo sobre a aplicação das técnicas do procedimento comum ao procedimento especial. O estudo está vinculado à linha de pesquisa “Processo, constitucionalidade e tutela de direitos existenciais e patrimoniais” do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo, e foi realizado pelo método indutivo, partindo-se de uma análise particular para uma constatação geral, sendo utilizados os seguintes tipos de pesquisa: pesquisa de campo, com entrevistas a operadores do Direito; pesquisa teórico-bibliográfica, com análise de leis e de consulta jurisprudencial; e também pesquisa jurídico-doutrinária, especialmente no ramo do Direito Processual Civil (inclusive os estudos acerca no processo civil constitucionalizado e da Lei nº 13.105/2015) e do Direito de Sucessões.

Palavras-chave: Direito Processual Civil; Direito das Sucessões; Direito sucessório; inventário judicial; Código de Processo Civil de 2015; formalismo valorativo.

ABSTRACT

The estate inventory in Brazil is traditionally known in society and in legal practice as a slow process and full of bureaucracies, and it is not uncommon that an action like these goes on for more than a decade in the Judiciary. The main and current Brazilian legislative changes of the 21st Century - Civil Code 2002 and Code of Civil Procedure 2015 - did not bring significant changes to that institute, and its essence is still very much linked to the demands of the Liberal State and the Social State, which are insufficient in the current context of the Constitutional Democratic State. It does not mean, however, that it is impossible to put the inventory into proper, timely, effective and efficient judicial protection. Especially as regards the object of this work, in order to find a procedural solution, it is necessary to dialogue with reality and with material law. Thus, the present research proposes to rethink the estate inventory according to the current situation of Brazilian legal system, traversing the path between the legal framework (pointing out possible technical deficiencies in the material and procedural legislation) and reality (highlighting possible practical problems). To do so, the objectives are: 1) to find out what are the biggest obstacles in the estate inventory; 2) identify the changes promoted by CPC/15 to the estate inventory; 3) analyze the legislative changes of CPC/15 that can be used in the judicial inventory, reflecting on the application of the common procedure to the special procedure. The study is linked to the research line "Process, constitutionality and protection of existential and patrimonial rights" of the Program of Post-Graduation in Procedural Law of the Federal University of Espírito Santo and was carried out by the inductive method, starting from a particular analysis for a general finding, using the following types of research: field research, with interviews with legal operators; theoretical-bibliographic research, with analysis of laws and jurisprudential consultation; and also legal-doctrinal research, especially in the field of Civil Procedural Law (including studies on the constitutional civil process and Law 13.105/2015) and the Law of Succession.

Keywords: Civil Procedure Law; Succession Law; Inheritance law; estate inventory; Code of Civil Procedure 2015; formalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Escolaridade do(a) entrevistado(a).....	83
FIGURA 2 – Profissão do(a) entrevistado(a).....	83
FIGURA 3 – Período que o(a) entrevistado(a) exerce a profissão.....	84
FIGURA 4 – Há quanto tempo o(a) entrevistado(a) atua em Direito Sucessório.....	84
FIGURA 5 – Classificação da lei material como fator para bom andamento do inventário judicial.....	85
FIGURA 6 – Classificação da lei processual como fator para bom andamento do inventário judicial.....	85
FIGURA 7 – Classificação da compreensão das leis/boa aplicação como fator para bom andamento do inventário judicial.....	86
FIGURA 8 – Classificação da estrutura do Poder Judiciário como fator para bom andamento do inventário judicial.....	86
FIGURA 9 – Classificação da estrutura do Ministério Público como fator para bom andamento do inventário judicial.....	87
FIGURA 10 – Classificação da atuação da Fazenda Pública como fator para bom andamento do inventário judicial.....	87
FIGURA 11 – Classificação da situação financeira das partes como fator para bom andamento do inventário judicial.....	88
FIGURA 12 – Classificação da questão emocional das partes como fator para bom andamento do inventário judicial.....	88
FIGURA 13 – Classificação dos outros problemas apontados pelos entrevistados como fator para bom andamento do inventário judicial.....	89
FIGURA 14 – Maiores problemas do inventário judicial.....	89
FIGURA 15 – CPC/15 tem mecanismos para extinguir/minimizar problemas do inventário judicial.....	90
FIGURA 16 – Quais os mecanismos para extinguir/minimizar problemas do inventário judicial.....	90
FIGURA 17 – Quais mecanismos deveria trazer o CPC/15 para extinguir/minimizar problemas do inventário judicial.....	91
FIGURA 18 – Colaboração da tutela provisória para o bom andamento do inventário judicial.....	92

FIGURA 19 – Colaboração da mediação/conciliação para o bom andamento do inventário judicial.....	93
FIGURA 20 – Colaboração dos negócios jurídicos processuais/flexibilização procedimental para o bom andamento do inventário judicial.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Representação numérica e geográfica dos entrevistados.....	80
TABELA 2 – Número de pessoal nas varas referentes aos entrevistados.....	96
TABELA 3 - Acervo processual nas varas referentes aos entrevistados.....	97
TABELA 4 – Relação entre acervo e pessoal nas varas referentes aos entrevistados.....	97
TABELA 5 – Relação entre processos e servidores efetivos nas varas referentes aos entrevistados.....	98
TABELA 6 – Taxa de congestionamento líquida nas varas referentes aos entrevistados.....	99

LISTA DE SIGLAS

CC/16 – Código Civil de 1916

CC/02 – Código Civil de 2002

CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados

CFRB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPC/15 – Código de Processo Civil de 2015

CPC/39 – Código de Processo Civil de 1939

CPC/73 – Código de Processo Civil de 1973

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família

ITCD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação

LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

MP – Ministério Público

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJ/ES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PREMISSAS ESTRUTURAIS E METODOLÓGICAS DO TRABALHO.....	19
1.1 O INVENTÁRIO JUDICIAL É REGULAMENTADO POR DIVERSOS DISPOSITIVOS LEGAIS	19
1.2 O INVENTÁRIO JUDICIAL DEVE SER RESIDUAL E NÃO NECESSARIAMENTE SE DIRECIONA À PARTILHA	20
1.3 O INVENTÁRIO JUDICIAL ESTÁ DEFASADO E NÃO TEM ATENDIDO ÀS NECESSIDADES DA SOCIEDADE.....	21
1.4 O CONTEXTO DO CPC/15 TRAZ MECANISMOS PARA REPENSAR O ATUAL INVENTÁRIO JUDICIAL.....	22
2 O QUADRO LEGAL DO INVENTÁRIO JUDICIAL	24
2.1 LINHAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO	24
2.2 PANORAMA DO INVENTÁRIO JUDICIAL.....	27
2.2.1 O iter procedimental do inventário judicial tradicional	31
2.2.2 Raízes divergentes e normas contraditórias.....	39
2.2.3 Descompasso com ramos de direito material civil correlatos e incongruências técnicas.....	51
2.2.4 Relação (e distinção) entre direito material e direito processual: normas heterotópicas e bifrontes, e teoria circular dos planos	63
2.2.5 Adequação do inventário judicial como procedimento especial	67
3 A REALIDADE DO INVENTÁRIO JUDICIAL: PESQUISA DE CAMPO NAS VARAS ESPECIALIZADAS DA MICRORREGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO EM 2017	72
3.1 POR QUE IR A CAMPO	74
3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA	77
3.3 DADOS COLETADOS	82
3.3.1 Perfil dos entrevistados	82
3.3.2 Classificação/validação de possíveis problemas pré-selecionados	84
3.3.3 Lei processual: o que foi feito e o que precisa ser feito	90
3.3.4 Tutela provisória	92

3.3.5 Métodos adequados de resolução de conflitos	93
3.3.6 Autonomia processual: negócios jurídicos processuais e flexibilização procedimental	93
3.4 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS	94
3.4.1 Perfil dos entrevistados.....	94
3.4.2 Classificação/validação de possíveis problemas pré-selecionados	95
3.4.3 Lei material e lei processual	95
3.4.4 Estrutura do Poder Judiciário, Ministério Público e Fazenda Estadual	95
3.4.5 Análise do comportamento das partes e de seus representantes jurídicos	106
3.4.6 Indicação pelos entrevistados de “outros problemas”	111
3.4.7 Lei processual: o que foi feito e o que precisa ser feito	113
3.4.8 Tutela provisória	115
3.4.9 Métodos adequados de solução de conflitos.....	118
3.4.10 Autonomia processual: negócios jurídicos processuais e flexibilização procedimental.....	120
4 REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL SEGUNDO O CPC/15 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	121
4.1 BREVE INCURSÃO ACERCA DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	122
4.1.1 Fases metodológicas do processo	122
4.1.2 Códigos Processuais Cíveis brasileiros	126
4.2 O QUE SE ESPERA DE UMA TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA, EFETIVA, EM TEMPO RAZOÁVEL E EFICIENTE.....	131
4.2.1 Conceituando atributos da tutela jurisdicional vinculada ao Estado Constitucional	133
4.2.2 (Im)possibilidade de aplicação de normas do procedimento comum ao procedimento especial de inventário judicial	138
4.2.2.1 Aplicação subsidiária de normas do procedimento comum aos procedimentos especiais	138
4.2.2.2 Flexibilização procedimental.....	138
4.2.2.3 Procedimentos como módulos	138

5 REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL SEGUNDO O CPC/15 – ANÁLISE DA LEI Nº 13.105/2015	149
5.1 CONTRIBUIÇÕES DIRETAS DO CPC/15 AO INVENTÁRIO JUDICIAL.....	149
5.1.1 Em relação à falta de estrutura do Poder Judiciário	150
5.1.2 Em relação à questão financeira das partes	156
5.1.3 Em relação à má compreensão/aplicação das leis.....	158
5.1.4 Em relação à questão emocional das partes	163
5.1.5 Em relação à burocracia	164
5.2 CONTRIBUIÇÕES INDIRETAS DO CPC/15 PARA O INVENTÁRIO JUDICIAL.....	176
5.2.1 Em relação à falta de estrutura do Poder Judiciário	176
5.2.2 Em relação à questão financeira das partes	178
5.2.3 Em relação à má compreensão/aplicação das leis.....	179
5.2.4 Em relação à questão emocional das partes	188
5.2.5 Em relação à burocracia	190
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

INTRODUÇÃO

Uma das funções da norma jurídica é disciplinar a vida em sociedade com previsibilidade e, por conseguinte, gerar pacificação social. Por isso, cria-se, por exemplo, convenções de condomínio, planos diretores urbanos, e contratos sociais. Tais regras, segundo uma perspectiva estática do Direito, são fundadas precipuamente em regras do direito material, as quais têm o objetivo de regular o conteúdo da vida em sociedade. E há também regras para, no caso de essas não serem suficientes e o conflito se direcionar a um processo, saber-se como agir durante a tramitação do mesmo. As últimas se tratam de normas de direito processual.

Entende-se que quanto mais regras existem, mais estabilidade e durabilidade há, de modo que menos problemas vão adiante, tornando o desenrolar da vida ou do processo judicial mais fácil. Assim, parece bastante alentador a um operador do Direito o fato de haver um vasto conjunto de normas regulando as situações com as quais se deparar.

Em termos jurídicos, há poucos procedimentos com um passo a passo tão detalhado quanto o procedimento especial constante do Título III – Procedimentos Especiais, Capítulo VI: Do inventário e da partilha do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), e tantas pré-estipulações quanto no Livro V – Do Direito das Sucessões do Código Civil de 2002 (CC/02), além das leis esparsas.

Ocorre que no saber popular e na experiência forense, o processo judicial de inventário é um dos mais demorados existentes no ordenamento brasileiro. A morosidade processual, apontada como problema em 48,31% das reclamações feitas à Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2017¹, reverbera com frequência no processo de inventário. A maioria da população conhece alguém que é parte em inventário judicial que perdura por diversos anos, o que também é visto na mídia, por exemplo, no *site* do CNJ, com relatos de processos de inventário que existem há mais de décadas².

¹ OTONI, Luciana. Demandas do cidadão à Ouvidoria do CNJ aumentaram 8,91% em 2017. *Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, 26 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86235-demandas-do-cidadao-a-ouvidoria-do-cnj-aumentaram-8-91-em-2017>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

² Notícias no *site* do CNJ sobre processos judiciais de inventário com mais de 10 anos de tramitação (dois deles, mais de 20 anos), sendo respectivamente de 2009, 2013, 2016: <http://www.cnj.jus.br/noticias/67191-demora-no-inventario-e-motivo-para-queixa-contr-o-tjpb>; <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/75126-conciliacao-poe-fim-a-processo-que-se-arrastava-ha-25-anos-na-paraiba>; <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/81996-acordo-judicial-poe-fim-a-impasse-familiar-de-20-anos-no-rs%20>.

Parece haver, portanto, um contrassenso entre as duas informações: por que, mesmo com tantas especificações, o processo de inventário não possui fluidez? Sem maiores esforços, um motivo nítido para isso é que a vida transcende aos autos. Diante da dinamicidade da vida, é impossível que as normas jurídicas antevejam todos os problemas possíveis, e o simples fato de existir um grande número de artigos não garante que a vida esteja aprisionada nos dizeres dos dispositivos legais.

Com isso em mente, o presente trabalho tem como primeiro objetivo identificar quais são os maiores entraves existentes do inventário judicial, percorrendo o caminho entre o quadro legal (salientando eventuais deficiências técnicas) e a realidade (ressaltando possíveis problemas práticos), com a intenção principal de verificar o que precisa ser repensado no inventário judicial, de acordo com a atual conjuntura processual.

Para isso, parte-se de algumas premissas: I) o inventário judicial é regulamentado por diversos dispositivos legais; II) o inventário judicial deveria ser residual e não necessariamente se direciona à partilha; III) o inventário judicial está defasado e não tem atendido às necessidades da sociedade; IV) o contexto do CPC/15 traz mecanismos para repensar o atual inventário judicial.

O estudo foi realizado pelo método indutivo, partindo-se de uma análise particular para uma constatação geral, sendo utilizados os seguintes tipos de pesquisa: pesquisa de campo, com entrevistas a operadores do Direito; pesquisa teórico-bibliográfica, com análise de leis e de consulta jurisprudencial; e também pesquisa jurídico-doutrinária, especialmente no ramo do Direito Processual Civil (inclusive os estudos acerca no processo civil constitucionalizado e da Lei nº 13.105/2015) e do Direito de Sucessões.

O trabalho está vinculado à linha de pesquisa “Processo, constitucionalidade e tutela de direitos existenciais e patrimoniais” do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo, e, após a identificação dos principais problemas atinentes ao inventário judicial, busca-se repensá-lo no contexto do CPC/15, visando conferir-lhe maior efetividade, eficiência e duração razoável.

De acordo com a linha de pesquisa mencionada³, cuja apresentação segue parafraseada nessas linhas, o escrito parte do reconhecimento de que, com o advento do Estado Democrático Constitucional, os institutos processuais ainda ligados às exigências do Estado Liberal e do Estado Social se mostram insuficientes para a prestação de uma tutela jurisdicional adequada, eficiente, tempestiva e efetiva.

Desse modo, o trabalho busca soluções conformes à ideia de que a tutela jurisdicional deve ser um instrumento de garantia dos direitos materiais, atentando-se para as técnicas processuais diferenciadas, a partir do modelo constitucional e das peculiaridades do direito material envolvido.

Com esse escopo, após um breve primeiro capítulo com apresentação de premissas, no segundo capítulo foram abordados aspectos do Direito Sucessório, delineando os principais contornos na legislação, doutrina e jurisprudência brasileiras, bem como a relação entre direito material e direito processual, já que o processo judicial de inventário é regulamentado por normas bifrontes e heterotópicas⁴, e a verificação de sua adequação como procedimento especial.

Para que a análise prática fosse completa e coadunasse com a realidade, foi realizada pesquisa de campo, e a verificação dos problemas foi feita sob a perspectiva de juízes(as), promotores(as) de justiça, defensores(as) públicos e advogados(as) das varas especializadas da Microrregião Metropolitana do estado do Espírito Santo (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari), excluindo-se, portanto, as varas únicas de Fundão e Viana. A pesquisa foi realizada no interregno de maio a setembro de 2017, após pouco mais de 01 (um) ano, portanto, da vigência do CPC/15, sendo sua aplicabilidade levada em consideração.

Em seguida foram expostas noções introdutórias para que se repense o inventário judicial, com análise de certos aspectos históricos envolvendo o Processo Civil brasileiro, e o estabelecimento de parâmetros que definam a tutela jurisdicional que deve ser prestada no

³ Apresentação da linha de pesquisa “Processo, Constitucionalidade e Tutela de Direitos Existenciais e Patrimoniais”. Disponível em <<http://www.direito.ufes.br/pos-graduacao/PPGDIR/detalhes-da-linha-de-pesquisa?id=428>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴ Para fins de esclarecimentos iniciais, enquanto bifronte é a norma de dupla faceta (processual e material), a norma heterotópica representa uma norma em diploma de conteúdo diverso ao da norma, a exemplo de um dispositivo de conteúdo material no Código de Processo Civil ou vice-versa.

Estado Democrático Constitucional, refletindo sobre a aplicação de regras do procedimento comum ao procedimento especial.

Após, houve apontamento e análise das inovações aduzidas pelo CPC/15 no capítulo específico de inventário e partilha, e, depois, foram abordadas as novidades da atual legislação processual que são úteis ao processo judicial de inventário.

Por tudo isso, a pesquisa se justifica na medida em que busca promover o debate sobre como repensar um clássico e ineficiente instituto do Direito brasileiro, adequando-o à realidade e aos princípios hoje vigentes.

1 PREMISSAS ESTRUTURAIS E METODOLÓGICAS DO TRABALHO

Para desenvolver a atividade de repensar o inventário judicial é preciso, antes de tudo, estabelecer – ainda que brevemente, com explicação mais aprofundada nos capítulos seguintes – quais são as premissas que conscientemente se tomam como verdadeiras, e quais os cortes metodológicos feitos na análise, o que se fará a seguir.

1.1 O INVENTÁRIO JUDICIAL É REGULAMENTADO POR DIVERSOS DISPOSITIVOS LEGAIS

De plano, observa-se que todas as premissas estão vinculadas ao inventário judicial, sendo feito, portanto, o primeiro corte metodológico, definindo que o foco do trabalho é o processo judicial de inventário, logo, sem adentrar no inventário administrativo (realizado em Tabelionato de Notas, conforme Lei n. 11.441/2007), por exemplo.

Em segundo lugar, aquele que se propõe a estudar o inventário judicial no Brasil encontra diversos dispositivos no ordenamento sobre o assunto. É impossível, portanto, dizer que eventuais problemas existentes nesse tipo de processo decorram da ausência de regulamentação no aspecto quantitativo, sendo a análise qualitativa questão diversa, inclusive quanto à omissão atinente a institutos que possam trazer benefícios ao inventário judicial da forma que está posto.

Os artigos legais se encontram no Código Civil, no Código de Processo Civil, e em legislações esparsas, sejam elas de direito material ou processual, de abrangência nacional ou estadual.

Nessa seara, o segundo corte metodológico é feito em relação às áreas jurídicas aqui analisadas, quais sejam o Direito Processual Civil e também o Direito Civil naquilo que for relevante ao estudo processual realizado.

1.2 O INVENTÁRIO JUDICIAL DEVE SER RESIDUAL E NÃO NECESSARIAMENTE SE DIRECIONA À PARTILHA

Além do inventário judicial, os jurisdicionados têm à sua disposição, com o mesmo objetivo, os seguintes procedimentos: inventário extrajudicial, arrolamento comum e arrolamento sumário. Estes, mais rápidos e mais baratos, devem ser prioridade, desde que preenchidos os respectivos requisitos. Esclarece Rocha⁵: “o rito solene do inventário e partilha é aplicável sempre que não couber um dos ritos do arrolamento. Sua aplicação, portanto, é residual”.

Apesar disso, a cultura jurídica ainda trata o inventário judicial como primeira opção, apesar de notórios os esforços do legislador para reduzir seu uso, a exemplo da Lei nº 11.441/2007 que versou sobre a realização de inventário, partilha, separação e divórcio consensual pela via administrativa, além dos arts. 664-665, CPC/15⁶, que trouxeram grande inovação em relação ao CPC/73 ao aumentar o teto monetário em que poderá ser utilizado o arrolamento, bem como a possibilidade de estendê-lo aos incapazes⁷, tornando-o possível a mais cidadãos.

Ademais, a legislação parte do equivocado pressuposto de que um inventário necessariamente é finalizado com a partilha de bens, pois constrói suas regras acreditando que o patrimônio seja vultoso⁸. Ocorre que, na prática, muitas vezes a partilha sequer chega a ocorrer em razão

⁵ ROCHA, Felipe Borring. Comentários ao art. 615. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 948.

⁶ Art. 664, CPC/15. Quando o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos, o inventário processar-se-á na forma de arrolamento, cabendo ao inventariante nomeado, independentemente de assinatura de termo de compromisso, apresentar, com suas declarações, a atribuição de valor aos bens do espólio e o plano da partilha. § 1º Se qualquer das partes ou o Ministério Público impugnar a estimativa, o juiz nomeará avaliador, que oferecerá laudo em 10 (dez) dias. § 2º Apresentado o laudo, o juiz, em audiência que designar, deliberará sobre a partilha, decidindo de plano todas as reclamações e mandando pagar as dívidas não impugnadas. § 3º Lavrar-se-á de tudo um só termo, assinado pelo juiz, pelo inventariante e pelas partes presentes ou por seus advogados. § 4º Aplicam-se a essa espécie de arrolamento, no que couber, as disposições do art. 672, relativamente ao lançamento, ao pagamento e à quitação da taxa judiciária e do imposto sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio. § 5º Provada a quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, o juiz julgará a partilha.

Art. 665, CPC/15. O inventário processar-se-á também na forma do art. 664, ainda que haja interessado incapaz, desde que concordem todas as partes e o Ministério Público.

⁷ Art. 3º, CC/02. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015); Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015); IV - os pródigos.

⁸ MAZZEI, Rodrigo Reis. Noção geral do Direito de Sucessões no Código Civil: introdução do tema por 10 (dez) verbetes. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 438, 2014, p. 10.

de o patrimônio existente não cumprir o objetivo duplo de fazer frente às dívidas do espólio e ainda sobrar quantia a ser repartida entre os herdeiros⁹.

Em análise ao CPC/73, Silva¹⁰ levantou a seguinte questão, ainda pertinente: ao se instaurar o procedimento de inventário, desde logo há o exercício da ação de partilha? Analisou, assim, se o inventário era preparatório à partilha e esta depois deveria ser ajuizada ou se os procedimentos eram vinculados e sucessivos.

Concluiu que a ação de partilha é subordinada ao procedimento de inventário, e não se admite o exercício isolado desta ação como ocorre em outros sistemas jurídicos, tampouco cria a necessidade, após o inventário, da propositura de uma ação específica de partilha, diante da conduta do juiz em facultar às partes o pedido de quinhão nos próprios autos. Implicitamente, portanto, a partilha prescinde do inventário, mas não vice-versa, havendo inventário não sucedido por partilha.

1.3 O INVENTÁRIO JUDICIAL ESTÁ DEFASADO E NÃO TEM ATENDIDO ÀS NECESSIDADES DA SOCIEDADE

Na ordem teórica, a defasagem do inventário judicial se mostra no conteúdo destoante existente entre as normas de Direito das Sucessões e normas do Direito das Famílias, por exemplo. Enquanto nestas se reconhece a realidade das famílias recompostas (“entidades familiares decorrentes de um relacionamento familiar anterior”¹¹), naquelas é oferecida especial proteção ao cônjuge como se este fosse imutável e merecesse prioridades em relação a ascendentes e descendentes, a exemplo de sua inclusão como herdeiro necessário (art. 1.845, CC/02) e da proteção de seu direito à moradia via direito real de habitação (art. 1.831, CC/02), desvinculados de qualquer condicionante.

Na ordem prática, como apresentado na Introdução, segundo os jurisdicionados, a morosidade da Justiça é o problema mais recorrente apontado nos relatórios da Ouvidoria do CNJ, e o inventário judicial tem sido uma ação bem marcada por essa característica, como ressaltado

⁹ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 1977, cit., p. 374.

¹⁰ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 1977, cit., p. 373.

¹¹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das famílias*. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 62-63.

por Silva¹² ao comentar que dificilmente os prazos para início e fim do inventário são realmente cumpridos – isso desde 1977, ano de edição da obra.

1.4 O CONTEXTO DO CPC/15 TRAZ MECANISMOS PARA REPENSAR O ATUAL INVENTÁRIO JUDICIAL

As normas hoje positivadas no CPC/15 são fruto do amadurecimento de ideias que já são discutidas na doutrina brasileira e estrangeira há alguns anos, visto que, como se verá com mais detalhes adiante, ele emerge da fase metodológica processual conhecida como formalismo-valorativo¹³.

Nesse íterim, têm lugar no referido Código preocupações como prazo razoável, solução integral do mérito, com decisão justa, efetiva e eficiente, além da interpretação do pedido considerando o conjunto da postulação e a boa fé, como se vê, por exemplo, dos arts. 4º¹⁴; 6º¹⁵; 8º¹⁶; 139, incisos II e IX¹⁷; art. 322, § 2º¹⁸.

Não é difícil, portanto, que tal codificação, para além do capítulo específico voltado ao inventário, traga também mecanismos úteis para conferir duração razoável, efetividade e eficiência repensando o tradicional e atual inventário judicial.

¹² SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 1977, *cit.*, p. 279-280.

¹³ Carlos Alberto Alvaro de Oliveira (O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 128-129) pondera que, do mesmo modo que o processo, o formalismo é sempre polarizado pelo fim, o qual, por vivermos em sociedade e, portanto, em determinada cultura, dependerá dos valores por ela adotados, inexistindo formalismo por formalismo (p. 131). Para o autor, os valores devem ser conjuntamente considerados, pois sem um, o outro não se alcança ou não faz sentido. São eles: realização de justiça material e paz social; efetividade; segurança (numa perspectiva dinâmica) e organização interna justa do próprio processo.

¹⁴ Art. 4º, CPC/15. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

¹⁵ Art. 6º, CPC/15. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

¹⁶ Art. 8º, CPC/15. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

¹⁷ Art. 139, CPC/15. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] II - velar pela duração razoável do processo; [...] IX - determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

¹⁸ Art. 322, CPC/15. O pedido deve ser certo. [...] § 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

Restando claras, portanto, as ideias norteadoras para o presente trabalho, prosseguir-se-á com a análise do Direito Sucessório no ordenamento pátrio.

2 O QUADRO LEGAL DO INVENTÁRIO JUDICIAL

2.1 LINHAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

A consequência patrimonial mais importante advinda do fato jurídico “morte” é a abertura da sucessão. “Num sentido amplo, a palavra *sucessão* significa o ato pelo qual uma pessoa toma o lugar de outra, investindo-se, a qualquer título, no todo ou em parte, nos direitos que lhe competiam”¹⁹.

No âmbito do Direito Sucessório, é atribuído à palavra um sentido mais restrito, significando a transferência da herança ou do legado ao herdeiro ou ao legatário. Estes sucederão o *de cujus* (falecido), tornando-se sujeitos das relações jurídicas em que ele figurava.

Embora hoje no Brasil a herança seja considerada um direito fundamental conforme o art. 5º, XXX, CRFB, a noção de bem privado, contudo, não é ínsita à existência humana. Antigamente, não se falava em herança pois não havia propriedade individual²⁰, de modo que apenas quando a propriedade adquiriu um caráter familiar²¹ é que se fortaleceu a ideia de Direito Sucessório²², sendo “complexo imaginar o Estado que garanta o Direito das Sucessões sem tutelar a propriedade privada”²³.

Há basicamente dois²⁴ fundamentos que justificam a existência do Direito das Sucessões: 1) a organização social em bases capitalistas²⁵, valorizando a propriedade privada, e 2) a

¹⁹ MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. V 6. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 1.

²⁰ “Os povos primitivos desconheciam o direito sucessório no sentido moderno da expressão. Vivendo os grupos familiares em comunhão de bens, todos os membros desses grupos eram proprietários comunais, pais e filhos, ascendentes, descendentes e affins”. (BEVILAQUA, Clóvis. *Direito das Sucessões*. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932, p. 67).

²¹ A Constituição de Portugal (<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>), por exemplo, vincula o direito à propriedade ao direito de transmiti-la quando da morte. Vejamos: Artigo 62.º Direito de propriedade privada. 1. A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição.

²² FIUZA, César Augusto de Castro. *Direito civil: curso completo*. 7 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 849.

²³ HATEM, Daniela Soares. Das críticas e dos argumentos favoráveis ao direito à herança. *Revista de Direito Privado*, vol. 39, jul-set 2009, p. 96.

²⁴ Há autores pontuando outros fundamentos, mas acredita-se que os dois mencionados demonstram os verdadeiros, principais e teoricamente antagônicos pilares. A título de exemplo, cite-se Tartuce (TARTUCE, Flávio. *Direito civil*. Vol. 6. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016., p. 3-7), o qual compila fundamentos: exigência da continuidade da pessoa humana (José de Oliveira Ascensão); proteção, coesão e

preservação da família, sendo que “a manutenção dos bens no âmbito da família é um eficiente meio de preservação da propriedade privada, pois todos os seus membros acabam defendendo os bens comuns”²⁶, além de ver sentido no trabalho e poupança, visto que o patrimônio não será perdido quando da sua morte, mas aproveitado pelos entes teoricamente queridos.

Portanto, a questão sucessória “se afirma como complemento natural à perpetuação da família [...] e a mesma cadeia ininterrupta que une as gerações constitui nexos sucessório civil”²⁷. Para Stolze e Pamplona Filho²⁸, “o reconhecimento do direito hereditário [...] é a própria manifestação da autonomia privada do indivíduo, direcionada ao âmbito das relações jurídicas constituídas ou derivadas do seu falecimento”.

Até mesmo por isso, o estudo do Direito Sucessório brasileiro não pode deixar de traçar pontes importantes: a) entre o direito material e o direito processual, e b) dentro do direito material, entre os diversos ramos – Direitos Reais, Direito das Famílias e Direito das Obrigações, por exemplo.

Entre direito material e direito processual, vez que sobretudo nessa área estão extremamente interligados e, inclusive, com uma grande quantidade de normas bifrontes e heterotópicas, as quais são objeto do subtópico 2.2.4. É ultrapassado não enxergar a permeabilidade das ciências do direito processual e do direito material, tendo em vista que “a autonomia científica do processo não pode significar neutralidade e indiferença em relação ao direito material, ao contexto social e ao caso concreto”²⁹.

perpetuidade da família (Giselda Hironaka); direito de propriedade e sua função social, além de valorização da dignidade humana (próprio Flávio Tartuce); continuidade da vida na humanidade (Clóvis Beviláqua).

²⁵ Embora delas se discorde, é digno pontuar a existência de críticas voltadas a um viés socialista da propriedade, em que se critica o Direito Sucessório alegando que, seja o indivíduo profissional liberal ou servidor público, a acumulação de patrimônio só se tornou possível em razão das condições oferecidas pela sociedade, a quem deveria retornar o patrimônio, exceto os bens de consumo e uso pessoal. V. FIUZA, César Augusto de Castro. *Direito civil*, 2003, cit. p. 849-850; MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. V 6. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 5-6.

²⁶ DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*. 3 ed. São Paulo: RT, 2013, p. 27.

²⁷ DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*, cit., 2013, p. 27.

²⁸ STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Direito Civil: direito das sucessões*. Vol. 7. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 35.

²⁹ RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 192.

Nessa perspectiva, vigora a teoria circular dos planos (subtópico 2.2.4), cunhada por Cernelutti, e muito bem desenvolvida no Brasil por Hermes Zaneti Jr.³⁰, em que uma área tem relação de complementaridade com a outra, servindo-se sem subordinação ou hierarquia, e ambas respeitando a Constituição. E é preciso adequar o Direito Sucessório a essa constatação.

Do mesmo modo, não se pode perder de vista que dentro do direito material, é necessário ter noção de conceitos de diversos ramos para reais interpretação e compreensão das regras sucessórias. Venosa³¹ explica que o Direito não é formado por compartimentos estanques e, em verdade, interpenetram-se³². Segundo ele, “A noção de propriedade individual foi fator de agregação da família. Quando se corporifica a família, nasce a propriedade privada. Com a família e a propriedade surge o direito sucessório como fator de continuidade do corpo familiar (...)”. Logo, a junção de Direitos Reais e Direito das Famílias reclamou a existência do Direito Sucessório, dialogando com variadas áreas do Direito Civil, e também áreas do Direito Público como o Direito Tributário, mas que não são objeto de análise no presente trabalho.

Vale dizer que além de problemas estruturais, as normas sucessórias recebem diversas críticas doutrinárias³³ e sua ineficiência³⁴ é facilmente constatada na prática, vez que é de conhecimento popular os longos anos pelos quais se arrastam um inventário, em clara afronta à duração razoável do processo resguardada pela Carta Magna (art. 5º, LXXVIII³⁵), agora também tipificada no CPC/15 (nos já citados arts. 4º e 6º, por exemplo).

³⁰ ZANETI JÚNIOR, Hermes. *A constitucionalização do processo: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e Constituição*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 191.

³¹ VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*. vol. 7. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 5.

³² No mesmo sentido, Adroaldo Fabrício (FABRICIO, Adroaldo Furtado. *Justificação teórica dos procedimentos especiais*. Disponível em: < <http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo57.htm> >. Acesso em: 02 abr. 2018, sem paginação) ao falar da relação entre direito material e direito processual.

³³ Segundo Dias (DIAS, Maria Berenice. *Manual das sucessões*, 2013, cit., p. 389), a legislação brasileira relativa aos direitos sucessórios é um desastre, e além de ser de difícil compreensão, fere a vontade de titulares do patrimônio.

³⁴ Segundo Didier Jr. (DIDIER JR., Fredie. *Comentário ao art. 8º*. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 33), “eficiente é a atuação que promove os fins do processo de modo satisfatório em termos quantitativos, qualitativos e probabilísticos. Ou seja, na escolha dos meios a serem empregados para a obtenção dos fins, o órgão jurisdicional deve escolher meios que os promovam de modo *intenso* [...] e *certo*, não sendo lícita a escolha do pior dos meios para isso [...] – ÁVILA, 2005^a, p. 23-24”. Assim, ineficiente seria justamente um processo que não promove resultados significantes e tem produzido muitos efeitos negativos em paralelo ao resultado buscado.

³⁵ Art. 5º, CRFB. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são

As mudanças existentes em relação a normas sucessórias nas legislações brasileiras do século XXI, CC/02 e CPC/15, são deveras tímidas, inexistindo no caso mais recente alteração nos pilares desse procedimento, sendo incluídas diversas alterações meramente textuais e poucas novidades de fato, como se verá adiante (tópico 5).

Mas antes, foram selecionados nos subtópicos a seguir informações relevantes ao entendimento do Direito Sucessório e do inventário no Brasil e ao aprofundamento do presente trabalho.

2.2 PANORAMA DO INVENTÁRIO JUDICIAL

A sucessão no ordenamento pátrio pode ser legal (segundo a ordem estipulada em lei) ou voluntária (sobre determinada parte, conforme a vontade do autor da herança/falecido, mediante testamento), sendo ainda possível que elas coexistam.

O direito material civil está majoritariamente³⁶ previsto no Livro V do Código Civil, contando com os arts. 1.784-2.027, e dividido entre quatro títulos: a) sucessão geral, b) sucessão legítima, c) sucessão testamentária, d) inventário e partilha. O direito processual civil, por sua vez, encontra abrigo majoritariamente no Capítulo VI do Código de Processo Civil, dividido em dez seções: I – disposições gerais; II – legitimidade para requer o inventário; III – inventariante e primeiras declarações; IV – citações e impugnações; V – avaliação e cálculo do imposto; VI – colações; VII – pagamento das dívidas; VIII – da partilha; IX – arrolamento; X – disposições comuns.

O Livro V do CC/02 é inaugurado com o princípio de *saisine*, uma ficção legal, segundo a qual haverá imediata transferência do patrimônio do falecido aos herdeiros (art. 1.784, CC/02³⁷). A oficialização da mudança de titularidade³⁸ ocorrerá com o processo de inventário

assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

³⁶ Há, ainda, previsões em leis esparsas, a exemplo da Lei nº 9.278/1996, que regulamenta o direito real de habitação entre companheiros, e do Decreto nº 3.469-R/2013 do Governo do Estado do Espírito Santo sobre o ITCD.

³⁷ Art. 1.784, CC/02. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

³⁸ Registre-se que o processo de inventário não é constitutivo, não sendo necessário, portanto, que ele seja instaurado para ocorrer a transferência de patrimônio. Como se vê do art. 1.226 do Código Civil, a exigência do registro para transmissão de bens imóveis apenas vigora para a transmissão em ato *inter vivos*, de modo que a

e partilha, em que na primeira fase será feito o levantamento do patrimônio (ativos e passivos) e, depois, havendo saldo positivo após pagamento de dívidas, este será partilhado³⁹ amigavelmente ou litigiosamente entre os sucessores ou adjudicado pelo herdeiro, caso ele seja único.

Para Carneiro⁴⁰, o inventário é uma “espécie de descrição e liquidação do acervo hereditário a ser, em breve, partilhado, e de uma determinação de quem concorrerá nessa divisão”. Também afirma o autor⁴¹ que o inventário tem uma característica peculiar, que é “a existência de uma função destinada a administrar o espólio e representá-lo ativa e passivamente em juízo [...], impulsionando o processo de inventário, com o cumprimento das diversas etapas deste procedimento até a partilha, de sorte a permitir a realização do direito material”.

Segundo Silva⁴², “adotou o nosso CPC o procedimento de inventário como obrigatório, ou seja, ele não é facultativo de modo que, se a partilha for feita sem que se lhe preceda inventário, é nula”. Apesar de em comentário ao CPC/73, a afirmação continua pertinente: o inventário continua uma obrigatoriedade na vida dos jurisdicionados, sendo que a partir da Lei n. 11.441/2007 é possível o inventário extrajudicial em Tabelionato de Notas, sem necessidade de homologação judicial⁴³.

morte é o único requisito para a transferência *causa mortis*, sendo o inventário judicial apenas um instrumento de oficialização de tal realidade. Esclarece Silva (SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. XI.. Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, p. 388): “O efeito da sentença [de partilha] não é de atribuir os bens aos herdeiros ou legatários. Eles são titulares do domínio desde o óbito. A sentença, todavia, ao dar execução à decisão de deliberação de partilha, desfaz a “comunhão hereditária”, [...] procede à divisão dos bens considerados de modo concreto, ‘retirando-os’ do patrimônio hereditário para entregá-los a cada um dos herdeiros, ou os distribui em partes ideais, estabelecendo condomínio em todos ou em alguns bens”. Completa: “[...] mesmo sem o registro [no Registro de Imóveis] o herdeiro é proprietário, mas tal providência impõe-se por força do princípio da continuidade das transcrições” (p. 388-389)

³⁹ Vale aqui a importante ressalva de Carneiro (CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. IX, tomo I. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 3), segundo o qual, “a partilha não é, necessariamente, divisão e distribuição do monte, mas sim forma de extinção da comunhão *causa mortis*, já que a ela pode se suceder a comunhão *inter vivos* de um ou mais bens componentes do acervo”.

⁴⁰ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. IX, tomo I. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 3.

⁴¹ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2002, cit., p. 49.

⁴² SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1977, cit., p. 277.

⁴³ Apesar de ainda não regulamentado no Brasil (há previsão, por exemplo, na Espanha – Artigo 10, Lei Espanhola de Arbitragem – Ley 60/2003. *Arbitraje testamentario. También será válido el arbitraje instituido por disposición testamentaria para solucionar diferencias entre herederos no forzosos o legatarios por cuestiones relativas a la distribución o administración de la herencia*), tem-se discutido a utilização também do inventário arbitral, que seria o inventário aberto perante o juízo arbitral. Há decisões nesse sentido no STF – RE 71467 e AI 52181, DJ 13/11/1973 – referentes ao “Caso Lage”. A ideia também já foi inscrita no Prêmio Innovare (premiação que valoriza operadores do Direito que estejam contribuindo para a modernização, a democratização do acesso, a efetividade e a racionalização do Sistema Judicial Brasileiro) de 2009, tendo o autor da proposta, o advogado Alex Guedes dos Anjos explicado que o utiliza desde 2004, com bons resultados e aderência já que, diferente do inventário administrativo, não exige a existência de consenso, apenas de concordância com a utilização e submissão à decisão arbitral. (ANJOS, Alex Guedes dos. *Inventário arbitral*. 2009. Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/proposta/inventario-arbitral/print>>. Acesso em: 02

Até que seja realizada a partilha o patrimônio consiste numa universalidade, é tratado como direito real e os herdeiros como condôminos. Após o pagamento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* (ITCD), o juízo ou o tabelionato homologará a partilha, e, a partir dessa sentença ou escritura, o condomínio obrigatório que existia entre os herdeiros perante o patrimônio está extinto, sendo cada qual dono dos bens atinentes à sua cota individualizada (mantendo-se ou não o condomínio), conforme legitima a escritura ou o formal de partilha emitido após o trânsito em julgado.

Em termos de inventário judicial, objeto deste estudo, preenchidos determinados requisitos, é possível que esse procedimento ocorra de duas outras formas mais simples e céleres⁴⁴, quais sejam: a) arrolamento sumário: quando houver herdeiro único ou desde que as partes sejam capazes e realizem a partilha amigável, independente do valor do patrimônio (arts. 659-663, CPC/15⁴⁵), b) arrolamento comum: quando o valor dos bens for igual ou inferior a 1000 salários-mínimos, independente de acordo. Existindo acordo, ainda que haja incapaz, o

abr. 2018). A doutrina ainda é escassa, sendo Francisco Cahali (CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014; CAHALI, Francisco José. *Revista de Mediação e Arbitragem*, n. 17, ano 5, abr-jun 2008, p. 54-77) uma eminente voz – e que possui certas ressalvas ao instituto –, fazendo-se o destaque também para interesse trabalho de conclusão de curso: LIMA, Adriely Nascimento. *Notas acerca da possibilidade de instauração de inventário no juízo arbitral*. 2016. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

⁴⁴ Dentre as simplificações no procedimento, não há intervenção da Fazenda Pública Estadual, o ITCD não é discutido nos autos, sendo objeto de lançamento administrativo.

⁴⁵ Art. 659, CPC/15. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos da lei, será homologada de plano pelo juiz, com observância dos arts. 660 a 663. § 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, ao pedido de adjudicação, quando houver herdeiro único. § 2º Transitada em julgado a sentença de homologação de partilha ou de adjudicação, será lavrado o formal de partilha ou elaborada a carta de adjudicação e, em seguida, serão expedidos os alvarás referentes aos bens e às rendas por ele abrangidos, intimando-se o fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, conforme dispuser a legislação tributária, nos termos do § 2º do art. 662.

Art. 660, CPC/15. Na petição de inventário, que se processará na forma de arrolamento sumário, independentemente da lavratura de termos de qualquer espécie, os herdeiros: I - requererão ao juiz a nomeação do inventariante que designarem; II - declararão os títulos dos herdeiros e os bens do espólio, observado o disposto no art. 630; III - atribuirão valor aos bens do espólio, para fins de partilha.

Art. 661, CPC/15. Ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 663, não se procederá à avaliação dos bens do espólio para nenhuma finalidade.

Art. 662, CPC/15. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio. § 1º A taxa judiciária, se devida, será calculada com base no valor atribuído pelos herdeiros, cabendo ao fisco, se apurar em processo administrativo valor diverso do estimado, exigir a eventual diferença pelos meios adequados ao lançamento de créditos tributários em geral. § 2º O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.

Art. 663, CPC/15. A existência de credores do espólio não impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, se forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida. Parágrafo único. A reserva de bens será realizada pelo valor estimado pelas partes, salvo se o credor, regularmente notificado, impugnar a estimativa, caso em que se promoverá a avaliação dos bens a serem reservados.

arrolamento comum será viabilizado, condicionando seu processamento à participação do Ministério Público (arts. 664-665, CPC/15⁴⁶⁻⁴⁷).

Há também a possibilidade de que a sucessão seja resolvida através de alvará judicial⁴⁸, em relação a valores não recebidos em vida e devidos pelos empregadores aos empregados ou de FGTS e PIS-PASEP (Lei n. 6.858/80⁴⁹) e também nos casos em que não se resolva administrativamente o valor referente a benefícios previdenciários não recebidos em vida, conforme o art. 112 da Lei n. 8.213/91⁵⁰.

⁴⁶ Art. 664, CPC/15. Quando o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos, o inventário processar-se-á na forma de arrolamento, cabendo ao inventariante nomeado, independentemente de assinatura de termo de compromisso, apresentar, com suas declarações, a atribuição de valor aos bens do espólio e o plano da partilha. § 1º Se qualquer das partes ou o Ministério Público impugnar a estimativa, o juiz nomeará avaliador, que oferecerá laudo em 10 (dez) dias. § 2º Apresentado o laudo, o juiz, em audiência que designar, deliberará sobre a partilha, decidindo de plano todas as reclamações e mandando pagar as dívidas não impugnadas. § 3º Lavrar-se-á de tudo um só termo, assinado pelo juiz, pelo inventariante e pelas partes presentes ou por seus advogados. § 4º Aplicam-se a essa espécie de arrolamento, no que couber, as disposições do art. 672, relativamente ao lançamento, ao pagamento e à quitação da taxa judiciária e do imposto sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio. § 5º Provada a quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, o juiz julgará a partilha.

Art. 665, CPC/15. O inventário processar-se-á também na forma do art. 664, ainda que haja interessado incapaz, desde que concordem todas as partes e o Ministério Público.

⁴⁷ Comparando com o CPC/73, o CPC/15 trouxe grande inovação ao aumentar o teto monetário em que poderá ser utilizado, bem como estendê-lo aos incapazes, tornando-o possível a mais cidadãos.

⁴⁸ Tal pedido de alvará é feito quando não há inventário instaurado (vez que desnecessário), e não deve ser confundido com os alvarás requeridos no curso do inventário. Estes têm fundamento para levantamento de valores em dinheiro (Lei nº 6.858/80) – já que, necessitando instaurar o inventário, será feito como pedido incidental; alienação de bens do inventário ou a outorga de escritura pública de bens imóveis que foram objeto de negócios jurídicos firmados pelo falecido enquanto vivia.

⁴⁹ Art. 1º, Lei n. 6.858/80. Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. § 1º - As quotas atribuídas a menores ficarão depositadas em caderneta de poupança, rendendo juros e correção monetária, e só serão disponíveis após o menor completar 18 (dezoito) anos, salvo autorização do juiz para aquisição de imóvel destinado à residência do menor e de sua família ou para dispêndio necessário à subsistência e educação do menor. § 2º - Inexistindo dependentes ou sucessores, os valores de que trata este artigo reverterão em favor, respectivamente, do Fundo de Previdência e Assistência Social, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou do Fundo de Participação PIS-PASEP, conforme se tratar de quantias devidas pelo empregador ou de contas de FGTS e do Fundo PIS PASEP. Art. 2º - O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. Parágrafo único. Na hipótese de inexistirem dependentes ou sucessores do titular, os valores referidos neste artigo reverterão em favor do Fundo de Previdência e Assistência Social.

⁵⁰ Art. 112, Lei nº 8.213/91. O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

No presente estudo, como já foi dito, deter-se-á à análise do inventário judicial pelo rito tradicional, o qual, pelo processamento mais burocrático, necessita de maior atenção no que tange à busca de técnicas efetivas.

2.2.1 O *iter* procedimental do inventário judicial tradicional

Segundo o art. 611 do CPC/15, o interregno para instauração do inventário é de 02 (dois) meses a contar da abertura da sucessão⁵¹, findando-se nos 12 (doze) meses subsequentes. É de conhecimento geral, contudo, que poucos são os procedimentos que realmente estão abarcados pelos prazos mencionados.

Em relação ao prazo de responsabilidade do jurisdicionado, tem-se que é meramente ordinatório, não preclusivo⁵², e o descumprimento não gera prescrição ou decadência, mas em alguns estados brasileiros acarreta o acréscimo de multa ao valor a ser pago a título de ITCD.

No que tange ao prazo para finalização, que seria compartilhado entre partes e Poder Judiciário, encontram-se alguns complicadores, pois se sabe que as partes, representadas por advogados ou defensores públicos, bem como a Fazenda Pública, devem responder dentro dos prazos pré-assinados em lei ou pelo juiz ou pelas partes⁵³, sob pena de preclusão. E, ainda, caso o atraso esteja sendo causado pelo inventariante, há meios para que, em razão disso, ele seja removido da função (arts. 622-625⁵⁴), e até mesmo condenação em litigância de má fé a qualquer das partes que incorra nas previsões do art. 80, CPC/15⁵⁵.

⁵¹ Nem 60 (sessenta) dias como dizia o art. 983, CPC/73, nem 30 (trinta) dias como previa o Código Civil de 2002.

⁵² SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. XI.. Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, p. 279.

⁵³ A alteração de prazos, em especial a consensual, é estimulada pelo CPC/15, como se vê do art. 139, VI (“O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito”) e 190 (“Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.”)

⁵⁴ Art. 622, CPC/15. O inventariante será removido de ofício ou a requerimento: I - se não prestar, no prazo legal, as primeiras ou as últimas declarações; II - se não der ao inventário andamento regular, se suscitar dúvidas infundadas ou se praticar atos meramente protelatórios; III - se, por culpa sua, bens do espólio se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano; IV - se não defender o espólio nas ações em que for citado, se deixar de cobrar dívidas ativas ou se não promover as medidas necessárias para evitar o perecimento de direitos; V - se não prestar contas ou se as que prestar não forem julgadas boas; VI - se sonegar, ocultar ou desviar bens do espólio. Art. 623, CPC/15. Requerida a remoção com fundamento em qualquer dos incisos do art. 622, será intimado o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, defender-se e produzir provas.

Já no que concerne aos magistrados, segundo o art. 226 do CPC/15, despachos devem ser proferidos em 5 dias, decisões interlocutórias em 10 dias, e sentenças em 30 dias. E, ainda, em relação aos serventuários o CPC/15 assinala o prazo de 1 dia para remessa de autos conclusos e 5 dias para executar os atos processuais. Tais disposições, contudo, não guardam relação com a realidade de 12.907 novas⁵⁶ ações judiciais para cada grupo de 100.000 habitantes em 2016, segundo dados do CNJ no Relatório Justiça em Números de 2017⁵⁷.

Para amenizar os danos dessa realidade e diante das cobranças da sociedade, o CNJ realiza relatórios públicos sobre a produtividade dos magistrados (a qual influencia nos pedidos de promoção de carreira, afastamentos para cursos de aperfeiçoamento etc, conforme Resolução nº 106/10 do CNJ⁵⁸), além de estabelecer Planos Estratégicos⁵⁹ e Encontros Nacionais com fixação de metas, de onde emerge, por exemplo, a conhecida “Meta 2”, que tem como objetivo na Justiça Estadual de julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau⁶⁰⁻⁶¹.

Parágrafo único. O incidente da remoção correrá em apenso aos autos do inventário.

Art. 624, CPC/15. Decorrido o prazo, com a defesa do inventariante ou sem ela, o juiz decidirá.

Parágrafo único. Se remover o inventariante, o juiz nomeará outro, observada a ordem estabelecida no art. 617.

Art. 625, CPC/15. O inventariante removido entregará imediatamente ao substituto os bens do espólio e, caso deixe de fazê-lo, será compelido mediante mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de bem móvel ou imóvel, sem prejuízo da multa a ser fixada pelo juiz em montante não superior a três por cento do valor dos bens inventariados.

⁵⁵ Art. 80, CPC/15. Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; V - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

⁵⁶ Segundo o Relatório Justiça em Números 2017, desde 2009 não para de crescer o número de novas ações, tendo sido acumulados 18,9 milhões de processos desde então, sendo que 79,2% dos processos pendentes se encontram na Justiça Estadual, órgão de competência para os julgamentos dos inventários judiciais.

⁵⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017 (ano-base 2016)*. Brasília: CNJ, setembro, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>>, acesso em: 02 abr. 2018, fl. 69.

⁵⁸ Resolução nº 106/2010, CNJ. Art. 3º São condições para concorrer à promoção e ao acesso aos tribunais de 2º grau, por merecimento: [...] III – não retenção injustificada de autos além do prazo legal; Art. 4º Na votação, os membros votantes do Tribunal deverão declarar os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha relativos à: I – desempenho (aspecto qualitativo da prestação jurisdicional), II – produtividade (aspecto quantitativo da prestação jurisdicional), III – prestação no exercício das funções [...].

⁵⁹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Portaria 198 de 1º de julho de 2014* – dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_198_2014_copiar.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁶⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Metas nacionais para 2018*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁶¹ Pertinente a crítica de Rodrigues e Porto (RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. *Revista de Processo*, vol. 275,

Em que pese tais esforços, de acordo com o referido relatório, “mesmo que o Poder Judiciário fosse paralisado sem o ingresso de novas demandas e mantida a produtividade dos magistrados e dos servidores, seriam necessários aproximadamente 2 anos e 8 meses de trabalho para zerar o estoque”⁶². Realidade difícil, portanto, que será tratada melhor adiante.

Por questões lógicas de proximidade e grande possibilidade de conhecimento dos fatos, a abertura do inventário deve ser feita por aquele que esteja exercendo a posse e a administração do espólio (administrador provisório), normalmente o cônjuge/companheiro ou algum filho do *de cujus*, sendo que quem não estiver nessa condição, mas constar do rol do art. 616, CPC/15 tem legitimidade concorrente. De acordo com Silva⁶³ e Carneiro⁶⁴, o administrador provisório que descumprir injustificadamente esse dever pode responder por perdas e danos.

A competência para abertura do inventário judicial é determinada pelos arts. 23, II e 48, CPC/15, e a data do óbito é importante para delimitar “quem” (vocação hereditária) e “o quê” (monte) integrarão o inventário, bem como sob quais regras isso ocorrerá (art. 1.787, CC/02⁶⁵).

Menciona-se a importância de tais itens porque, de acordo com a data da morte, existindo herdeiros pré-mortos, há influência sobre aqueles que serão chamados a suceder. Apesar de regularmente não haver concorrência entre classes distintas, quando um dos herdeiros morre antes do autor da herança, há lugar para a sucessão por representação (art. 1.851, CC/02⁶⁶),

jan. 2018, p. 90), segundo os quais as Metas estabelecidas tenham “[...]preocupação com uma compreensão deturpada da eficiência, restringida à celeridade e a uma falsa produtividade, tão somente numérica, independente da correspondente qualidade das decisões”.

⁶² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017 (ano-base 2016)*. Brasília: CNJ, setembro, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>>, acesso em: 02 abr. 2018, fl. 65.

⁶³ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. XI.. Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, p. 284.

⁶⁴ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. IX, tomo I. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 41.

⁶⁵ Art. 1.787, CC/02. Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.

⁶⁶ Art. 1.851, CC/02. Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse.

vindo os descendentes do falecido a ocuparem seu lugar na primeira sucessão, dividindo igualmente a cota que a ele cabia⁶⁷.

Lendo os artigos sobre vocação hereditária, observa-se que o legislador prioriza os sucessores dentro de uma busca por equilíbrio entre os laços mais próximos de consanguinidade/vínculo civil (entendendo que a proximidade representa maior vínculo afetivo) e a faixa etária, com preferência aos mais novos (possivelmente acreditando na maior necessidade de herança ou mesmo mais tempo para aproveitá-la).

Dessa forma, as classes são divididas da seguinte forma: 1ª, descendentes e cônjuge e companheiro⁶⁸, a depender do regime de bens; 2ª, ascendentes e cônjuge e companheiro, independente do regime de bens; 3ª, cônjuge ou companheiro, independente do regime de bens; 4ª, colaterais na ordem: irmãos, ou, em sua falta, sobrinhos; ou, em sua falta, tios; ou, em sua falta, de forma conjunta: primos-irmãos, sobrinhos-netos, tios-avôs⁶⁹.

A abertura do inventário é feita por simples petição, o que facilita o cumprimento do prazo de dois meses exigido pela lei, pois as informações imprescindíveis são poucas: data do óbito (acompanhada da certidão de falecimento), pedido de abertura do inventário, comprovando seu vínculo com o autor da herança, pedido de nomeação de inventariante, e valor da causa. Segundo Rocha⁷⁰, por ser uma demanda universal, a inicial pode conter pedido genérico (art. 342, I, CPC/15⁷¹) e o valor da causa indicado por estimativa (arts. 291, 292, 319, V, CPC/15⁷²), caso o valor do monte não seja conhecido.

⁶⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*. Vol. 7 – Sucessões. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 272.

⁶⁸ No julgamento do Recurso Extraordinário 878.694/MG, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese: “É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002”. O acórdão ainda não transitou em julgado, tendo sido opostos embargos de declaração em 26/02/2018. Apesar da apreciação desse tema pelo Supremo, remanesce na doutrina a dúvida quanto à inclusão do(a) companheiro(a) como herdeiro necessário, eis que a decisão fixou como tese tão somente a inconstitucionalidade do art. 1.790, sem ampliar o rol do art. 1.845, que dispõe sobre os herdeiros necessários (embora isso tenha constado *en passant* no bojo do voto do ministro relator Luís Roberto Barroso).

⁶⁹ CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito das sucessões*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 148-150.

⁷⁰ ROCHA, Felipe Borring. Comentários ao art. 615. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 949.

⁷¹ Art. 342, CPC/15. Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando: I - relativas a direito ou a fato superveniente;

⁷² Art. 291, CPC/15. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

Após a nomeação pelo juiz, é que o inventariante – escolhido conforme o art. 617, CPC/15 – deve prestar compromisso e, após 20 dias, complementar as informações, através das primeiras declarações – mais próxima a uma petição inicial⁷³, com indicação de quem são os herdeiros com a respectiva qualificação e de eventuais cônjuges ou companheiros, e o que consta no patrimônio, inclusive dívidas, acompanhados de toda a documentação.

Na prática, essa é uma fase complicada do inventário judicial, em especial no que diz respeito à busca do patrimônio, já que solicitados documentos que pressupõem a regularização e o registro dos imóveis (o que nem sempre acontece), documentos referentes à empresa e a aplicações financeiras da data do falecimento etc, não sendo o inventário meio hábil para regularização de propriedade de imóvel, transferindo-se apenas direitos⁷⁴.

Como fixado nas premissas iniciais deste trabalho, o inventário não necessariamente culmina em partilha. Vale dizer que havendo insolvência – passivo maior que ativos; valor das dívidas maior do que o valor do patrimônio –, é dever do inventariante requerer a declaração de insolvência (art. 618, VIII, CPC/15), a fim de finalizar o inventário⁷⁵.

Sendo lavrado termo das primeiras declarações (que atualmente é possível ser assinado por procurador dotado de poderes especiais⁷⁶), prossegue-se para a citação dos demais herdeiros, e intimação do Ministério Público (se houver interesse de incapaz) e da Fazenda Pública.

Art. 292, CPC/15. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. § 1º Quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, considerar-se-á o valor de umas e outras. § 2º O valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações. § 3º O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.

Art. 319, CPC/15. A petição inicial indicará: [...] V - o valor da causa;

⁷³ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. IX, tomo I. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 68.

⁷⁴ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2002, cit., p. 85-86.

⁷⁵ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2002, cit., p. 72.

⁷⁶ Art. 620, § 2º, CPC/15. As declarações podem ser prestadas mediante petição, firmada por procurador com poderes especiais, à qual o termo se reportará.

Nesse prazo, os herdeiros têm três condutas disponíveis: manter-se inerte; concordar com o que foi apresentado e se habilitar no inventário; ou impugnar as primeiras declarações, além de outros tipos de defesa (impedimento, suspeição, arguição de falsidade).

A impugnação pode arguir erros, omissões ou sonegações de bens (inclusive joias e dinheiro, comumente ignorados, até mesmo com concordância dos herdeiros⁷⁷), contestar a inclusão de herdeiro ou impugnar a nomeação do inventariante (em relação à ordem, não ao trabalho desempenhado por ele, que deve ser feito por incidente de remoção de inventariante, se for o caso, como explicado no subtópico 5.1.3)⁷⁸.

Em relação aos herdeiros necessários, exige-se a colação (arts. 639-641, CPC/15⁷⁹ e 2002-2012, CC/02⁸⁰). Este é o instituto segundo o qual os descendentes e o cônjuge⁸¹ devem levar o

⁷⁷ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2002, cit., p. 83.

⁷⁸ ROCHA, Felipe Borring. Comentários ao art. 615. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 949.

⁷⁹ Art. 639, CPC/15. No prazo estabelecido no art. 627, o herdeiro obrigado à colação conferirá por termo nos autos ou por petição à qual o termo se reportará os bens que recebeu ou, se já não os possuir, trar-lhes-á o valor. Parágrafo único. Os bens a serem conferidos na partilha, assim como as acessões e as benfeitorias que o donatário fez, calcular-se-ão pelo valor que tiverem ao tempo da abertura da sucessão.

Art. 640. O herdeiro que renunciou à herança ou o que dela foi excluído não se exime, pelo fato da renúncia ou da exclusão, de conferir, para o efeito de repor a parte inoficiosa, as liberalidades que obteve do doador.

§ 1º É lícito ao donatário escolher, dentre os bens doados, tantos quantos bastem para perfazer a legítima e a metade disponível, entrando na partilha o excedente para ser dividido entre os demais herdeiros.

§ 2º Se a parte inoficiosa da doação recair sobre bem imóvel que não comporte divisão cômoda, o juiz determinará que sobre ela se proceda a licitação entre os herdeiros.

§ 3º O donatário poderá concorrer na licitação referida no § 2º e, em igualdade de condições, terá preferência sobre os herdeiros.

Art. 641. Se o herdeiro negar o recebimento dos bens ou a obrigação de os conferir, o juiz, ouvidas as partes no prazo comum de 15 (quinze) dias, decidirá à vista das alegações e das provas produzidas.

§ 1º Declarada improcedente a oposição, se o herdeiro, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, não proceder à conferência, o juiz mandará sequestrar-lhe, para serem inventariados e partilhados, os bens sujeitos à colação ou imputar ao seu quinhão hereditário o valor deles, se já não os possuir.

§ 2º Se a matéria exigir dilação probatória diversa da documental, o juiz remeterá as partes às vias ordinárias, não podendo o herdeiro receber o seu quinhão hereditário, enquanto pender a demanda, sem prestar caução correspondente ao valor dos bens sobre os quais versar a conferência.

⁸⁰ Art. 2.002, CC/02. Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam, sob pena de sonegação.

Parágrafo único. Para cálculo da legítima, o valor dos bens conferidos será computado na parte indisponível, sem aumentar a disponível.

Art. 2.003. A colação tem por fim igualar, na proporção estabelecida neste Código, as legítimas dos descendentes e do cônjuge sobrevivente, obrigando também os donatários que, ao tempo do falecimento do doador, já não possuírem os bens doados.

Parágrafo único. Se, computados os valores das doações feitas em adiantamento de legítima, não houver no acervo bens suficientes para igualar as legítimas dos descendentes e do cônjuge, os bens assim doados serão conferidos em espécie, ou, quando deles já não disponha o donatário, pelo seu valor ao tempo da liberalidade.

Art. 2.004. O valor de colação dos bens doados será aquele, certo ou estimativo, que lhes atribuir o ato de liberalidade.

§ 1º Se do ato de doação não constar valor certo, nem houver estimativa feita naquela época, os bens serão conferidos na partilha pelo que então se calcular valessem ao tempo da liberalidade.

valor das doações recebidas do ascendente comum/cônjuge em vida para conferência nos autos do inventário se há igualdade na distribuição da legítima⁸². Dele não estão isentos sequer os herdeiros renunciantes ou excluídos. O ideal é que ela seja apresentada no prazo de resposta dos herdeiros à citação, de forma a se organizar os próximos passos do inventário.

Registre-se que tal tema é tratado tanto pelo Código Civil como pelo Código de Processo Civil. Sendo um tema nitidamente material⁸³, há proposta no Anteprojeto de Lei para reforma do Direito das Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)⁸⁴⁻⁸⁵ de que sejam revogados os artigos constantes no CPC/15.

§ 2o Só o valor dos bens doados entrará em colação; não assim o das benfeitorias acrescidas, as quais pertencerão ao herdeiro donatário, correndo também à conta deste os rendimentos ou lucros, assim como os danos e perdas que eles sofrerem.

Art. 2.005. São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação.

Parágrafo único. Presume-se imputada na parte disponível a liberalidade feita a descendente que, ao tempo do ato, não seria chamado à sucessão na qualidade de herdeiro necessário.

Art. 2.006. A dispensa da colação pode ser outorgada pelo doador em testamento, ou no próprio título de liberalidade.

Art. 2.007. São sujeitas à redução as doações em que se apurar excesso quanto ao que o doador poderia dispor, no momento da liberalidade.

§ 1o O excesso será apurado com base no valor que os bens doados tinham, no momento da liberalidade.

§ 2o A redução da liberalidade far-se-á pela restituição ao monte do excesso assim apurado; a restituição será em espécie, ou, se não mais existir o bem em poder do donatário, em dinheiro, segundo o seu valor ao tempo da abertura da sucessão, observadas, no que forem aplicáveis, as regras deste Código sobre a redução das disposições testamentárias.

§ 3o Sujeita-se a redução, nos termos do parágrafo antecedente, a parte da doação feita a herdeiros necessários que exceder a legítima e mais a quota disponível.

§ 4o Sendo várias as doações a herdeiros necessários, feitas em diferentes datas, serão elas reduzidas a partir da última, até a eliminação do excesso.

Art. 2.008. Aquele que renunciou a herança ou dela foi excluído, deve, não obstante, conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder o disponível.

Art. 2.009. Quando os netos, representando os seus pais, sucederem aos avós, serão obrigados a trazer à colação, ainda que não o hajam herdado, o que os pais teriam de conferir.

Art. 2.010. Não virão à colação os gastos ordinários do ascendente com o descendente, enquanto menor, na sua educação, estudos, sustento, vestuário, tratamento nas enfermidades, enxoval, assim como as despesas de casamento, ou as feitas no interesse de sua defesa em processo-crime.

Art. 2.011. As doações remuneratórias de serviços feitos ao ascendente também não estão sujeitas a colação.

Art. 2.012. Sendo feita a doação por ambos os cônjuges, no inventário de cada um se conferirá por metade.

⁸¹ Apesar dos posicionamentos em sentido contrário, aqui defende-se a inclusão do cônjuge no rol dos obrigados a colacionar.

⁸² CAHALI; HIRONAKA. *Direito das sucessões*, 2012, p. 455-456.

⁸³ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1977, cit., p. 348.

⁸⁴ DELGADO, Mário Luiz; NEVARES, Ana Luiza Maia; AGUIRRE, João Brandão; TARTUCE, Flávio. *Anteprojeto de lei para reforma do Direito das Sucessões*. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/upload/anteprojeto_sucessoes/anteprojeto_sucessoes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁸⁵ Em 25 a 27 de outubro de 2017, em Belo Horizonte, durante o XI Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões, o IBDFAM divulgou o Anteprojeto do Estatuto das Sucessões, que busca corrigir equívocos técnicos do Código atual, promover a uniformização da sucessão do cônjuge e do companheiro, reduzir as formalidades na elaboração do testamento e assegurar mais agilidade e menor custo ao inventário.

Para não incorrer nesse procedimento, é necessário que o autor da herança disponha dos bens em vida já consignando que o adiantamento integra a parte disponível de seu patrimônio (art. 2.005, CC/02⁸⁶), sendo muito utilizado como estratégia de planejamento sucessório⁸⁷, que deve ser feita com cuidado para não gerar efeitos diferentes do pretendido. Do contrário, será interpretado como adiantamento da legítima, diminuindo a cota do herdeiro no momento da partilha.

Se aceita(s) a(s) impugnação(ões) às primeiras declarações, o juiz mandará que estas sejam retificadas e, se for o caso, nomeará outro inventariante. Feito isso, segue-se para a fase de avaliação, que só exige manifestação da Fazenda Pública ou de perito ou avaliador judicial, no caso de não existir concordância com o valor atribuído nas primeiras declarações (art. 633, CPC/15⁸⁸). Se essa concordância não existir, a Fazenda apresentará seus valores, bem como o perito. Para Rocha⁸⁹, “as partes devem ser instadas a justificar sua discordância [...] caso não exista uma razão concreta para a postura apresentada, o valor atribuído deve ser homologado, dispensando a avaliação”.

Findando a etapa de avaliação, o inventariante deve prestar as últimas declarações, emendando, aditando ou completando as primeiras, e até mesmo ratificando o termo anterior. Com isso, abre-se o prazo para eventual alegação de sonegação de bens, cuja pena para o herdeiro é perda do direito dos bens sonegados.

⁸⁶ Art. 2.005, CC/02. São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação. Parágrafo único. Presume-se imputada na parte disponível a liberalidade feita a descendente que, ao tempo do ato, não seria chamado à sucessão na qualidade de herdeiro necessário.

⁸⁷ Definido por Maria Berenice Dias (DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*. 3 ed. São Paulo: RT, 2013, p. 389) como “a adoção de uma série de providências visando preservar a autonomia da vontade e prevenir conflitos futuros”. Para Farias e Rosenvald (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*. Vol. 7 – Sucessões. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 76-77) é medida que faz sentido diante do fato de que “o processo sucessório implica em desgastes temporais, financeiros e emocionais, gerando, não raro, desavenças, conflitos entre os herdeiros e a deterioração ou mesmo o perecimento do patrimônio transmitido, ou de parte dele”. Os autores também destacam que o planejamento tem como benefício promover celeridade à partilha, “na medida em que cessa a litigiosidade. Evita-se, pois, que o tempo venha a causar prejuízos à administração do patrimônio” (p. 78).

⁸⁸ Art. 633, CPC/15. Sendo capazes todas as partes, não se procederá à avaliação se a Fazenda Pública, intimada pessoalmente, concordar de forma expressa com o valor atribuído, nas primeiras declarações, aos bens do espólio.

⁸⁹ ROCHA, Felipe Borring. Comentários ao art. 615. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 964.

Com a homologação dos cálculos, as dívidas devem ser pagas, e, após, intimadas as partes quanto à partilha. Segundo Silva⁹⁰, não é raro que ao realizar a partilha muitos bens já não existam mais quer por terem sido alienados, utilizados para pagar dívidas ou trocados por novos. Nesse caso, não se realizará partilha, bem como quando houver apenas um herdeiro, situação em que ocorrerá adjudicação dos bens.

Havendo o que partilhar, caso existam bens que não comportem divisão cômoda, estes serão licitados entre os interessados ou vendidos judicialmente (art. 649⁹¹), uma boa alternativa no lugar do condomínio entre herdeiros, que nem sempre gera bons resultados⁹². Em seguida, há a organização do esboço de partilha pelo partidor e, após resolvidas eventuais reclamações dos interessados, a partilha será lançada nos autos.

Depois, ocorrerá o pagamento de ITCD e o juiz julgará a partilha por sentença, e, após o trânsito em julgado, será expedido formal de partilha, chegando ao fim o procedimento.

2.2.2 Raízes divergentes e normas contraditórias

Segundo Junqueira de Azevedo⁹³, as origens do Direito das Sucessões no Brasil e nos países do ocidente de forma geral são distantes e contraditórias: do direito romano ao direito germânico, e, ainda, o direito canônico. O autor ressalta que, enquanto no primeiro havia predominância da sucessão testamentária, de caráter individualista; no segundo vigorava uma noção mais comunitária, inteiramente oposta à autonomia da vontade, e no terceiro existia um misto de ideais individualistas (voltados à proteção da pessoa humana) e ideais supraindividualistas (ligados à proteção da família).

⁹⁰ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1977, cit., p. 374.

⁹¹ Art. 649, CPC/15. Os bens insuscetíveis de divisão cômoda que não couberem na parte do cônjuge ou companheiro supérstite ou no quinhão de um só herdeiro serão licitados entre os interessados ou vendidos judicialmente, partilhando-se o valor apurado, salvo se houver acordo para que sejam adjudicados a todos.

⁹² ROCHA, Felipe Borring. Comentários ao art. 615. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 974.

⁹³ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O espírito de compromisso do direito das sucessões perante as exigências individualistas de autonomia da vontade e as supraindividualistas da família – herdeiro e legatário. *Revista Brasileira de Direito de Família*, v. 1, n. 1, abr-jun, 1999, p. 56.

Em texto escrito em 1961 sobre o sistema português, do qual o sistema brasileiro tem grande influência⁹⁴, Radbruch⁹⁵ resume a área ora estudada da seguinte forma: “o atual direito sucessório não passa afinal dum compromisso entre sistemas e princípio opostos”.

Pouco mais de meio século depois, a frase continua definindo tal campo de estudo, e é ainda mais problemática diante das diversas noções hoje existentes do que é individual, do que é comunitário, e do que é familiar, por exemplo, frente aos variados tipos de família hoje reconhecidos em contraposição à tradicional família matrimonial e heterossexual de outrora⁹⁶. “Tudo isso torna o direito das sucessões muito mais complexo do que nos é apresentado usualmente nos manuais de direito civil”⁹⁷.

Veja-se.

Muito do engessamento no Direito Sucessório se dá sob o discurso de proteger a vontade do *de cujus*. É o legítimo caso dos artigos que regem o testamento (arts. 1857 e ss., 1899, CC/02), os quais visam ao máximo garantir que a vontade expressa nesse documento tenha sido livre e seguramente externada pelo autor da herança. O que se faz, por exemplo, exigindo-se rubrica em todas as páginas e presença de testemunhas. Zeno Veloso aponta a contradição em relação a esse ponto: “[...] as formalidades são previstas para assegurar a vontade, a liberdade do testador, vontade esta, todavia, que, muita vez, é desconstituída e sacrificada porque não foram observadas algumas dessas formalidades”⁹⁸.

⁹⁴ Cf. TARTUCE, Flávio. *direito das sucessões*. Vol. 6. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 1, 10; SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. XI.. Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977 e CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. IX, tomo I. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, os quais fazem diversas remissões ao direito português ao abordar direito comparado em seus comentários.

⁹⁵ RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*, trad. Cabral de Moncada, 4 ed, vol. 2, Coimbra: Armenio Amado Editor, 1961, p. 74.

⁹⁶ “O pluralismo das relações familiares – outra vértice da nova ordem jurídica – ocasionou mudanças na própria estrutura da sociedade. Rompeu-se o aprisionamento da família nos moldes restritos do casamento, mudando profundamente o conceito de família. A consagração da igualdade, o reconhecimento da existência de outras estruturas de convívio, a liberdade de reconhecer filhos havidos fora do casamento operaram verdadeira transformação na família” (DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*, cit., p. 34).

⁹⁷ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O espírito de compromisso do direito das sucessões perante as exigências individualistas de autonomia da vontade e as supraindividualistas da família – herdeiro e legatário, *cit.*, p. 57.

⁹⁸ VELOSO, Zeno. *Comentários ao art. 1.857*. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Código Civil comentado*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 1955.

Mas nem sempre essa intenção se repete. Outras vezes, e acredita-se que, na maioria delas, a intenção é proteger os herdeiros. É o que se depreende, por exemplo, do art. 549, CC/02⁹⁹, segundo o qual é nula a doação que exceder à parte que cabe aos herdeiros necessários, ligada à ideia de legítima que se verá adiante. Tais herdeiros só deixam de receber herança nos casos graves mencionados nos arts. 1.818 e ss., CC/02 (indignidade) e 1.961 e ss., CC/02 (deserdação).

A sucessão brasileira pode se dar sob duas formas, que, inclusive, podem coexistir: a legítima e a testamentária. Na sucessão legítima as regras a serem seguidas detalhadamente constam em lei, com previsão de ordem de recebimento e os quinhões a que fazem jus cada herdeiro. Na sucessão testamentária, por sua vez, há espaço para que o autor da herança estabeleça suas próprias regras, criando nova ordem e frações de patrimônio por meio de um testamento. Mesmo na sucessão testamentária, em que existe maior liberdade, esta é direcionada a apenas 50% do patrimônio do *de cujus*. Isso porque a sucessão testamentária deve respeitar a “legítima” (não a sucessão legítima, mas um instituto muito caro ao ordenamento brasileiro).

A “legítima” existe desde as Ordenações e corresponde a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio do autor da herança que obrigatoriamente deve ser destinado aos herdeiros necessários – ascendentes, descendentes e cônjuge¹⁰⁰ (arts. 1.846-1.845¹⁰¹ e 1.857, § 1º¹⁰², CC/02).

Como dito, a despeito da exigência de se respeitar a legítima (e também no que tange à legitimidade sucessória, conforme arts. 1.798 e 1.799¹⁰³⁻¹⁰⁴), a sucessão testamentária oferece

⁹⁹ Art. 549, CC/02. Nula é também a doação quanto à parte que exceder à de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.

¹⁰⁰ No julgamento do Recurso Extraordinário 878.694/MG, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese: “É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002”. O acórdão ainda não transitou em julgado, tendo sido opostos embargos de declaração em 26/02/2018. Apesar da apreciação desse tema pelo Supremo, remanesce na doutrina a dúvida quanto à inclusão do(a) companheiro(a) como herdeiro necessário, eis que a decisão fixou como tese tão somente a inconstitucionalidade do art. 1.790, sem ampliar o rol do art. 1.845, que dispõe sobre os herdeiros necessários (embora isso tenha constado *en passant* no bojo do voto do ministro relator Luís Roberto Barroso).

¹⁰¹ Art. 1.845, CC/02. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Art. 1.846, CC/02. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.

¹⁰² Art. 1.857, CC/02. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte. § 1º A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.

¹⁰³ Art. 1.798, CC/02. Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

mais liberdade ao testador, que poderá deixar qualquer quantidade dos demais 50% para qualquer indivíduo, inclusive terceiros com que não guarde qualquer tipo de relação familiar, tampouco afetiva. Na sucessão legítima, por outro lado, deve-se obediência ao art. 1.829¹⁰⁵, que prevê a vocação hereditária, a ordem que os potenciais herdeiros serão chamados a suceder.

Carminate¹⁰⁶ destaca que a legítima se justificava numa sociedade patriarcal que se organizava em torno de um chefe de família provedor, enquanto todos os outros, inclusive a mulher, dele dependiam, vez que “a sorte deles estava diretamente relacionada à posse da terra”.

Em verdade, embora antes a legítima parecesse comprometida com um ideal familiar, a família de hoje não é mais a família patrimonial de outrora, que precisava de um instituto para garantir que todo o patrimônio de uma pessoa se mantivesse dentro do mesmo núcleo familiar. Atualmente as famílias possuem maior fluidez e os mais diversos organogramas e composições, com lastro no afeto, na ética, na solidariedade recíproca entre seus membros¹⁰⁷. Por tal razão, para Catalan¹⁰⁸, a entidade familiar não pode mais ser vista como comunidade produção, estando baseada no afeto, com relações instáveis e configurações diversas.

Gagliano¹⁰⁹ também advoga parcialmente contra o instituto, consignando que deveria estar restrito a situações de herdeiros menores ou incapazes, sendo afastado quando todos forem

Art. 1.799, CC/02. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão; II - as pessoas jurídicas; III - as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação.

¹⁰⁴ Quanto ao tema, verificar Enunciado 267 da III Jornada de Direito Civil sobre embriões congelados já fecundados mas não implantados.

¹⁰⁵ Art. 1.829, CC/02. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais.

¹⁰⁶ CARMINATE, Raphael Furtado. O direito à legítima e a autonomia do testador. *Revista IBDFAM*, Belo Horizonte: IBDFAM, v. 2, mar-abr 2014, p. 54.

¹⁰⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*. Vol. 6 – Direito das famílias. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 6.

¹⁰⁸ CATALAN, Marcos. Direito das sucessões: por que e para quem? Reflexões a partir da realidade brasileira. In: BOECKEL, Fabrício Dani de; ROSA, Karin Regina Rick (Coord.). *Direito sucessório em perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 212-213.

¹⁰⁹ GAGLIANO, Pablo Stolze. *O direito à legítima: um convite à reflexão*. Disponível em: <www.pablostolze.com.br>. Acesso em 02 abr. 2018.

maiores, o que se mostra prudente ao aliar a proteção da autonomia privada do *de cuius* e regras específicas para segurança (dele ou de verdadeiros hipossuficientes conforme a lei).

A ideia de Catalan¹¹⁰ é que, em respeito ao patrimônio mínimo, assegure-se a cada pessoa um patrimônio material capaz de lhe permitir desenvolver suas potencialidades, envolvendo saúde, educação, alimentação, moradia, cultura:

Também não se pode olvidar que cada situação peculiar deverá ser analisada, fato que amplia a responsabilidade do judiciário, restando hialino que a drástica supressão do patrimônio material de uma criança ou de um jovem que compõe a classe mais abastada da sociedade poderá lhe criar sérios transtornos psíquicos.

[...]

A ideia aqui traçada – e isso é evidente – pauta-se no respeito ao mínimo existencial, devendo garantir-se, por exemplo, o direito real de moradia ao cônjuge sobrevivente e aos filhos em idade escolar ou incapazes – se e enquanto dependentes – e ainda renda para que esses possam manter o padrão de vida existente antes do falecimento do provedor.

A legítima está aliada à proteção dos herdeiros necessários, vez que “[...] está insculpido nas consciências que a lei há de interferir para resguardar um patrimônio para os herdeiros”¹¹¹. Hupsel alerta para o contrassenso que é o autor da herança poder se desfazer através de negócios jurídicos outros de seu patrimônio, recaindo impedimento tão somente nos casos de doação e testamento: “uma indisponibilidade encarcerada a duas únicas hipóteses não deixam de ser um açoite na autonomia privada”¹¹².

Vê-se, portanto, que na contramão do que ocorreu com o Direito Civil de uma forma geral na transição do Código Civil de 1916 para o de 2002¹¹³⁻¹¹⁴, o Direito Sucessório não se

¹¹⁰ CATALAN, Marcos. Direito das sucessões: por que e para quem? Reflexões a partir da realidade brasileira,. 2011, *cit.*, p. 215.

¹¹¹ HUPSEL, Francisco. *Autonomia privada na dimensão civil-constitucional*: o negócio jurídico, a pessoa concreta e suas escolhas existenciais. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 187.

¹¹² HUPSEL, Francisco. *Autonomia privada na dimensão civil-constitucional*, *cit.*, p. 188.

¹¹³ Tratando sobre a diferenciação entre o CC/16 e CC/02, Mazzei (Rodrigo Reis. O Código Civil de 2002 e a sua interação com os microssistemas e a Constituição Federal – breve análise a partir das contribuições de Hans Kelsen e Niklas Luhmann. *Pensamento Jurídico*. São Paulo: Faculdade Autônoma de Direito, ano 1, n. 1, jan-jun, 2011, p. 256) afirma que o CC/16 tinha forte influência francesa, com ampla utilização de artigos casuísticos, dispondo sobre todas as hipóteses de conflito social. O CC/02, por sua vez, conta com maior interferência estatal no intuito de proteger as relações sociais antes olvidadas pelo Poder Público. (MAZZEI, Rodrigo. O Código Civil de 2002...., 2011, *cit.*, p. 258).

¹¹⁴ Conforme Mazzei (MAZZEI, Rodrigo. O Código Civil de 2002, 2011, p. 267, grifos do autor), “a *pretensão participativa* [entre microssistemas e Constituição Federal] do Código Civil está muito mais em dar *efetividade* às regras constitucionais e em *manter a coerência* do sistema”.

desvinculou do Código Napoleônico¹¹⁵⁻¹¹⁶, e continuou a acomodar realidade que interessava à classe social dominante, que visava conservar a situação por meio do apoio legislativo¹¹⁷.

Os arts. 1.784 e seguintes do CC/02, ainda que oferecendo mais direitos ao cônjuge e ao companheiro, continuaram a ter diversas especificações e restrições à autonomia da vontade. Além disso, a forma como a disposição legal foi escrita supõe um autor da herança com vasto patrimônio. Pressupunha-se que os herdeiros teriam sempre condições de arcar com ITCD, visto que legalmente, antes do CPC/15, não se permitia a expedição do formal de partilha sem o pagamento dos tributos, o que hoje é viabilizado pelo art. 659, § 2º¹¹⁸⁻¹¹⁹.

Ademais, é um descompasso com a realidade a existência de 134 artigos tratando da sucessão testamentária (cujas utilizações são incomuns na cultura brasileira) em contraposição aos 28 referentes à sucessão legítima; essa sim condizente com a realidade do país. Para fins de ilustração, numa população estimada de 208.944.070 habitantes segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹²⁰, atualmente o Registro Central de Testamentos On-line¹²¹ reúne 652.837 atos de testamentos praticados em todo território Nacional. Ou seja, apenas 0,31% da população possui testamento.

¹¹⁵ Para digressão histórica quanto ao direito material, conferir CARMINATE, Raphael Furtado. *Autonomia privada do testador e direito à legítima: estudo crítico e propositivo*. 2011. 155 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

¹¹⁶ Especificamente quanto às mudanças sucessórias entre o CC/16 e o CC/02, conferir FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 511-543.

¹¹⁷ MAZZEI, Rodrigo Reis. O Código Civil de 2002, 2011, *cit.*, p.257.

¹¹⁸ Art. 659, CPC/15. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos da lei, será homologada de plano pelo juiz, com observância dos arts. 660 a 663. [...] § 2º Transitada em julgado a sentença de homologação de partilha ou de adjudicação, será lavrado o formal de partilha ou elaborada a carta de adjudicação e, em seguida, serão expedidos os alvarás referentes aos bens e às rendas por ele abrangidos, intimando-se o fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, conforme dispuser a legislação tributária, nos termos do § 2º do art. 662.

¹¹⁹ Inclusive, diante da inexistência de norma própria para socorrer os hipossuficientes em situação semelhante, Mazzei e Tartuce (MAZZEI, Rodrigo ; TARTUCE, Fernanda. Inventário e partilha no Projeto de novo CPC: pontos de destaque na relação entre os direitos material e processual. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, v. 1, 2014, p. 90-91) propõem uma interpretação sistêmica e utilização análoga do art. 301, parágrafo 1º do CPC (tutela de urgência), tal qual o Enunciado 71 do Fórum Permanente de Processualistas Civis.

¹²⁰ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Principais resultados de estimativa de população*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=destaques>. Acesso em: 02 abr. 2018.

¹²¹ Informação enviada pelo CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados via e-mail em 26/03/2018, a pedido da pesquisadora: De: "Bruna Borges | Censec" censec@notariado.org.br; Para: anne@britoesimonelli.com.br; Cópia: augusto.pigini@cnbsp.org.br; Prezada Sra. Anne, boa tarde. Atualmente o Registro Central de Testamentos On-line reúne **652.837** atos de testamentos praticados em todo território Nacional. Pedimos a gentileza de citar a seguinte fonte na dissertação: Censec - Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

No campo processual, uma comparação entre o CPC/39 e o CPC/73 demonstra que desde aquela época pouco foi alterado. Veja-se, por exemplo, em relação à obrigatoriedade do inventário judicial: quando do surgimento do CPC/73 (promulgado em 11 de janeiro de 1973; em vigor a partir de 1º de janeiro de 1974), havia a possibilidade de realizar o inventário e a partilha extrajudicialmente (por instrumento público ou particular) caso todos os herdeiros fossem capazes, sendo exigida posterior homologação judicial¹²². Contudo, antes mesmo que o código entrasse em vigor, em 1º de outubro de 1973, foi promulgada a Lei nº 5.925/73, que alterou o dispositivo, voltando à redação semelhante ao CPC/39¹²³.

Passados mais de 30 anos, em 2007, a ideia da redação original do CPC/73 não foi apenas resgatada, mas aperfeiçoada: a Lei nº 11.441/07 tornou possível o inventário em Tabelionato de Notas, situação regulamentada pela Resolução nº 35/2010 do Conselho Nacional de Justiça – e dessa vez sequer é exigida homologação pelo Poder Judiciário.

Do mesmo modo, os demais dispositivos não possuíram mudanças substanciais, sendo as disposições do CPC/73 muito semelhantes às do CPC/39, situação que se manteve no CPC/15, com exceção de algumas poucas alterações, que também não foram extremamente significativas, e ainda não foram internalizadas/aplicadas pela comunidade jurídica, como se verá adiante (subtópico 3.4).

A autonomia no direito processual civil tradicionalmente não possui a mesma fluidez que permeia o direito material. Por muitos anos pouco ou nada se abordou sobre o tema por apego ao dogma de que não se negocia no direito público, e o direito processual era tratado como pertencente a este ramo sobre o qual particulares não tinham qualquer interferência ou participação ativa, cabendo a autonomia ao âmbito do direito privado.

¹²² Art. 465, CPC/39 (revogado). O inventário será judicial, ainda que todos os herdeiros sejam capazes; Art. 982, CPC/73 (revogado). Proceder-se-á ao inventário judicial, ainda que todas as partes sejam capazes. § 1º Se capazes todos os herdeiros, podem, porém, fazer o inventário e a partilha por acordo extrajudicial. § 2º O acordo pode constar de instrumento público ou ser feito por instrumento particular; qualquer que seja a sua forma, deverão os herdeiros requerer a homologação por sentença, depois de ratificado por termo nos autos. § 3º Do requerimento será intimada a Fazenda Pública, para os fins previstos nos arts. 1.033 e 1.034. § 4º Divergindo os herdeiros entre si, ou quanto aos valores, com a Fazenda Pública, o inventário e a partilha processar-se-ão judicialmente. § 5º Em qualquer fase do inventário e da partilha, ou do arrolamento, poderão os herdeiros, sendo maiores e capazes, mediante termo nos autos, proceder na forma dos parágrafos anteriores.

¹²³ Art. 982, CPC/73 (revogado). Proceder-se-á ao inventário judicial, ainda que todas as partes sejam capazes.

Consoante Cabral¹²⁴, a afirmação do caráter público do processo foi importante para sua independência em relação ao direito material, mas atualmente não há mais sentido em “defender a completa desconsideração das partes e dos interesses privados no processo”. Pontes de Miranda já alertava tratar-se de um erro, apontando isso inclusive como motivo para denominar autonomia da vontade e não autonomia privada, senão vejamos: “Evite-se, outrossim, chamá-la autonomia privada, no sentido de *auto-regramento de direito privado*, porque, com isso, se elidiria, desde a base, qualquer auto-regramento da vontade, em direito público, - o que seria falsíssimo”¹²⁵.

O CPC/73, conhecido como “Código Buzaid¹²⁶” foi marcado por rigidez procedimental, aproximando-se dos padrões das ciências matemáticas na tentativa de tornar o Direito o mais previsível, certo e seguro possível. Assim, a inovação e a adaptação de moldes conforme o caso concreto e a vontade das partes eram praticamente nulas, devendo apenas seguir e agir conforme a lei, divorciando o “modelo” e a “realidade”¹²⁷.

Com o Estado Democrático de Direito e o contraditório visto como valor fonte do Processo Civil democrático¹²⁸, a divisão entre Público e Privado serve sobretudo para fins de sistematização do estudo¹²⁹, e os jurisdicionados passaram a ter um papel mais ativo no processo, “de modo que o seu poder de autodeterminação passou a abranger, também, terrenos que outrora eram reservados somente ao Estado e, mais especificamente, à legislação”¹³⁰.

Tal situação, que já existia como se observa das reformas do CPC/73, foi coroada com o advento do CPC/15, que trouxe expressamente a ideia do negócio jurídico processual atípico, da flexibilização procedimental e da cooperação, consagrando o princípio do respeito ao

¹²⁴ CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 150.

¹²⁵ MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado: parte geral*, tomo III. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. 2 ed. Campinas: Bookseller, 2001, p. 83.

¹²⁶ O nome advém do seu formulador, o Ministro da Justiça do governo Médici, o processualista Alfredo Buzaid.

¹²⁷ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 69.

¹²⁸ ZANETI JÚNIOR, Hermes. *A constitucionalização do processo*, 2014, *cit.*, p. 179-184.

¹²⁹ Como diz Cabral (CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*, *cit.*, p. 153), “Sem embargo, o publicismo não significa que o processo seja exclusivamente conduzido no interesse público. A lógica da prevalência e da hierarquia entre os objetivos públicos e privados na jurisdição não parece ser a tônica do Estado contemporâneo”.

¹³⁰ RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 192.

autorregramento da vontade no Processo Civil brasileiro. Em todas as ideias citadas se verifica a autonomia das partes, ainda que com graus de intensidade diferenciados¹³¹.

Especificamente sobre o objeto desse trabalho (inventário judicial), é possível ao indivíduo abrir um processo de inventário e, se for o caso, de partilha. Desde que conste como legitimado no rol dos artigos 615-616, CPC/15¹³². O inventariante tem liberdade de ação, e seus atos devem necessariamente equivaler ao que dispõem os arts. 618-619, CPC/15¹³³. Do contrário, pode até mesmo ser removido. Remoção essa que está tipificada no art 622, CPC/15¹³⁴. E assim por diante... Do que se conclui que o procedimento especial ora em comento é composto por um passo a passo bem delimitado pela legislação processual, que especifica e conduz o jurisdicionado pela maior parte do caminho.

Não significa, contudo, que não exista qualquer autonomia no inventário. É indubitável que o art. 610, § 1º¹³⁵ traz como critério das partes a realização do procedimento pela via extrajudicial, em Cartório de Notas, desde que não haja testamento, interesse de incapaz ou litígio. Do mesmo modo, incontestemente a opção dos herdeiros de autorizar o inventariante a

¹³¹ RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil*, 2016, *cit.*, p. 217.

¹³² Art. 615, CPC/15. O requerimento de inventário e de partilha incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio, no prazo estabelecido no art. 611. Parágrafo único. O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança.

Art. 616, CPC/15. Têm, contudo, legitimidade concorrente: I - o cônjuge ou companheiro supérstite; II - o herdeiro; III - o legatário; IV - o testamentário; V - o cessionário do herdeiro ou do legatário; VI - o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança; VII - o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes; VIII - a Fazenda Pública, quando tiver interesse; IX - o administrador judicial da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge ou companheiro supérstite.

¹³³ Art. 618, CPC/15. Incumbe ao inventariante: I - representar o espólio ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observando-se, quanto ao dativo, o disposto no art. 75, § 1º; II - administrar o espólio, velando-lhe os bens com a mesma diligência que teria se seus fossem; III - prestar as primeiras e as últimas declarações pessoalmente ou por procurador com poderes especiais; IV - exibir em cartório, a qualquer tempo, para exame das partes, os documentos relativos ao espólio; V - juntar aos autos certidão do testamento, se houver;

VI - trazer à colação os bens recebidos pelo herdeiro ausente, renunciante ou excluído; VII - prestar contas de sua gestão ao deixar o cargo ou sempre que o juiz lhe determinar; VIII - requerer a declaração de insolvência.

Art. 619, CPC/15. Incumbe ainda ao inventariante, ouvidos os interessados e com autorização do juiz: I - alienar bens de qualquer espécie; II - transigir em juízo ou fora dele; III - pagar dívidas do espólio; IV - fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio.

¹³⁴ Art. 622, CPC/15. O inventariante será removido de ofício ou a requerimento: I - se não prestar, no prazo legal, as primeiras ou as últimas declarações; II - se não der ao inventário andamento regular, se suscitar dúvidas infundadas ou se praticar atos meramente protelatórios; III - se, por culpa sua, bens do espólio se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano; IV - se não defender o espólio nas ações em que for citado, se deixar de cobrar dívidas ativas ou se não promover as medidas necessárias para evitar o perecimento de direitos; V - se não prestar contas ou se as que prestar não forem julgadas boas; VI - se sonegar, ocultar ou desviar bens do espólio.

¹³⁵ Art. 610, CPC/15. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial. § 1º Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

indicar bens à penhora descrita no art. 646, CPC/15¹³⁶ e de realização do inventário na modalidade mais célere de arrolamento sumário pelas partes capazes e concordes, previsto no art. 659 e seguintes, CPC/15 (que trazem seu regramento). Finalizando os exemplos ora selecionados, também é processualmente autorizada às partes a cumulação de inventários para partilha de heranças de pessoas diferentes, conforme prevê o art. 672, CPC/15¹³⁷.

Em todos os mencionados dispositivos é notório o poder de decisão que incumbe às partes, visto que a possibilidade muitas vezes é expressa pela letra da lei. Há outras situações, contudo, que a autonomia é vislumbrada após interpretação.

É o caso, por exemplo, dos arts. 633 e 634¹³⁸. Em ambas as situações se está de frente a negócios jurídicos processuais típicos¹³⁹, em que se conjugam a vontade da Fazenda Pública e do espólio em relação ao valor da avaliação dos bens. É o que se depreende do dispositivo ao falar em concordância.

O art. 647, parágrafo único¹⁴⁰, por sua vez, embora pareça conceder possibilidade apenas para o magistrado, em seu plano de fundo, na verdade, autoriza aos herdeiros a opção de requerer o direito de antecipadamente usar e fruir de bem que, ao final, integre sua cota-parte na partilha. Em que pese silente o CPC/15, inadmissível que o ato ocorra sem oitiva do inventariante e dos demais interessados para que se manifestem no prazo de 05 dias, conforme art. 218, § 3º,

¹³⁶ Art. 646, CPC/15. Sem prejuízo do disposto no art. 860, é lícito aos herdeiros, ao separarem bens para o pagamento de dívidas, autorizar que o inventariante os indique à penhora no processo em que o espólio for executado.

¹³⁷ Art. 672, CPC/15. É lícita a cumulação de inventários para a partilha de heranças de pessoas diversas quando houver: I - identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens; II - heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros; III - dependência de uma das partilhas em relação à outra. Parágrafo único. No caso previsto no inciso III, se a dependência for parcial, por haver outros bens, o juiz pode ordenar a tramitação separada, se melhor convier ao interesse das partes ou à celeridade processual.

¹³⁸ Art. 633, CPC/15. Sendo capazes todas as partes, não se procederá à avaliação se a Fazenda Pública, intimada pessoalmente, concordar de forma expressa com o valor atribuído, nas primeiras declarações, aos bens do espólio.

Art. 634, CPC/15. Se os herdeiros concordarem com o valor dos bens declarados pela Fazenda Pública, a avaliação cingir-se-á aos demais.

¹³⁹ MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Comentários aos arts. 634-635. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016, p. 869.

¹⁴⁰ Art. 647. Cumprido o disposto no art. 642, § 3º, o juiz facultará às partes que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, formulem o pedido de quinhão e, em seguida, proferirá a decisão de deliberação da partilha, resolvendo os pedidos das partes e designando os bens que devam constituir quinhão de cada herdeiro e legatário. Parágrafo único. O juiz poderá, em decisão fundamentada, deferir antecipadamente a qualquer dos herdeiros o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinado bem, com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro, cabendo a este, desde o deferimento, todos os ônus e ônus decorrentes do exercício daqueles direitos.

CPC/15^{141, 142}. Com tal agir, estaria resguardado o direito ao contraditório, tão privilegiado pelo CPC/15 (art. 7º¹⁴³) e pelo próprio procedimento especial de inventário e partilha, que o exige, por exemplo, nos arts. 619, 623, 626-629, 637-638, 641, 642, § 2º, 652 do CPC/15¹⁴⁴.

O art. 649¹⁴⁵ prevê o que deve ocorrer na situação de inviabilidade de divisão cômoda e relembra a possibilidade acordo entre herdeiros no sentido de adjudicação a todos. É explícita

¹⁴¹ ROCHA, Felipe Borring. Comentários ao art. 647. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 973.

¹⁴² Art. 218, § 3º, CPC/15. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

¹⁴³ Art. 7º, CPC/15. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

¹⁴⁴ Art. 619, CPC/15. Incumbe ainda ao inventariante, ouvidos os interessados e com autorização do juiz: I - alienar bens de qualquer espécie; II - transigir em juízo ou fora dele; III - pagar dívidas do espólio; IV - fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio.

Art. 623, CPC/15. Requerida a remoção com fundamento em qualquer dos incisos do art. 622, será intimado o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, defender-se e produzir provas.

Art. 626, CPC/15. Feitas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e da partilha, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários e intimar a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento. § 1º O cônjuge ou o companheiro, os herdeiros e os legatários serão citados pelo correio, observado o disposto no art. 247, sendo, ainda, publicado edital, nos termos do inciso III do art. 259. § 2º Das primeiras declarações extrair-se-ão tantas cópias quantas forem as partes. § 3º A citação será acompanhada de cópia das primeiras declarações. § 4º Incumbe ao escrivão remeter cópias à Fazenda Pública, ao Ministério Público, ao testamenteiro, se houver, e ao advogado, se a parte já estiver representada nos autos.

Art. 627, CPC/15. Concluídas as citações, abrir-se-á vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para que se manifestem sobre as primeiras declarações, incumbindo às partes: I - arguir erros, omissões e sonegação de bens; II - reclamar contra a nomeação de inventariante III - contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro. § 1º Julgando procedente a impugnação referida no inciso I, o juiz mandará retificar as primeiras declarações. § 2º Se acolher o pedido de que trata o inciso II, o juiz nomeará outro inventariante, observada a preferência legal. § 3º Verificando que a disputa sobre a qualidade de herdeiro a que alude o inciso III demanda produção de provas que não a documental, o juiz remeterá a parte às vias ordinárias e sobrestará, até o julgamento da ação, a entrega do quinhão que na partilha couber ao herdeiro admitido.

Art. 628, CPC/15. Aquele que se julgar preterido poderá demandar sua admissão no inventário, requerendo-a antes da partilha. § 1º Ouvidas as partes no prazo de 15 (quinze) dias, o juiz decidirá. § 2º Se para solução da questão for necessária a produção de provas que não a documental, o juiz remeterá o requerente às vias ordinárias, mandando reservar, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído até que se decida o litígio.

Art. 629, CPC/15. A Fazenda Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, após a vista de que trata o art. 627, informará ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações.

Art. 637, CPC/15. Ouvidas as partes sobre as últimas declarações no prazo comum de 15 (quinze) dias, proceder-se-á ao cálculo do tributo.

Art. 638, CPC/15. Feito o cálculo, sobre ele serão ouvidas todas as partes no prazo comum de 5 (cinco) dias, que correrá em cartório, e, em seguida, a Fazenda Pública.

Art. 641, CPC/15. Se o herdeiro negar o recebimento dos bens ou a obrigação de os conferir, o juiz, ouvidas as partes no prazo comum de 15 (quinze) dias, decidirá à vista das alegações e das provas produzidas.

Art. 642, CPC/15. Antes da partilha, poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis[...] § 2º Concordando as partes com o pedido, o juiz, ao declarar habilitado o credor, mandará que se faça a separação de dinheiro ou, em sua falta, de bens suficientes para o pagamento.

Art. 652, CPC/15. Feito o esboço, as partes manifestar-se-ão sobre esse no prazo comum de 15 (quinze) dias, e, resolvidas as reclamações, a partilha será lançada nos autos.

hipótese de adoção do modelo cooperativo, assegurando participação equitativa de todos os interessados¹⁴⁶. Sob essa perspectiva, são fixados os limites de participação, gerando possibilidade de discussão entre todos os sujeitos processuais para a formação da decisão que melhor se adéqua ao caso concreto¹⁴⁷.

Outra situação é a dos arts. 642 e 644, CPC/15¹⁴⁸, os quais expressam a possibilidade dos credores (de dívida vencida e exigível no primeiro caso e de dívida líquida e certa ainda não vencida, no segundo) se habilitarem no inventário para requerer o pagamento da obrigação. Embora as letras dos artigos utilizem o verbo “poder”, não tornam claras as opções do credor, que, por raciocínio interpretativo, deixando de se habilitar, pode pleitear o adimplemento por ação autônoma. Vale dizer que uma vez feita a opção por se habilitar, há perda de interesse nas vias ordinárias (STJ, AgRg no REsp 1.172.455/RJ; STJ, REsp 615.077/SC)¹⁴⁹.

Ressalte-se que o CPC/15 andou na contramão da autonomia privada ao deixar de regulamentar a impossibilidade de utilização do inventário administrativo (em cartório) nos casos de existência de testamento¹⁵⁰. Isso porque uma vez que o testamento precisará ser homologado judicialmente, tal regra não subsiste, já tendo sido reconhecida a validade da declaração de última vontade. Chaves¹⁵¹ sugere que as partes capazes e concordes se valham do art. 190, CPC/15, no sentido de acordarem a realização no mesmo procedimento (sem necessidade de nova petição inicial, pagamento de novas custas etc) da homologação do

¹⁴⁵ Art. 649, CPC/15. Os bens insuscetíveis de divisão cômoda que não couberem na parte do cônjuge ou companheiro supérstite ou no quinhão de um só herdeiro serão licitados entre os interessados ou vendidos judicialmente, partilhando-se o valor apurado, salvo se houver acordo para que sejam adjudicados a todos.

¹⁴⁶ MOREIRA, Pedro Alexandre. Comentários aos arts. 647-658. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016, p. 882.

¹⁴⁷ NUNES, Dierle José Coelho. *Comparticipação e policentrismo: horizontes para a democratização processual civil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008, p. 160.

¹⁴⁸ Art. 642, CPC/15. Antes da partilha, poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.

Art. 644, CPC/15. O credor de dívida líquida e certa, ainda não vencida, pode requerer habilitação no inventário.

¹⁴⁹ MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Comentários aos arts. 634-635. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 876.

¹⁵⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de. O cumprimento de testamento no novo Código de Processo Civil e a possibilidade de adaptação procedimental. In: EHRARDT JÚNIOR, Marcos; MAZZEI, Rodrigo (Orgs.). *Repercussões do Novo CPC no Direito Civil*. Coleção Repercussões do Novo CPC, Vol. 14. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 908.

¹⁵¹ FARIAS, Cristiano Chaves de. O cumprimento de testamento no novo Código de Processo Civil e a possibilidade de adaptação procedimental, 2017, cit., p. 908.

testamento e da abertura de inventário judicial (ou autorização para sua realização em cartório).

Relacionado ao tema, há o Projeto de Lei nº 8655/2017 proposto pelo deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), que busca alterar o art. 610 do CPC/15 para permitir o inventário extrajudicial quando houver testamento na hipótese que menciona. Nesse sentido já vêm regulamentando alguns estados brasileiros através de Provimentos de Corregedoria Geral de Justiça, a exemplo da Paraíba (Provimento nº 12/2014), São Paulo (Provimento nº 37/2016), Rio de Janeiro (Provimento nº 21/2017), Mato Grosso do Sul (Provimento nº 165/2017), Ceará (Provimento nº 18/2017), entendimento que se coaduna com os Enunciados 600 do Conselho da Justiça Federal (CJF)¹⁵², 77 da I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do CJF¹⁵³ e, em parte¹⁵⁴, o 16 do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

Após tal exposição, por ora, o que fica clara é a real existência de ideais contrapostos na legislação sucessória, tornando seu entendimento e aplicação exigentes do intérprete. Feitas tais críticas, resta clara a necessidade de readequação da legislação material e processual sucessória não só a título de *lege ferenda*, mas também de interpretação e entendimento conforme as regras hoje postas, o que será feito em linhas posteriores.

2.2.3 Descompasso com ramos de direito material civil correlatos e incongruências técnicas

Segundo Rosa¹⁵⁵, o Direito das Sucessões exige uma visão global e sinótica das figuras e conceitos não só do capítulo próprio a ele, como também aqueles dispersos nos Livros anteriores do Código Civil (parte geral e especial), além da Lei de Introdução ao Direito Civil

¹⁵² Enunciado 600, CJF (VII Jornada de Direito Civil). Após registrado judicialmente o testamento e sendo todos os interessados capazes e concordes com os seus termos, não havendo conflito de interesses, é possível que se faça o inventário extrajudicial.

¹⁵³ Enunciado 77, CJF (I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios). Havendo registro ou expressa autorização do juízo sucessório competente, nos autos do procedimento de abertura e cumprimento de testamento, sendo todos os interessados capazes e concordes, o inventário e partilha poderão ser feitos por escritura pública, mediante acordo dos interessados, como forma de pôr fim ao procedimento judicial.

¹⁵⁴ Em parte pois parece que o enunciado sequer enxerga a homologação judicial como um requisito para o inventário extrajudicial. Veja-se: Enunciado 16, IBDFAM. Mesmo quando houver testamento, sendo todos os interessados capazes e concordes com os seus termos, não havendo conflito de interesses, é possível que se faça o inventário extrajudicial.

¹⁵⁵ ROSA, Eliasar. *Dicionário didático do Direito das Sucessões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1994, p. 103-104.

(atual Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB) e do Código de Processo Civil. Há também correlação com outras áreas do direito material, a exemplo do Direito Tributário, mas que não são objeto de análise do presente trabalho.

Além de no ordenamento jurídico pátrio existir uma forte carga de ingerência estatal nesse âmbito, como visto anteriormente, as leis do ramo não estão bem conectadas, não visam ao entendimento geral, sendo dispostas de forma desorganizada e com a utilização termos ininteligíveis, gerando diversas dúvidas, as quais refletem no (longo) tempo de duração do processo.

Conforme aduzem Stolze e Pamplona Filho¹⁵⁶ parte dessa dificuldade de entendimento se deve ao forte liame existente entre a matéria e o direito de propriedade e o Direito das Obrigações, bem como o Direito das Famílias. Isso porque as primeiras são áreas jurídicas antigas, pouco afetas às injunções ideológicas e inovações sociais, resultando em ramos bastante rígidos. Já a terceira é “profundamente suscetível a rearranjos e novas modalidades de composições” e cada vez mais afastada da ingerência estatal, causando, assim, dificuldade na compreensão da disciplina na contemporaneidade.

É interessante observar ainda que o “Direito das Famílias”, sobre o qual se deterá essa análise quanto a descompasso com o Direito das Sucessões, em uma perspectiva interna também possui suas frequências distintas, no que tange ao acompanhamento do direito processual em relação ao material. Farias¹⁵⁷ em prefácio à obra “Direito das famílias e processo civil” de Rafael Calmon, faz justamente tal ressalva: o direito material de família, ao contrário do processual, captou experiências estrangeiras, adaptou institutos jurídicos e criou direitos. O prefaciador pontua a necessidade de se aproximar matéria e forma de tal área jurídica, diferenciando-a do direito civil comum, em razão de em tais ações não se discutir amor, mas os restos dele¹⁵⁸.

Aqui, aponta-se ponto fundamental na análise do Direito Sucessório: a relação de conjugalidade ou parentalidade que passa por conflitos é levada à discussão sob as regras do

¹⁵⁶ STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Direito Civil: direito das sucessões*. Vol. 7. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 71-72.

¹⁵⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de. Prefácio. In: CALMON, Rafael. *Direito das famílias e processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 19-20.

¹⁵⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de. Prefácio. In: CALMON, Rafael. *Direito das famílias e processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 21.

Direito das Famílias, que, como dito acima por Farias, trata de seus restos. Mesmo assim, nas petições e em audiência, regra geral, estarão presentes as vontades dos envolvidos, as lembranças do amor que muitas vezes um dia existiu, o que, pelas nuances psicológicas, nem sempre terá reflexos positivos.

De qualquer forma, ainda que no Direito das Famílias seja possível deparar-se com resistência a consensos por questões de foro íntimo ainda mal resolvidas, são os envolvidos na relação que estão também envolvidos no conflito. No caso do Direito Sucessório, muitas vezes o *de cujus* se tratava do único ponto de ligação entre as pessoas que se tornam partes de um processo. Nem sempre há razão para que nutram afeto entre si; pelo contrário. Em grande parte das situações em que há conflito, este já existia mesmo em vida, e só não eclodia em respeito ou por força da atuação do falecido, que não mais poderá conduzir os problemas ali existentes.¹⁵⁹

Farias e Rosenvald¹⁶⁰ destacam que apesar da pluralidade de entidades familiares, da facilitação do divórcio e da proteção avançada da união estável facilitarem o re-casamento e a constituição de união estável, sob o ponto de vista sucessório não é incomum que nesses casos ocorra um acirramento da situação, em razão da existência de diferentes interesses jurídicos das partes envolvidas.

Com isso em mente, entende-se o importante papel que têm as regras sucessórias, tanto de direito material – para definir contorno sólido e claro aos institutos – como processual – a fim de bem conduzir os envolvidos. E, como visto, a conexão entre elas e disposições de outros ramos também devem buscar consonância, o que não tem ocorrido em alguns casos, situação que gera insegurança jurídica muito grande, pois o que não é claro aos jurisdicionados gera dúvidas que nem sempre há entendimento firmado entre os operadores do Direito, sendo aplicadas soluções jurídicas distintas a casos semelhantes.

O primeiro ponto que se destaca na relação Sucessões e Família diz respeito ao tratamento dado às pessoas com as quais um indivíduo decide estabelecer vínculos afetivos e

¹⁵⁹ No mesmo sentido, BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Ano VII, n. 29, abr.-maio 2005, p. 167.

¹⁶⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*. Vol. 7 – Sucessões. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 77.

compartilhar sua vida. Não é preciso sequer adentrar em temas mais modernos e supostamente mais complexos a exemplo das famílias paralelas¹⁶¹ e do poliamorismo¹⁶², que, por óbvio, também rendem questionamentos. Isso porque a simples disposição de concorrência sucessória nas atuais famílias “comuns” (segundo um padrão social tradicional que não deve ser visto como único possível¹⁶³) já geram situações não abarcadas pelo Direito das Sucessões, como é o caso das famílias recompostas¹⁶⁴, das relações de parentalidade socioafetivas¹⁶⁵ e dos laços de pluriparentalidade¹⁶⁶.

Sobre o assunto, Barbosa e Groeninga¹⁶⁷ apontam que o CC/02 veio num contexto de segunda metade do Século XX em que os cônjuges buscavam, em sede de planejamento sucessório, conferir melhores condições àquele que viesse a ser o cônjuge supérstite. Assim, desde tal codificação, a legislação material considera o cônjuge como um herdeiro necessário, o que sofreu bastantes críticas da comunidade jurídica (doutrina e operadores).

Segundo as autoras supracitadas¹⁶⁸, “a concorrência sucessória, da forma como foi posta, está na contramão de um movimento de despatrimonialização do direito de família”, e dos

¹⁶¹ Sobre o tema, v. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Cônjuge versus companheiro(a) em famílias conjugais paralelas e a redação do art. 617, I, do novo Código de Processo Civil. In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo; CARNEIRO, Sérgio Barradas (Coord.). *Famílias e sucessões*. Coleção Repercussões do novo CPC. V. 15. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 625-642.

¹⁶² Enquanto “uniões paralelas são as que formam dois ou mais núcleos familiares conjugais distintos; uniões poliafetivas formam um único núcleo familiar conjugal, com mais de duas pessoas” (VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Famílias paralelas e poliafetivas devem ser reconhecidas pelo judiciário. *Consultor Jurídico*. 5 ago. 2014. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2014-ago-05/paulo-iotti-familias-paralelas-poliafetivas-reconhecidas> >. Acesso em: 02 abr. 2018)

¹⁶³ Segundo Waquim (WAQUIM, Bruna Barbieri. A força dos fatos e a responsabilidade afetiva: considerações sobre o julgamento da apelação cível que reconheceu a equiparação de concubinato à união estável no TJMA. *Revista de Direito Privado*. vol. 61, ano 16, São Paulo: RT, jan-mar. 2015, p. 285-286), não é legítimo, nem sustentável dizer que a Constituição impõe rol taxativo para as possíveis formas de composição familiar, muito menos traça hierarquia entre as mencionadas.

¹⁶⁴ Ver subtópico 1.3 deste trabalho.

¹⁶⁵ Conforme Farias e Rosenvald (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das famílias*. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 614), “A filiação socioafetiva não está lastreada no nascimento (fato biológico), mas em ato de vontade, cimentada, cotidianamente, no tratamento e na publicidade, colocando em xeque, a um só tempo, a verdade biológica e as presunções jurídicas. Socioafetiva é aquela filiação que se constrói a partir de um respeito recíproco, de um tratamento em mão-dupla como pai e filho, inabalável na certeza de que aquelas pessoas, de fato, são pai e filho”.

¹⁶⁶ Para Farias e Rosenvald (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das famílias*. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 619), “a pluriparentalidade pode ser admitida em casos nos quais se demonstre a convivência simultânea, ou sucessiva de alguém com duas outras pessoas que se apresentem, efetivamente, como pais ou mães. Seriam casos nos quais alguém possui, efetivamente, sob o prisma da construção parental, dois pais e/ou duas mães”.

¹⁶⁷ BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Ano VII, n. 29, abr.-maio 2005, p. 155.

¹⁶⁸ BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares, 2005, *cit.*, p. 153.

princípios da afetividade e da operabilidade. As autoras destacam que o CC/02 foi “portador de uma reforma extemporânea”¹⁶⁹, aduzindo institutos pensados como solução para uma época passada, enquanto o futuro instiga outros problemas, para os quais aquelas respostas não são mais adequadas.

Tais críticas fazem ainda mais sentido tendo em vista que, ao contrário da concepção de família reconhecida outrora – a família clássica: heteroafetiva, matrimonial, filhos comuns etc. – hoje em dia, admite-se o reconhecimento dos mais diversos tipos de família, como as famílias mosaicos ou recompostas, tipos esses que são todos representados pelo conceito de “família nuclear”: relação voltada ao amor, ao afeto, à verdade e à igualdade¹⁷⁰.

Em verdade, a crítica à inclusão do cônjuge como herdeiro necessário ainda é atual. O Anteprojeto do IBDFAM¹⁷¹ inclusive propõe a exclusão do cônjuge e do companheiro como herdeiros necessários, com ressalva de proteção financeira similar à legítima no caso de comprovarem insuficiência de recursos ou de patrimônio que garanta sua subsistência, apresentando como justificativa a atual realidade da família brasileira, em especial no que diz respeito às famílias recompostas, a qual exige repensar a posição de tais indivíduos na sucessão.

Feitas tais breves e não exaustivas considerações, a seguir, destacam-se algumas situações em que é preciso reconhecer as incongruências técnicas no texto legal, a fim de dar-lhe correta interpretação, e também afinar a aproximação entre os campos jurídicos, para que a regulamentação seja de fato frutífera.

A primeira pontuação a ser feita diz respeito ao texto legal enquanto linguagem, sequer sendo observado o conteúdo jurídico. Como se sabe, o Direito é uma ciência que se vale majoritariamente de palavras. Como bem observa Bedaque¹⁷², deve-se ter cuidado para não

¹⁶⁹ BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares, 2005, *cit.*, p. 153.

¹⁷⁰ LEITE, Eduardo Oliveira. Temas de direito de família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, p. 18-19 *apud* BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares. , 2005, *cit.*, p. 156.

¹⁷¹ DELGADO, Mário Luiz; NEVARES, Ana Luiza Maia; AGUIRRE, João Brandão; TARTUCE, Flávio. *Anteprojeto de lei para reforma do Direito das Sucessões*. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/upload/anteprojeto_sucessoes/anteprojeto_sucessoes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018, fl. 19-20.

¹⁷² BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 19.

transformar a técnica, os conceitos e as definições o objeto principal da ciência processual, mas é necessário não olvidar a precisão necessária a qualquer ciência no objetivo de atingir seus fins. Não se olvida que os “conceitos jurídicos são, basicamente, hermenêuticos” e “o sentido será dado, necessariamente, pelo intérprete”¹⁷³, mas, para que haja facilidade no entendimento e na interpretação, é esperado que as palavras sejam utilizadas com rigor¹⁷⁴, alcançando-se o fim a que se propõem: transmitir a mensagem devidamente.

Com base no princípio da operabilidade, Mazzei¹⁷⁵ destaca que na concreção do direito, não é suficiente a existência de ferramentas para sua aplicação – Direito Processual –, sendo primordial que a enunciação – Direito Material – seja saudável, a ponto de permitir sua realização. Segundo Figueiredo¹⁷⁶, “a operabilidade consiste em redigir e sistematizar as normas com o intuito de facilitar sua exegese e aplicação”.

Contudo, não é exatamente o que se vê no Livro próprio às Sucessões no Código Civil, tampouco no Código de Processo Civil. Há situações que são muito comuns em textos jurídicos, mas acarretam dificuldade no entendimento e, por isso, deveriam ter sido evitadas: a utilização de muitas rupturas na leitura por vírgulas; inversão de posicionamento da construção frasal em sujeito + verbo + predicado, e de grande quantidade de “exceto”, “porém” etc.

Especificamente sobre inventário, tal questão é mais rara no CPC/15, mas existem alguns exemplos no CC/02 – contraditoriamente a codificação que inaugurou a operabilidade como princípio. Observe-se a truncada redação do art. 1.829, *in verbis*:

¹⁷³ SILVA, Ovídio Araújo Batista da. *Verdade e significado*. Disponível em: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Ov%C3%83%C2%ADdio%20Baptista\(3\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Ov%C3%83%C2%ADdio%20Baptista(3)%20-%20formatado.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

¹⁷⁴ Ainda que Moussalem (MOUSSALEM, Tarek Moysés. *Fontes do direito tributário*. São Paulo: Max Limonad, 2001) estabeleça diferenças entre o plano legal e o plano acadêmico, já que “tanto o direito positivo quanto a Ciência do Direito são constituídos pela linguagem” (p. 42), entende-se que o mesmo rigor deve existir em ambos os âmbitos, em contraposição à linguagem comum. Veja-se: “O conhecimento comum é traduzido na linguagem ordinária empregada no cotidiano das pessoas. É o saber do leigo, no mais das vezes despojado de rigor terminológico. O conhecimento científico, pelo contrário, pressupõe linguagem rigoroso. Aqui, deve o cientista fazer ingente esforço para se livrar das falácias da ambiguidade e da vaguidade dos signos (vícios constantes no conhecimento vulgar) com o objetivo de outorgar maior precisão ao discurso científico” (p. 30-31).

¹⁷⁵ MAZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 43. [23-72]

¹⁷⁶ FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 520.

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: (Vide Recurso Extraordinário nº 646.721) (Vide Recurso Extraordinário nº 878.694)

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

O inciso I, em especial, não é compreensível com apenas uma leitura. Em verdade, é quase necessário desenhar para entender o dispositivo, sendo que uma das propostas de reforma do IBDFAM¹⁷⁷ diz respeito à sua simplificação, tornando-o como abaixo:

Art. 1.829, Anteprojeto de lei para reforma sucessória. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge ou com o companheiro sobrevivente.

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge ou com o companheiro sobrevivente;

III - ao cônjuge ou ao companheiro sobrevivente;

IV - aos colaterais.

Nos mesmos moldes, o inciso I do art. 1.799: “Art. 1.799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão”, sendo necessária atenção para compreendê-lo.

Outro tipo de problema que viola a ideia de operabilidade diz respeito a termos ininteligíveis, confusos ou impropriamente utilizados. Vejam-se, por exemplo, os artigos 1.784 e 1.785 do CC/02:

Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

Art. 1.785. A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.

No tópico 2.1, foi esclarecido que “sucessão” é utilizada como a transferência da herança ou do legado ao herdeiro ou ao legatário, que substituem o falecido em razão da morte. Tal conceito está relacionado com o também já explicado Princípio de *Saisine*. A união de ambos

¹⁷⁷ DELGADO, Mário Luiz; NEVARES, Ana Luíza Maia; AGUIRRE, João Brandão; Tartuce, Flávio. *Anteprojeto de lei para reforma do Direito das Sucessões*. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/upload/anteprojeto_sucessoes/anteprojeto_sucessoes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

e o dispositivo estabelecem que assim que alguém falece, sua sucessão, essa substituição em razão da morte, é aberta.

Ocorre que no dispositivo heterotópico acima, regulando matéria processual dentro do CC/02, a sucessão não é algo físico, que exige necessariamente um lugar para ocorrer. Por exemplo: existindo herdeiros em três cidades distintas e sendo o último domicílio do *de cujus* uma quarta cidade diferente, a sucessão não vigora apenas para quem esteja circunscrito à competência territorial judicial do dispositivo. Ou seja, a palavra “sucessão”, em verdade, deveria ser representada por “inventário judicial”, vez que o que precisa de um marco territorial é o processo judicial sucessório – sequer o inventário administrativo está adstrito à referida competência (art. 1º da Resolução nº 35/2007, CNJ¹⁷⁸).

Tal afinamento, felizmente, está presente nos dispositivos processuais. Veja-se:

Art. 611. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

Art. 48. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

Vale dizer que tais normas tratam de competência territorial, de modo que o ajuizamento em local diverso ao estabelecido no art. 48 e incisos do parágrafo único não enseja a contestação de ofício pelo juiz (Súmula 33, STJ¹⁷⁹).

Além deste tipo de celeuma, o Direito Sucessório possui uma série de palavras próprias, cujo estudo demanda especial atenção primeiro para aprendê-las, como que montando um glossário. Há, claro, palavras de fácil compreensão. Mas existem outras que: 1) ou são incompreensíveis a pessoa estranha à área (*de cujus*, espólio, herdeiro necessário), ou 2) parecem com palavras já conhecidas (no linguajar cotidiano ou de outras áreas jurídicas), mas, em Sucessões, têm significado diverso (adjudicação, legítima, delação).

¹⁷⁸ Art. 1º, Resolução nº 35/2007, CNJ. Para a lavratura dos atos notariais de que trata a Lei nº 11.441/07, é livre a escolha do tabelião de notas, não se aplicando as regras de competência do Código de Processo Civil.

¹⁷⁹ Súmula 33, STJ. A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

Em relação ao primeiro grupo de palavras, fica explicada a dificuldade para que leigos, por exemplo, consigam compreender questões sucessórias, visto que, na maioria das vezes, os exemplos de palavras mencionadas nada significam para eles, possuindo sentido “morto” no lugar de “*de cujus*”; “titular dos bens deixados pelo morto” em vez de espólio¹⁸⁰; e “herdeiro que necessariamente receberá ao menos 50% dos bens deixados pelo morto, em divisão com os demais herdeiros que se enquadram no art. 1.845, CC/02”, no lugar de “herdeiro necessário”¹⁸¹.

O segundo grupo, por sua vez, tem impacto maior nos profissionais do Direito não especializados/habitados em Sucessões, os quais, acreditando que conhecem os termos, deparam-se com uma significação diversa no âmbito sucessório, acabando por cometer alguns erros. Exemplo disso é o art. 649, CPC/15, com grifos nossos:

Art. 649. Os bens insuscetíveis de divisão cômoda que não couberem na parte do cônjuge ou companheiro supérstite ou no quinhão de um só herdeiro serão *licitados* entre os interessados ou vendidos judicialmente, partilhando-se o valor apurado, salvo se houver acordo para que sejam *adjudicados* a todos.

No Direito Sucessório, o termo “adjudicação” é continuamente utilizado com um significado específico, conforme esclarece Silva¹⁸², “[...] no caso de existir um só herdeiro [...] o que se registra no Registro de Imóveis, supondo-se que o espólio contivesse algum imóvel, é o que se contém na sentença de *adjudicação* [...] O *formal de partilha* é de se exigir no inventário e no arrolamento quando houver mais de um herdeiro”.

Ou seja, ele é empregado a fim de designar o tipo de consolidação de propriedade a depender do(s) sujeito(s). Assim, quem lida com o ramo entende que ao se falar em adjudicação está havendo referência à sucessão universal, com herdeiro único. Com isso em mente, o dispositivo acima estaria empregando o termo “adjudicados” equivocadamente, o que não necessariamente é o caso.

¹⁸⁰ TARTUCE, Flávio. *Direito civil*. Vol. 6 – Direito das sucessões. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 38.

¹⁸¹ Art. 1.845, CC/02. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Art. 1.846. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.

¹⁸² SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1977, cit., p. 385, grifos nossos.

O termo “adjudicação” é constantemente utilizado na área de Execução e, consoante Humberto Theodoro Júnior¹⁸³, representa “uma forma *indireta* de satisfação do crédito do exequente, que se realiza pela transferência do próprio bem penhorado ao credor, para extinção de seu direito”, tendo como característica marcante o fato de usar o próprio bem como meio de pagamento em vez de transformá-lo em dinheiro¹⁸⁴.

No caso, correta a interpretação de Zeno Veloso¹⁸⁵, que traduz a expressão também existente no art. 2.019, CC/02¹⁸⁶, e da qual foi inspirada a redação processual, como a continuidade da propriedade e posse comuns, que são dessa forma desde a abertura da sucessão.

Contudo, diante dessa dupla significação frente ao vocabulário comum da área, o texto legal deveria ser mais técnico, pois palavras ambíguas não são bem vindas na legislação, já que podem gerar dúvidas ineficientes, o que ocorre no presente caso.

Segundo relatos de alguns magistrados entrevistados na pesquisa de campo feita neste trabalho (Capítulo 3), há outro equívoco comum em relação à “adjudicação”: há ajuizamento de ação de adjudicação compulsória¹⁸⁷⁻¹⁸⁸ em vez de um arrolamento sumário que finaliza com adjudicação. Confusão esta que gera atraso processual e prejuízo aos jurisdicionados.

¹⁸³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de execução e cumprimento de sentença*. 29 ed. São Paulo: Universitária de Direito, 2017, p. 501, grifos do original.

¹⁸⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de execução e cumprimento de sentença*. 2017, *cit.*, p. 502.

¹⁸⁵ VELOSO, Zeno. Comentários ao art. 2.019. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Código Civil comentado*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 2069.

¹⁸⁶ Art. 2.019, CC/02. Os bens insuscetíveis de divisão cômoda, que não couberem na meação do cônjuge sobrevivente ou no quinhão de um só herdeiro, serão vendidos judicialmente, partilhando-se o valor apurado, a não ser que haja acordo para serem adjudicados a todos. § 1º Não se fará a venda judicial se o cônjuge sobrevivente ou um ou mais herdeiros requererem lhes seja adjudicado o bem, repondo aos outros, em dinheiro, a diferença, após avaliação atualizada. § 2º Se a adjudicação for requerida por mais de um herdeiro, observar-se-á o processo da licitação.

¹⁸⁷ Art. 15, Decreto-Lei nº 58/1937. Os compromissários têm o direito de, antecipando ou ultimando o pagamento integral do preço, e estando quites com os impostos e taxas, exigir a outorga da escritura de compra e venda.

Art. 16, Decreto-Lei nº 58/1937. Recusando-se os compromitentes a outorgar a escritura definitiva no caso do artigo 15, o compromissário poderá propor, para o cumprimento da obrigação, ação de adjudicação compulsória, que tomará o rito sumaríssimo. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973). § 1º A ação não será acolhida se a parte, que a intentou, não cumprir a sua prestação nem a oferecer nos casos e formas legais. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973). § 2º Julgada procedente a ação a sentença, uma vez transitada em julgado, adjudicará o imóvel ao compromissário, valendo como título para a transcrição. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973) § 3º Das sentenças proferidas nos casos deste artigo, caberá apelação. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973) § 4º Das sentenças proferidas nos casos deste artigo caberá o recurso de agravo de petição. § 5º Estando a propriedade hipotecada, cumprido o dispositivo do § 3º, do art. 1º, será o credor citado para, no caso deste artigo, autorizar o cancelamento parcial da inscrição, quanto aos lotes comprometidos.

¹⁸⁸ Art. 1.417, CC/02. Mediante promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel.

Ainda nos arts. 649, CPC/15 e 2.019, § 2, CC/02, é importante dizer que o termo “licitados” não guarda total relação com a licitação do Direito Administrativo, empregando seu procedimento, mas significando que “se mais de um herdeiro requerer a adjudicação, será feita licitação, e o que oferecer e pagar mais ficará com o bem”¹⁸⁹.

O termo “legítima”, como já foi explicado acima, também é terreno para ambiguidades, visto que pode gerar ruído no que tange à sucessão legítima, que segue o regramento legal, e ao instituto que atribui metade dos bens aos indivíduos mencionados no art. 1.845, CC/02¹⁹⁰. Em resumo, o herdeiro legítimo (indicado pela lei) pode ou não ter direito à legítima, a depender se for ou não herdeiro necessário. Termos tão próximos poderiam ter sido pensados e conceituados de forma a não gerar esse tipo de problema.

Em relação à “delação”, há diferença de conceituação no âmbito criminal e sucessório: no primeiro, bastante comum no contexto de processos criminais que apreciam o delito de corrupção, significa a “possibilidade de premiar o traidor — atenuando a sua responsabilidade criminal —, desde que delate seu comparsa, facilitando o êxito da investigação das autoridades constituídas”¹⁹¹. Já no Direito Sucessório representa “o período que separa ou *medeia* a abertura sucessória, pela morte, e a aceitação ou a renúncia à herança”¹⁹².

E no que tange à linguagem – resvalando, em verdade, num problema de antinomia jurídica –, depara-se com um grave problema atinente a temas que possuem regras bifrontes e heterotópicas (melhor explicadas no subtópico seguinte – 2.2.4): a divergência entre normas que versam sobre o mesmo instituto.

Art. 1.418, CC/02. O promitente comprador, titular de direito real, pode exigir do promitente vendedor, ou de terceiros, a quem os direitos deste forem cedidos, a outorga da escritura definitiva de compra e venda, conforme o disposto no instrumento preliminar; e, se houver recusa, requerer ao juiz a adjudicação do imóvel.

¹⁸⁹ VELOSO, Zeno. Comentários ao art. 2.019. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Código Civil comentado*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 2069.

¹⁹⁰ Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

¹⁹¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. Delação premiada é favor legal, mas antiético. *Conjur – Consultor Jurídico*, São Paulo, 10 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/cezar-bitencourt-delacao-premiada-favor-legal-antietico>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

¹⁹² TARTUCE, Flávio. *Direito civil*. Vol. 6 – Direito das sucessões. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 82, grifos do autor.

Segundo Barbosa Moreira¹⁹³, quando uma mesma matéria é regulada no CPC e no CC, nem sempre os textos de um código terão correspondente no outro, podendo haver também a regulamentação conjunta, da qual se espera complementaridade, exigindo do intérprete o estudo em conjunto das disposições. O autor, contudo, ressalta que há superposições sem harmoniosa, aconselhando que “devemos dar-nos por felizes quando os dois códigos, no tratamento desta ou daquela matéria adotam posições coincidentes”¹⁹⁴.

O conflito ocorre, por exemplo, na colação. Enquanto o art. 639, parágrafo único do CPC¹⁹⁵ diz que a colação é calculada com base no valor do bem à época da abertura da sucessão, o art. 2.004 do CC¹⁹⁶ expressa que o cálculo será feito com base no valor existente na época da liberalidade.

O Enunciado 119 da I Jornada de Direito Civil da CJF¹⁹⁷ dispõe que se o bem estiver fora do patrimônio, será utilizado o valor à época da doação e, se estiver no patrimônio, o valor do bem na abertura da sucessão, que seria a data de “constituição” da legítima”.

Apesar de antigas críticas quanto ao que propõe o CC/02¹⁹⁸, o anteprojeto do IBDFAM sugere a revogação dos artigos do CPC, visto que a conclusão das reuniões da Comissão de Assuntos Legislativos do IBDFAM foi no sentido de que “o sistema de colação pelo valor no momento da liberalidade é melhor para o planejamento sucessório, estando totalmente adequado a uma

¹⁹³ MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo Código Civil e o Direito Processual. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 94.

¹⁹⁴ MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo Código Civil e o Direito Processual. 2006, *cit.*, p. 95.

¹⁹⁵ Art. 639, CPC/15. No prazo estabelecido no art. 627, o herdeiro obrigado à colação conferirá por termo nos autos ou por petição à qual o termo se reportará os bens que recebeu ou, se já não os possuir, trar-lhes-á o valor. Parágrafo único. Os bens a serem conferidos na partilha, assim como as acessões e as benfeitorias que o donatário fez, calcular-se-ão pelo valor que tiverem ao tempo da abertura da sucessão.

¹⁹⁶ Art. 2.004, CC/02. O valor de colação dos bens doados será aquele, certo ou estimativo, que lhes atribuir o ato de liberalidade. § 1º Se do ato de doação não constar valor certo, nem houver estimação feita naquela época, os bens serão conferidos na partilha pelo que então se calcular valessem ao tempo da liberalidade. § 2º Só o valor dos bens doados entrará em colação; não assim o das benfeitorias acrescidas, as quais pertencerão ao herdeiro donatário, correndo também à conta deste os rendimentos ou lucros, assim como os danos e perdas que eles sofrerem.

¹⁹⁷ Enunciado 119, CJF (I Jornada de Direito Civil). Para evitar o enriquecimento sem causa, a colação será efetuada com base no valor da época da doação, nos termos do caput do art. 2.004, exclusivamente na hipótese em que o bem doado não mais pertença ao patrimônio do donatário. Se, ao contrário, o bem ainda integrar seu patrimônio, a colação se fará com base no valor do bem na época da abertura da sucessão, nos termos do art. 1.014 do CPC, de modo a preservar a quantia que efetivamente integrará a legítima quando esta se constituiu, ou seja, na data do óbito (resultado da interpretação sistemática do art. 2.004 e seus parágrafos, juntamente com os arts. 1.832 e 884 do Código Civil).

¹⁹⁸ FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 525-527.

das premissas fundamentais deste anteprojeto, qual seja o de valorização da autonomia privada do testador e dos herdeiros”¹⁹⁹, ideias corroboradas por este trabalho. É também nesse sentido que tem decidido o Superior Tribunal de Justiça (STJ)²⁰⁰, com fundamento nos princípios do direito intertemporal²⁰¹.

Dito isso a respeito das ligações dentro do direito material, quanto à ponte entre direito material e processual, será feita análise em tópico específico a seguir.

2.2.4 Relação (e distinção) entre direito material e direito processual: normas heterotópicas e bifrontes, e teoria circular dos planos

Em relação a direito material e direito processual, define Silva²⁰²:

Tentando definir o direito material, pode dizer-se que é aquele que disciplina uma ordenação da vida; que regula, em última análise, os direitos subjetivos, as pretensões, as ações e as posições jurídicas. Tudo, enfim, que resulta dos atos lícitos e ilícitos das pessoas. E a composição ou satisfação desse direito pode ser feita voluntariamente, e na maioria dos casos o é, porque uma das partes reconhece que tem o dever de prestar, e adimple. Mas, em outros casos, tal não sucede, porque uma delas não quer, ou não pode, isso não importa, satisfazer o dano ou cumprir a obrigação. É preciso que o Estado vá dirimir aquilo que se denomina de litígio e, pelo menos, a solução cogente dele não pertence ao direito material. O direito processual não está totalmente fora do direito substancial, porque em toda a ordenação vital está prevista a hipótese de não ser cumprido o ordenamento posto.

¹⁹⁹ DELGADO, Mário Luiz; NEVARES, Ana Luiza Maia; AGUIRRE, João Brandão; Tartuce, Flávio. *Anteprojeto de lei para reforma do Direito das Sucessões*. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/upload/anteprojeto_sucessoes/anteprojeto_sucessoes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018, fl. 27.

²⁰⁰ 84511047 - RECURSO ESPECIAL. SUCESSÃO. BENS À COLAÇÃO. VALOR DOS BENS DOADOS. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA ABERTURA DA SUCESSÃO. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 2.004 DO CC/2002. VALOR ATRIBUÍDO NO ATO DE LIBERALIDADE COM CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ A DATA DA SUCESSÃO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. Tendo sido aberta a sucessão na vigência do Código Civil de 2002, deve-se observar o critério estabelecido no art. 2.004 do referido diploma, que modificou o art. 1.014, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, pois a contradição presente nos diplomas legais, quanto ao valor dos bens doados a serem trazidos à colação, deve ser solucionada com observância do princípio de direito intertemporal *tempus regit actum*. 2. O valor de colação dos bens deverá ser aquele atribuído ao tempo da liberalidade, corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão. 3. Existindo divergência quanto ao valor atribuído aos bens no ato de liberalidade, poderá o julgador determinar a avaliação por perícia técnica para aferir o valor que efetivamente possuíam à época da doação. 4. Recurso especial não provido. (STJ; REsp 1.166.568; Proc. 2009/0224975-7; SP; Quarta Turma; Rel. Des. Fed. Conv. Lázaro Guimarães; DJE 15/12/2017)

²⁰¹ Segundo Theodoro Júnior (THEODORO JÚNIOR, Humberto. O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 126.), “Qualquer conflito normativo entre os dois estatutos legais não se resolverá pela especialização da lei, nem pela pesquisa da natureza intrínseca do preceito, mas pelos princípios do direito intertemporal”.

²⁰² SILVA, Clovis V. do Couto e. Direito material e processual em tema de prova. *Revista de Processo*, vol. 13, jan-mar. 1979, p. 136.

[...] As normas do direito processual civil dirigem-se, em consequência, predominantemente à atividade dos órgãos do Estado e determinam como devem proceder para reparar o ilícito, dirimir o litígio, auxiliar os que pedem a aplicação do direito, e documentar ou controlar os assuntos privados mais importantes.

Em poucas palavras, enquanto o direito material regula as relações, o direito processual normatiza o rito processual²⁰³. Na Exposição de Motivos do CC/02²⁰⁴, na diretriz constante da letra “j”, afirmou-se a intenção de eliminar da lei material quaisquer regras de ordem processual, a não ser quando intimamente ligadas ao direito material, de modo que a supressão delas – regras heterotópicas – lhe pudesse mutilar o significado.

Treze anos depois, o artigo final do CPC/15 (1.072) se dedicou a expressamente revogar no inciso II alguns dispositivos do Código Civil que tratavam de matéria processual, quais sejam os arts. 227, caput, 229, 230 (provas), 456 (denúnciação da lide), 1.482, 1.483 e 1.768 a 1.773 (interdição).

Diante dessas situações, parece, então, ter falhado o CC/02 na obediência de sua diretriz. Especificamente quanto ao inventário e partilha não houve revogação de dispositivo algum. Ocorre que, como bem ressaltado por Figueiredo²⁰⁵, os procedimentos especiais de forma geral costumam se submeter a uma bipartição legislativa. Isso acontece porque o fato de fugirem ao procedimento comum se funda justamente no direito material. Assim, nada mais natural que entre eles exista intensa simbiose.

²⁰³ Embora a diferenciação entre normas materiais e processuais seja clássica no Direito, há diversas críticas quanto à sua pertinência. Avelino (AVELINO, Murilo Teixeira. Normas processuais e normas materiais: uma dicotomia enfraquecida. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; MAZZEI, Rodrigo. Direito civil. Coleção Repercussões do Novo CPC. V. 14. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 79), por exemplo, esvazia os aparentes motivos para diferenciá-las, quais sejam: divisão estanque (superada pela existência de normas bifrontes) e importância para aplicação temporal (vendo-se o processo como ato complexo, a incidência da norma é aplicada de acordo com cada degrau que se caminha no mesmo, logo, assim como as materiais, também incidem sobre os fatos ocorridos sob sua vigência).

²⁰⁴ BRASIL (Senado Federal). *Novo Código Civil: exposição de motivos e texto sancionado*. 2 ed. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70319/743415.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 02 abr. 2018, fl. 26.

²⁰⁵ FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 521, nota nº 38.

Figueiredo²⁰⁶ afirma que no caso do inventário isso se dá ao observar o próprio nome do instituto, que ora se apresenta como modo necessário de liquidação do acervo hereditário, ligado ao direito material, ora como procedimento especial que se destina a preparar os bens para a partilha, com vinculação ao direito processual, portanto.

Mazzei²⁰⁷ menciona que a interferência do Código Civil em temáticas processuais é decorrente da evolução do estudo do Direito (não mais engessada na divisão direito material x direito processual²⁰⁸) e do princípio da operabilidade, tendo em vista que há figuras e inovações do CC/02 que merecem aplicação imediata, logo, requerem a superfície processual criada.

Quando a norma possuir conteúdo relacionado a um campo, mas estiver localizada em diploma de outro, será denominada heterotópica, que é “uma combinação do grego *héteros*, que transmite a ideia de diverso, outro, diferente, desigual, com o também de *tópikos*, relativo a lugar (...) tem-se que deve ser considerada como regra heterotópica a norma que está deslocada”²⁰⁹. A análise do conteúdo, portanto, e nunca seu “local” é que deve guiar o intérprete na identificação do tipo de norma²¹⁰. Se nessa análise a mesma norma contiver dupla feição, trazendo reflexos materiais e processuais no mesmo conteúdo, tratar-se-á de norma bifronte²¹¹.

Por algum tempo as áreas jurídicas material e processual se confundiram e, na tentativa de individualizá-las, houve uma época em que se tornaram completamente estranhas. A visão mais moderna, contudo, é de que “O direito material funciona como ponto de partida para o

²⁰⁶ FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 521.

²⁰⁷ MAZZEI, Rodrigo Reis. Enfoque processual do art. 928 do Código civil: responsabilidade civil do incapaz. *Revista Brasileira de Direito Processual*, v. 61, 2008, p. 47.

²⁰⁸ “Para sustentar-se a autonomia do Direito Processual não é necessário negar-lhe o caráter instrumental que todos lhe reconhecem”. (FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais. Disponível em: < <http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo57.htm> >. Acesso em: 02 abr. 2018, sem paginação).

²⁰⁹ MAZZEI, Rodrigo Reis. Enfoque processual do art. 928 do Código civil: responsabilidade civil do incapaz. *Revista Brasileira de Direito Processual*. v. 61, 2008. p. 48.

²¹⁰ Alerta Tartuce (TARTUCE, Fernanda. *Processo civil no direito de família: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo: Método, 2017, p. 4): “Lembre-se, no entanto, de que a localização das normas em um ou em outro código são indicativos apenas da natureza prevalente de seu conteúdo normativo: há normas instrumentais no Código Civil e normas materiais no Código de Processo”.

²¹¹ MAZZEI, Rodrigo Reis. Enfoque processual do art. 928 do Código civil, 2008, *cit.*, p. 50.

direito processual, no sentido de não se pensar o processo em direção ao direito material, mas bem ao contrário, do direito material para o direito processual”²¹².

Para Fernanda Tartuce e Flávio Tartuce²¹³, a relação do Direito Civil e Processual Civil deve ter por base dois aspectos fundamentais, quais sejam a instrumentalidade e a efetividade: o processo enquanto instrumento para efetivação do direito material, que depende, portanto, daquele para ser resguardado. Até mesmo porque, pelo enquadramento do processo civil contemporâneo no formalismo-valorativo, embora se parta da diferenciação entre direito material e direito processual, diferenciá-los não torna os dois planos estanques, bem pelo contrário, um e outro se imbricam numa relação circular²¹⁴.

Em outras palavras, tais ideias nada mais representam do que a “teoria circular dos planos”, que reconhece a interdependência e complementaridade entre ambos²¹⁵, tendo-se como consequência a ideia de que o processo, como instrumento que é, deve se adequar ao direito material que pretende servir, tendo-o como valor ideológico, o que demonstra a ligação entre os princípios da adequação e da instrumentalidade²¹⁶.

O procedimento de inventário e partilha exige permanente diálogo entre as normas de direito material e processual, com cuidado redobrado do operador, pois direitos e deveres não necessariamente se encontrarão no CC, tampouco aspectos procedimentais são exclusivos do CPC, o que não o desmerece de forma alguma, apenas demonstra sua complexidade. Analisá-lo sob a perspectiva acima demonstrada, sem dúvidas, conduz a um caminho em direção à efetividade.

²¹² JEVEAUX, Geovany Cardoso. As relações entre o direito material e o direito processual. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 7.

²¹³ TARTUCE, Fernanda; TARTUCE, Flávio. Lei nº 11.441/2007: diálogos entre direito civil e direito processual civil quanto à separação e divórcio extrajudiciais. *Jus Navigandi*, ano 11, n. 1478, 19 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10168>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

²¹⁴ ÁVILA, Raniel Fernandes de. A teoria dos fatos jurídicos processuais no processo civil do estado democrático constitucional brasileiro. 2017. 370 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017, p. 187.

²¹⁵ ZANETI JÚNIOR, Hermes. *A constitucionalização do processo*, 2014, *cit.*, p. 191.

²¹⁶ ZANETI JÚNIOR, Hermes. *A constitucionalização do processo*. 2014, *cit.*, p. 193.

2.2.5 Adequação do inventário judicial como procedimento especial²¹⁷⁻²¹⁸

O CPC/15 é um verdadeiro marco no Processo Civil brasileiro, visto que, muito mais do que uma reforma do Código anterior, consistiu na instauração de um Processo Civil erigido integralmente à luz da Constituição da República Federativa e fundado expressamente em ideais tais como boa fé, cooperação e efetivo contraditório, por exemplo, que demandam uma mudança de perspectiva do operador do Direito.

Há, portanto, diversas mudanças relevantes nesse diploma, sendo importante voltar os olhos para a atual legislação, verificando o que foi mantido, excluído, alterado e/ou incluído, de forma a estar preparado para seu correto emprego.

Sabe-se, por exemplo, que seis procedimentos especiais foram excluídos do rol expresso de procedimentos especiais do CPC/15 (ação de depósito²¹⁹; ação de anulação e substituição de

²¹⁷ Para uma concepção atual de processo e procedimento, Nunes (NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 174) faz uma releitura da teoria do processo e vislumbra “um processo estruturado em perspectiva participativa e policêntrica, ancorado nos princípios processuais constitucionais, impõe um espaço público no qual se apresentam as condições comunicativas para que todos os envolvidos, assumindo a responsabilidade de seu papel, participem na formação de provimentos legítimos que permitirá a classificação discursiva das questões fáticas e jurídicas”. Com complemento de Marinoni (MARINONI, Luiz Guilherme. Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 561), que critica a teoria de Fazzalari em razão que este, para considerar como legítima a jurisdição, exige tão somente a existência de contraditório, enquanto o autor brasileiro afirma que esse pressuposto é insuficiente, devendo ser conjugado com a adequação do procedimento ao direito material, o que também é amplamente possibilitado pelo CPC/15. Em relação ao procedimento, Fazzalari assevera que a estrutura procedimental consiste numa série de normas, que culmina na norma reguladora de um ato final, que será um simples ato ou, mais comumente, um provimento (que, algumas vezes, pode se dividir em mais fases; e até mesmo resultar de um único processo, mais de um provimento). Cada ato é consequência do ato anterior e pressuposto para o ato subsequente, segundo ordem estabelecida pela lei. O ato final, que é o responsável por gerar o efeito jurídico, apenas será considerado válido e eficaz se precedido da sequência de atos determinada legalmente (FAZZALARI, Elio. *Instituições de direito processual*. Trad. Elaine Nassif. 1 ed. Campinas: Bookseller, 2006, p. 113-117).

²¹⁸ Segundo Mazzei e Gonçalves (MAZZEI, Rodrigo Reis; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Org.). *PRODIREITO: Programa de Atualização em Direito – ciclo 1*. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 101-102), o CPC/15 não tem pretensão de ser um código completo, de modo que não cria embaraços para a existência de procedimentos especiais não codificados, podendo constar em legislação extravagante (regula, ao mesmo tempo, normas processuais e materiais) – que se contrapõe à legislação especial pois esta fala ou de material ou de processual, conforme Mazzei.

²¹⁹ Comparando-se os arts. 311, III, CPC/15 com o art. 902, CPC/73, parece ter havido a migração do procedimento existente na ação de depósito para uma das hipóteses da tutela de evidência. Veja-se: Art. 311, CPC/15. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: [...] III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; *versus* Art. 902, CPC/73 (revogado). Na petição inicial instruída com a prova literal do depósito e a estimativa do valor da coisa, se não constar do contrato, o autor pedirá a citação do

títulos ao portador; ação de nunciação de obra nova; ação de usucapião de terras particulares e ação de vendas a crédito com reserva de domínio, ação de especialização da hipoteca legal)²²⁰⁻²²¹ e nove expressamente incluídos no rol de procedimentos especiais do CPC/15 (ação de exigir contas²²²; ação de dissolução parcial de sociedade²²³; ação de oposição²²⁴; ações de família; ação da regulação de avaria grossa, ação de homologação do penhor legal²²⁵, ação de ratificação de protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo, ação de notificação e interpelação²²⁶). O procedimento de inventário e partilha está entre aqueles que foram mantidos, sendo o foco desse estudo.

Após ultrapassar a ideia do processo como um fim em si mesmo, a existência de procedimentos diferentes do procedimento comum recebeu diversas críticas sob alegação de que representaria um culto à forma, um retorno à era praxista²²⁷ ou de que subordinaria o direito processual ao material²²⁸.

réu para, no prazo de 5 (cinco) dias: I - entregar a coisa, depositá-la em juízo ou consignar-lhe o equivalente em dinheiro; II - contestar a ação.

²²⁰ MAZZEI, Rodrigo Reis; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Org.). PRODIREITO: Programa de Atualização em Direito – ciclo 1. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 100.

²²¹ Lembrando que não há qualquer impedimento para que tais ações continuem a ser ajuizadas, mas, doravante, sob o procedimento comum (MARCACINI, Augusto. *As inovações do CPC de 2015: da propositura da ação até a sentença*. 2016. [eBook Kindle]), o que comprova que tais ações não se tratavam verdadeiramente de procedimentos especiais, mas de ações de procedimento comum com utilização de técnicas especiais, o que é possível na legislação atual, conforme art. 327, p. 2º, CPC/15.

²²² Em substituição à ação de prestação de contas, que antes abarcava a exigência de contas (que se manteve) e também dar ou prestar contas (que foram excluídas) (MAZZEI; GONÇALVES. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. *cit.*, 2015, p. 100).

²²³ A ação de dissolução de sociedade, em que pese a revogação dos arts. 655-674 CPC/39 que anteriormente a previam, continuava a ser ajuizada sob a égide do CPC/73 mediante o rito comum.

²²⁴ A ação de oposição, anteriormente tratada como hipótese de intervenção de terceiros (arts. 56-61, CPC/73), foi trazida para o rol de procedimentos especiais. (MAZZEI; GONÇALVES. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. *cit.*, 2015, p. 100).

²²⁵ A ação de homologação do penhor legal, disciplinada como cautelar típica no CPC/73 (arts. 874-876) foi direcionada para o rol de procedimentos especiais. (MAZZEI; GONÇALVES. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. *cit.*, 2015, p. 100).

²²⁶ As ações de notificação e interpelação (em conjunto com os protestos – que apesar de não constarem no título da seção, recebem a mesma normatização conforme art. 726, § 2º, CPC/15) eram previstas como cautelar típica e agora constam no rol de procedimentos especiais. (MAZZEI; GONÇALVES. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. *cit.*, 2015, p. 100).

²²⁷ Quanto ao tema, Mazzei e Gonçalves (MAZZEI; GONÇALVES. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. *cit.*, 2015, p. 111): “Por mais que se tenha tentado contrapor a técnica dos procedimentos especiais aos princípios e conceitos do processualismo científico, sob a suposição de que as variações procedimentais em conformação com peculiaridades do direito material invocado em juízo seriam um ranço do proceduralismo ou do praxismo, a verdade é que a passagem da processualística pela onda renovatória que a levou à fase da instrumentalidade fez com que os procedimentos especiais voltassem a ser reverenciados como técnica eficaz à concretização dos escopos do processo e dos direitos fundamentais”.

²²⁸ Fabricio (FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais. Disponível em: < <http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo57.htm> >. Acesso em: 02 abr. 2018) menciona tal corrente e se posiciona de forma contrária: “Os campos, ramos ou departamentos em que se distribui a ciência jurídica não são

Proto Pisani é apontado pela doutrina²²⁹ como criador da expressão “tutelas jurisdicionais diferenciadas”, tendo publicado em 1979 sobre o assunto na *Rivista di Diritto Processuale*, demonstrando que, em contraposição ao procedimento padrão, era necessária a estruturação conforme peculiaridades das situações substanciais controvertidas²³⁰. Para Lucon²³¹, o conceito de Proto Pisani é uma das possibilidades para a expressão “tutela diferenciada”, que é mais ampla e também pode abarcar “processos dotados de especialidade procedimental, mas que propiciam desenvolvimento de atividade cognitiva ampla e exauriente”. O foco do autor italiano era voltado à tutela com cognição sumária no lugar da exauriente, o que nem sempre é o caso da criação de procedimentos especiais²³², como se observa claramente do inventário, visto que não há redução no aprofundamento da análise sob seu crivo²³³.

Grinover²³⁴ destaca a importância de a técnica processual conceber processos diferenciados, adequando os procedimentos aos diversos tipos de controvérsias, cujas balizas devem ser as pretensões de direito material. Em consonância com tal ideia, Fabrício²³⁵ entende que, ao lado de um procedimento comum a ser utilizado na maioria dos casos, existem os especiais, os quais fogem desse modelo fundamental vez que “a pretensão jurídico-material apresenta peculiaridades tais que exijam uma particular forma de tratamento em juízo”.

estanques e incomunicáveis; ao contrário, interpenetram-se e mutuamente se influenciam [...] Para sustentar-se a autonomia do Direito Processual não é necessário negar-lhe o caráter instrumental que todos lhe reconhecem”.

²²⁹ Por todos, RAATZ, Igor; ANCHIETA, Natascha. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência como espécies de tutela provisória no novo código de processo civil. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Volume 15. Jan-jun. 2015, p. 276, nota 21.

²³⁰ PROTO PISANI, Andrea. Sulla tutela giurisdizionale differenziata. *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, ano 34, n. 4, p. 536-591, outubro-dezembro/1979 *apud* GORON, Lívio Goellner. Repensando as tutelas de urgência e as fronteiras entre medidas cautelares e antecipatórias. *Revista Dialética de Direito Processual*. São Paulo, n. 103, p. 67-87, 2011, p. 74.

²³¹ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Considerações sobre a tutela jurisdicional diferenciada. In: CIANCI, Mirna; QUARTIERI, Rita; MOURÃO, Luiz Eduardo; GIANNICO, Ana Paula C. *Temas atuais das tutelas diferenciadas*. Saraiva: São Paulo, 2009, p. 647.

²³² “Embora pertença obviamente ao legislador do processo a escolha dessas causas, é igualmente claro que só no Direito Material pode ele encontrar os elementos indicadores da necessidade ou conveniência de estabelecê-los em correspondência com determinadas “ações” (*rectius*, pretensões de Direito Material). [10] Em regra, o problema de ser ou não ser completa a *cognitio* não se acha envolvido, influindo, isto sim, na criação das formas sumárias. A cognição, nos processos submetidos a rito especial, costuma ser plena em profundidade e, se isto não ocorre em alguns casos, o dado é meramente acidental. O que pode haver é limitação em extensão da *cognitio*, pela razão de ser por hipótese limitado o próprio objeto do pedido” (FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais, *cit.*, sem paginação).

²³³ Sendo questões que demandem provas diferentes da documental remetidas para as vias ordinárias, conforme art. 612, CPC/15.

²³⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. *Revista de Processo*, vol. 46, 1987, p. 60-83, abr.-jun. 1987, fl. 72.

²³⁵ FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais, *cit.*, sem paginação.

Do mesmo modo, segundo Clóvis do Couto e Silva²³⁶, o procedimento é qualificado como especial se, além dos pressupostos processuais comuns, a lei instituiu para ele, requisitos próprios. Em verdade, a existência de procedimentos especiais é justificada precipuamente²³⁷ pelas especificidades do direito material e pelo fato de ser o processo meio para que tal direito se concretize, “o que só se efetiva mediante diálogo e conexão entre os dois ramos do Direito”²³⁸.

Calmon de Passos²³⁹, à luz do CPC/73, afirmava que a especialidade procedimental tem lugar em caráter de exceção, apenas diante de absoluta necessidade, no caso de a utilização do procedimento ordinário ser lesivo ao provimento jurisdicional. Nessa mesma linha, Castro²⁴⁰ critica a timidez do legislador do CPC/15 por ter ousado pouco no que tange à diminuição dos procedimentos especiais codificados, fazendo a ressalva de que foi fornecida técnica processual para autorizar tal mitigação, inclusive em relação à legislação extravagante.

Para Mazzei e Gonçalves²⁴¹, os procedimentos especiais existem por se mostrarem imprescindíveis para viabilizar ao jurisdicionado uma tutela jurisdicional mais adequada e eficaz, visando responder “a presença de elemento objetivamente aferível diante da realidade do direito abstratamente considerado”²⁴². Desse modo, a depender das peculiaridades, haverá redução ou ampliação de prazos e alcance da cognição etc, sem que isso importe em violação ao contraditório e à ampla defesa.

Partindo dessa premissa e repousando no inventário judicial, que como visto, continua como procedimento especial no CPC/15, pergunta-se se essa manutenção tem razão de ser e se cumpre a função acima mencionada.

²³⁶ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1977, cit., p. 1.

²³⁷ Fabricio (FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais, cit., sem paginação) aponta também como motivo para os procedimentos especiais, dentre outros, tradição histórica; conveniência momentânea e local, com caráter emergencial; impaciência do legislador frente à morosidade judiciária; as temáticas que necessitam de *lex specialis* de conteúdo misto (material e processual), a exemplo da Lei de Locações.

²³⁸ MAZZEI, Rodrigo Reis. Enfoque processual do art. 928 do Código civil: responsabilidade civil do incapaz. *Revista Brasileira de Direito Processual*, v. 61, 2008, p. 47.

²³⁹ CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. V. 3. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 3.

²⁴⁰ CASTRO, Daniel Penteado de. Considerações sobre a sobrevivência dos procedimentos especiais no NCPC. In: DIDIER JR., Fredie (Coord. Geral). *Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada*. V. 4 - *Procedimentos especiais, tutela provisória e direito transitório*. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 327.

²⁴¹ MAZZEI; GONÇALVES, Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC, 2015, cit., p. 111.

²⁴² MAZZEI; GONÇALVES, Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC, 2015, cit., p. 113.

Em relação ao primeiro questionamento, é assente na doutrina a sua justificação²⁴³, diante das peculiaridades que envolvem o direito material em discussão. O inventário e a partilha são o procedimento especial com maior detalhamento existente no Código, consistindo os atos existentes entre os arts. 610-673, CPC/15, como imprescindíveis para o processamento lógico da pretensão sucessória, sendo “o rito ordinário naturalmente inadequado”²⁴⁴.

Conforme destaca Silva²⁴⁵, “o inventário é procedimento especial, e não apenas parcialmente especial, isto é, existem procedimentos que, uma vez contestados, seguem rito ordinário. Esse não é o caso do inventário [...]”.

Observe que não há, nesse caso, propriamente autor e réu, já que herdeiros, cônjuge/companheiro e legatários constam no polo ativo, enquanto o espólio do *de cujus* figura no passivo. E, ainda, o litígio²⁴⁶ é especial, pois, em ocorrendo, se dá dentro do mesmo polo, visto que é concretamente revelado no momento em que as partes formulam seus pedidos de quinhão e o juiz despacha deliberando a partilha²⁴⁷.

O fato de o inventário e a partilha serem um procedimento especial cumpre, portanto, o compromisso científico exigido por Adroaldo Furtado Fabrício²⁴⁸. Inclusive, a crítica feita por este autor à criação de procedimentos especiais como fuga aos inconvenientes do – à época (atualmente “comum”) – ordinário (formalismo, solenidade, morosidade etc) não se aplica ao

²⁴³ LEITE, Gisele. Considerações iniciais sobre os procedimentos especiais. Disponível em: < <http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo1074.htm> >. Acesso em: 02 abr. 2018, com grifos nossos: “É o caso dos pedidos de proteção possessória, cuja liminar informa a especialidade do procedimento, pode ser dispensada. Porém, existem pretensões que somente são dedutíveis no procedimento especial é o caso da consignação em pagamento, da divisão e demarcação de terras, *do inventário e partilha*, embargo de terceiro, habilitação de crédito em falência, restauração de autos, mandado de segurança e ação popular.” [...] “Assim há procedimentos especiais diferenciados do ordinário apenas pelo acréscimo de um ato inicial (como ocorre nas ações possessórias de força nova), outros são inicialmente especiais, mas conversíveis ao ordinário (v.g. ação de reintegração de posse de bem alienado com reserva de domínio), alguns inicialmente especiais mas conversíveis ao rito das ações cautelares (v.g. ação de nunciação de obra nova) e, outros, finalmente, irredutivelmente especiais (v.g. *inventário*).” Marcato, Antonio Carlos *apud* Misael Montenegro Filho.”

²⁴⁴ LEITE, Gisele. Considerações iniciais sobre os procedimentos especiais, *cit.*, sem ano, sem paginação.

²⁴⁵ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 1977, *cit.*, p. 280.

²⁴⁶ Em que pese a discussão acerca de o procedimento ser de jurisdição voluntária ou contenciosa, concorda-se com o posicionamento repetido pelo Código ao defini-lo como contencioso. No mesmo sentido, ver Pontes de Miranda, *Tratado de direito privado*, Campinas: Bookseller, 2011, p. 282-283.

²⁴⁷ MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado*. 4 ed. Barueri: Manole, 2004, p. 1495.

²⁴⁸ FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais, *cit.*, sem paginação.

caso, vez que o inventário é revestido de outras tantas formalidades e atos “contrários” à celeridade²⁴⁹, justamente para resguardar o direito material que o fundamenta.

O problema, conforme destaca Mazzei²⁵⁰, é que o legislador material partiu da ideia de que a herança será de grande monta, o que influenciou o legislador processual a criar um procedimento altamente complexo, contrário à duração razoável do processo e à própria dignidade humana, o que pouco sofreu alteração com o CC/02 ou o CPC/15.

Diante disso, observa-se que poderia ter sido feito mais em relação ao processo sucessório, com vistas a cumprir o próprio fundamento de ser um procedimento especial, qual seja ser adequado e efetivo, sem que isso implicasse prejuízo ao direito material. Como isso não aconteceu, resta ao intérprete se utilizar das relevantes mudanças paradigmáticas trazidas de forma geral pelo CPC/15, incorporando-as ao inventário com esse objetivo, como será feito no Capítulo 5.

Pode-se até mesmo questionar se tais mudanças esvaziariam o motivo de existência dos procedimentos especiais, o que não encontra resposta positiva, visto que, como bem pontuado por Mazzei e Gonçalves²⁵¹, viabilizar aos sujeitos do processo adaptações procedimentais não impede que o próprio legislador, de antemão, entenda como imprescindíveis certas variações que ensejam a criação de procedimentos distintos do comum.

A aplicação prática desse entendimento em relação ao inventário é observada a seguir: os envolvidos nessa situação, desde a Lei nº 11.441/07, têm a possibilidade de resolvê-la extrajudicialmente, fugindo, assim, dos aspectos negativos do processo judicial (morosidade, alto custo, tratamento muitas vezes alheio aos interesses das partes etc), desde que não haja testamento, interesse de incapaz ou litígio.

²⁴⁹ De forma alguma se pretende dizer que a celeridade prepondera sobre a justiça. Compartilha-se do entendimento de Alexandre Freitas Câmara, segundo o qual a duração razoável do processo representa nenhum dia a mais nem a menos para que se produza um resultado justo. No caso do inventário, por exemplo, todas as intimações para manifestação e impugnação refletem o cumprimento do contraditório, sendo os prazos justificáveis pela complexidade e pelo estudo que demandam. Para finalizar, pertinente exposição de Barbosa Moreira (MOREIRA, José Carlos Barbosa. O futuro da justiça: alguns mitos. Revista de Processo, v. 102, p. 228-237, abr.-jun. 2001, p. 232): “Se uma justiça lenta demais é decerto uma justiça má, daí não se segue que uma justiça muito rápida seja necessariamente uma justiça boa. O que todos devemos querer é que a prestação jurisdicional venha ser melhor do que é. Se para torná-la melhor é preciso acelerá-la, muito bem: não, contudo, a qualquer preço”.

²⁵⁰ MAZZEI, Rodrigo Reis. Noção geral do Direito de Sucessões no Código Civil: introdução do tema por 10 (dez) verbetes. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 438, 2014, p. 10.

²⁵¹ MAZZEI; GONÇALVES, Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC, 2015, cit., p. 115.

Ainda que exista testamento ou interesse de incapaz delimitando a realização do inventário na justiça, caso haja consenso (e inexistência de prejuízo em relação ao incapaz, representado por seus pais, tutor ou curador – art. 71, CPC/15²⁵² – e com aval do MP), existe, a partir do CPC/15, possibilidade para que os envolvidos se utilizem dos negócios jurídicos processuais atípicos, por exemplo, para imprimirem maior duração razoável e efetividade ao procedimento.

Restam condicionadas à crieza das regras postas, então, apenas aqueles que não estiverem dispostos ao diálogo, não convergindo sobre alguns aspectos em prol do bem maior que seria concretização do direito material, com o bônus de reduzir o tempo para tanto. Ainda para essas pessoas não será aplicado o procedimento comum, visto que o direito material que o processo visa resguardar, possui peculiaridades que ao comum não se coadunam, sendo necessários e prudentes os atos especiais definidos em lei.

²⁵² Art. 71, CPC/15. O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

3 A REALIDADE DO INVENTÁRIO JUDICIAL: PESQUISA DE CAMPO NAS VARAS ESPECIALIZADAS DA MICRORREGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 2017

3.1 POR QUE IR A CAMPO

Segundo o painel interativo do CNJ relativo ao “Justiça em Números”²⁵³, cujos últimos dados referentes a início de processos novos são de 2016, apenas no referido ano foram ajuizados 87.704 inventários judiciais no Brasil e 1.263 no Espírito Santo (havendo também 156 arrolamentos comuns, 172 arrolamentos sumários e 2600 alvarás relativos a Lei nº 6858/80)²⁵⁴. Fora esse número, há ainda os processos pendentes, que naquela data aguardavam julgamento.

O tempo médio do processo na Justiça Estadual brasileira, de forma geral, é: a) conhecimento no 1º grau: 3 anos e 1 mês, b) execução de título extrajudicial: 6 anos e 4 meses, c) execução de título judicial: 3 anos e 4 meses, d) 2º grau: 1 ano²⁵⁵.

Especificamente no TJES (um tribunal de médio porte, com 1.523.585 processos tramitando, segundo dados da pesquisa “Justiça em Números de 2017”²⁵⁶), o tempo médio de sentença é de 2 anos e 2 meses no 1º grau, e de 5 meses no 2º grau²⁵⁷; já o tempo médio de tramitação dos processos pendentes na fase de conhecimento de 1º grau é 2 anos e 6 meses, enquanto os baixados é de 6 anos e 4 meses²⁵⁸.

²⁵³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Painel interativo referente “Justiça em números”*. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neo%20dimio03&anonymous=true&sheet=shResumoDespFT>. Acesso em: 02 abr. 2018.

²⁵⁴ Em contrapartida, apenas a título de curiosidade, segundo tabela informativa enviada pelo CENSEC – Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados via *e-mail*, a pedido da pesquisadora, no ano de 2016 foram realizados 133.709 inventários extrajudiciais no Brasil (número maior que os judiciais) e, especificamente no Espírito Santo, 1.552. Em 2017 esses números subiram, respectivamente, para 136.827 no Brasil e 1840 no ES. Em 2018, até 27/03/2018, os números são, respectivamente, 15.209 e 222. Desde 2007, quando da criação da lei autorizando inventários em cartórios, foram realizados 1.096.631 no Brasil (existindo registros também de 263 inventários em 2006, 6 em 2005 e 1 em 2003) e 15.861 no ES.

²⁵⁵ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017 (ano-base 2016)*. Brasília: CNJ, setembro, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>>, acesso em: 02 abr. 2018, fl. 32.

²⁵⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017, cit.*, fl. 32.

²⁵⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017, cit.*, fl. 132.

²⁵⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017, cit.*, fl. 134.

Da análise do tempo médio de tramitação dos processos de uma forma geral, observa-se que o maior índice de morosidade da Justiça está na fase de execução, havendo cerca de 3 anos de diferença para proferimento de uma sentença na fase de conhecimento e na fase de execução.

O inventário, como procedimento especial que é, não conta com fase de execução no seu desenho. Como já foi visto, regra geral ele se divide em duas fases: a primeira de inventário propriamente dito, em que é feita a arrecadação do patrimônio do autor da herança; e a segunda, fase de partilha, em que, somente havendo saldo positivo no inventário, é finalizada a comunhão compulsória entre os herdeiros, havendo manutenção do condomínio (caso desejem) ou a divisão de bens entre eles.

Assim, o tempo médio de tramitação total encontrado para os processos segundo o “Relatório Justiça em Números” muito provavelmente não são aplicáveis à realidade dos inventários judiciais. Em contato por *e-mail* com a Assessoria de Comunicação do TJES²⁵⁹ e pessoalmente com as varas especializadas de órfãos e sucessões da Microrregião Metropolitana do ES, verificou-se que não há informações quanto ao tempo médio de tramitação dos processos de inventário e partilha.

A falta de informação é atestada na classificação do TJES no “Selo Justiça em Números”²⁶⁰, que visa reconhecer os Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. O TJES é classificado com a medalha “bronze”, última possível. São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas unidades judiciárias, em sistemas padronizados de acordo com as regras das Tabelas

²⁵⁹ >>> comunicacao@tjes.jus.br < comunicacao@tjes.jus.br> 17/05/2017 19:22 >>> Prezada Anne, Boa Tarde! Infelizmente não temos esses dados. Nosso sistema de pesquisa processual não possui esse filtro. Creio que o melhor caminho é você ir direto na Vara de Órfãos e Sucessões e tentar agendar com o juiz. Ele que pode te falar. Os endereços, você encontra em nosso site, na esquerda. Há o catálogo das Comarcas. Em toda Grande Vitória, há Varas de Órfãos e Sucessões. Saudações, Assessoria de Comunicação do TJES >>> Anne Brito <anne@britoesimonelli.com.br> 17/05/2017 17:01 >>> Boa tarde. Sou mestrandia em Processo Civil na UFES, sob orientação do professor Rodrigo Mazzei e estou realizando uma pesquisa de campo nas varas de órfãos e sucessões da região metropolitana do Espírito Santo. Gostaria de obter alguns dados simples sobre os processos de inventário e partilha: seu prazo médio de duração. Logo, a data que foi ajuizado e finalizado os processos desse tipo existentes num período de 10 anos, ou seja, de maio de 2007 a maio de 2017. Vocês podem me ajudar ou direcionar a quem possa? Tentei obter as informações nas varas, mas não souberam me dizer. Certa da compreensão e colaboração de vocês, agradeço desde já.

²⁶⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Selo Justiça em números 2016*. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros/selo-justica-em-numeros/resultados-2016>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007) e nos padrões do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Conselho Nacional de Justiça.

Para que se faça justiça ao TJES, quanto ao cálculo de tempo médio de processos, o próprio relatório “Justiça em Números de 2017”²⁶¹ explica que é um dado tormentoso:

A dificuldade de se calcular o tempo total do processo pode ser explicada a partir da complexidade do próprio dado em análise. Há imensa gama de processos cujo tempo de duração e extremamente exíguo, como aqueles que, verificada a falta de uma condição da ação ou pressuposto processual, ensejam a prolação de uma sentença terminativa sem resolução de mérito, que acaba sendo a única e última a ser computada. Por outro lado, há processos nos quais mais de uma sentença é proferida, como ocorre com aqueles que, submetidos a revisão no 2o grau de jurisdição, voltam ao juízo de origem para prolação de novas decisões. Saber exatamente que processos seguem um ou outro padrão de duração e uma tarefa extremamente minuciosa, ainda por ser realizada.

Feitos tais apontamentos, cabe lembrar que em 1988, Barbosa Moreira²⁶² descreveu que enquanto o técnico do direito se utiliza de normas jurídicas, jurisprudência e doutrina, na prática dos juízos viceja uma série de rotinas burocráticas, de “modos de agir” que complementam e, às vezes, deformam o ordenamento “oficial”. Em suas palavras: “No cotidiano forense, nem sempre as coisas se passam como quer o ordenamento; ou, melhor dizendo, quase nunca se passam com aderência absoluta ao modelo por ele traçado”.

Ou seja, não é novidade a afirmação de que a prática do Direito se difere do que está posto na legislação e se pretende como realidade. Não é difícil entender porque o título do presente trabalho apresenta duas perspectivas, quais sejam o quadro legal e a realidade, pois, de fato, são searas que se diferem. Como visto acima, isso, inclusive, já fora constatado pela doutrina, pelo menos, há 30 anos. Contudo, não são frequentes trabalhos que se proponham a analisar as diferenças dessas realidades, sobretudo o que permeia a parte prática do Direito.

Em palestra em 2001, publicada em forma de texto na RePro, Barbosa Moreira²⁶³ continuou a afirmar:

²⁶¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017*, cit., p. 128.

²⁶² MOREIRA, José Carlos Barbosa. Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo. *Revista de processo*. Vol. 49, jan-mar 1988, p. 8.

²⁶³ MOREIRA, José Carlos Barbosa. O futuro da justiça: alguns mitos. *Revista de Processo*. Vol. 102, abr.-jun 2001, p.235.

Nenhum médico digno desse nome prescreve remédios e tratamentos sem inteirar-se de que mal padece o doente, e por quê. Se o nosso intuito, v.g., é o de acelerar a máquina da justiça, necessitamos saber quais as peças que estão rendendo menos, e como penetra no mecanismo a areia que as desgasta. Sem essa prévia verificação, nenhum critério sólido teremos para empreender o trabalho da reforma. Corremos o risco de sair a atacar moinhos de vento, enquanto deixamos em paz e sossego os verdadeiros inimigos.

Comparando o médico com o jurista, o autor destacou a importância de que as mudanças legislativas tenham por base a esmerada verificação de problemas, para que as propostas de alteração realmente possuam aderência e ataquem com efetividade os “inimigos”.

Aliado a isso, importante é o alerta feito por Bedaque²⁶⁴: “à base de toda construção processual deve estar o fenômeno material, sob pena de se perpetuar o equívoco de discussões estéreis, sem qualquer importância para os escopos do processo”. Ou seja, esse doutrinador também ressalta o valor que a realidade possui para que as discussões teóricas realmente produzam resultados.

No mesmo sentido, Ovídio Baptista²⁶⁵ advertiu em 1993 que parecia chegada a hora de os juristas serem reinseridos no ambiente social, resgatando seu compromisso com os valores e aspirações da comunidade a que devem servir.

Com os objetivos destacados pelos grandes juristas acima e em resposta a indagação que inicia este item, é que foi realizada a pesquisa demonstrada a seguir: em tentativa de realmente dialogar com a sociedade e oferecer a ela substrato teórico para solucionar seus problemas.

3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A hipótese assumida no presente trabalho é que o CPC/15 traz instrumentos e interpretação sistemática que permitem repensar o inventário judicial em direção a uma tutela adequada, eficiente, efetiva e com duração razoável, adequando ao máximo a lei à realidade. Assim, o objetivo do trabalho consiste em identificar os principais entraves existentes no referido

²⁶⁴ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 68.

²⁶⁵ SILVA, Ovídio Araujo Baptista da. Processo de conhecimento e procedimentos especiais. *Revista dos Tribunais*, vol. 692, jun. 1993, p. 40.

processo e, a partir daí, analisar os instrumentos e interpretação sistemática do CPC/15 que permitem repensá-lo.

Este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa de fôlego teórico-bibliográfico, partindo da análise de importantes referenciais teóricos que versam sobre a temática. Dessa forma, até o presente momento demarcou-se o quadro legal do inventário judicial, verificando como os dispositivos legais, a doutrina e a jurisprudência enfrentam as questões atinentes a ele – suas principais características, as contradições entre suas raízes, as pontes que traça entre o direito material e processual e entre outros ramos do Direito, em especial o Direito de Famílias, além da sua estruturação como um procedimento especial.

Doravante, caminha-se para a análise prática do trabalho: pesquisa de campo realizada no período de maio a setembro de 2017, por meio da qual se buscou dialogar com os operadores do Direito envolvidos nos inventários judiciais, sendo entrevistado(a)s os(as) juízes(as), promotores(as) de justiça, defensores(as) públicos e advogados(as) das varas especializadas da Microrregião Metropolitana do estado do Espírito Santo (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari), excluindo-se, portanto, as varas únicas de Fundão e Viana.

Utilizando-se do método indutivo, foi feita uma pesquisa de caráter empírico, capaz de captar a realidade do fenômeno a ser estudado por meio da verificação do mesmo, de modo a se tentar chegar o mais próximo possível de uma resposta sobre como o inventário judicial deve ser repensado à luz do CPC/15 e aos entraves apontados pelos profissionais entrevistados.

O desenvolvimento da pesquisa por meio deste método tem como marco inicial a observação do fenômeno por meio de entrevistas semiestruturadas, chegando-se a conclusões de conteúdo mais amplo do que o conteúdo das premissas iniciais. Identificados tais pontos, aliados à regularidade científica, foi possível tornar os resultados obtidos como gerais, alcançando conclusões potencialmente verdadeiras, e aplicá-las a outros universos amostrais com as mesmas características, sendo possível identificar os parâmetros para repensar o inventário judicial no atual contexto do processo civil brasileiro.

Segundo Oliveira²⁶⁶, a pesquisa qualitativa “visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa [...] e o pesquisador deve ser alguém que tenta interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica”.

Na pesquisa de campo, a pesquisadora se deslocou ao local de trabalho dos operadores de Direito ligados ao inventário judicial nas varas especializadas da Microrregião Metropolitana do Espírito Santo, e lá buscou informações, documentando-as.

Como dito, a pesquisa foi desenvolvida na Microrregião Metropolitana do estado do Espírito Santo, que, segundo divisão da Lei nº 9.768/11 e mapa divulgado no *site* do Poder Judiciário²⁶⁷, corresponde às cidades de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, sendo excluídas as varas únicas de Viana e Fundão, por estar buscando respostas de quem tivesse maior contato com o objeto do trabalho – inventário judicial.

O mapa divulgado no *site* do TJES à época da pesquisa (maio-setembro de 2017) havia passado pela última alteração em 2015, e informava que nas referidas cidades existiam 11 varas de Órfãos e Sucessões. Considerando que em cada vara existe um(a) juiz(a), um(a) promotor(a) de justiça e um(a) defensor(a) público, esperava-se entrevistar 33 servidores públicos judiciais, além de dois advogados em cada uma das cinco comarcas (10 advogados no total), totalizando o número de 43 entrevistados.

Tais números, contudo, sofreram variações. Isso porque foi verificada uma realidade distinta da informada nos *sites* do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Há, por exemplo, comarcas em que não existe um promotor titular por vara, havendo revezamento na manifestação de processos, e outras em que há um único defensor(a) público(a) para todas as varas de uma comarca.

Dessa maneira, no caso dos promotores, por exemplo, o contato com profissionais com maior foco em Direito Sucessório (que foi critério excludente para as comarcas de vara única) não se concretizou, de modo que se buscou entrevistar os profissionais que exerciam há mais tempo

²⁶⁶ OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa quantitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 60.

²⁶⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. *Telefones do Poder Judiciário – comarcas divisões por microrregiões*. 28 mar. 2018. Disponível em: <http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Ramais_COMARCAS_28_03_18.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

o cargo ligado à vara de Órfãos e Sucessões. No caso dos advogados entrevistados, foi feita uma pré-seleção de nomes constantes em intimações referentes a inventários judiciais no Diário Oficial do Espírito Santo, mesclando números de inscrição mais antigos e mais recentes na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Elencados causídicos segundo tais critérios, posteriormente as entrevistas se deram de forma aleatória, de acordo com a disponibilidade informada pelos profissionais.

Feitas tais verificações, o quadro de pessoas entrevistadas teve a seguinte forma, sendo realizada com sucesso em relação a 31 pessoas:

Tabela 1 – Representação numérica e geográfica dos entrevistados

Representantes entrevistados / cidade	VITÓRIA	V. VELHA	CARIACICA	SERRA	GUARAPARI
Magistratura	2	2	4	1	2
Ministério Público	1	1	1	1	1
Defensoria Pública	1	1	1	1	1
Advogados	2	2	2	2	2
TOTAL DE ENTREVISTADOS: 31					

Uma vez que foram feitas no modo semiestruturadas, compostas por perguntas fechadas e abertas, o(a) entrevistado(a) foi, por vezes, colocado(a) em condição de livre-resposta, e em outras condicionado(a) a uma maior objetividade, dentro de um quadro estrito de perguntas cuidadosamente formuladas e pré-testadas²⁶⁸ pela pesquisadora. O tempo de reposta das questões variou de 40-60 minutos em média.

Segue abaixo o questionário final aplicado:

²⁶⁸ “Uma vez elaborado o questionário, é importante realizar um pré-teste e/ou sondagem para identificação de possíveis falhas quanto à redação das questões. Essas falhas podem apontar imprecisão na formulação do questionário, revelando ambiguidade, ou ainda deixar o respondente exausto pela complexidade ou grande quantidade de questões”. (OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa quantitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 90).

[Perfil do(a) Entrevistado(a)]

- Nome: _____
- Escolaridade: () Graduação () Graduação em Direito () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado
- Profissão: _____
- Período que exerce tal profissão: _____
- Há quanto tempo atua diretamente com Direito Sucessório: _____

[Panorama do processo judicial de inventário e partilha]

1 – Classifique os itens abaixo, analisando sua importância para dificultar o bom andamento do processo judicial de inventário e partilha, sendo "N/A" não se aplica - em caso de considerar que o item informado não traz qualquer dificuldade ao referido processo:

CRITÉRIO/GRAU	Dificulta muito	Dificulta	Dificulta pouco	N/A
Lei material ruim (p. ex., Código Civil)				
Lei processual ruim (p. ex., Código de Processo Civil)				
Má compreensão/aplicação das regras de direito material				
Má compreensão/aplicação das regras de direito processual				
Falta de estrutura do Poder Judiciário				
Falta de estrutura do Ministério Público				
Dependência em relação à Fazenda Estadual				
Questões financeiras das partes				
Questões emocionais das partes				

Caso queira avaliar outra dificuldade e/ou tecer algum comentário sobre a questão, utilize o espaço a seguir:

[CPC/15 frente ao processo judicial de inventário e partilha]

2 – O Código de Processo Civil de 2015 traz algum mecanismo para extinguir e/ou minimizar as dificuldades mencionadas acima em relação ao processo judicial de inventário e partilha? Justifique (em caso negativo ou positivo).

3 – Quais mecanismos (existentes ou não no ordenamento pátrio) você vislumbra para extinguir e/ou minimizar as dificuldades mencionadas no processo judicial de inventário e partilha? Ou seja, o que poderia ser feito ou deveria existir para que os problemas mencionados não mais ocorressem ou diminuíssem.

4 – **a)** Você costuma requerer/conceder/visualizar (a depender da profissão) pedidos de tutela provisória no processo judicial de inventário e partilha? **b)** Eles costumam ser deferidos? **c)** Você acredita que a concessão de tutelas provisórias ajudaria a resolver alguns dos problemas citados? Justifique e aponte quais seriam esses problemas em caso positivo.

5 – Você já teve experiência de mediação e/ou conciliação nos processos judiciais de inventário e partilha? Relate a experiência. Você acredita que essas técnicas ajudariam

a resolver alguns dos problemas citados? Justifique e aponte quais seriam esses problemas em caso positivo.

6 – O que você entende por autonomia das partes no processo judicial? Você acha que existir maior autonomia no processo de inventário e partilha ajudaria a resolver alguns de seus problemas? Justifique e aponte quais seriam esses problemas em caso positivo.

7 – Desde a vigência do CPC/15, você já utilizou num processo judicial de inventário e partilha em que atua, um negócio jurídico processual²⁶⁹ ou flexibilizou o procedimento²⁷⁰? Em caso positivo, explique o que foi realizado.

Vale enfatizar que não houve recorte temporal vinculado apenas à vigência do CPC/15, pois, em fase de teste, observou-se que seus impactos ainda não são sensíveis aos profissionais entrevistados. Assim, a pesquisa aborda a atual legislação processual, mas as informações não estão restritas ao período de vigência dela, sendo as respostas reflexos da opinião sobre inventário judicial de forma geral, desde o CPC/73 e CC/16 (visto que alguns entrevistados possuem mais de 16 anos de experiência na área, abarcando tal vigência) até o CPC/15 e CC/02.

A partir das informações levantadas por intermédio dos questionários, far-se-á uma catalogação das falas, cujos resultados estarão transcritos a seguir.

3.3 DADOS COLETADOS

3.3.1 Perfil dos entrevistados

De início, o questionário buscou traçar o perfil dos entrevistados, preservando a identidade deles para que se sentissem mais confortáveis em responder sinceramente. Para definição

²⁶⁹ Art. 190, CPC/15. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

Art. 191, CPC/15. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. § 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados. § 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

²⁷⁰ Art. 327, CPC/15. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. [...] § 2º Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

Art. 139, CPC/15. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

desse perfil, foram colhidos dados como escolaridade, profissão, tempo de exercício e, especificamente, tempo de atuação na área que interessa à pesquisa.

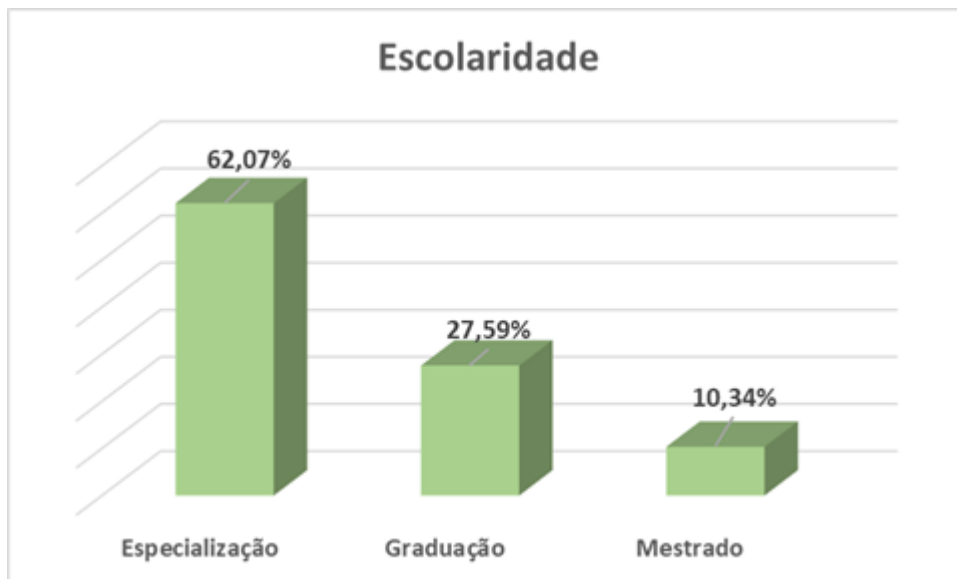


Figura 1: Escolaridade

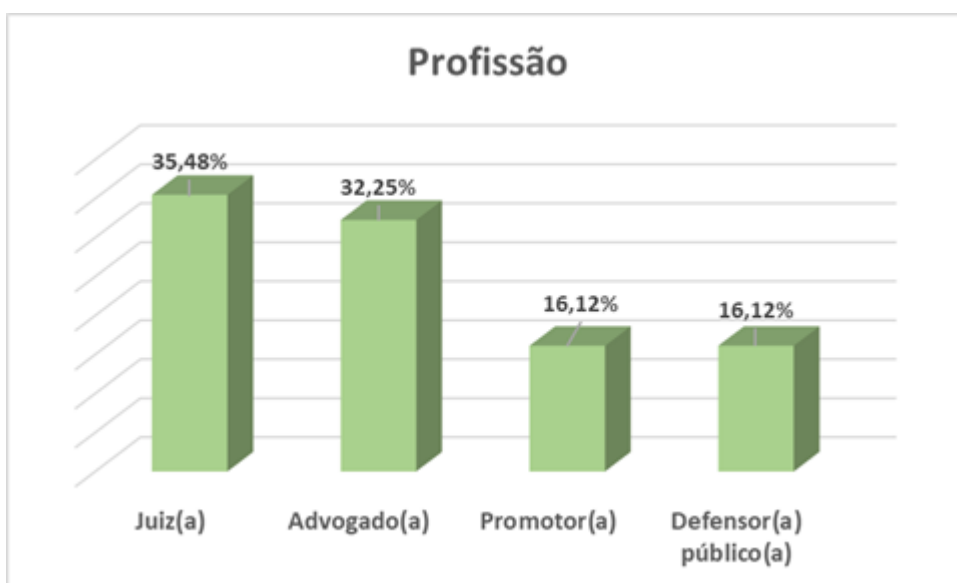


Figura 2: Profissão

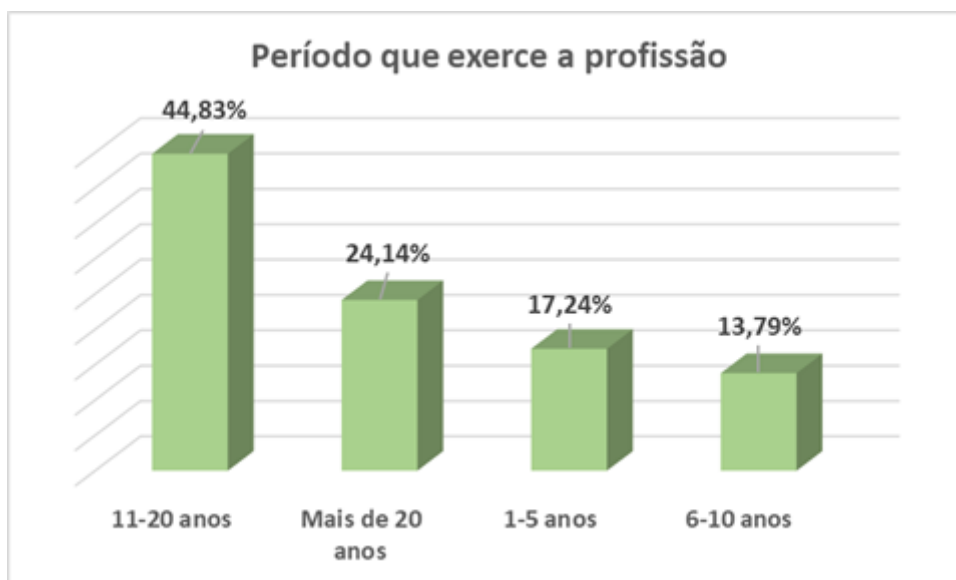


Figura 3: Período que exerce a profissão

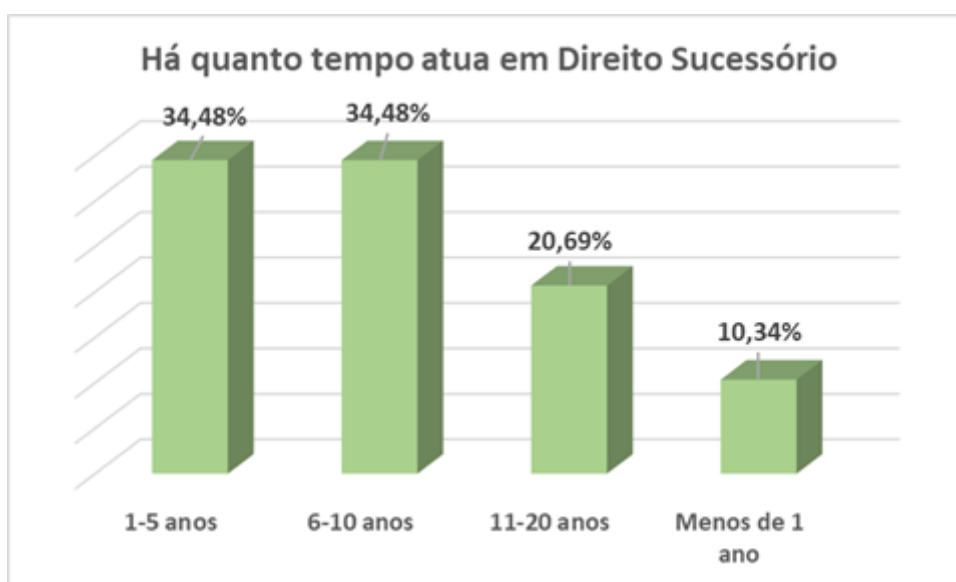


Figura 4: Tempo de atuação com Direito Sucessório

3.3.2 Classificação/validação de possíveis problemas pré-selecionados

Após definição do perfil, os entrevistados classificaram possíveis problemas ao bom andamento do processo de inventário e partilha, os quais foram indicados na fase de pré-teste da pesquisa, em que foi solicitado aos(as) entrevistados(as) a descrição do processo judicial de inventário e partilha, apontando as principais características e possíveis problemas.

A classificação feita apontava se o item indicado era um fator que, em verdade, não era uma dificuldade; era um fator que trazia dificuldade; que trazia pouca; ou que trazia muita dificuldade.

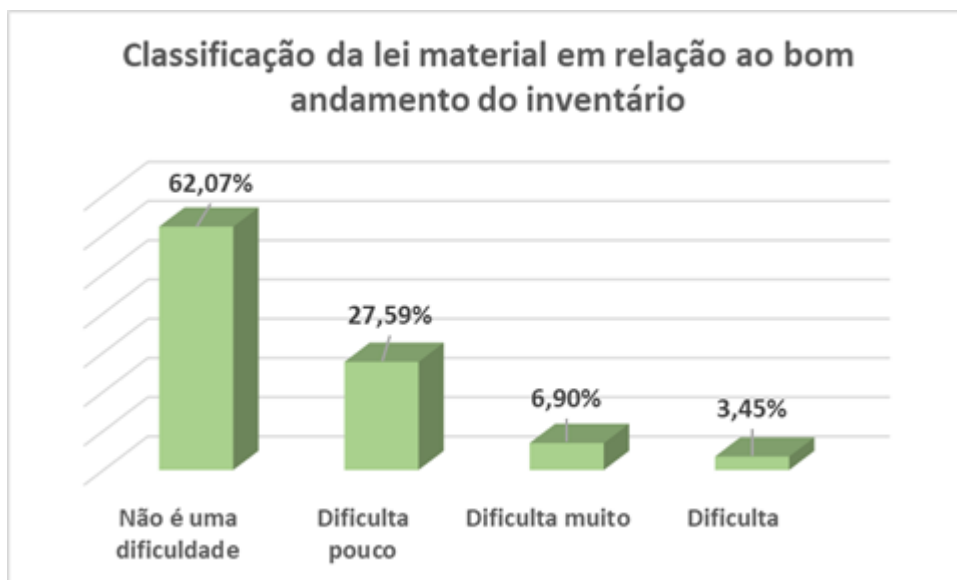


Figura 5: classificação lei material

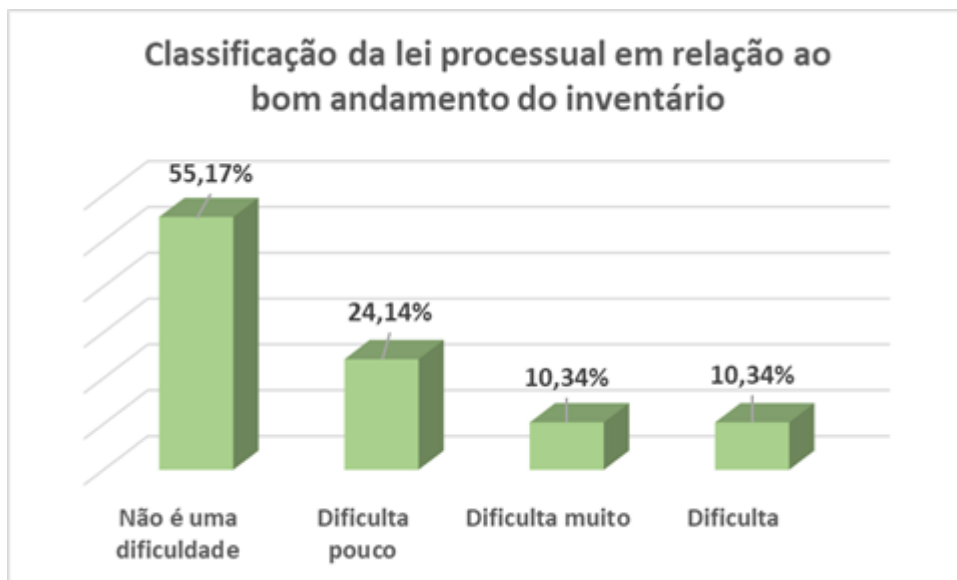


Figura 6: classificação lei processual

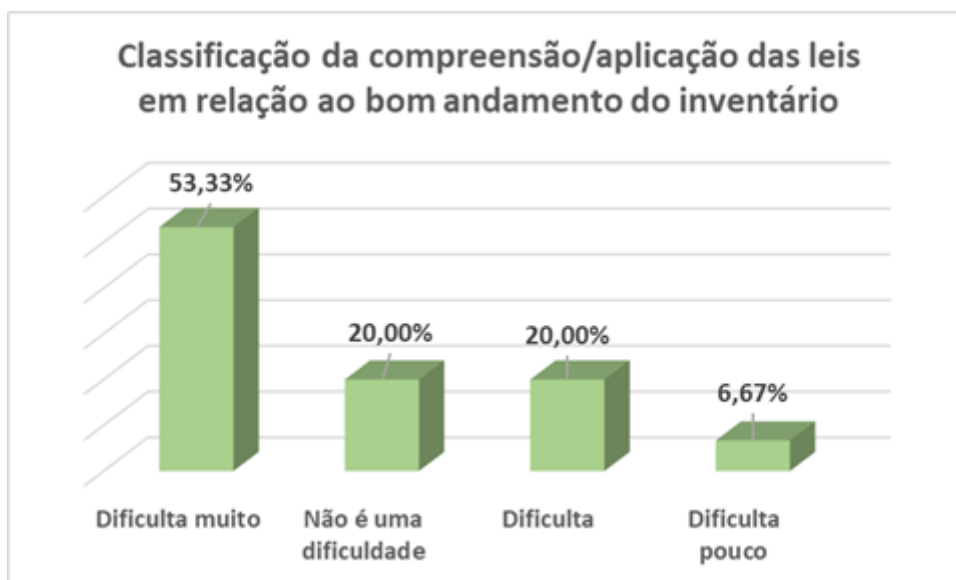


Figura 7: classificação compreensão das leis

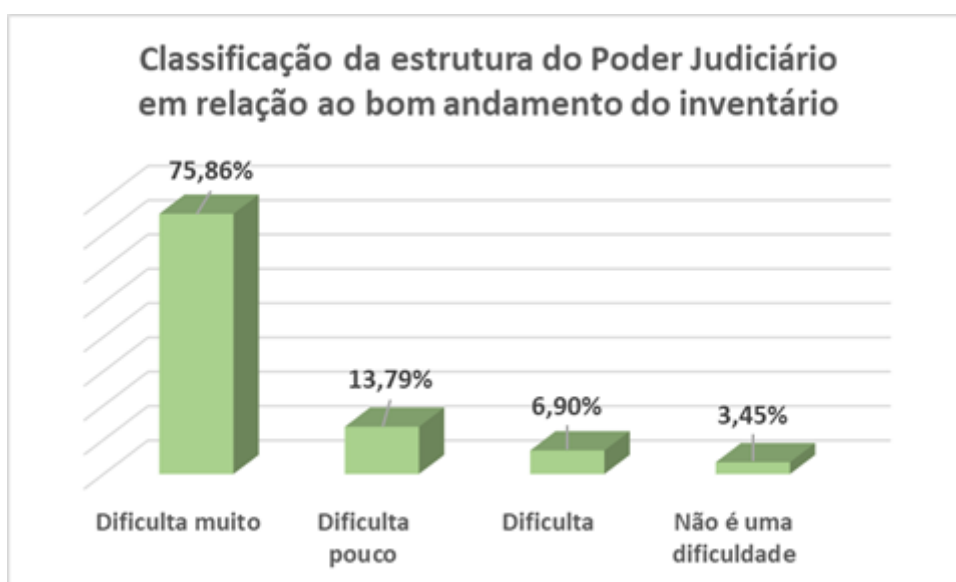


Figura 8: classificação estrutura Poder Judiciário



Figura 9: classificação estrutura Ministério Público

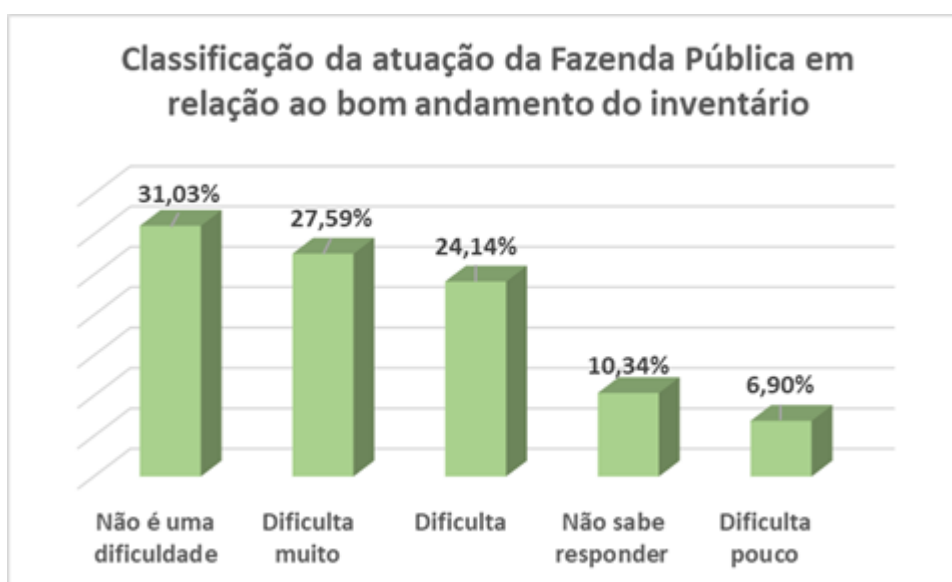


Figura 10: classificação atuação Fazenda Pública

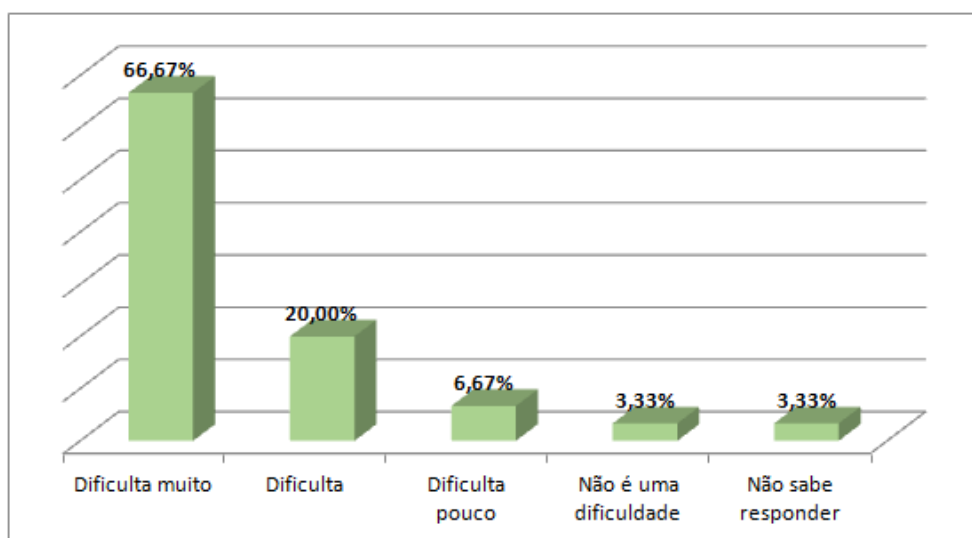


Figura 11: classificação situação financeira das partes

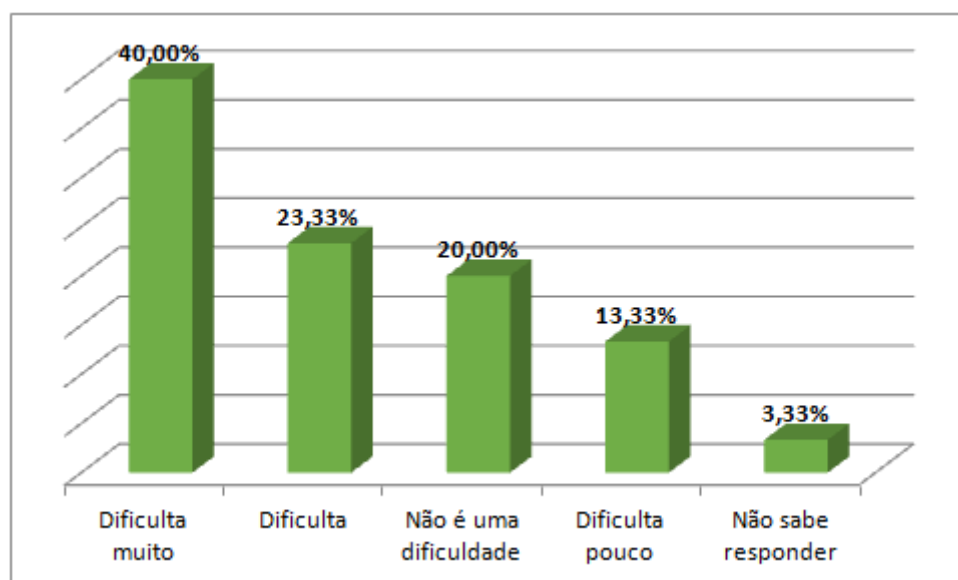


Figura 12: classificação questão emocional das partes

Dentre outros problemas, foram indicados em resposta aberta pelos entrevistados: burocracia (40,54%), falta de documentação (18,92%), má qualidade dos defensores/advogados (16,22%), desídia das partes (13,51%), falta de estrutura da Defensoria Pública (8,11%) e remessa diante de questões de alta indagação, (2,70%).

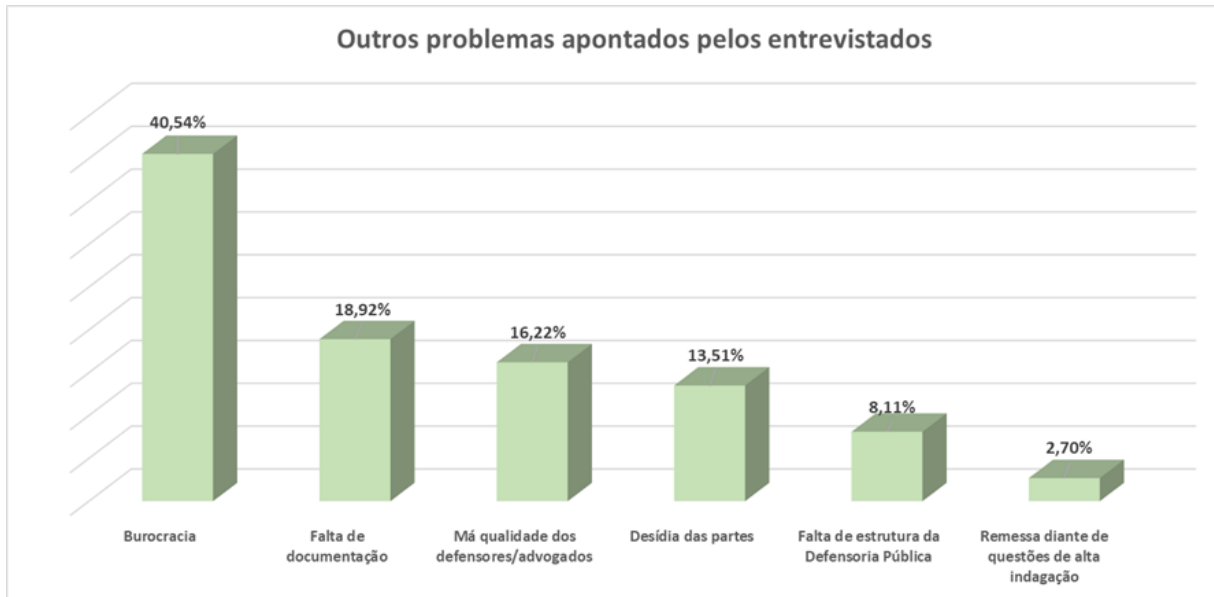


Figura 13: outros problemas apontados pelos entrevistados

Traçando um resumo acerca dos cinco maiores problemas apontados tanto nas respostas fechadas como nas respostas livres, alcançou-se o seguinte gráfico: a falta de estrutura do Poder Judiciário (77,78%); a questão financeira das partes (67,86%); a má compreensão/aplicação das leis (57,14%); a questão emocional das partes (42,86%) e a burocracia (40,54%).

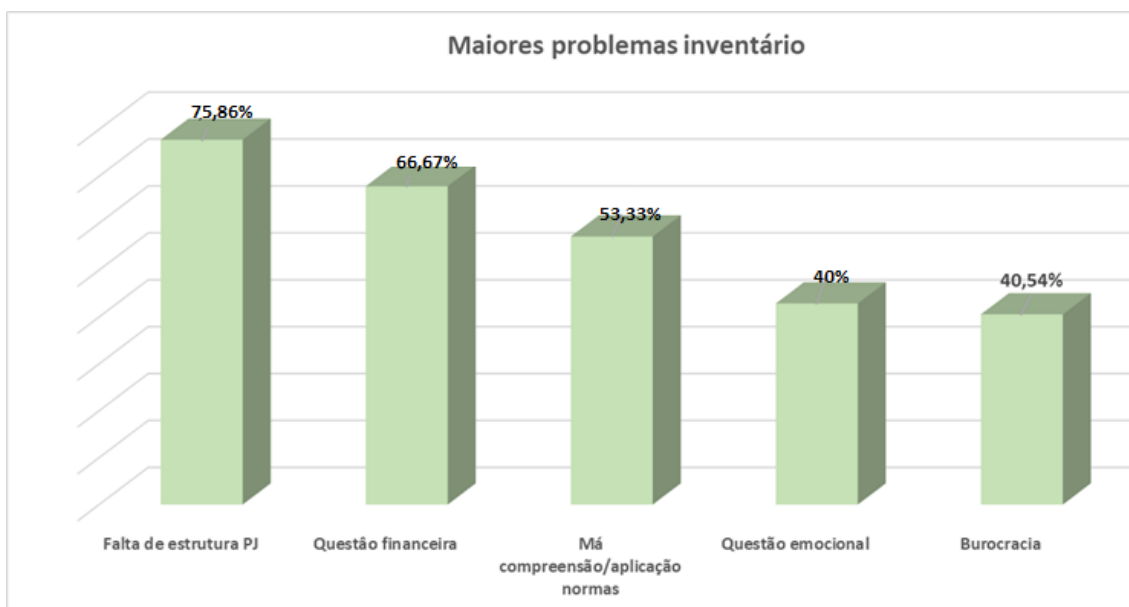


Figura 14 - maiores problemas inventário

3.3.3 Lei processual: o que foi feito e o que precisa ser feito

Após classificação de possíveis problemas e espaço para indicação de outros, as perguntas se voltaram especificamente à lei processual, sendo questionado se o novo diploma – CPC/15 – trouxe mecanismos hábeis para lidar com os problemas apontados anteriormente e o que ele deveria ter trazido, mas não o fez.

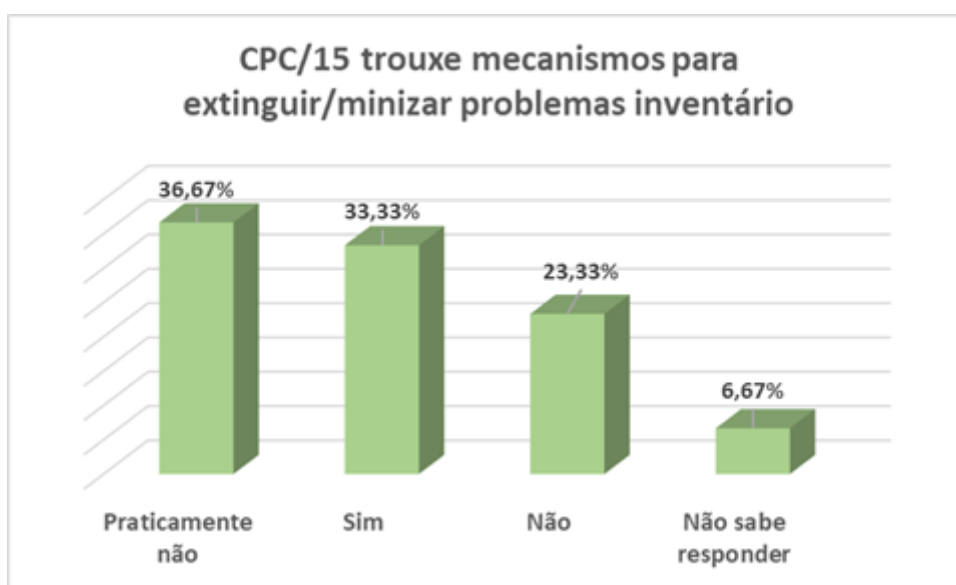


Figura 15: CPC/15 tem mecanismos?

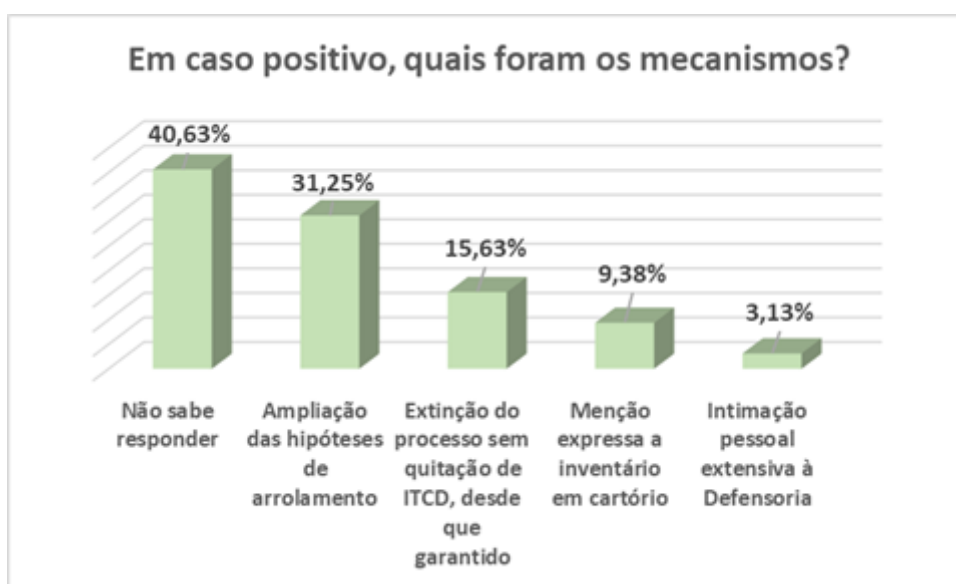


Figura 16: mecanismos do CPC/15

Dentre os mecanismos apontados como existentes, figuraram: ampliação das hipóteses de arrolamento (31,25%), extinção do processo sem quitação do ITCD (desde que garantido) (15,63%), menção expressa ao inventário em cartório (9,38%), intimação pessoal extensiva à Defensoria (3,13%), sendo oferecida também a opção “não sabe responder” (40,63%).



Figura 17 – parte 1: mecanismos que CPC/15 deveria trazer

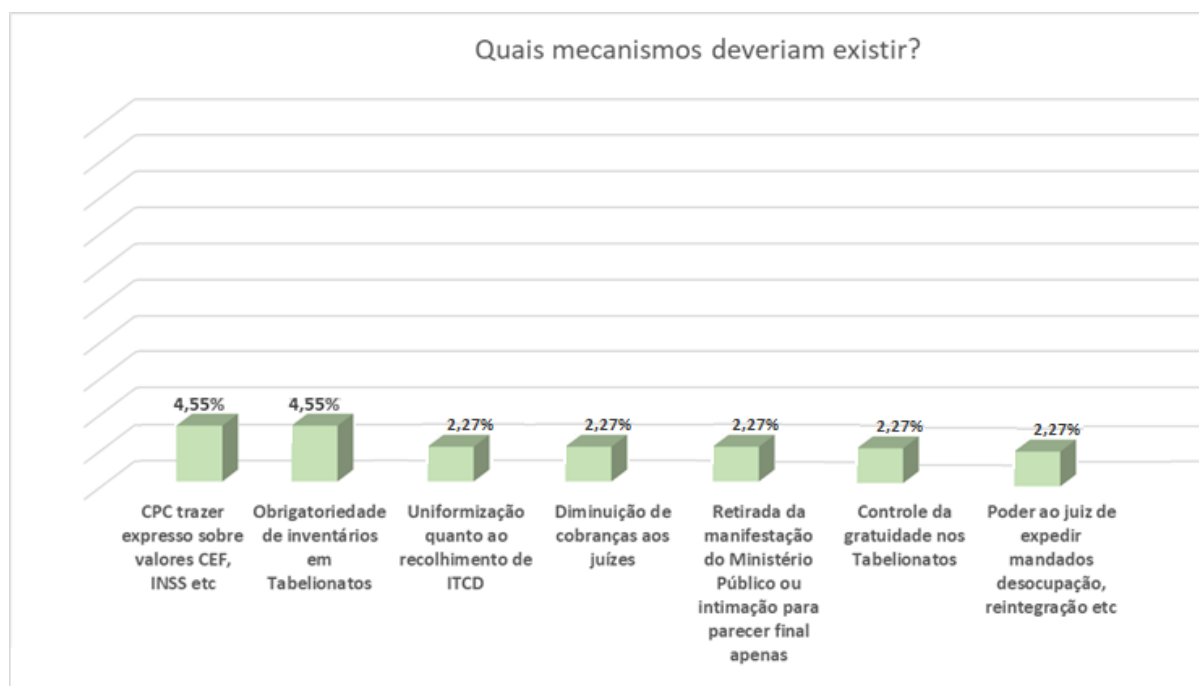


Figura 17 – parte 2: mecanismos que CPC/15 deveria trazer

Em resposta aberta, a opção “não sabe responder” alcançou o segundo lugar de respostas sendo escolhida por 15,91% dos entrevistado(a)s. Em primeiro lugar foi apontada a necessidade de diminuição da burocracia com 25%.

Do terceiro lugar em diante, indicaram-se: estímulo ao acordo (11,36%), estímulo à utilização dos Tabelionatos (9,09%), viabilização da partilha desigual (6,82%), poder aos juízes para alienação dos bens nos casos litigiosos (6,82%), possibilitar inventário com testamento no Tabelionato (4,55%), CPC/15 trazer expresso sobre valores CEF, INSS etc (procedimentos que não se sujeitam a inventário/arrolamento) (4,55%), obrigatoriedade de inventários em Tabelionatos – consensual e envolvendo capazes (4,55%), uniformização quanto ao recolhimento de ITCD (2,27%), diminuição de cobrança aos juízes (2,27%), retirada da manifestação do Ministério Público ou intimação para parecer final apenas (2,27%), controle de gratuidade dos Tabelionatos (2,27%), poder ao juiz para expedição de mandados de desocupação/reintegração etc (2,27%).

3.3.4 Tutela provisória

Em seguida, a pesquisa caminhou questionando quanto a possíveis soluções para que o inventário e partilha tivesse um melhor andamento. A primeira delas foi a tutela provisória.



Figura 18: colaboração da tutela provisória no bom andamento

3.3.5 Métodos adequados de resolução de conflitos

Posteriormente, questionou-se a utilização de mediação/conciliação como solução para que o inventário e partilha tivesse um melhor andamento.

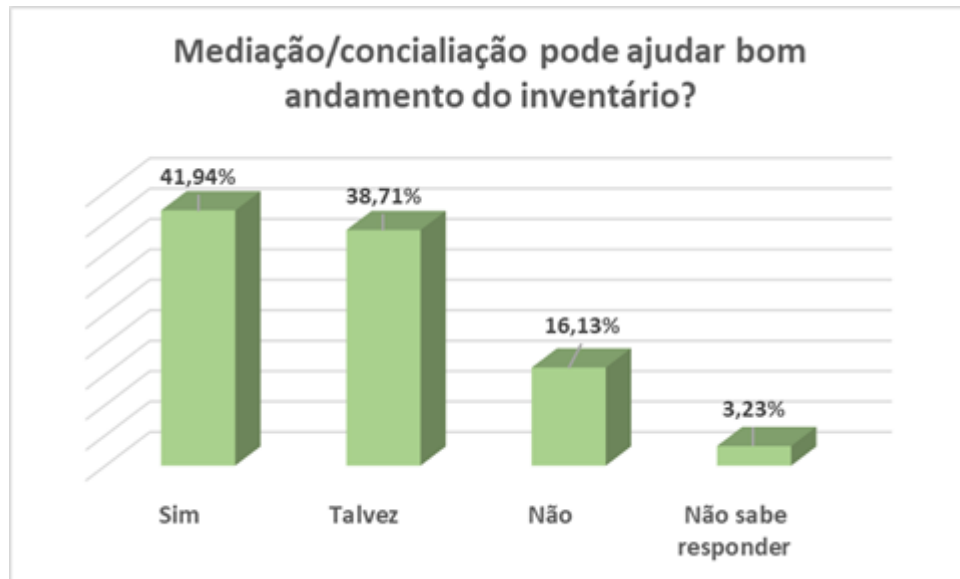


Figura 19: colaboração da mediação/conciliação no bom andamento

3.3.6 Autonomia processual: negócios jurídicos processuais e flexibilização procedimental

Como última hipótese de solução para o bom andamento do procedimento, foi apontada a autonomia processual, a exemplo de negócios jurídicos processuais e flexibilização procedimental.

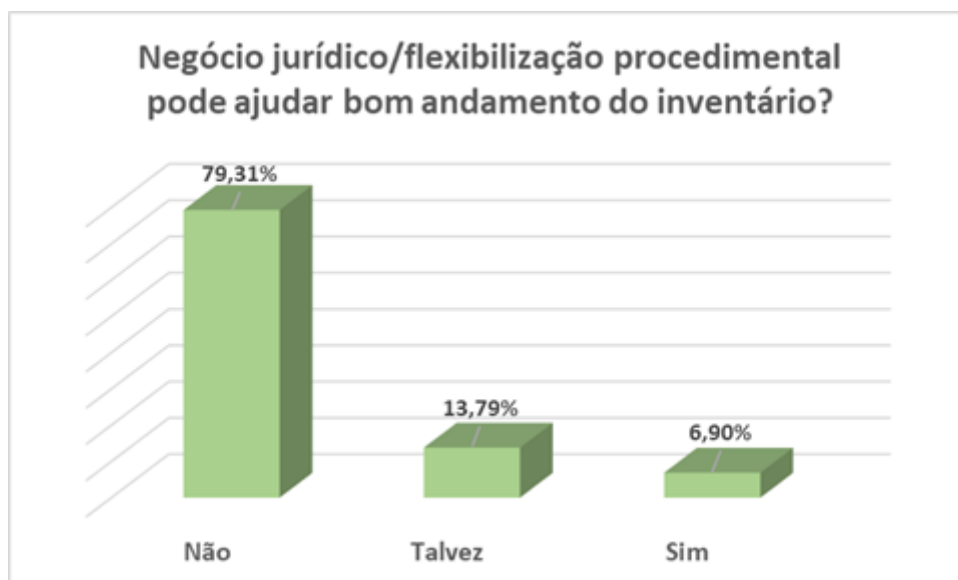


Figura 20 - colaboração da autonomia processual no bom andamento

3.4 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Após a catalogação de resultados, foi feita uma análise dos discursos dos(as) entrevistado(a)s. Nessa etapa, além de analisar a construção linguística das falas, a pesquisadora se atentou para as construções ideológicas envolvidas, considerando o contexto vivenciado por cada entrevistado(a).

No subtópico anterior foi apresentado o resultado completo da pesquisa, e abaixo se faz referência aos resultados conforme a maioria das respostas.

3.4.1 Perfil dos entrevistados

Foram entrevistadas 31 pessoas, sendo que a maioria delas possui especialização, havendo empate entre profissionais que atuam entre 6 a 10 anos e 1 a 5 anos com Direito Sucessório. Em relação às profissões exercidas, 35,48% é juiz; 32,25% advogado; 16,12% promotor e 16,12% defensor público.

3.4.2 Classificação/validação de possíveis problemas pré-selecionados

Na fase de pré-teste da pesquisa, foi solicitado que os(as) entrevistados(as) descrevessem o inventário judicial, indicando as principais características e possíveis problemas. Desse resultado, foram colhidos os seguintes itens: lei material ruim, lei processual ruim, má compreensão/aplicação das leis, falta de estrutura do Poder Judiciário, falta de estrutura do Ministério Público, dependência/atuação da Fazenda Estadual, questões financeiras das partes, questões emocionais das partes.

3.4.3 Lei material e lei processual

Em relação à lei material, 62,07% dos entrevistados não acredita que ela se apresente como uma dificuldade, situação semelhante com a lei processual, que possui um índice um pouco menor, de 55,17%. O grande problema seria a forma com que essas regras são compreendidas e aplicadas pelos operadores do Direito, visto que 53,33% entende que a compreensão/aplicação é um fator que dificulta muito o bom andamento do processo judicial de inventário e partilha. Foi o terceiro maior problema na concepção dos entrevistados.

Nesse ponto, é mister o questionamento se, diante de tudo que foi demonstrado no Capítulo 2 deste trabalho, há realmente – como faz parecer a pesquisa de campo – um problema “exclusivo” de interpretação das leis. Não se contesta que esse problema de fato existe, mas, para além da falta de especialização e rigor teórico da maioria dos profissionais em relação ao Direito Sucessório, defende-se que há também problemas na legislação que carecem de aperfeiçoamento, já que anteriormente foram identificadas contradições e descompassos no que tange a esse assunto. É inclusive a deficiência no conhecimento da área que possivelmente possa confundir os entrevistados, levando-os a acreditar na perfeição legal, que no entender desse estudo, não prospera.

3.4.4 Estrutura do Poder Judiciário, Ministério Público e Fazenda Estadual

A falta de estrutura do Poder Judiciário é, sem dúvidas, o fator recorde apontado como embaraço ao processo. 75,86% dos entrevistados a apontam como motivo de grande

dificuldade. A estrutura do Ministério Público, por sua vez, não representa um problema para a maioria (40%), como também se manifestam em relação à Fazenda Estadual (31,03%).

Em complemento às respostas, os entrevistados mencionaram que um dos maiores problemas do Poder Judiciário é a falta de pessoal. Conforme se extrai do painel interativo do CNJ referente ao módulo de produtividade mensal²⁷¹, o quadro de pessoal nas comarcas analisadas é o seguinte (não abarcando os magistrados):

Tabela 2 – Número de pessoal nas varas referentes aos entrevistados

QUADRO DE PESSOAL NAS VARAS ESPECIALIZADAS (fev/2018)				
	Efetivos	Comissionados sem vínculo efetivo	Estagiários	Total pessoal por cidade
Vitória (2 varas – órfãos e sucessões)	7	2	5	14
Vila Velha (2 varas – órfãos e sucessões)	9	2	5	16
Serra (1 vara – órfãos e sucessões)	4	1	2	7
Cariacica (4 varas – cível, órfãos e sucessões)	17	4	18	39
Guarapari (2 varas – família, órfãos e sucessões)	7	2	4	13
TOTAL	44	11	34	89 ²⁷²

Útil é a comparação dos dados acima com o número de processos existentes em cada uma das varas para que se tenha ciência do volume de trabalho por pessoa, quantia essa que não se refere tão somente a inventários judiciais, mas à demanda total existente na vara, cuja atenção, portanto, é dividida com as ações judiciais objeto do presente estudo, influenciando em seu

²⁷¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Painel interativo referente à produtividade*. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true>. Acesso em: 02 abr. 2018.

²⁷² Para fins comparativos, segundo o Relatório ‘Justiça em Números’ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017*, cit., fl. 32), em 2016, o TJES possuía 7637 servidores e auxiliares e 344 magistrados.

tempo de tramitação e nos atributos da tutela jurisdicional. O estoque de processos informado no referido painel é²⁷³:

Tabela 3 - Acervo processual nas varas referentes aos entrevistados

ACERVO PROCESSUAL NAS VARAS ESPECIALIZADAS (fev/2018)	
	Estoque
Vitória (2 varas – órfãos e sucessões)	3.391
Vila Velha (2 varas – órfãos e sucessões)	3.335
Serra (1 vara – órfãos e sucessões)	1.978
Cariacica (4 varas – cível, órfãos e sucessões)	13.085
Guarapari (2 varas – família, órfãos e sucessões)	2.991
TOTAL	24.780

Comparando os referidos dados, tem-se o seguinte resultado de número de processos por colaborador do Poder Judiciário:

Tabela 4 – Relação entre acervo e pessoal nas varas referentes aos entrevistados

Nº PROCESSOS x PESSOAL NAS VARAS ESPECIALIZADAS (fev/2018)			
	Estoque	Pessoal	Processo x pessoa
Vitória (2 varas – órfãos e sucessões)	3.391	14	242,21
Vila Velha (2 varas – órfãos e sucessões)	3.335	16	208,43
Serra (1 vara – órfãos e sucessões)	1.978	7	282,57
Cariacica (4 varas – cível, órfãos e sucessões)	13.085	39	335,51
Guarapari (2 varas – família, órfãos e sucessões)	2.991	13	230,07

Apesar de saber que os dados dos quadros acima podem sofrer alterações em razão de alimentação incorreta pelas varas/Tribunal ao CNJ, bem como existência de estagiários

²⁷³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Painel interativo referente à produtividade*. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodi mio03&anonymous=true>. Acesso em: 02 abr. 2018.

voluntários, por exemplo, as tabelas permitem que se tenha uma ideia sobre o volume de trabalho existente e a consolidação do problema mencionado pelos entrevistados.

Ressalte-se ainda que considerar um número de processos por pessoa é apenas ilustrativo, visto que não existe a possibilidade de que um estagiário, por exemplo, cuide da totalidade de um processo, havendo um trabalho conjunto com todos os demais servidores.

Mesmo considerando o trabalho de estagiários – os quais possuem considerável rotatividade, ficando no máximo 02 anos no mesmo vínculo (art. 11, Lei nº 11.788/2008²⁷⁴), o que traz impactos para a produtividade, em razão do tempo para aprendizado da técnica e do ritmo de trabalho – e de cargos comissionados, tem-se um mínimo de 208,43 processos por pessoa.

O cálculo feito apenas com servidores efetivos, a quem geralmente incumbe maior responsabilidade, demonstra o seguinte:

Tabela 5 – Relação entre processos e servidores efetivos nas varas referentes aos entrevistados

Nº PROCESSO x EFETIVOS NAS VARAS ESPECIALIZADAS (fev/2018)			
	Estoque	Efetivos	Processo x efetivo
Vitória (2 varas – órfãos e sucessões)	3.391	7	484,42
Vila Velha (2 varas – órfãos e sucessões)	3.335	9	370,55
Serra (1 vara – órfãos e sucessões)	1.978	4	494,50
Cariacica (4 varas – cível, órfãos e sucessões)	13.085	17	769,70
Guarapari (2 varas – família, órfãos e sucessões)	2.991	7	427,28

Consoante uma comparação entre as tabelas 4 e 5, nos casos em que há um número maior de estagiários e cargos em comissão, o número de processos por efetivo praticamente dobra,

²⁷⁴ Art. 11, Lei n. 11.788/2008. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

como é o caso das varas de Vitória, Serra, Guarapari e Cariacica, permanecendo próximo em Vila Velha.

O número mínimo é de 370,55 processos por pessoa e o máximo 769,70. Para que se trace um cenário comparativo, segundo o relatório “Justiça em Números”²⁷⁵, em 2016, os servidores do TJES baixaram 99 processos, o que demonstra que o pessoal hoje existente, e sua respectiva produtividade, estão muito longe do ideal.

Sem esquecer os novos processos que chegam diariamente frente aos que são finalizados. Esse dado é aferido pela taxa de congestionamento: “indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados)”²⁷⁶. O relatório considera também uma taxa de congestionamento líquida, com exclusão dos processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório²⁷⁷. Segue a taxa de congestionamento líquido das comarcas em estudo:

Tabela 6 – Taxa de congestionamento líquida nas varas referentes aos entrevistados

TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA NAS VARAS ESPECIALIZADAS (fev/2018)	
Vitória (2 varas – órfãos e sucessões)	74%
Vila Velha (2 varas – órfãos e sucessões)	68,7%
Serra (1 vara – órfãos e sucessões)	74,7%
Cariacica (4 varas – cível, órfãos e sucessões)	79,80%
Guarapari (2 varas – família, órfãos e sucessões)	62,3%

A taxa de congestionamento em 70% já é considerada pelo Relatório “Justiça em números” como um alto patamar²⁷⁸, estando abaixo desse índice apenas duas comarcas: Vila Velha (por apenas 1,3% a menos) e Guarapari (7,7% a menos).

Vale o registro que nas comarcas referenciadas o manuseio dos processos ainda se dá na forma física, não existindo processo eletrônico nas varas de Órfãos e Sucessões visitadas na Microrregião Metropolitana do Espírito Santo, fator este que também traz impactos para o

²⁷⁵ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017*, cit., fl. 146-147.

²⁷⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017*, cit., fl. 64.

²⁷⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017*, cit., fl. 76.

²⁷⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório Justiça em números 2017*, cit., fl. 76.

tempo de tramitação do processo, diante da exigência de um tempo maior para procedimentos exclusivos dos processos físicos. Segundo o CNJ²⁷⁹, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada em março de 2018, constatou que a tramitação eletrônica no lugar da física implica redução em 48% do tempo de trâmite do processo.

Com base na Lei nº 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, pode-se afirmar que, com a digitalização dos autos referentes às ações de inventários, substituir-se-ia qualquer outro meio e publicação oficial, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal, agilizando tais atos²⁸⁰.

Também se destaca que, uma vez virtuais, as cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, também passariam a ser feitas por meio eletrônico, eliminando os desgastantes e demorados atos de autuações, juntadas, bem como outros atos que demandam tempo²⁸¹.

Outro ponto favorável é que, segundo o art. 11²⁸² da referida lei os documentos submetidos a esse processo de digitalização, como permitem identificar a sua origem e de seu signatário, são considerados originais para todos os efeitos legais, economizando, portanto, o tempo na conferência pelo cartório desses documentos.

Em relação à deficiência relativa a pessoal, ressalte-se que além de quantitativa, como demonstrada, é também qualitativa, visto que os entrevistados apontaram a ausência de servidores com conhecimento especializado em Direito Sucessório. Especialmente na comarca de Cariacica, verificou-se que há cerca de 02 (dois) anos a única vara de Órfãos e

²⁷⁹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Processo eletrônico (PJe) tem tramitação mais rápida no Judiciário*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86343-processo-eletronico-pje-tem-tramitacao-mais-rapida-no-judiciario>>. Acesso em 02 abr. 2018.

²⁸⁰ Art. 4º, § 2º, Lei nº 11.419/06: A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

²⁸¹ Art. 10, Lei nº 11.419/06: A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

²⁸² Art. 11, Lei nº 11.419/06: Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Sucessões teve seus processos novos redistribuídos, passando a atuar na referida área todas as outras 3 varas cíveis, existindo, desde então, 4 varas Cíveis, Órfãos e Sucessões.

O artigo 62 do Código de Organização Judiciária do Espírito Santo (Lei Complementar nº 234/2002) é o responsável por estabelecer a competência dos juízes de Órfãos e Sucessões, sendo transcrito abaixo:

Art. 62. Compete aos Juízes de Direito, especialmente em matéria de Órfãos e Sucessões:

I – processar e julgar:

- a) os inventários e arrolamentos e outros feitos a eles pertinentes;
- b) as causas decorrentes ou dependentes das partilhas e todas as questões relativas à execução de testamento ou legado;
- c) as arrecadações e inventários das heranças jacentes e vacantes;
- d) as causas de anulação de testamento ou de legado e todos os seus incidentes;
- e) as arrecadações e inventários dos bens de ausentes, provendo a sua administração;
- f) as habilitações de herdeiros e ausentes em todas as causas relativas aos bens destes, fazendo entrega desses bens, ao final, a quem de direito;
- g) as causas de interdição e tutela, nomeando curador e tutor aos interditos, ausentes e menores;

II – abrir os testamentos e codicilos e decidir sobre seu cumprimento;

III – proceder à avaliação dos bens vagos e dar-lhes destino na forma do Código de Processo Civil;

IV – autorizar os tutores e curadores a praticar os atos dependentes de autorização judicial;

V – tomar as contas dos tutores, curadores e testamenteiros nos prazos legais e sempre que o interesse de incapazes o exigir;

VI – promover a entrega dos legados a hospitais, asilos e outras instituições.

Já o artigo 58 dispõe sobre a competência relativa à área cível:

Art. 58. Compete aos Juízes de Direito de Varas Cíveis, ressalvados os casos de competência específica:

I - processar, julgar e executar os feitos, de jurisdição contenciosa ou voluntária, de natureza civil ou comercial, bem como seus respectivos incidentes;

II - conhecer e decidir os processos acessórios, contenciosos ou não, de natureza civil ou comercial;

III - cumprir as determinações do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça;

IV - liquidar e executar, para fins de reparação de danos, a sentença criminal condenatória;

V - praticar os demais atos atribuídos pelas leis processuais civis a Juiz de Direito. (Nova redação dada pela Lei Complementar nº 364/06)

Como se observa, são causas muito diversas para concentração numa mesma vara com grande quantidade de processos²⁸³. A situação em Cariacica é bastante criticada pelos servidores e

²⁸³ Conforme painel interativo do CNJ relativo à produtividade, há 3.286 processos pendentes na 1ª vara; 3.513 na 2ª; 3.174 na 3ª e 3.112 na 4ª. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Painel interativo referente à*

advogados consultados, pois não há grande afinidade técnica entre as áreas (Cível-Sucessões) e muito menos tempo hábil para que os servidores tenham conhecimento aprofundado sobre as matérias tratadas nos autos. Em Guarapari, a junção ocorreu com as áreas Famílias²⁸⁴-Sucessões, que apesar de possuírem diferenças grandes como visto em capítulos pretéritos, ainda guarda maior conexão do que a área Cível.

Assim, e como foi verificado também nas varas especializadas de Órfãos e Sucessões, os processos de inventário judicial são tidos como de prioridade baixa em relação aos demais, visto que considerados, muitas vezes, como de caráter meramente patrimonial e sem urgência, o que implica a permanência de tais autos por um largo tempo em cartório e em gabinete, aguardando providências. Pertinente, portanto, a fala de Barbosa Moreira²⁸⁵: “sem bom Código, não adianta boa organização judiciária; sem boa organização judiciária, não adianta bom Código”.

A falta de especialização de pessoal também há alguns anos atingiu o Ministério Público. A Resolução 010/2008, com suas alterações, é responsável por organizar a competência das promotorias. Atualmente, 02 Promotorias compartilham a atuação em Órfãos e Sucessões nas 02 Varas de Vitória; 01 Promotoria desempenha a função nas 02 Varas de Órfãos e Sucessões de Vila Velha; 05 Promotorias compartilham a atuação nas 04 Varas Cíveis, Órfãos e Sucessões de Cariacica; 04 Promotorias compartilham a atuação na única vara de Órfãos e

produtividade. Disponível em: <
https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true>. Acesso em: 02 abr. 2018)

²⁸⁴ Art. 61, Lei Complementar nº 234/2002. Compete aos Juízes de Direito, especialmente em matéria de Família: I – processar e julgar: a) as causas de alimentos, de separação judicial consensual ou litigiosa, de divórcio, de nulidade ou anulação de casamento e as demais relativas ao estado civil, bem como as ações fundadas em direitos e deveres dos cônjuges, dos pais para com os filhos e vice-versa e as relacionadas à união estável; b) as justificações para casamento; c) a dispensa de proclamas e a oposição de impedimentos e demais dúvidas e incidentes, relativas à habilitação para celebração de casamento; d) a ratificação do casamento celebrado em iminente perigo de vida; e) as ações de investigação de paternidade cumuladas ou não com as de petição de herança; II – suprir, nos termos da lei civil, o consentimento dos cônjuges e conhecer das questões referentes a bens dotais ou submetidos a regime especial, inclusive a hipoteca legal em favor da mulher casada; III – deliberar sobre a guarda de filhos menores e sobre as pensões alimentícias em caso de separação consensual ou litigiosa, de divórcio e de nulidade de casamento, a partir do pedido de separação de corpos e da separação de fato; IV – suprir, em caso de divergência entre pais ou responsáveis legais, consentimento ou capacidade para casamento de civilmente incapazes e conceder emancipação; V – conceder mandado de busca e apreensão dos civilmente incapazes, nos casos de sua competência; VI – autorizar aos pais a praticar atos dependentes de autorização judicial; VII – processar e julgar os pedidos de sub-rogação de ônus e questões referentes a bens de família.

²⁸⁵ MOREIRA, José Carlos Barbosa Moreira. Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo. *Revista de processo*. Vol. 49, jan-mar 1988, p. 8.

Sucessões da Serra, 01 Promotoria desempenha a função nas 02 Varas de Órfãos e Sucessões de Guarapari.

Como se vê, portanto, o Ministério Público não acompanha a estrutura organizacional do Poder Judiciário, de modo que foi relatada por alguns juízes a extrema dificuldade em conciliar a resolução dos processos com a ausência de promotores, havendo redução no comparecimento em audiências e manifestações nos autos. Ademais, foi exposto pelos promotores que ocorre divisão de assessores entre eles, inexistindo um para cada e dificultando a prestação jurisdicional. O que reflete no resultado da pesquisa, pois, embora a maioria (40%) tenha dito que a estrutura do MP não é um problema, há uma diferença pequena para o índice “dificulta muito” (30%), o qual, somado ao “dificulta” (13,33%), resulta em 43,33%, ultrapassando o resultado para aqueles que não a consideram um problema.

Os entrevistados também foram questionados a respeito da Fazenda Pública. Embora o corte metodológico da presente pesquisa não abarque aspectos tributários, na fase de testes foi verificado que havia ruídos entre os jurisdicionados e o órgão, o qual é imprescindível para a concretização da partilha através do pagamento do ITCD devido. A dificuldade foi apontada primordialmente por advogado(a)s, que indicaram existir poucos servidores com a especialização e o conhecimento operacional necessário para esclarecer dúvidas e solucionar problemas, gerando atrasos. Daí se observar que, apesar de a maioria ter elegido tal questão como se não fosse uma dificuldade (31,03%), houve pouco diferença de porcentagem para as opções subsequentes, sendo “dificulta muito” escolhida por 27,50% e “dificulta” por 24,14%. Ou seja, somados aqueles que consideram o fator como um problema – 51,73% – obtém-se porcentagem maior do que quem desconsidera como um problema.

Também foi relatado, inclusive por defensores públicos, que a Fazenda Pública costuma cometer equívocos de modo a gerar uma arrecadação maior. Por exemplo: superavaliação do bem, não exclusão do valor da meação de eventual cônjuge/companheiro, desconsideração das leis de isenção etc, devendo sempre as partes terem atenção redobrada em relação a essa etapa do procedimento.

Mazzei²⁸⁶ afirma que o problema do nosso Judiciário não se deve apenas ao descompasso das leis; “os problemas que emergem do Judiciário são muito mais de natureza estrutural (intrínsecos ao funcionamento da máquina estatal), seja [...] pela infinita gama de processos em curso [...] seja pela falta de recursos (de natureza humana e financeira)”. Não é difícil notar que essas questões são antigas e continuam sem solução, como se vê dos resultados da pesquisa.

A título de exemplo, o doutrinador acima²⁸⁷, falando sobre o CC/02 em 2006, teceu comentários sobre o assunto, comparando a realidade da época com a realidade de Carlos David Santos Aarão Reis, que fez o mesmo em 1987. Basicamente, Reis apontou como problemas: i) insuficiência de meios diante de recursos limitados, funcionalismo deficiente, instalações inadequadas e material escasso e precário; ii) crise interna na magistratura, com poucos juízes com baixa remuneração e pouca qualidade técnica na formação; iii) crise de confiança na sociedade em relação ao Poder Judiciário. Mazzei, por sua vez, destacou que houve avanços, mas que ainda pendiam deficiências: apesar da melhor remuneração, o número de juízes ainda não acompanhava a crescente quantidade de processos com ampliação do acesso à Justiça; e o recrutamento continuava deficiente em razão de verdadeiro êxodo de recém-formados para concursos, nem sempre por vocação mas por necessidade financeira, ressaltando a necessidade de se investir nas Escolas de Magistratura, preparando-os adequadamente.

Da realidade atual, 12 anos depois, pouco mudou. Mantêm-se sem reparos as críticas do autor capixaba, com o acréscimo dos dados apontados em linhas anteriores, refletindo a saturação em número de processos e baixa quantidade de servidores, em especial no que tange à especialização em relação às áreas sob apreciação, que resultaria em maior qualidade técnica e maior rapidez nas decisões. Assim, remanesce o temor expresso pelo estudioso em relação às medidas extralegis para que as reformas funcionem: “a mobilidade pretendida pelo legislador, no entanto, poderá estar fadada ao insucesso se, paralelamente às alterações legislativas, não forem adotadas medidas estruturais no Judiciário como um todo, para a

²⁸⁶ MAZZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 56.

²⁸⁷ MAZZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. 2006, *cit.*, p. 56, nota nº 98.

perfeita recepção do novo sistema de codificação material”²⁸⁸ – com a ressalva, agora, para a atual legislação processual.

Grinover²⁸⁹, no mesmo ano de Carlos David Santos Aarão Reis – 1987 – apontou que a existência de grande disparidade entre: doutrina e legislação de um lado *versus* a prática judiciária de outro, mais especificamente o aperfeiçoamento do aparelho judiciário e da administração da justiça. A autora²⁹⁰ traçou os seguintes problemas:

A sobrecarga dos tribunais, a morosidade dos processos, seu custo, a burocratização da justiça, certa complicação procedimental; a mentalidade do juiz, que deixa de fazer uso dos poderes que o Código lhe atribui; a falta de informação e de orientação para os detentores dos interesses em conflito; as deficiências do patrocínio gratuito, tudo leva à insuperável obstrução das vias de acesso à justiça, e ao distanciamento cada vez maior entre o Judiciário e seus usuários. O que não acarreta apenas o descrédito na magistratura e nos demais operadores do direito, mas tem como preocupante consequência a de incentivar a litigiosidade latente, que freqüentemente explode em conflitos sociais, ou de buscar vias alternativas violentas ou de qualquer modo inadequadas (desde a justiça de mão própria, passando por intermediações arbitrárias e de prepotência, para chegar aos “justiceiros”).

Observa-se que em acréscimo aos problemas pontuados por Reis, Grinover trouxe à lume a complicação procedimental e o acanhamento dos juízes em relação a seus poderes, além da falta de informação da sociedade sobre os assuntos jurídicos.

Desse modo, é preciso que todos os envolvidos na promoção da Justiça – órgãos públicos e instituições privadas – sejam provocados a perquirir a atualização e o aperfeiçoamento necessários na estrutura necessária à prestação de tutela jurisdicional nos moldes exigidos pelo Estado Democrático Constitucional.

²⁸⁸ MAZZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. 2006, *cit.*, p. 56, nota nº 98.

²⁸⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. *Revista de Processo*, vol. 46, 1987, p. 60-83, abr.-jun. 1987, fl. 61.

²⁹⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias, 1987, , fl. 61-62.

3.4.5 Análise do comportamento das partes e de seus representantes jurídicos

Embora a falta de estrutura da Defensoria Pública não tenha sido apontada na fase de pré-teste da pesquisa, foi indicada algumas vezes (8,11%) no campo “outras dificuldades”. De maneira similar, já que não se fala em estrutura da iniciativa privada, mas em qualidade técnica, o despreparo dos advogados (e defensores públicos) foi apontado por 16,22% das respostas.

Consoante relatado pelos entrevistados, sobretudo juízes, embora estes busquem proferir um primeiro despacho completo, antevendo diversas possibilidades processuais e seus desdobramentos, dificilmente o processo retorna ao gabinete apenas após seguir a ordem do despacho.

Isso porque surge a necessidade de várias retificações por parte dos profissionais que, segundo julgam os entrevistados, não possuem grande cuidado no manejo dos autos, inclusive na organização da apresentação de fatos e documentos, além de pedidos infundados, como solicitação do benefício da Assistência Judiciária Gratuita sem realmente fazer jus, e desídia em relação à responsabilidade de instruir o processo junto a seu procurador (advogado ou defensor).

Há, ainda, como destaca Maria do Céu Pitanga Pinto²⁹¹, os equívocos cometidos pelas partes sem correto auxílio jurídico, seja por não ter procurado ou por ter obtido informação inadequada. São pessoas que acabam por adotar as seguintes práticas:

a cessão, por herdeiros, de bens do espólio considerados singularmente (artigo 1.793, parágrafo 2º do CC); a renúncia de herdeiros em favor de pessoas estranhas ao processo sucessório; a disposição dos bens hereditários sem análise das regras do condomínio; a disposição de bens do espólio pelo inventariante, à revelia dos demais herdeiros, etc., colocando em risco a credibilidade do instituto da herança.

Diante disso, é crucial que se preencha de informações jurídicas adequadas todos os envolvidos: partes, representantes jurídicos (advogados e defensores) e julgadores; o que pode e deve ser feito pelas instituições vinculadas a tais profissionais, cumprindo sua função

²⁹¹ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Vitória, 2006, p. 66.

institucional e social, com a promoção de cursos e materiais explicativos pelo Judiciário e pela OAB.

Para Mazzei e Gonçalves²⁹², “o problema da má-formação do profissional do Direito é questão grave e ao mesmo tempo complexa, que deve ser enfrentada no fronte propício, passando pela reformulação dos cursos e do ensino jurídico do país”. O comentário foi feito num contexto de crítica à vasta quantidade de procedimentos especiais em contraposição à baixa qualidade dos profissionais. Provocados por tal afirmação, os autores discordaram da simplificação dos procedimentos a um rito único ou da redução máximos dos procedimentos especiais. De forma correta, até porque, arrisca-se dizer que a redução de tutelas diferenciadas e a proximidade com um rito único não necessariamente se traduz em facilidade para o operador do Direito. Pelo contrário, exige que ele esteja atento à identificação e à demonstração das peculiaridades do caso concreto e a subsunção das técnicas diferenciadas como forma de oferecer uma solução adequada para o conflito sob exame; realidade que se acredita estar próxima²⁹³, como se demonstrará no subtópico 4.2.2.

Os representantes dos jurisdicionados, em contrapartida, apesar de também reconhecerem e atribuírem responsabilidade pela morosidade às partes, compartilham-na com o Poder Judiciário e com a Fazenda Pública (isentando relativamente o Ministério Público), imputando o atraso também ao longo tempo que o processo aguarda em cartório e/ou em gabinete.

Sobre o tema da Administração Judiciária e sua relação com fatores além do Fórum, já se manifestava Barbosa Moreira²⁹⁴ em 1988, com grande aplicação nos dias atuais:

²⁹² MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo, Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC, 2015, *cit.*, p. 111.

²⁹³ “[...] a técnica processual existente frente ao princípio da adaptabilidade e flexibilização procedimental permitem que boa parte das tutelas jurisdicionais venham a ser veiculadas em procedimento comum ou, ao se entender por sua inviabilidade, seja oportunizado o aditamento da petição inicial [...] Tais inovações revelam novos traços de que o procedimento especial pode relativizar-se em dadas circunstâncias, a corrobora, que o procedimento comum pode, por vezes, autorizar semelhante tutela jurisdicional antes discriminada em determinado procedimento especial regulado por atos específicos voltados a atender dado direito material”(CASTRO, Daniel Penteadado de. Considerações sobre a sobrevivência dos procedimentos especiais no NCPC. In: DIDIER JR., Fredie (Coord. Geral). Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada. V. 4 - *Procedimentos especiais, tutela provisória e direito transitório*. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 326).

²⁹⁴ MOREIRA, José Carlos Barbosa Moreira. Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo. *Revista de processo*. Vol. 49, jan-mar 1988, p. 10.

Antes de mais nada, o processo reclama, para tornar-se possível, uma estrutura orgânica. Não se concebe a atividade processual sem um contingente de pessoas - não somente de juízes, note-se bem: tão necessários quanto estes são os funcionários (*lato sensu*) que respondem pela movimentação da máquina judiciária; e isso dá lugar a toda uma problemática específica, atinente, entre outros tópicos, à maneira de recrutar semelhantes colaboradores, à divisão do trabalho entre eles, à sua distribuição nos planos horizontal e vertical, ao regime disciplinar a que ficam sujeitos...[...] Boa parte das questões que se põem nessa perspectiva situa-se no âmbito da chamada "organização judiciária", cuja relevância, do ponto de vista processual, seria ocioso salientar. Na verdade, contudo, o problema ultrapassa as fronteiras desse território e nutre-se de dados concernentes às características estruturais e funcionais de organismos que, sem pertencerem à "Justiça", colaboram, deste ou daquele modo, no exercício das funções a ela inerentes: é o caso, entre outros, do Ministério Público, do corpo de advogados, de entidades como a imprensa, a polícia, os correios, as bolsas de valores, para não falar da Administração Pública em geral. [...] Mas, além das pessoas, o fenômeno processual forçosamente exige um receptáculo físico: espaços onde possam instalar-se os órgãos da jurisdição e seus serviços auxiliares (permanentes ou eventuais), com os aparelhamentos de que precisam para funcionar. [...] Seja como for, o que importa aqui ressaltar é que pessoas e coisas necessárias ao funcionamento da máquina judiciária têm naturalmente de ser administradas; e - inútil acrescentar - a maior ou menor eficiência com que o sejam repercute por força no andamento do processo: basta pensar nas conseqüências que, em matéria de prazos, gera a demora na publicação de despachos e decisões pelo órgão oficial. O cuidado com o processo implica, pois, necessariamente, o empenho na adoção de métodos administrativos adequados, capazes de assegurar, na medida do possível, a disponibilidade dos recursos humanos e materiais no lugar e no tempo em que haja mister de utilizá-los. Em outras palavras: o processo não pode prescindir dos subsídios da ciência da administração.

Vê-se, portanto, que o bom andamento do procedimento do inventário judicial não depende tão somente do magistrado que conduz o processo, mas de toda uma estrutura de servidores ao seu redor, além de estrutura do Ministério Público, Fazenda, representantes das partes e, claro, do comportamento das próprias partes envolvidas.

Dentre fatores que dizem respeito especificamente aos jurisdicionados, verificou-se que a questão financeira das partes, relacionada, sobretudo, à falta de dinheiro para arcar com custas, advogados, imposto e peritos para avaliações, é considerada um fator de muita dificuldade por 66,67% dos entrevistados.

Com essa porcentagem, tal fator alcançou a segunda posição no ranking dos cinco maiores problemas no inventário judicial, como visto na Figura 14. Como destacam Marinoni, Arenhart e Mitidiero²⁹⁵, “o custo do processo constitui um grave empecilho para boa parte da população brasileira, pois todos conhecem as dificuldades financeiras que a assola”. Ressaltam que no caso de caso de litígios patrimoniais – como é o caso do inventário –, a

²⁹⁵ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 223.

demora processual “pode ser compreendida como um custo – e esse é tanto mais árduo quanto mais dependente o autor é do valor patrimonial buscado em juízo”²⁹⁶. Exemplo disso é que no caso de o espólio não possuir recursos, até que haja julgamento, os bens vão deteriorando pela falta de verba para sua manutenção, gerando prejuízo a quem desses bens dependa.

Diante disso, bem vindas são algumas medidas do CPC/15, a exemplo da concessão de gratuidade a atos processuais fracionados (art. 98, § 5º²⁹⁷) ou o parcelamento de custas judiciais (art. 98, § 6º²⁹⁸), e as possibilidades de dispensa de perícias desnecessárias (art. 629²⁹⁹) e de homologação do inventário antes da quitação do imposto (art. 654³⁰⁰).

Quanto ao último, interessante a ressalva feita por 6,45% dos entrevistados de que, embora previsto em lei, a responsabilidade dos magistrados pelo recolhimento do ITCD não parece ser uma preocupação no estado do Espírito Santo (art. 23, § 2º, Decreto nº 3.469-R/2013³⁰¹). Quando perguntados o porquê de afirmarem isso, os entrevistados responderam que antes mesmo da previsão legal, os magistrados já se posicionavam da seguinte forma e que são céticos em relação ao pagamento posterior pelas partes. Ocorre que, da forma como o dispositivo foi pensado, não há emissão do formal de partilha antes do pagamento do imposto, de modo que a crítica não persiste, pois sem a quitação os herdeiros permanecem de mãos atadas, viabilizando apenas que o processo seja baixado e retirado como um empecilho para os demais processos que efetivamente necessitam de providências do Poder Judiciário e não das partes.

²⁹⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 225.

²⁹⁷ Art. 98, § 5º, CPC/15. A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

²⁹⁸ Art. 98, § 6º, CPC/15. Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

²⁹⁹ Art. 629, CPC/15. A Fazenda Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, após a vista de que trata o art. 627, informará ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações.

³⁰⁰ Art. 654, CPC/15. Pago o imposto de transmissão a título de morte e juntada aos autos certidão ou informação negativa de dívida para com a Fazenda Pública, o juiz julgará por sentença a partilha. Parágrafo único. A existência de dívida para com a Fazenda Pública não impedirá o julgamento da partilha, desde que o seu pagamento esteja devidamente garantido.

³⁰¹ Art. 23, Decreto nº 3.469-R/2013. A fiscalização do imposto compete, privativamente, aos Auditores Fiscais da Receita Estadual que, no exercício de suas funções, deverão exibir ao contribuinte documento de identidade funcional fornecido pela Sefaz. [...] § 2º. Deverão fiscalizar, subsidiariamente, o recolhimento do imposto todos aqueles que exerçam funções públicas, tais como os membros do Ministério Público, os servidores da Justiça e os magistrados, que no desempenho de suas atividades e atribuições conhecerem a ocorrência do fato.

Ainda em relação às dificuldades financeiras, cumulada com a informação dos entrevistados de erros da Fazenda em relação à verificação de isenções, é importante que a população – sobretudo causídicos e defensores públicos – tenha em mente as previsões legais referente a impostos, tendo em vista que podem ser resposta a eventuais dificuldades financeiras das partes, oportunizando isenções, parcelamentos ou imunidades.

O envolvimento emocional, muitas vezes traduzido como ganância (e não propriamente a sensibilidade dos laços – ou desenlaces – familiares) alcança os 40% também como fator de muita dificuldade, estando no 4º lugar dentre os 5 maiores problemas do inventário. Ocorre que, conforme Barbosa e Groeninga³⁰² destacam, “os bens, de certa forma ‘encarnam’ o morto e, com a ausência, facilmente, alvo de sentimentos para estes desviados [...] O luto é um processo que evolui no tempo, de difícil mensuração e comparação entre aqueles que o estão vivendo”. Essa observação é muito importante para que se compreenda as nuances em jogo, sabendo acolher os jurisdicionados sem pré-julgá-los, até mesmo porque ter interesse de receber a herança a que faz jus não é defeito algum, o que deve ser analisado é se está havendo ponderação, com requerimento de direito que realmente possua, respeitando também o que pertença aos demais.

Ainda sobre o comportamento das partes, entre as respostas livres, interessante anotar que houve 13,51% de respostas mencionando a desídia dos interessados, sobretudo quando, pela realidade fática, conseguem fruir dos bens deixados pelo falecido sem necessitar da formalidade da transferência de propriedade, e também quando alcançam alvarás judiciais com liberação de bens/valores que lhes interessavam. Em casos como esses, as partes não veem mais sentido no caminhar do processo judicial, pois seus objetivos já foram alcançados, de modo que abandonam, até para supostamente se desvincularem da obrigação de pagarem imposto ou mesmo porque não têm qualquer condição financeira para assim fazê-lo.

Nesse ponto, retorna-se às lições de Barbosa Moreira³⁰³, o qual afirma que a solução rápida dos litígios como clamor dos jurisdicionados muitas vezes se traduz como um mito, pois há litigantes que desejam que o feito se prolongue o máximo possível (que poderia ser o desejo

³⁰² BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares. 2005, *cit.*, p. 168.

³⁰³ MOREIRA, José Carlos Barbosa Moreira. Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo. *Revista de processo*. Vol. 49, jan-mar 1988, p. 12.

de um herdeiro que ocupa um imóvel do espólio sem confortavelmente ser cobrado aluguel) e, infelizmente comum nos inventários judiciais, há também parcela de advogados (não todos) que procrastina o desfecho do processo, às vezes a pedido dos clientes, às vezes como forma de “valorizar” o trabalho desempenhado e auferir maiores honorários. Diante de tantos prazos não preclusivos no inventário judicial e de uma postura desidiosa dos envolvidos, não é raro que haja descumprimento a eles e até mesmo carga dos autos por período que muito ultrapassa a determinação legal.

3.4.6 Indicação pelos entrevistados de “outros problemas”

Foram indicados em resposta aberta pelos entrevistados: burocracia (40,54%), falta de documentação (18,92%), má qualidade dos defensores/advogados (16,22%), desídias das partes (13,51%), falta de estrutura da Defensoria Pública (8,11%) e remessa diante de questões de alta indagação, (2,70%).

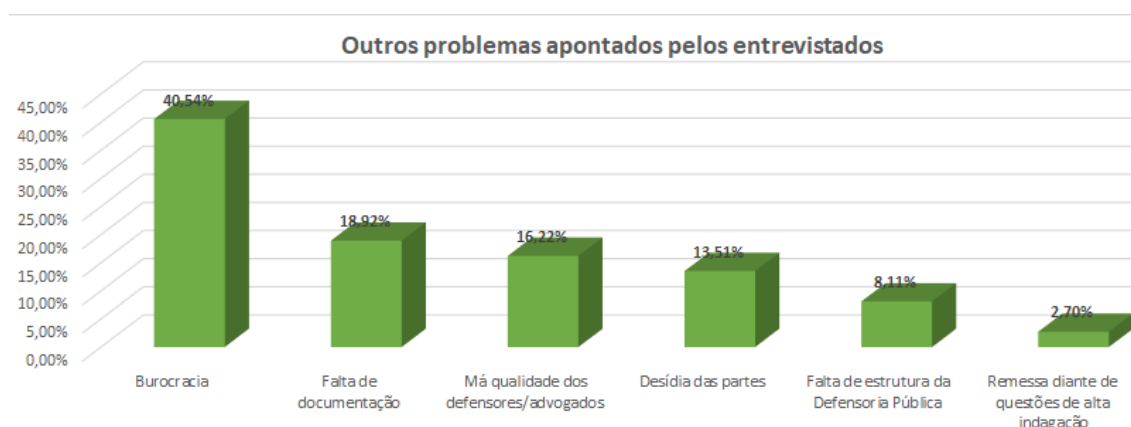


Figura 18: outros problemas apontados pelos entrevistados

A indicação da burocracia como um problema foi tão grande que tal fator constou no rol dos cinco maiores entraves ao andamento do inventário judicial. Como se observa da legislação sucessória e foi mencionado no Capítulo 2, o passo a passo do inventário judicial é extremamente regulamentado. O legislador atribui uma grande importância à transferência de patrimônio *causa mortis* e busca antever o maior número de eventuais dificuldades, bem como formalidades para que as condutas de todos os envolvidos resguardem o objetivo final.

Entretanto, até mesmo pelo fato de os dispositivos virem se repetindo desde o CPC/39 para o CPC/73 e agora para o CPC/15, a estrutura montada para os procedimentos, inclusive o

inventário judicial, se demonstra muito rígida, e, muitas vezes, incompatível com o que o caso concreto exige para a prestação de uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, eficiente e em duração razoável. A diferença é que o CPC/15 inaugura um procedimento comum mais flexível e, inspirado por tal lógica, deve-se buscar também, na medida do que for possível e consonante com o inventário judicial, desburocratizá-lo, alcançando maiores benefícios aos envolvidos, sobretudo em relação ao desenvolvimento do processo.

Acontece com a palavra “burocracia” fenômeno semelhante do que ocorre com a “formalismo”. Está atrelada a ambas uma carga negativa, mas que não pode reduzi-las, em que pese a prática aparentemente demonstrar o contrário. A forma é necessária, mas não pode se tornar a razão de ser de um processo judicial, por exemplo. O mesmo se dá com a burocracia³⁰⁴, que também guarda contato com regulamentação e trâmites, existindo uma burocracia necessária para fins organizacionais e aquela que atrasa pelo excesso de formalidades.

Desse modo, a burocracia de se ter o Ministério Público opinando num processo judicial em que há interesses de incapaz não pode ser afastada. É necessária para que devidamente se alcance o fim do processo. Não é o mesmo de se exigir a redução a termo das “primeiras declarações”, que são comumente alteradas no curso do processo, mas mesmo assim se disponibiliza importante tempo das serventias e das partes para que seja cumprida, ainda que não traga impactos relevantes para o objetivo do inventário.

Ademais, certas burocracias exigidas no inventário poderiam ser resolvidas por meio da informatização e interligação dos Tribunais com órgãos a exemplo de Fazenda Estadual, Cartórios de Registro Civil, Tabelionatos e de Imóveis, Receita Federal etc. Desse modo, resolver-se-ia questões ligadas à burocracia e à falta de documentação ao mesmo tempo. Em especial em relação à população com menos recursos financeiros, tais diligências são custosas

³⁰⁴ Segundo o dicionário Michaelis (disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ad8N>>. Acesso em 02 abr. 2018): bu·ro·cra·ci·a. sf. 1 Sistema de administração pública por meio de um conjunto de funcionários lotados em ministérios, secretarias e órgãos, sujeitos a regulamento, hierarquia e rotina: “O parasita da burocracia (é preciso dizê-lo com franqueza) continua atracado até hoje no corpo do gigante Brasil e, portanto, no corpo do estado e no da cidade de São Paulo, sugando-os e enfraquecendo-os, e não haverá meio de curar o nosso pobre país dessa atroz doença constitucional?” (MLP); 2 Os trâmites legais desse sistema: Não adianta reclamar; seu pedido tem que seguir a burocracia. 3 O conjunto de funcionários públicos; a classe dos burocratas: Prestou um concurso público e agora também faz parte da burocracia brasileira. 4 POR EXT Influência e predominância dos funcionários públicos no governo do país: Infelizmente, no nosso país, a burocracia ainda predomina sobre a tecnocracia. 5 PEJ Administração com excesso de formalidades: A burocracia nos faz perder muito tempo.

e inexistência de viabilidade econômica e de pessoal para que a Defensoria Pública supra essas dificuldades, o que também foi um fator apontado como danoso.

Também foram indicadas a má qualidade dos representantes das partes, por falta de técnica e conhecimento específico do Direito de Sucessões, bem como a desídia das partes, visto que, comumente, há a resolução fática da distribuição dos bens, vez que nem sempre possuem documentação ou condições financeiras para que a resolução ocorra como exige a teoria, com o pagamento de impostos, eventuais avaliações etc.

Em relação à remessa diante das questões de alta indagação (expressão não mais utilizada pelo CPC/15), importa dizer que se referem na sua maioria ao reconhecimento de uniões estáveis *post mortem*, que não são reconhecidas pelos demais herdeiros, exigindo, portanto, a produção de provas que – segundo a lei – devem ser feitas por outro magistrado.

Por fim, registre-se a compatibilidade entre os resultados da pesquisa de campo feita e exposta acima com a concepção teórica de uma juíza que há 14 anos atua na área de Sucessões e ressaltou em sua dissertação de Mestrado os principais pontos que contribuem para o emperramento do processo de inventário, de acordo com a jurisprudência e a prática forense: “atuação desidiosa do inventariante; falta de impulso dos interessados; litígios diversos entre os herdeiros, inclusive quanto à partilha dos bens; não pagamento do imposto de transmissão *causa mortis*; concessão de alvarás para disposição de bens sem qualquer critério legal, dentre outros”,³⁰⁵.

3.4.7 Lei processual: o que foi feito e o que precisa ser feito

Posteriormente, aferiu-se em respostas abertas quais foram as mudanças positivas que o CPC/15 trouxe e o que poderia ser implementado, valendo registrar que 36,67% acredita que houve alterações importantes, embora 40,63% não saiba quais foram elas.

Quanto à identificação das mudanças, o segundo item mais respondido (após “não sei”) foi a ampliação das hipóteses de arrolamento com 31,25%, demonstrando o desejo de menos burocracia e efetividade aos jurisdicionados.

³⁰⁵ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança, 2006, *cit.*, p. 45-46.

Também foram indicados: extinção do processo sem quitação do ITCD, mas com o juízo garantido (15,63%) e menção expressa à possibilidade de realização de inventários em Cartório (9,38%). Em relação ao primeiro, demonstra-se como claro alento aos magistrados, que desejavam pôr fim aos processos e muitas vezes não conseguiam pela já mencionada desídia e abandono pelas partes. O segundo, por sua vez, deixa clara a necessidade existente no país de que as normas sejam repetidas no Código de Processo Civil, como se, constando nele, tivessem maior força. E em relação a esse ponto, existe também uma cobrança dos entrevistados no que diz respeito às rubricas das Lei n. 6.858/80 e Lei n. 8.213/91, que não são submetidas a inventário, mas encontram dificuldades perante bancos e INSS para serem levantadas, sendo uma demanda de parte dos entrevistados que essa previsão também estivesse no CPC/15, com o propósito de alcançar maior respeito.

Em resposta ao que deveria ter sido criado pelo CPC/15, a maioria (25%) exige a diminuição da burocracia que existe nos inventários e partilhas, seguido de 15,91% que não soube responder e, depois, pelo estímulo ao acordo com 11,36%.

Do terceiro lugar em diante, indicaram-se: estímulo ao acordo (11,36%), estímulo à utilização dos Tabelionatos (9,09%), viabilização da partilha desigual (6,82%), poder aos juízes para alienação dos bens nos casos litigiosos (6,82%), possibilitar inventário com testamento no Tabelionato (4,55%), CPC/15 trazer expresso sobre valores CEF, INSS etc (procedimentos que não se sujeitam a inventário/arrolamento) (4,55%), obrigatoriedade de inventários em Tabelionatos – consensual e envolvendo capazes (4,55%), uniformização quanto ao recolhimento de ITCD (2,27%), diminuição de cobrança aos juízes (2,27%), retirada da manifestação do Ministério Público ou intimação para parecer final apenas (2,27%), controle de gratuidade dos Tabelionatos (2,27%), poder ao juiz para expedição de mandados de desocupação/reintegração etc (2,27%).

3.4.8 Tutela provisória

Em artigo publicado em 2005, Ada Pellegrini Grinover³⁰⁶ expôs os resultados obtidos em questionário acerca de “procedimentos sumários ou preliminares” aplicado a pesquisadores de diversos países no XII Congresso da *International Association of Procedural Law*, no México, dos dias 21 a 26 de setembro de 2003.

Nesse relatório, quanto aos escopos da tutela sumária no Brasil, foi registrado pelo especialista responsável (Prof. Flávio Luiz Yarshell da USP) que, no início, a tutela sumária tinha o objetivo de gerar rapidez, mas evoluiu para prestigiar valores consagrados no plano material, indicando adequação ao tipo de controvérsia, para, por fim, com o art. 273, CPC/73 – a tutela antecipada genérica –, o objetivo ser transferir para o demandado o ônus da duração do tempo do processo. É a ideia de que “o custo da duração do processo seja melhor distribuído, e não mais continue a recair sobre quem aparenta, no momento, ser o merecedor da tutela da Justiça”³⁰⁷.

É extremamente importante que essa noção de tempo, já há muito externada por Cruz e Tucci³⁰⁸, tenha sido incorporada e cada vez mais incrementada no Brasil. Atualmente, 23 anos depois da positivação da tutela antecipada genérica no Brasil – Lei n. 8.952/94 que instituiu o art. 273 do CPC/73³⁰⁹ –, o uso de tutelas antecipadas é muito comum: “o processo civil de

³⁰⁶ GRINOVER, Ada Pellegrini. A antecipação da tutela e sua estabilização. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005, p. 225.

³⁰⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil* [e-book]. vol I. 56. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 791

³⁰⁸ Em obra de 1997, Tucci (TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: RT, 1997, em especial p. 145-146) aponta o tempo como um inimigo implacável Do processo, que deve buscar minimizar ou erradicar os prejuízos deletérios produzidos por ele por três frentes: mecanismos endoprocessuais de repressão à chicana, mecanismos de aceleração do processo e mecanismos (jurisdicionais) de controle externo da lentidão.

³⁰⁹ Art. 273, CPC/73 (revogado). O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) § 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) § 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) § 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 588. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) § 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002) § 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) § 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994) § 6º A tutela

hoje é necessariamente um *processo civil de resultados*, porque sem bons resultados, e efetivos, o sistema processual não se legitima”³¹⁰.

Com o CPC/15 o instituto ganhou novos contornos, sendo esquematizado sob o gênero “tutelas provisórias”, as quais se dividem nas espécies de urgência e de evidência. Enquanto estas não pressupõem um perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo (art. 311³¹¹), aquelas têm essa característica como requisito junto à probabilidade do direito (art. 300³¹²). Com pontos aproximados e mesmo objetivo de minimizar os efeitos deletérios do tempo, o julgamento antecipado do mérito (art. 355³¹³) foi mais bem sistematizado no atual Código, com admissão do julgamento parcial (art. 356³¹⁴), ou seja, tornou-se expressamente possível resolver o mérito em relação a determinado pedido, com continuação do processo para apreciação dos demais.

Oferecida como uma hipótese de solução para um melhor andamento dos processos de inventário judicial, a tutela provisória foi rechaçada pela maioria dos entrevistados (83,33%),

antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002) § 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002)

³¹⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel *apud* FORNACIARI JÚNIOR, Clito. Tutela antecipada e posse velha. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005, p. 248.

³¹¹ Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

³¹² Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

³¹³ Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.

³¹⁴ Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355. § 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida. § 2º A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto. § 3º Na hipótese do § 2º, se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva. § 4º A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz. § 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

dando-se preferência para que se imprima celeridade ao rito, com vistas a alcançar o quanto antes o resultado final.

Além disso, foi relatado que as tutelas provisórias eram facilmente deferidas há alguns anos, sem rigor aos critérios para tanto, de modo que muitos processos continuam a tramitar pois as partes levantaram o valor que faziam jus e hoje não possuem condições financeiras de quitar o ITCD, prolongando a existência do processo.

Dessa forma, os advogados e defensores relataram a dificuldade em se conseguir alvarás no curso do inventário judicial, ainda que existam situações de urgência, como subsistência, doenças e dilapidação de patrimônio, enquanto os juízes e promotores disseram deferir com maior apuro técnico que outrora, realmente quando há situação de urgência (com depósito do valor de ITCD em juízo)³¹⁵, para não inviabilizar a finalização do processo no futuro e confessaram utilizarem a negativa como forma de estimular que as partes componham.

³¹⁵ Tal posicionamento informado na pesquisa é também observado em decisões judiciais provenientes de diferentes tribunais: 46190831 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO JUDICIAL. PEDIDO DE VENDA DE UM DOS IMÓVEIS PARA PAGAMENTO DOS IMPOSTOS E ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE HERDEIRO INCAPAZ. BEM IMÓVEL EM OUTRO ESTADO JÁ AVALIADO. CONCORDÂNCIA DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA QUANTO AOS VALORES. DESNECESSIDADE DE NOVA AVALIAÇÃO. INTERESSE DO INCAPAZ QUE DEVE SER PRESERVADO. ENTENDIMENTO DA DOUTA PROCURADORIA. VENDA AUTORIZADA. AGRAVO PROVIDO 1. A prova dos autos demonstra que mesmo antes do falecimento do de cujus os herdeiros do imóvel situado no Estado de Sergipe já haviam providenciado junto ao TJSE alvará judicial para venda do bem ali existente, como forma de garantir a manutenção do herdeiro incapaz, o que foi sobrestado em vista do concorrente falecimento da herdeira viúva meeira. 2. Aberto o inventário da meeira nesta Corte de Justiça, mãe do incapaz, a prova dos autos demonstra já ter sido avaliado o bem tendo a Fazenda Pública Estadual concordado com o valor arbitrado no processo de alvará já tendo expedido DAE para recolhimento cuja quitação aguarda, também, a venda do imóvel. 3. Na forma do parecer da Douta Procuradoria o retardo da venda, havendo concordância dos demais herdeiros, causaria prejuízos ao incapaz de quem reputa devem ser defendidos os interesses de forma a garantir a sua manutenção. 4. Agravo provido para autorizar a venda do imóvel situado no Estado de Sergipe devendo o inventariante quitar os impostos e custas devidos prestando contas ao Juízo de origem. (TJBA; AI 0023182-10.2017.8.05.0000; Salvador; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Maurício Kertzman Szporer; Julg. 27/02/2018; DJBA 07/03/2018; Pág. 320);

89220720 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. PROCESSO SUSPENSO EM RAZÃO DA INCONCLUSÃO DO INVENTÁRIO DO GENITOR DO DE CUJUS. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VALORES PARA SUBSISTÊNCIA DO ÚNICO HERDEIRO. ESPÓLIO SEM DÍVIDA. MEDIDA URGENTE. ART. 314 DO CPC/15. PECULIARIDADES DO CASO. LIBERAÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE. 1. O levantamento de valores pertencentes ao espólio, antes de ultimada a partilha, é medida excepcional, que se justifica apenas em hipóteses específicas e quando comprovada a real necessidade. 2. Tendo em vista tratar-se de inventário em que o único herdeiro é estudante, que não auferir renda e se mudou para a capital para fazer curso superior, afigura-se cabível a liberação de valores para possibilitar a sua subsistência por 6 meses, até que sejam adotadas as diligências necessárias para a conclusão do inventário do avô na instância de origem ou se formule pedido para a tramitação separada dos feitos, na forma do art. 672, parágrafo único do CPC/2015. Medida urgente que pode ser praticada, mesmo estando o processo suspenso (NCPC, art. 314). 3. Recurso parcialmente provido. (TJMG; AI 1.0223.07.226463-1/001; Relª Desª Áurea Brasil; Julg. 07/12/2017; DJEMG 12/12/2017)

3.4.9 Métodos adequados de solução de conflitos

Em relação à utilização de conciliação/mediação nos inventários e partilhas, 41,94% se mostraram favoráveis, enquanto 38,71% ficaram em dúvida e 16,13% foram contra (3,23% não souberam responder).

Observou-se que aqueles que são resistentes aos métodos podem fazê-lo por questão de ainda não os conhecerem bem. Em que pese os anos de discussão sobre o tema na Academia, a correta utilização pelo Poder Judiciário ainda caminha a passos vagarosos. Inclusive, a falta de estrutura (principalmente do Poder Judiciário e da Defensoria Pública) foi apontada como fator inviabilizador para o sucesso da medida, sob alegação de que muitas vezes as audiências desse tipo de processo exigiriam acompanhamento psicológico, ainda que essa exigência não conste na lei. Assim, entende-se que, na verdade, buscavam se referir a profissionais especializados com os métodos adequados como conciliadores e mediadores.

No âmbito judicial³¹⁶, atualmente existem 07 Centros Judiciários de Soluções de Conflitos vinculados ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. No *site* do TJES constam resultados estatísticos quanto à taxa de sucesso das mediações realizadas no projeto denominado “Ações de Família”, em que ocorrem as referidas sessões em relação a questões familiares.

Há divulgação dos dados a partir da 2ª Ação. Nesta, entre agosto e setembro de 2016, extraiu-se 77% de acordos. Na 3ª (nov/2016), foram realizadas 113 sessões de mediação judicial, havendo o comparecimento de todas as partes em 65 sessões, das quais se extraiu 78,5% de acordo³¹⁷. Na 4ª Ação de Família (abr-maio/2017), 79,5% de acordos³¹⁸; na 5ª

76589175 - APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE ALVARÁ. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL. Os herdeiros/autores pretendem autorização para pagar o itcd incidente no inventário extrajudicial com os valores deixados nas contas bancárias da de cujus, hoje, pertencente ao seu espólio. Em casos tais, sendo o inventário extrajudicial uma faculdade que a Lei põe à disposição dos herdeiros, descabe exigir-lhes a abertura de inventário judicial, sendo viável autorizar, por meio de alvará, o pagamento do itcd com o dinheiro do espólio. Apelo provido. Em monocrática. (TJRS; AC 0304227-57.2017.8.21.7000; Pelotas; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Rui Portanova; Julg. 19/12/2017; DJERS 07/02/2018)

³¹⁶ Vale o registro de que extrajudicialmente é livre a utilização dos métodos adequados, havendo regulamentação para que sejam desenvolvidos inclusive em cartórios, conforme Provimento nº 67/2018 do CNJ, de 26/03/2018.

³¹⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. 3ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/3a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

³¹⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. 4ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/4a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

(novembro/2016), 78%³¹⁹; na 6ª (outubro/2017), 61,5%³²⁰; e na 7ª e última ação, realizada em março de 2018, houve 84,2% de acordos³²¹. Observa-se que os números de acordo se mantiveram estáveis, com uma taxa média de 76,34%.

Diante do sucesso dos métodos nas ações de família, acredita-se haver um bom indicativo de para sua utilização nas Sucessões, o que demanda alguns cuidados técnicos em razão de, nessa perspectiva, estar-se trazendo algo não previsto ao procedimento especial, que será trabalhado melhor adiante, no subtópico 4.2.2, com a análise da (im)possibilidade de aplicação das normas do procedimento comum ao procedimento especial.

No que tange a apoio multidisciplinar, de profissionais com conhecimentos além dos jurídicos, conforme o Anexo V do Código de Organização Judiciário do Espírito Santo (Lei Complementar nº 234/2002), editado em 2012, a Central de Apoio Multidisciplinar é composta de cerca de 44 profissionais para todo o estado³²².

Seria interessante, portanto, que tal equipe passasse a ser remanejada também para as causas sucessórias, tendo em vista as fortes emoções decorrentes do luto e de possíveis conflitos familiares, como já foi trabalhado anteriormente. Diante dessa realidade, até mesmo o fato de o procedimento não iniciar já com uma tentativa de conciliação/mediação se mostra positivo, face à necessidade de tempo e maturação de sentimentos e ideias para as pessoas que estão enfrentando a perda de alguém e, então, precisam dividir o patrimônio deixado.

³¹⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. 5ª ação de família. Disponível em: < <http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/5a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

³²⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. 6ª ação de família. Disponível em: < <http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/6a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

³²¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. 7ª ação de família. Disponível em: < <http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/7a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

³²² Vitória: serviço social = 6; psicologia = 4; 2) Vila Velha: serviço social = 6; psicologia = 3; 3) Serra (compartilhada com Ibiraçu, Fundão e João Neiva): serviço social = 4; psicologia = 2; 4) Cariacica (compartilhada com Santa Leopoldina, Viana, Domingos Martins e Marechal Floriano): serviço social = 6; psicologia = 4; 5) Guarapari (compartilha com Iconha, Alfredo Chaves, Marataízes, Itapemirim, Anchieta, Piúma, Presidente Kennedy): serviço social = 6; psicologia = 3.

3.4.10 Autonomia processual: negócios jurídicos processuais e flexibilização procedimental

Questionados quanto à autonomia processual como uma hipótese de solução de problemas, muitos entrevistados não sabiam defini-la, mas, mesmo assim, manifestavam-se contra (79,31%) sua utilização. Embora o tema esteja pulsando na Academia, como se viu em relação aos métodos adequados, a informação demora a chegar aos Fóruns e, sobretudo, a fazer parte da cultura jurídica. Não que isso sirva como desestímulo ao desenvolvimento da teoria, ao contrário, revela a necessidade de aperfeiçoá-la e torná-la compreensível a toda sociedade, através de treinamentos via OAB, TJ etc.

Expostos os resultados da pesquisa de campo, inicia-se a seguir a fase de busca de soluções do CPC/15 ao processo judicial de inventário e partilha.

4 REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL SEGUNDO O CPC/15 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Em comentários ao CPC/15, Felipe Borring Rocha³²³ afirma que durante o período de elaboração do anteprojeto do CPC/15, encaminhou uma série de sugestões para tentar aperfeiçoar o modelo existente de inventário e partilha. O autor defendia uma linha publicista de reforma, cujo eixo básico era “trazer o Estado para o papel de protagonista dos procedimentos judiciais [...] o Estado teria a responsabilidade de instruí-lo [...] e promover o seu andamento”, e, não cumprindo sua obrigação, perderia percentuais dos valores dos tributos a que teria direito responder.

Essa não é a ideia defendida no presente trabalho. Como já exposto em linhas pretéritas, aqui se prioriza a ideia de mínima intervenção estatal, sobretudo porque muitos dos problemas destacados anteriormente são frutos do próprio Estado, de forma que não se acredita que aumentar a responsabilidade do mesmo, traria os benefícios esperados.

Rocha³²⁴ propõe, por exemplo, que o Estado criasse uma rede de informação e contatos entre os entes públicos e privados, “para subsidiar o feito com os dados necessários para o atendimento das finalidades precípuas do processo, inclusive no que tange à cobrança de tributos”. Ocorre que é absurdo pensar que apesar de todas as burocracias de informações públicas a que é submetida a sociedade brasileira – certidão de nascimento, certidão de casamento, formalização de união estável (se assim desejar), registro de imóveis, registro de testamento (quando for público), registro de pacto antenupcial, registro de veículos, declaração de imposto de renda, certidão de óbito etc – tal sistema ainda não exista, ou, ao menos, que os já existentes não estejam intercomunicados.

Observa-se a passos lentos, por questões financeiras e até mesmo de respeito a direitos de personalidade (diante da necessidade de segurança em relação a tais dados), que há evolução nesse sentido. Como já foi feito, por exemplo, a conexão do Poder Judiciário com sistemas de

³²³ ROCHA, Felipe Borring. Comentários aos arts. 610 e ss. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 942.

³²⁴ ROCHA, Felipe Borring. Comentários aos arts. 610 e ss. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2015, cit., p. 942.

INFOJUD³²⁵, BACENJUD³²⁶ etc. Mas ainda sem reflexos expressivos no inventário judicial, uma vez que uma das exigências nesse procedimento é, por exemplo, uma certidão quanto à inexistência de testamentos vinculada à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), a qual não está interligada ao Poder Judiciário, cabendo a parte diligenciar.

Com tal sistema de comunicação e entendendo o inventário como de interesse precipuamente privado, seria dado subsídio (através da simples comunicação de dados do Imposto de Renda com certidão de óbito, por exemplo) à Fazenda Pública para buscar seus impostos via procedimentos próprios, evitando que os órgãos judiciais se mantivessem repletos de processos que não recebem o devido impulso por quem deve.

Feitos tais apontamentos, e a fim de trabalhar com iniciativas imediatamente palpáveis (e não a título de *lege ferenda*) para dinamizar o procedimento de inventário, abaixo serão demonstrados alguns aspectos históricos atinentes ao Direito Processual Civil e ao inventário judicial, além da imersão no CPC/15, para responder ao que foi coletado até então na presente pesquisa.

4.1 BREVE INCURSÃO ACERCA DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

4.1.1 Fases metodológicas do processo

Segundo Jobim³²⁷, ao longo da história o processo é estudado, sistematizado, ensinado, interpretado e aplicado de diferentes formas, as quais estão diretamente ligadas a determinado momento cultural e temporal de uma sociedade, sendo modificadas à medida que paradigmas culturais são rompidos.

³²⁵ “O Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud) é uma ferramenta oferecida aos magistrados (e servidores por eles autorizados), que lhes permite, por meio de certificação digital, ter conhecimento de bens das partes envolvidas em processos. Esse sistema possibilita, em tempo real, em todo o território brasileiro, a obtenção de dados existentes na Secretaria da Receita Federal do Brasil, a fim de localizar pessoas, seus bens e direitos e identificar potencial prática de fraude, execução ou crimes”. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/sistemas/informacoes-sobre-bens-e-pessoas/20555-infojud>>. Acesso em 02 abr. 2018.

³²⁶ “O BacenJud é um sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet”. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/bacenjud>>. Acesso em 02 abr. 2018.

³²⁷ JOBIM, Marco Félix Jobim. *Teoria, história e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, p. 95.

Tendo isso em vista, o direito processual é marcado, basicamente, por quatro³²⁸ fases metodológicas: i) sincretismo; ii) processualismo; iii) instrumentalismo; iv) formalismo-valorativo.

Na fase sincretista, o direito material e o direito processual eram vistos como um só, tendo sido dada grande importância ao primeiro, funcionando o segundo como mero subproduto daquele³²⁹. Segundo Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, “o direito processual civil era tratado como algo eminentemente prático, sem qualquer teorização maior”³³⁰. A fase também era chamada de “procedimentalista”, visto que a preocupação central do direito processual era com a forma de realizar o processo³³¹.

Diante dessa realidade, a segunda fase surge com a preocupação de dar autonomia ao direito processual, sendo chamada de “processualista”, portanto. Fruto de um contexto histórico de ruptura com o absolutismo e surgimento do Estado liberal, tal fase é caracterizada pelo desenvolvimento da lógica cartesiana e enfoque na livre iniciativa, autonomia da vontade e não intervenção na vida privada sem provocação³³².

É uma fase de crucial importância, alçando o processo em nível de ciência propriamente dita. Contudo, na ânsia de tornarem-se independentes, os seus precursores pecaram pelo excesso, conforme registra Jobim³³³: “[...] na primeira metade dos novecentos, a doutrina italiana trabalhou muito para, abstratamente, pensar o Direito Processual, culminando com um distanciamento do Direito Material, com o qual deveria se preocupar”. A maioria dos trabalhos jurídicos desenvolvidos, ainda que inconscientemente, estava voltada a temas

³²⁸ Marco Félix Jobim (JOBIM, Marco Félix Jobim. *Teoria, história e processo*. 2016, *cit.*, p. 122-124) aponta outras duas fases: a) neoprocessualista, defendida por Fredie Didier e que, em verdade, apenas adota nomenclatura diferente, mas representa as mesmas ideias do formalismo-valorativo, e b) neoinstitucionalista, criada pela Escola Mineira de Processo, com inspiração habermasiana, tratando o processo como uma conquista da cidadania, com o marco da teoria discursiva.

³²⁹ JOBIM, Marco Félix Jobim. *Teoria, história e processo*. 2016, *cit.*, p. 114.

³³⁰ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Do formalismo no processo civil*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 18-19.

³³¹ LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Curso de processo civil. Florianópolis: Conceito, 2010, p. 54 *apud* JOBIM, Marco Félix Jobim. *Teoria, história e processo*. 2016, *cit.*, p. 114-115, nota de rodapé 539.

³³² REZENDE, Priscilla Correa Gonçalves de. A Linguagem e o Direito: Uma Breve Análise sobre as Fases Metodológicas do Processo Civil e uma Reflexão Acerca do Conceito de Processo Justo. In: BRITO, Anne Lacerda de; JULIÃO, Gustavo Lyrio. *Reflexões sobre o Código de Processo Civil de 2015*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017, p. 9.

³³³ JOBIM, Marco Félix Jobim. *Teoria, história e processo*. 2016, *cit.*, p. 26.

processuais de grande abstração, sem dar importância ao Direito Material, que não possuía papel de importância nos debates”³³⁴.

Assim, o terceiro momento metodológico emerge num contexto de Estado Social³³⁵ como resposta ao anterior modelo, que tinha o processo como um fim em si mesmo, o qual era desvinculado das pretensões sociais e do fulcro do próprio processo – que não é ele, mas sim o direito material em jogo. O “instrumentalismo” persegue a superação da técnica baseada unicamente na forma e a ideia de que o processo, na verdade, é instrumento para a realização do direito material. Sem deixar de ser visto autonomamente, atenta-se para os escopos sociais, políticos e jurídicos³³⁶.

Evoluindo e buscando equacionar Direito, processo e Constituição, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira instaura discussão sobre a última fase metodológica destacada no presente tópico, a do formalismo-valorativo, que se originou num contexto de Estado Democrático Constitucional, soerguido pela promulgação da CRFB/88³³⁷.

Tal fase é marcada por uma segunda e mais intensa etapa da constitucionalização do processo (tendo a primeira ocorrido na fase instrumentalista, em que se buscou incorporar normas processuais na Constituição), visto que todo o discurso processual passa a ser construído a partir do emprego constante da eficácia dos direitos fundamentais para solução dos problemas processuais³³⁸.

Consoante Oliveira³³⁹, o formalismo tem a função de organizar a desordem, sendo o processo essa desordem organizada, de modo a emprestar previsibilidade ao procedimento. É ele quem indica as fronteiras para o começo e o fim do processo, circunscreve o material a ser formado

³³⁴ MAZZEI, Rodrigo; CHAGAS, Bárbara Seccato Ruis. Breve diálogo entre os negócios jurídicos processuais e a arbitragem. *Revista de Processo*. N 237, Nov. 2014, p. 224.

³³⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008; p. 95.

³³⁶ MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil: Pressupostos Sociais, Lógicos e Éticos*. 3. ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: RT, 2015; p. 34.

³³⁷ LEMOS, Arthur Lopes. Os Poderes do Juiz no Código de Processo Civil de 2015 e sua Necessária Limitação pelo Contraditório. In: BRITO, Anne Lacerda de; JULIÃO, Gustavo Lyrio. *Reflexões sobre o Código de Processo Civil de 2015*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017, p. 27.

³³⁸ MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil: Pressupostos Sociais, Lógicos e Éticos*. 2015, cit., p. 43.

³³⁹ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 126.

e estabelece os limites em que as partes devem cooperar e agir para o desenvolvimento do mesmo.

Além disso, disciplina o poder do juiz, figurando como garantia de liberdade contra o arbítrio do julgador, e controla eventuais excessos de uma parte em face da outra³⁴⁰. É, portanto, elemento fundador da efetividade e da segurança do processo³⁴¹, embora a utilização do termo “formalismo” remeta de imediato ao seu mau uso, ao formalismo excessivo, de caráter essencialmente negativo. Zaneti Jr.³⁴² explica: “[...] o processo civil não é fim em si mesmo. É justamente essa mensagem que decorre do ‘formalismo-valorativo’. A forma serve como garantia, e não amarra da justiça”.

Oliveira³⁴³ pondera que, do mesmo modo que o processo, o formalismo é sempre polarizado pelo fim, o qual, por vivermos em sociedade e, portanto, em determinada cultura³⁴⁴, dependerá dos valores por ela adotados, inexistindo formalismo por formalismo³⁴⁵. Para o autor, os valores devem ser conjuntamente considerados, pois sem um, o outro não se alcança ou não faz sentido. São eles: realização de justiça material e paz social; efetividade; segurança (numa perspectiva dinâmica³⁴⁶) e organização interna justa do próprio processo.

³⁴⁰ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. 2007, *cit.*, p. 127.

³⁴¹ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. 2007, *cit.*, p. 128.

³⁴² ZANETI JR. Hermes. *Processo Constitucional: o modelo Constitucional do Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 49.

³⁴³ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. 2007, *cit.*, p. 128-129.

³⁴⁴ Citando Galeno Lacerda, Oliveira (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. 2007, *cit.*, p. 129) a considera como “conjunto de vivências de ordem espiritual e material, que singularizam determinada época de uma sociedade”.

³⁴⁵ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. 2007, *cit.*, p. 131.

³⁴⁶ “A segurança jurídica de uma norma se mede pela estabilidade de sua finalidade, abrangida em caso de necessidade por seu próprio movimento. Não mais se busca o absoluto da segurança jurídica, mas a segurança jurídica afetada de um coeficiente, de uma garantia de realidade”. O conceito abandona a ideia liberal de manutenção de *status quo* e se apegua à efetividade de direitos e garantias de um processo equânime. (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. 2007, *cit.*, p. 135).

4.1.2 Códigos Processuais Civis brasileiros

Pontes de Miranda³⁴⁷ afirmou que “[...] não se pode estudar o Direito no Brasil desde as sementes, pois nasceu já em galho de planta trazido pelo colonizador português”. Isso porque as Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas), ainda que leis portuguesas, incidiam também no Brasil, mesmo após a independência política em 1822³⁴⁸.

Segundo Grinover e Watanabe³⁴⁹, a primeira iniciativa de nacionalização no campo processual civil veio junto ao Código de Processo Criminal em 1832, o qual tinha um anexo com disposições provisórias “acerca da administração da Justiça Civil”.

Posteriormente surgiu o Regulamento Comercial nº 737/1850, cuja aplicação tinha o intuito de dar aplicabilidade à lei material (Código Comercial), mas só foi estendida às demais relações cíveis em 1890³⁵⁰⁻³⁵¹. Para Humberto Theodoro Júnior³⁵², “embora as opiniões da época divergissem sobre o valor jurídico do Regulamento n. 737³⁵³, forçoso reconhecer que, examinado serenamente, em sua própria perspectiva histórica, o regulamento foi marco admirável de evolução técnica processual”.

Entretanto, o primeiro Código Processual Civil brasileiro propriamente dito³⁵⁴ surgiu apenas em 1939. Antes disso, a Constituição Federal de 1891 autorizou a promulgação de códigos processuais estaduais para regulamentar o direito processual comum, enquanto a União legislaria sobre o direito material³⁵⁵ e o direito processual aplicado exclusivamente à Justiça

³⁴⁷ MIRANDA, Pontes de. *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Forense, 1981, p. 27.

³⁴⁸ MAZZEI, Rodrigo. Breve história (ou ‘estória’) do Direito Processual Civil brasileiro: das Ordenações até a derrocada do Código de Processo Civil de 1973. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ*. Belo Horizonte, ano 12, n. 16, jul.-dez 2014, p. 181-182.

³⁴⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. Recepção e transmissão de institutos processuais civis. *Revista de Processo*, vol. 140, out. 2006, p. 146.

³⁵⁰ MAZZEI, Rodrigo. Breve história (ou ‘estória’) do Direito Processual Civil brasileiro, 2014, cit., p. 182-183.

³⁵¹ GRINOVER; WATANABE. Recepção e transmissão de institutos processuais civis. 2006, cit., p. 146.

³⁵² THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de conhecimento*. V. 1. Forense: Rio de Janeiro, 1981, p. 18.

³⁵³ Grinover e Watanabe (GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. Recepção e transmissão de institutos processuais civis. *Revista de Processo*, vol. 140, out. 2006, p. 143), por exemplo, comparando o anexo do Código de Processo Criminal com o Regulamento 737 afirmam que aquele tinha ideias mais avançadas, pois buscava uma justiça rápida e barata, com processo simplificado e objetivos, além de inexistirem recursos excessivos, o que não ocorreu no Regulamento.

³⁵⁴ Antes disso existiram outras legislações, tais como a Consolidação de Ribas e a Consolidação de José Higino Duarte Pereira. Ver MAZZEI, Rodrigo. Breve história (ou ‘estória’) do Direito Processual Civil brasileiro: das Ordenações até a derrocada do Código de Processo Civil de 1973. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ*. Belo Horizonte, ano 12, n. 16, jul.-dez 2014, p. 177-204.

³⁵⁵ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo: texto legal e breve notícia histórica*. Vila Velha: Eppur Si Muove, 2014, p. 16.

Federal³⁵⁶. Segundo Mazzei³⁵⁷, salvo raras exceções, tais códigos reproduziam as regras e os princípios já cristalizados no sistema legal e que guardavam forte apego com o direito português.

No estado do Espírito Santo, por exemplo, o Código Processual Civil³⁵⁸ se formou de três corpos legislativos distintos: a) Decreto 948 de 30/09/1911; b) Decreto 1882 de 17/09/1914 e c) Lei 1055 de 23/12/1915³⁵⁹, e dialogava com a Lei de Organização Judiciária (Lei Estadual nº 3 de 24/12/1913) e a Constituição Estadual de 1913.

No Decreto nº 1882/14 havia o Título IX – Dos processos orphanologicos e equiparados, que era subdividido nos capítulos I – Do inventário e da partilha (arts. 1.291-1.406), II – Da arrecadação e administração de bens (arts. 1.407-1.473), III – Do testamento (arts. 1.474-1.526), IV – Da tutela e da curatela (arts. 1.527-1.579).

Comparando os dispositivos com os arts. 465-551, CPC/39, relativos ao inventário e partilha nesse código, observa-se que há muitas previsões parecidas, situação semelhante até mesmo com as hoje existentes no CPC/15, especialmente a estrutura e o *iter* procedimental.

Por exemplo. Dentre os legitimados para abertura do inventário, no código estadual apenas não constavam o cessionário³⁶⁰ do herdeiro ou legatário, e o companheiro³⁶¹, conferindo a

³⁵⁶ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit., p. 184.

³⁵⁷ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit., p. 185.

³⁵⁸ A título de curiosidade, o referido código, tal como o Código de Processo Civil atualmente vigente, possuía dispositivos próprios para as ações de família, embora elas tratassem exclusivamente sobre o casamento e suas nuances (nulidade, anulação, divórcio litigioso, divórcio consensual – arts. 742-767. Curiosa a utilização da expressão “divórcio”, já que a Lei do Divórcio é de 1977 e o Código em comento datado de 1915). O CPC/39 abordava o desquite por mútuo consentimento nos arts. 642-646. Ressalte-se também a tratativa da arbitragem em ambos os códigos: no CPC/39, por meio de Livro específico, falava-se do Juízo Arbitral, enquanto o CPC/ES, através de Título próprio, referia-se ao Processo Arbitral.

³⁵⁹ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit., p. 14-15.

³⁶⁰ Que não era exhaustivamente disciplinada no CC/16, mas se via do art. 1.582 (Art. 1.582. Não importa igualmente aceitação a cessão gratuita, pura e simples, da herança, aos demais co-herdeiros), e era aceito pela doutrina e pela jurisprudência, alcançando maior detalhamento no texto legal do CC/02 – arts. 1.793 e seguintes. Art. 1.793. O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública. § 1º Os direitos, conferidos ao herdeiro em consequência de substituição ou de direito de acrescer, presumem-se não abrangidos pela cessão feita anteriormente. § 2º É ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente. § 3º Ineficaz é a disposição, sem prévia autorização do juiz da sucessão, por qualquer herdeiro, de bem componente do acervo hereditário, pendente a indivisibilidade.; Art. 1.794. O co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quizer, tanto por tanto.; Art. 1.795. O co-herdeiro, a quem não se der conhecimento da cessão, poderá, depositado o preço, haver para si a quota cedida a estranho, se o requerer até cento e oitenta dias após a transmissão. Parágrafo único. Sendo vários os co-herdeiros a exercer a preferência, entre eles se distribuirá o quinhão cedido, na proporção das respectivas quotas hereditárias.

obrigação também ao possuidor e administrador do espólio. Impunha o prazo ainda mais escasso de 20 dias para cumprir essa exigência, ressaltando a necessidade de finalização em 4 meses no caso de existirem herdeiros menores interditos (art. 1.293). Hoje, os prazos são de 02 meses para abertura e 12 para finalização, o que já foi visto que não é cumprido, sobretudo no segundo caso, e no primeiro – a depender da legislação estadual de ITCD – as partes pagam multa pelo atraso. Não há ressalva quanto aos herdeiros incapazes e o prazo de duração.

Interessante o destaque para o art. 1.311, que estabelecia parâmetro de 1 a 5% do patrimônio como remuneração ao inventariante não herdeiro (em semelhança ao testamenteiro no art. 1.766 do CC/16³⁶²), em contraposição à legislação atual, que nada prevê e recebe críticas³⁶³. Ainda em relação ao inventariante, o código, em vez de simplesmente possibilitar sua remoção³⁶⁴ ou destituição³⁶⁵, trazia punições específicas para determinados atos, a exemplo do art. 1.298³⁶⁶, com prestação de contas pela extensão da partilha por mais de 6 meses, distribuindo o rendimento entre os herdeiros; art. 1.343³⁶⁷, com multa para atraso na apresentação de últimas declarações; os arts. 1.302-1.304³⁶⁸, com sanção de sequestro dos bens; e art. 1.365³⁶⁹, com multa pelo não pagamento dos direitos devidos.

³⁶¹ Incluído a partir do CPC/15 – art. 616, I (Têm, contudo, legitimidade concorrente: I - o cônjuge ou companheiro supérstite).

³⁶² Art. 1.766, CC/16 (revogado). Quando o testamenteiro não for herdeiro, nem legatário, terá direito a um prêmio, que, se o testador o não houver taxado, será de um a cinco por cento, arbitrado pelo juiz, sobre toda a herança líquida, conforme a importância dela, e a maior ou menor dificuldade na execução do testamento (arts. 1.759 e 1.768). Parágrafo único. Este prêmio deduzir-se-á somente da metade disponível, quando houver herdeiro necessário.

³⁶³ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Vitória, 2006, p. 66.

³⁶⁴ Art. 1.310, CPC/ES (revogado). Desde que o inventariante não dê ao processo de inventário o andamento conveniente, ou retarde o feito, suscitando, duvidas e praticando actos simplesmente protelatorios, pode ser removido a requerimento de qualquer interessado, ou pelo juiz ex-officio, tirando-se-lhe a posse dos bens, que serão sequestrados.

³⁶⁵ Art. 1.312, CPC/ES (revogado). Será destituído o inventariante, a requerimento de qualquer interessado ou ex-officio. a) si não prestar contas não no devido tempo, ou si ellas não forem aprovadas; b) si occultar ou desviar os rendimentos do espólio; c) si deixar os bens se deteriorarem; d) si por culpa sua soffrerem os bens multas ou executivos fiscaes; e) si delapidar os bens; f) si deixar correrem á revelia as acções contra o espólio, fôr omisso em accionar as dividas activas, ou deixar de propor as acções competentes para interromper a prescrição.

³⁶⁶ Art. 1.298, CPC/ES (revogado). Demorada a partilha por mais de seis mezes, será o inventariante obrigado a prestar contas dos rendimentos dos bens, si os houver, e a distribuil-os pelos herdeiros. Taes contas serão prestadas semestralmente. Esta disposição é applicavel ainda no caso, de adiantamento da partilha.

³⁶⁷ Art. 1.343, CPC/ES (revogado). Avaliados os bens do acervo, será dada vista ao inventariante para, no prazo de 48 horas, fazer nos autos, ou por petição, as suas ultimas declarações, sob pena de multa de 20\$000 a 10\$000.

³⁶⁸ Art. 1.302, CPC/ES (revogado). Si outro interessado requerer o inventario, será citado aquele a quem incumbe exercer o cargo de inventariante, para no prazo de 15 dias, a contar da citação, conforme a distancia em que residir, comparecer em juízo para assignar o respectivo termo, sob pena de sequestro, si estiver na posse dos bens, e de ser nomeado outro inventariante.

A escolha de peritos era chamada “louvação” e a avaliação do patrimônio tinha dia marcado entre avaliador das partes e avaliador da Fazenda Estadual, além de um desempatador em caso de desacordo entre os avaliadores (art. 1.323). O art. 1.331 previa que os fundos públicos e títulos de companhias teriam o valor que lhes der a cotação no dia da morte do *de cujus* ou a mais próxima anterior. Observa-se que o procedimento daquela época no estado era marcado por diversas audiências, seja para a mencionada avaliação dos bens, seja para deliberarem sobre a partilha (art. 1.361-1.362), atos esses marcados pela participação e intervenção oral dos envolvidos no processo, medida essa que, a depender do caso, pode ser interessante de ser resgatada, como se verá adiante (subtópico 5.2.3).

No art. 1.339 havia ainda menção expressa à situação de bem doado por ambos os cônjuges, indicando a conferência de metade a cada um quando da análise da colação. Já o 1.352 trazia a listagem de preferência no pagamento de dívidas, enquanto o 1.406, § 3º³⁷⁰ viabilizava a partilha amigável por escritura pública, independente de confirmação judicial, e o 1.355 trazia interessante previsão que parece conceber a divisão desigual³⁷¹:

Art. 1.355. Havendo bens que não caibam na meiação do cônjuge supérstite ou no quinhão de um só herdeiro, e não admittam commoda divisão, serão vendidos pela forma estabelecida neste codigo salvo si os herdeiros preferirem usufruil-o em commum, ou si algum ou o cônjuge sobrevivente requerer lhe seja adjudicado, repondo os outros em dinheiro o excesso de seu quinhão.

Art. 1.303, CPC/ES (revogado). Si o cônjuge sobrevivente ou a pessoa a quem cabe ou encargo o encargo de inventariante não accudir á citação, o juiz ordenará o sequestro dos bens do accervo, nomeando para o cargo um dos herdeiros maiores, ou, na falta destes, pessoa capaz de exercer as funções, escolhendo de preferencia parente do fallecido.

1.304, CPC/ES (revogado). Si o citado contestar a obrigação de dar bens ao inventario, o juiz decidirá de plano em vista dos autos. não achando provada a contestação, ordenará o sequestro, nomeando outro inventariante. Sendo procedente a contestação, enviará as partes para os meios contenciosos, quaes as acções de filiação e petição de herança ou as outras que no caso couberem.

³⁶⁹ Art. 1.365, CPC/ES (revogado). O inventariante será intimado para, no praso de cinco dias, sob pena de multa de 20\$000 a 100\$000, pagar direitos devidos, custas sello dos autos.

³⁷⁰ Art. 1.406, § 3º, CPC/ES (revogado). Independe de confirmação judicial a partilha amigável feita por escriptura publica, mas, a que for feita por escripto particular, será julgada por sentença, assignando previamente os herdeiros termo de ratificação.

³⁷¹ Em contraposição ao CPC/15, assim dispõe o artigo semelhante nesta codificação, inexistindo possibilidade de repor eventual dinheiro em excesso, ao menos sob essa nomenclatura: Art. 649. Os bens insuscetíveis de divisão cômoda que não couberem na parte do cônjuge ou companheiro supérstite ou no quinhão de um só herdeiro serão licitados entre os interessados ou vendidos judicialmente, partilhando-se o valor apurado, salvo se houver acordo para que sejam adjudicados a todos.

Hoje a ser vista com muito absurdo diante da valorização do contraditório e da modernização das comunicações (seja diante da maior facilidade para expedição de carta rogatória³⁷² ou oitiva à distância), seria o art. 1.318, parágrafo 1º, que dispensava a citação do herdeiro que residia em país estrangeiro.

O *Codex* possuiu vida curta, visto que houve mudança na competência legislativa sobre direito processual com a Constituição Federal de 1934, que atribuiu competência processual exclusiva à União, culminando com a extinção dos códigos processuais e a promulgação do CPC/39.

O primeiro código processual nacional tinha por objetivo a uniformização da legislação processual, e teve inspiração nos ordenamentos alemão, austríaco, italiano e português, além de códigos estaduais como de São Paulo, Minas Gerais e Bahia³⁷³, representando a libertação de Portugal (ainda que não absoluta)³⁷⁴.

O CPC/73, por sua vez, teve como peculiaridade a entrada em vigor durante o golpe militar de 1964. Apesar do grande valor técnico-teórico, preocupado com o processo ser considerado ciência própria, o Código se voltou demais ao formalismo, sem a incorporação das novas tendências do processo civil, ligadas ao social³⁷⁵.

Anteriormente à Segunda Guerra Mundial, os códigos processuais possuíam uma tramitação fechada e excesso de formalismo, pois “formados em período autoritário ou informados por ideologia dessa espécie, servia ao fim de controle da jurisdição e dos agentes forenses pelo centro do poder político, diminuindo a participação democrática dos sujeitos de direito”³⁷⁶.

Apesar de com atraso de alguns anos, isso se reproduz no CPC/73, que teve o anteprojeto apresentado em 1964, ano do golpe militar, e cuja maior preocupação era a ideia de processo como ciência própria, inspirado nos “povos mais civilizados”³⁷⁷⁻³⁷⁸. A referida legislação de

³⁷² Embora à época já houvesse como se vê do art. 1.334, parágrafo 2º, que previa a expedição de rogatória ao juiz da situação dos bens que se encontrassem no estrangeiro.

³⁷³ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit, p. 187.

³⁷⁴ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit, p. 188.

³⁷⁵ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit, p. 194-195.

³⁷⁶ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007., p. 134.

³⁷⁷ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit, p. 195.

fato não demonstrava preocupação com o acesso à justiça, tampouco com direitos coletivos, mesmo que no exterior tais assuntos já tivessem voz³⁷⁹.

Esse descompasso corrobora a utilização de um discurso científico compatível em interesses com o cenário político, afinal, conforme destaca Mazzei³⁸⁰: “como se poderia imaginar que num Estado de Exceção fosse debatido o processo civil para a garantia de direitos individuais?”. Segundo Bedaque³⁸¹, “A principal crítica dirigida ao Código de Processo Civil de 1973 consiste exatamente no ‘divórcio entre o modelo e a realidade’”.

Após a promulgação da Constituição de 1988 um novo paradigma processual brasileiro emergiu, “não havendo mais como se vender os olhos a uma realidade constitucional existente, o que faz com que se pense não só um novo modelo de magistrado [...] mas outro modelo de profissional do Direito, e até mesmo do Poder Judiciário”³⁸². O CPC/73, arraigado a uma concepção de Estado liberal, contrapunha-se à ordem constitucional democrática e participativa instaurada em 1988³⁸³.

É nesses moldes que surge o Código de Processo Civil de 2015, uma legislação que valoriza a solução autocompositiva de conflitos, a flexibilização procedimental, os precedentes judiciais, a resolução dinâmica de casos repetitivos, os negócios jurídicos processuais, as garantias de contraditório e de motivação das decisões judiciais, e, mais importante, preocupa-se com o julgamento do mérito, ideia em torno da qual se amoldam diversos outros importantes princípios.

4.2 O QUE SE ESPERA DE UMA TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA, EFETIVA, EM TEMPO RAZOÁVEL E EFICIENTE

Como foi visto nos tópicos anteriores em relação às fases metodológicas do processo e a evolução histórica dos Códigos Processuais Civis brasileiros, a construção científica do

³⁷⁸ Grinover e Watanabe (GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. Recepção e transmissão de institutos processuais civis. *Revista de Processo*, vol. 140, out. 2006, p. 147) lembram que o CPC/73 foi obra de Alfredo Buzaid, que era discípulo direto do italiano Liebman, razão pela qual naturalmente importou diversas categorias e institutos fundamentais à ciência processual italiana.

³⁷⁹ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit., p. 196.

³⁸⁰ MAZZEI, Rodrigo (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo*, cit., p. 196.

³⁸¹ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 69.

³⁸² JOBIM, Marco Félix. *Teoria, história e processo*. 2016, cit., 128.

³⁸³ ZANETI JR, Hermes. *A Constitucionalização do Processo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 149.

processo civil se deu na fase autonomista (cuja necessidade era afirmação da independência do direito processual), havendo a necessidade de rever institutos fundamentais segundo a fase atual do processo³⁸⁴. O abandono da visão positivista e a utilização de princípios, conceitos jurídicos indeterminados, juízos de equidade têm profundo reflexo no processo³⁸⁵ e devem ser considerados.

O contexto de um novo Código Processual Civil que remodela os pilares do ordenamento jurídico pátrio, sem dúvidas, é cenário relevante para essa discussão, visando atender a novas finalidades³⁸⁶, de trabalhar com um novo, sistematizado e coerente processo civil, com conceitos de alcance teórico e capacidade explicativa correspondente³⁸⁷, auxiliando o operador do Direito na tarefa de compreender, interpretar e aplicar o ordenamento jurídico³⁸⁸.

Segundo Didier Jr.³⁸⁹, não podemos cuidar de problemas novos, usando conceitos velhos. É preciso considerar o contexto em que o conceito foi criado, de forma a saber se o que ele ignora já existia à época em que foi criado. Novos problemas surgem e podem ser resolvidos por institutos já existentes, mas, muitas vezes, para tanto, eles precisam ser reconfigurados.

Exemplo disso é a afirmação de Marinoni³⁹⁰ de que é possível falar em relação jurídica hoje, mas com uma significação diferente da concepção liberal do século XIX, ou seja, adequada a uma teoria processual compatível com o Estado Constitucional.

O mesmo ocorre com o direito de ação. Marinoni, Arenhart e Mitidiero³⁹¹ afirmam que atualmente o direito de ação não está vinculado ao direito de ter uma sentença, sim ao direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva mediante processo justo. Além desse

³⁸⁴ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo*, 2006, *cit.*, p. 14-16.

³⁸⁵ OLIVEIRA. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. 2007, *cit.*, p. 135.

³⁸⁶ SICA, Heitor Vitor Mendonça. Velhos e novos institutos fundamentais do Direito Processual Civil. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/17570644/2013_-_Velhos_e_novos_institutos_fundamentais_do_direito_processual_civil>. Acesso em 02 abr. 2018, p. 3.

³⁸⁷ DIDIER JR., Fredie. *Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida*, 2017, 4 ed. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 57.

³⁸⁸ DIDIER JR., Fredie. *Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida*, 2017, *cit.*, p. 59.

³⁸⁹ DIDIER JR., Fredie. Palestra sobre “Transindividualidade e litigância estratégica”, no auditório Manoel Vereza da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 13 de maio de 2016.

³⁹⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 544.

³⁹¹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 253.

avanço, no presente trabalho se entende necessário o acréscimo do atributo “eficiente” à tutela, tal como posto no art. 8º do CPC/15³⁹².

Nas linhas a seguir, explica-se a razão para se esperar todas essas características da tutela jurisdicional contemporânea, a qual, no caso do inventário judicial, consiste em transmitir a herança, consolidando o direito hereditário³⁹³.

4.2.1 Conceituando atributos da tutela jurisdicional vinculada ao Estado Constitucional

Adotando-se os conceitos de Marinoni, Arenhart e Mitidiero³⁹⁴, que os adéquam ao contexto de Estado Constitucional, conceituam-se a seguir os atributos.

Para os referidos autores³⁹⁵, adequada é a tutela capaz de promover a realização do direito material, com escolha de um meio idôneo para obtenção do fim. Efetiva é aquela que se aproxima ao máximo do resultado esperado com o processo, privilegiando tutelas específicas ou tutelas pelo resultado prático equivalente³⁹⁶. O conceito está ligado à segurança jurídica, uma vez que um ordenamento só é seguro se há confiança na realização do direito que se conhece, ou seja, se há realização concreta da proteção estatal por meio do juiz³⁹⁷.

³⁹² Art. 8º, CPC/15. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

³⁹³ Essa delimitação é importante para esse trabalho porque não se entende aqui que o escopo do processo judicial de inventário é o recolhimento de imposto, por exemplo, embora não se afaste sua necessidade. Desse modo, contraria-se a ideia de sobrepor esse interesse ao interesse das partes de forma geral, por exemplo, mantendo-se um processo sem movimentação dos interessados sob a justificativa de que não é possível arquivar em razão do interesse público no recolhimento do imposto. A medida é danosa às serventias e aos jurisdicionados que mantêm o processo atrapalhando o fluxo da vara. Por outro lado, não se defende a entrega da tutela sem o pagamento do imposto devido. Não pagando, não ocorre a transferência, mas também não se permite a obstrução da administração da justiça. Comparando com a ação de divórcio: através dela, buscam os interessados extinguir o vínculo de casados e, eventualmente, partilharem patrimônio. No caso de haver necessidade de pagamento de ITBI ou ITCD por partilha desigual, tal fato não impacta em eventual arquivamento dos autos, o que também deve ocorrer no inventário, buscando o Estado os meios cabíveis para sua cobrança.

³⁹⁴ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 2017, *cit.*

³⁹⁵ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 254.

³⁹⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 2017, *cit.*, p. 261.

³⁹⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 265.

Em relação à duração razoável, os professores³⁹⁸ destacam que é uma obrigação do Poder Judiciário promover a organização de seus órgãos, de modo a adotar técnicas processuais idealizadas para garantir a tempestividade, sem prática de atos omissivos ou comissivos que retardem o andamento do processo de forma injustificada. Esta palavra – injustificada – é relevante na medida em que já foi ressaltado no trabalho por diversas vezes que “duração razoável” não prescinde necessariamente de celeridade, devendo ser utilizado no processo exatamente o tempo necessário para que culmine numa tutela jurisdicional nos termos adiante expostos. Afinal, como bem ressaltam Marinoni, Arenhart e Mitidiero³⁹⁹, “O que a Constituição determina é a eliminação do *tempo patológico* – a *desproporcionalidade* entre duração do processo e a complexidade do debate da causa que nele tem lugar”.

O referido trio de autores⁴⁰⁰ esclarece que o direito fundamental à duração razoável é um princípio redigido como cláusula geral, fazendo uso de termo indeterminado e sem cominar consequências jurídicas para seu descumprimento. Apesar disso, afirmam existir um conteúdo mínimo ao princípio, que determina

(i) ao *legislador*, a adoção de *técnicas processuais* que viabilizem a prestação da tutela jurisdicional dos direitos em prazo razoável (por exemplo, previsão de tutela definitiva da parcela incontroversa da demanda no curso do processo), a edição de legislação que reprima o *comportamento inadequado das partes* em juízo (litigância de má-fé e *contempt of court*) e regule minimamente a *responsabilidade civil* do Estado por duração não razoável do processo;

(ii) ao *administrador judiciário*, a adoção de *técnicas gerenciais* capazes de viabilizar o adequado fluxo dos atos processuais, bem como *organizar* os órgãos judiciários de forma idônea (número de juízes e funcionários, infraestrutura e meios tecnológicos); e

(iii) ao *juiz*, a *condução do processo* de modo a prestar a tutela jurisdicional em prazo razoável⁴⁰¹.

³⁹⁸ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 268.

³⁹⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 271.

⁴⁰⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 269.

⁴⁰¹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. , 2017, *cit.*, p. 269-270, grifos do original.

E ainda, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro⁴⁰², revisitando a Teoria Geral do Processo, traz a ideia de operosidade, impondo uma atuação mais produtiva e laboriosa, por parte de todos os sujeitos envolvidos no processo, para que se assegurasse efetivo acesso à justiça, a qual não pode ser esquecida nesse momento.

Comentando sobre o Código Civil, Mazzei⁴⁰³ informa que o objetivo do princípio da operabilidade é buscar que as matérias dispostas no CC sejam de fácil aplicação, não causando embaraço na execução. O autor capixaba também ressalta a interligação que o princípio traz entre o estudo do Direito Processual Civil e o Direito Civil, já que “com a *operabilidade*, o legislador civil atraiu para si, mais do que nunca, uma responsabilidade de não criar o confuso ou duvidoso”⁴⁰⁴.

Aliando as ideias acima quanto à duração razoável e à operabilidade, é nítido que, conforme já alertava Mazzei⁴⁰⁵ quando da promulgação do CC/02, a atividade judicante encara novo panorama, exigindo repensar conceitos e posturas, inclusive na forma de seleção e formação dos magistrados, que serão muito mais exigidos – assim como os demais operários do Direito.

Já no que tange à necessidade de um processo justo, também mencionada pelos autores, trata-se daquele em que são garantidos os direitos à participação e à efetividade do direito material, salvaguardado na Constituição através do inciso LIV do art. 5º: o devido processo legal. Este atualmente pressupõe a participação das partes de forma plena no processo, representando um efetivo contraditório com diálogo e colaboração entre todos os envolvidos em posição isonômica, e com restrição da cognição judicial à tutela do direito ambicionado em juízo⁴⁰⁶.

Por fim, à qualificação da tutela jurisdicional do Estado Constitucional feita por Marinoni, Arenhart e Mitidiero, faz-se o acréscimo relativo à eficiência da tutela. Isso porque o princípio

⁴⁰² CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública*. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 63

⁴⁰³ MAZZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 28.

⁴⁰⁴ MAZZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*, 2006, *cit.*, p. 28.

⁴⁰⁵ MAZZZEI, Rodrigo Reis. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. 2006, *cit.*, p. 55 – inclusive nota nº 97.

⁴⁰⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 2017, p. 315-318.

expresso no art. 8º do CPC/15 é de suma importância, tendo sido importado pelo Direito de ciências como Administração e Economia, e utilizado inicialmente pelo Direito Administrativo (em julgados do STF/STJ⁴⁰⁷ e, de forma tipificada por meio dos arts. 37, CRFB/88⁴⁰⁸ e 2º, Lei nº 9.784/99⁴⁰⁹)⁴¹⁰.

Segundo Rodrigues e Porto⁴¹¹, grosso modo, eficiência seria o atendimento ótimo da relação custo-benefício, ou seja, a capacidade de se obter o máximo de produtividade em uma atividade, utilizando-se do mínimo esforço (aí incluídos os recursos em geral) possível. Ineficiente seria a tutela excessivamente custosa e/ou sem a qualidade esperada⁴¹².

O art. 8º do CPC/15 passa a exigir o respeito ao princípio na aplicação do ordenamento jurídico, sendo visto sob a perspectiva dos processos judiciais e da administração judiciária⁴¹³. Naquela, está relacionada ao julgamento e à condução processual. Veja-se:

A primeira, de *julgar* propriamente, encerrando a lide substantiva, buscando que a resposta jurisdicional seja a mais produtiva possível, com o menor prejuízo para a parte sucumbente. A segunda, de *conduzir* o processo, construindo a comunidade cooperativa entre todos os atores processuais, realizando os atos eficazes e se privando da prática de outros, que somente tornariam mais custosa (em sentido amplo) a marcha procedimental, consagrando uma perspectiva instrumental do processo civil⁴¹⁴.

⁴⁰⁷ Acórdão da 5.ª T. do STJ, RMS 1.912/MG, rel. Min. Jesus Costa Lima, j. 26.10.1994, *DJ* 14.11.1994, p. 30962. *No mesmo sentido*: acórdão da 6.ª T. do STJ, RMS 5.306/ES, rel. Min. Vicente Leal, j. 24.09.1996, *DJ* 04.11.1996, p. 42526. *Ainda no mesmo sentido*: acórdão da 6.ª T. do STJ, RMS 6.675/MG, rel. Min. Vicente Leal, j. 25.11.1996, *DJ* 01.09.1997, p. 40888. (Indicações de CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, vol. 233, jul. 2014, p. 67 [65-84]).

⁴⁰⁸ Art. 37, CRFB/88. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e *eficiência* e, também, ao seguinte: [...]

⁴⁰⁹ Art. 2º, Lei nº 9.784/99. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e *eficiência*.

⁴¹⁰ RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. *Revista de Processo*, vol. 275, jan. 2018, p. 90.

⁴¹¹ RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. 2018, *cit.*, p. 90.

⁴¹² RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. 2018, *cit.*, p. 92.

⁴¹³ RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. 2018, *cit.*, p. 95.

⁴¹⁴ RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. 2018, *cit.*, p. 93.

Através de uma breve análise histórica é possível distinguir conceitos que com frequência se confundem: eficiência, efetividade e eficácia. Rodrigues e Porto⁴¹⁵ esclarecem que eficiência é dividida em *lato sensu* e *stricto sensu*, sendo esta representada pela melhor maneira de se fazer algo para otimizar o resultado pretendido. Eficácia está vinculada à capacidade de gerar efeitos, dar resultados. Efetividade significa concretizar direitos.

De acordo com Cunha⁴¹⁶, a eficácia é uma noção própria do Estado Liberal de Direito, em que havia grande preocupação em reunir conceitos que lhe conferissem autonomia, coerência e integração no campo processual. Com o passar do tempo e o surgimento do Estado Social de Direito, buscou-se diminuir a distância entre o “ser” e o “dever ser”, ganhando importância o conceito de efetividade, que “persegue a implementação prática das resoluções judiciais”⁴¹⁷. Por sua vez, no Estado Democrático de Direito, é valorizado o conceito de eficiência, diante de um Estado com maior capacidade regulatória e necessidade de “estruturar a consecução de suas *finalidades e metas*”⁴¹⁸.

Diante de todo o exposto até a presente etapa do trabalho, sem dúvidas, os atributos que mais fazem falta na tutela jurisdicional ligada ao inventário judicial como tem tramitado atualmente são: duração razoável e eficiência.

Do que se viu anteriormente nessa pesquisa, observa-se que, por uma questão de estruturação, de organização judiciária, têm-se órgãos (Poder Judiciário, Promotoria e Defensoria) cumulando atribuições muito diversas na Microrregião Metropolitana do Espírito Santo. Diante de tal diversidade, foi assumido pelos profissionais responsáveis que o inventário judicial é tratado como processo menos urgente pelo simples fato de versar sobre questão patrimonial, repassando aos jurisdicionados a responsabilidade por lhes garantir o bom andamento, seguindo as regras processuais tal como estão postas.

Desde o princípio, portanto, há um problema que culmina na violação da duração razoável e, como já destacado, possuir conflitos patrimoniais que demoram a encontrar solução rápida é

⁴¹⁵ RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. 2018, *cit.*, p. 92-93.

⁴¹⁶ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, vol. 233, jul. 2014, p. 67.

⁴¹⁷ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro. 2014, *cit.*, p. 68.

⁴¹⁸ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro. 2014, *cit.*, p. 68, grifos do original.

agir de forma ineficiente, porque cada dia de processo parado representa perda financeira, e maior custo – econômico, social e pessoal, e porque não tem a qualidade esperada do serviço público.

Parece que o Poder Público esquece que “o direito de ação exige que o tempo para a concessão da tutela jurisdicional seja razoável, mesmo que não exista qualquer perigo de dano”⁴¹⁹, o que sequer é o caso, tendo em vista a nítida existência de danos por desrespeito à eficiência.

Diante disso, e no contexto de uma legislação processual que ainda carece de amadurecimento, é preciso buscar estratégias e instrumentos no atual Código Processual que tragam respostas aos problemas então vislumbrados no inventário judicial. Contudo, antes dessa análise, é preciso verificar se é possível importar soluções do procedimento comum do CPC/15 para o inventário judicial, tendo em vista se tratar esse de um procedimento especial, que, *a priori*, tem um regramento a ser seguido que é específico e bem pensado para as necessidades do direito material em jogo.

4.2.2 (Im)possibilidade de aplicação de normas⁴²⁰ do procedimento comum ao procedimento especial de inventário judicial

Discorrendo sobre a demora processual, Marinoni, Arenhart e Mitidiero⁴²¹ ressaltam que “a demora – tratando-se de litígios envolvendo patrimônio, certamente pode ser compreendida como um custo – *e esse é tanto mais árduo quanto mais dependente o autor é do valor patrimonial buscado em juízo*”.

No caso do inventário, como visto, a morosidade é uma característica constante, e como a sua finalização está diretamente ligada ao aproveitamento regular da propriedade, é notório que a

⁴¹⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 2017, *cit.*, p. 274.

⁴²⁰ Vale esclarecer que em nenhum momento se pretende defender a utilização do procedimento comum para o inventário judicial. Embora existam casos de procedimentos especiais em que isso é possível, não se acredita ser o caso do inventário, cuja especialidade do rito foi verdadeiramente arquitetada tendo em vista o direito material que o fundamenta. Nesse sentido SOARES, Marcos José Porto. *Teoria Geral dos Procedimentos Especiais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 63. A intenção, como visto nas linhas adiante, é verificar se é possível utilizar apenas algumas normas do procedimento comum, não o procedimento integral.

⁴²¹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 2017, *cit.*, p. 225.

falta de duração razoável implica custos aos envolvidos. Um processo judicial com tais nuances é claramente ineficiente e, portanto, não desejado pelo atual sistema jurídico, devendo ser buscados mecanismos para combater essa realidade.

Segundo Bedaque⁴²², “É preciso, pois, cada vez mais, tornar flexível a tutela jurisdicional, no sentido de adaptá-la às necessidades do desenvolvimento eficaz do processo, como instrumento efetivo de proteção das situações de direito substancial”. Além do foco no direito material destacado, Marinoni, Arenhart e Mitidiero⁴²³ também ressaltam a importância dos direitos fundamentais e das particularidades da realidade fática, os quais, da mesma forma justificam a adaptação do procedimento, vez que “apenas um procedimento [...] jamais poderá dar conta das várias necessidades dos direitos fundamentais, depende da instituição de procedimentos capazes de permitir a obtenção de formas de tutelas jurisdicionais adequadas às necessidades dos casos concretos”.

Com tal objetivo em mente, analisam-se a seguir os seguintes dispositivos do CPC/15: art. 15; art. 318, parágrafo único; art. 327, § 2º; e 1.049, parágrafo único.

4.2.2.1 Aplicação subsidiária de normas do procedimento comum aos procedimentos especiais

Conforme o art. 318, parágrafo único do CPC/15⁴²⁴ o procedimento comum é aplicado subsidiariamente aos procedimentos especiais, então “diante da omissão do procedimento especial em relação a uma fase processual caberá a aplicação das regras do procedimento comum”⁴²⁵.

⁴²² BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo*, 2006, *cit.*, p. 63.

⁴²³ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil, 2017, *cit.*, p. 466.

⁴²⁴ Art. 318, CPC/15. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei. Parágrafo único. O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.

⁴²⁵ SOARES, Marcos José Porto. *Teoria Geral dos Procedimentos Especiais*, 2017, *cit.*, p. 63.

A princípio, tal dispositivo reflete a “regra interpretativa da especialidade”⁴²⁶, de modo que existindo duas regras antagônicas uma prevista no procedimento especial e outra no comum, será aplicada no procedimento especial aquela que foi pensada segundo suas peculiaridades.

Segundo Fabricio⁴²⁷, a aplicação subsidiária decorre da ideia de se ter um procedimento padrão-modelo e procedimentos específicos, os quais poderão se socorrer daquele quando for o caso de omissão. “É que as normas que regulam os procedimentos especiais e o processo de execução, em regra, não contêm o mesmo grau de completude do procedimento comum [...] É de se esperar, portanto, a existência de lacunas”⁴²⁸.

A observação do art. 15, CPC/15⁴²⁹ sobre aplicação das normas processuais permite uma melhor compreensão do assunto. Esse dispositivo informa que as normas do Código Processual Civil devem ser aplicadas de modo supletivo e subsidiário no caso de ausência de normas em relação aos processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos. Segundo Mazzei⁴³⁰, tal rol é exemplificativo e o dispositivo alcança maior compreensão se analisado em conjunto ao art. 769 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que diz: “Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título”.

Diante dos textos legais expostos, importante definir os conceitos aqui empregados para “omissão”, “aplicação subsidiária” e “aplicação supletiva”. A omissão é analisada com adesão aos três tipos de lacunas destacadas por Tupinambá⁴³¹, quais sejam:

- i) lacunas normativas, quando ausente norma para subsunção ao caso concreto;
- ii) lacunas ontológicas, em casos de existência de lei envelhecida e incompatível com a realidade e respectivos valores sociais, políticos e econômicos e,
- iii) lacunas axiológicas, se a aplicação da lei existente revelar-se manifestamente injusta para solução do caso.

⁴²⁶ COSTA, Susana Henriques da Costa. Comentários aos arts. 318-332. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2015, *cit.*, p. 503.

⁴²⁷ FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais, *cit.*, sem paginação

⁴²⁸ COSTA, Susana Henriques da Costa. Comentários aos arts. 318-332. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2015, *cit.*, p. 503.

⁴²⁹ Art. 15, CPC/15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

⁴³⁰ MAZZEI, Rodrigo. Impactos do novo CPC na justiça eleitoral. In: II Congresso de Processo Civil de Florianópolis. 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LGHpWR7lxlw>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴³¹ TUPINAMBÁ, Carolina. Comentário ao art. 15. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 50. [45-53].

Em conformidade com o que defende a autora, foi fixada como premissa no presente trabalho (subtópico 1.1) o fato de que existem diversos dispositivos regulando o inventário e que ausência quantitativa, portanto, não é um problema a ser enfrentado. Diferente da ausência qualitativa. Para se falar na adaptação as necessidades nesse caso, portanto, é preciso não só uma análise da qualidade dos dispositivos – que foi feito no decorrer da pesquisa –, mas também da possibilidade de adaptação de um procedimento especial. Procedimento este que aparentemente tem regras suficientes para a prestação jurisdicional esperada, o que, como foi visto, não se confirma na realidade, havendo necessidade de adaptação para entrega realmente de uma prestação jurisdicional adequada, efetiva, eficiente e em tempo razoável. Nesse caso, portanto, a depender do caso concreto, no inventário judicial será possível ter lacunas segundo a classificação acima mencionada.

Já quanto à aplicação subsidiária e supletiva, termos muito confundidos na teoria e na prática, ensina Mazzei⁴³² que a subsidiária ocorre na ausência de norma e a supletiva em complemento à norma que existe. Ou seja, na primeira há omissão total, inexistência, enquanto na segunda, há omissão parcial, existe, mas precisa de melhoria para alcançar o que se pretende.

Haver previsão não só para omissão total, como também para a parcial é importante porque permite a aplicação de normas do procedimento comum quando “a norma do processo trabalhista apresentar manifesto envelhecimento que, na prática, impede ou dificulta a prestação jurisdicional justa e efetiva desse processo especializado”⁴³³. A mesma lógica deve ser empregada para os outros tipos de procedimentos em que se pretende importar as regras do procedimento comum.

O texto trabalhista é importante e esclarecedor, pois traz o importante requisito da compatibilidade sistemática das normas para que haja aplicação subsidiária ou supletiva. Assim, na ausência de uma norma no procedimento especial do inventário judicial não é permitida a importação de norma do procedimento comum que fira a essência e a razão do

⁴³² MAZZEI, Rodrigo. Impactos do novo CPC na justiça eleitoral. In: II Congresso de Processo Civil de Florianópolis. 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LGhPwR7lxlw>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴³³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 9 ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 100.

inventário ter procedimento arquitetado especialmente para atingir seus fins. Sendo que tal compatibilidade tem como plano de fundo o direito material⁴³⁴.

Sica⁴³⁵ afirma que a questão da subsidiariedade é mal compreendida na prática, sendo comum que “as normas subsidiárias do Código de Processo Civil, embora efetivamente aplicáveis, não são observadas”, ressaltando o atraso em não se utilizar reconvenção e tutela antecipada “geral” aos procedimentos especiais, sejam eles constantes ou não do CPC/15. Esse é um equívoco que deve ser corrigido, visto que extremamente necessário para conferir um giro de aperfeiçoamento na forma com que a tutela tem sido fornecida ao jurisdicionado.

Freire e Schmitz⁴³⁶ afirmam ser o direito processual civil a legislação residual em relação aos procedimentos não penais e não militares, fazendo coro à ideia de Mazzei⁴³⁷ de que o CPC/15 é o eixo central do direito processual. No mesmo sentido, manifesta-se Tupinambá⁴³⁸. E vai além: ressalta que o art. 15 inaugurou um diálogo sistemático de complementaridade e subsidiariedade entre os microssistemas processuais brasileiros, instaurando uma “dinâmica de coordenação entre as leis, culminando até mesmo na possibilidade de aproveitamento recíproco de disposições, resguardada a segurança jurídica das partes e valioso ônus argumentativo do julgador”⁴³⁹.

A ideia da autora acima, coadunando com o art. 10, CPC/15 e a valorização do contraditório, é que seja resguardado o direito de previsibilidade das partes em relação aos procedimentos a serem adotados, com imprescindível diálogo e comunicação nos casos em que, mesmo

⁴³⁴ MAZZEI, Rodrigo. Impactos do novo CPC na justiça eleitoral. In: II Congresso de Processo Civil de Florianópolis. 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LGHpWR7lxlw>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴³⁵ SICA, Heitor Vitor Mendonça. Novas reflexões em torno da Teoria Geral dos Procedimentos Especiais. *GEN Jurídico*. 26 abr. 2017. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2017/04/26/novas-reflexoes-em-torno-da-teoria-geral-dos-procedimentos-especiais/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴³⁶ FREIRE, Alexandre; SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Comentários ao art. 15. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016, p. 62.

⁴³⁷ MAZZEI, Rodrigo. Impactos do novo CPC na justiça eleitoral. In: II Congresso de Processo Civil de Florianópolis. 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LGHpWR7lxlw>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴³⁸ TUPINAMBÁ, Carolina. Comentário ao art. 15. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 48.

⁴³⁹ TUPINAMBÁ, Carolina. Comentário ao art. 15. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2015, cit., p. 50.

inexistindo omissão legislativa própria, “se pretenda a incidência de regra procedimental sopesada como ‘melhor’ para solução do conflito”⁴⁴⁰.

No mesmo sentido, caminham Didier Jr., Cabral e Cunha⁴⁴¹, defendendo que para além da simples ideia de aplicação subsidiária, o CPC/15 dá sinais de favorecer a aplicação do procedimento padrão aos procedimentos especiais numa perspectiva supletiva: “mesmo existindo regra especial, o procedimento comum pode ser aplicado”. Desse modo, não caberia mais falar no critério da especialidade como excludente da incidência de uma regra do procedimento comum, havendo entre este e os procedimentos especiais uma relação de complementaridade pautada na compatibilidade⁴⁴².

Lembrando que a aplicação deve ser feita seguindo as regras específicas de cada procedimento, como alertam Freire e Schmitz⁴⁴³ ao darem como exemplo de aplicação secundária a dinamização do ônus da prova (art. 373, § 1º e 2º): “respeitadas as regras específicas de cada procedimento no que toca à instrução”.

Além disso, vale menção ao art. 1.049 do CPC/15, que, em disposições finais e transitórias, estabeleceu que sempre que houver menção a “procedimento” sem especificá-lo ou a “procedimento sumário”, será aplicado o procedimento comum.

É importante lembrar que a existência de ritos diversos nessa seara como ocorria sob a égide do CPC/73 não mais subsiste. Enquanto antes do CPC/15 se falava em procedimento ordinário, subdividido nos ritos comum e sumário, e procedimentos especiais, atualmente temos o procedimento comum e os procedimentos especiais⁴⁴⁴. A grande inovação é que o procedimento comum que se tem hoje é extremamente mais flexível do que o ordinário de outrora, que era rígido⁴⁴⁵ – é um procedimento comum adaptável ao caso concreto⁴⁴⁶.

⁴⁴⁰ TUPINAMBÁ, Carolina. Comentário ao art. 15. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2015, cit., p. 50.

⁴⁴¹ DIDIER JR., Fredie; CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Por uma nova teoria dos procedimentos especiais*. JusPodivm: Salvador, 2018, p. 92.

⁴⁴² DIDIER JR., Fredie; CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Por uma nova teoria dos procedimentos especiais*. 2018, cit., p. 94.

⁴⁴³ FREIRE, Alexandre; SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Comentários ao art. 15. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2016, cit., p. 63.

⁴⁴⁴ SOARES, Marcos José Porto. *Teoria Geral dos Procedimentos Especiais*. 2017, cit., p. 49.

⁴⁴⁵ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – vol. I. 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 575.

O CPC/15 avançou sobremaneira nesse sentido, trazendo diversos dispositivos demonstrativos da adequação procedimental, a exemplo do art. 139, VI; art. 190; etc, dentre os quais se destaca brevemente no presente trabalho o art. 327, § 2º, como se verá adiante, estritamente no que diz respeito ao inventário judicial.

4.2.2.2 Flexibilização procedimental⁴⁴⁷

O art. 327, § 2º, CPC/15⁴⁴⁸ prevê que é possível a cumulação de pedidos de procedimentos diversos, desde que empregado o procedimento comum, sendo possibilitada a utilização de técnicas processuais diferenciadas compatíveis dos procedimentos especiais (codificados ou não⁴⁴⁹).

Didier Jr., Cabral e Cunha⁴⁵⁰ entendem o dispositivo como uma cláusula geral de flexibilização procedimental, afirmando que, ao mesmo tempo que o dispositivo prevê a importação no sentido procedimento comum → técnicas especiais, a via inversa também é possível, com o intuito de se concretizarem normas fundamentais. Duplo influxo esse que também seria permitido entre técnica especial ↔ técnica especial, sendo a compatibilidade procedimental requisito para ambos os casos.

⁴⁴⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 2017, *cit.*, p. 468.

⁴⁴⁷ O tema não é foco desta dissertação, remetendo os interessados no assunto a obras como: CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Flexibilização procedimental. *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Vol. VI, p. 135-164; DIDIER JR., Fredie. Sobre dois importantes, e esquecidos, princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento. In: *Academia Brasileira de Direito Processual Civil*. Disponível em: <www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Fredie%20Didier_3_-formatado.pdf> Acesso em: 02 abr. 2018; GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização Procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*. São Paulo: Atlas, 2008; LESSA, Flávio Romero de Oliveira Castro. Flexibilização procedimental pelo juiz e procedimentos especiais no novo Código de Processo Civil. In: DIAS, Luciano Souto. *Temas controvertidos no Novo Código de Processo Civil*. Curitiba: Juruá, 2016, p. 53-81; OLIVEIRA, Guilherme Perez. *Adaptabilidade Judicial. A modificação do procedimento pelo juiz no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁴⁴⁸ Art. 327, CPC/15. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. [...] § 2º Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

⁴⁴⁹ Enunciado nº 506 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: “A expressão ‘procedimentos especiais’ a que alude o §2º do art. 327 engloba aqueles previstos na legislação especial.”

⁴⁵⁰ DIDIER JR., Fredie; CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Por uma nova teoria dos procedimentos especiais*. 2018, *cit.*, p. 73.

Sica⁴⁵¹ ressalta que, apesar de existir maior amplitude da adaptação procedimental por vontade das partes (art. 327, § 2.º, art. 330, art. 785, art. 190, CPC/15), ela não é absoluta. O autor elenca como irrenunciáveis pelo requerente os procedimentos especiais infungíveis, representados por aqueles: a) insertos em microssistemas, como as tutelas coletivas, b) fundados no direito material, que exige o desenho de uma tutela mais eficiente, célere e adequada a ele do que o procedimento comum, a exemplo da ação de desapropriação. *A priori*, o artigo seria aplicado, portanto, aos procedimentos fungíveis. Mas, para Sica⁴⁵², tão importante quanto identificar quais são os procedimentos especiais fungíveis ou infungíveis, é averiguar a “possibilidade de obtenção de tutela jurisdicional de qualidade igual ou muito similar por meio do procedimento comum”, tornando possível a criação de “procedimentos ‘mistos’ ou ‘híbridos’, em que a base seria o procedimento comum, mas preservadas algumas técnicas de procedimentos especiais fungíveis”.

Importa, portanto, dizer que não cabe o emprego do art. 327, § 2º, do CPC na intenção de utilizar o procedimento comum no inventário, com utilização de técnicas deste procedimento. Isso porque o inventário se trata de um procedimento cogente, sendo obrigatório e inderrogável pela vontade das partes⁴⁵³. Contudo, resgatando a ideia acima exposta de Didier Jr., Cabral e Cunha, mantendo-se o procedimento especial, não há óbice que normas compatíveis do procedimento comum sejam utilizadas excepcionalmente.

A flexibilização deve sempre ter em mente a eficiência (art. 8º), resultando num processo com menor custo, seja ele financeiro ou de tempo⁴⁵⁴, e deve obedecer a certas condições para que aconteça: finalidade (atender ao direito material ou à higidez e utilidade dos procedimentos ou à condição da parte), contraditório útil (vedação a decisão surpresa e previsibilidade do procedimento), e motivação da decisão (art. 93, IX, CRFB⁴⁵⁵ e art. 489, § 1º, CPC/15⁴⁵⁶)⁴⁵⁷.

⁴⁵¹ SICA, Heitor Vitor Mendonça. Novas reflexões em torno da Teoria Geral dos Procedimentos Especiais. *GEN Jurídico*. 26 abr. 2017. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2017/04/26/novas-reflexoes-em-torno-da-teoria-geral-dos-procedimentos-especiais/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴⁵² SICA, Heitor Vitor Mendonça. Novas reflexões em torno da Teoria Geral dos Procedimentos Especiais. 2017, *cit*, sem paginação.

⁴⁵³ BONOMO JÚNIOR, Aylton. Utilização das técnicas processuais diferenciadas do mandado de segurança no procedimento comum tributário, sob a perspectiva do princípio da adequação jurisdicional. 2017. 145 fls. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p. 88.

⁴⁵⁴ MAZZEI, Rodrigo. Flexibilização procedimental. In: Encontro Regional da Advocacia – subseção de Cachoeiro de Itapemirim. 08 dez. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WZsK09yIS5Q> >. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴⁵⁵ Art. 93, IX, CRFB/88. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do

4.2.2.3 Procedimentos como módulos

Consoante Cerqueira⁴⁵⁸, o art. 327, § 2º e o art. 1.049, parágrafo único, CPC/15 fazem mais do que simplesmente regular a cumulação de pedidos de procedimentos diferentes ou regular a remissão ao procedimento sumário. Através deles, houve no CPC/15 “a introdução de um novo conceito de compatibilidade com o procedimento comum [...] e a possibilidade de adaptação do procedimento comum a partir da cumulação com o emprego de técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais típicos dos pedidos cumulados”.

Cerqueira⁴⁵⁹ defende que ocorreu a fixação de um procedimento comum modulável (logo, sem rigidez), que tem capacidade para atender a toda e qualquer situação jurídica tutelável, através da combinação com os também moduláveis procedimentos especiais.

O procedimento comum deixou de ser simplesmente fonte para formação dos demais procedimentos e de socorro em caso de omissões e lacunas normativas, passando a demonstrar um modelo que permite acoplamento dos procedimentos especiais, “sem prejuízo da possibilidade de ceder elementos e estruturas normativamente tratadas, capazes de colmatar lacunas e suplementar os procedimentos especiais”⁴⁶⁰.

Assim,

interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⁴⁵⁶ Art. 489, § 1º, CPC/15. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

⁴⁵⁷ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no novo CPC. *Revista de Informação Legislativa*, ano 48, n 190, abr.-jun 2011, Brasília, p. 174.

⁴⁵⁸ CERQUEIRA, Tárzis Silva de. A nova face do procedimento comum no novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais: uma proposta de interpretação do art. 327, § 2º, em combinação com o art. 1.049, parágrafo único, ambos do CPC. *Revista de Processo*, vol. 273, nov. 2017, p. 99.

⁴⁵⁹ CERQUEIRA, Tárzis Silva de. A nova face do procedimento comum no novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais, 2017, *cit.*, p. 102.

⁴⁶⁰ CERQUEIRA, Tárzis Silva de. A nova face do procedimento comum no novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais, 2017, *cit.*, p. 109.

o procedimento comum não é rígido e, portanto, não carece de flexibilização. Ele é modulável e pode ser "montado" a partir de técnicas especializadas (módulos procedimentais) e decorrentes da legislação, independentemente da postura das partes ou do órgão jurisdicional. Basta que a postulação se insira na previsão normativa para que incida o prescritivo dos arts. 327, § 2º, e 1.049, parágrafo único, ambos do CPC⁴⁶¹.

A ideia já vinha sendo tecida por outros autores, a exemplo de Roberto P. Campos Gouveia Filho e Marco Paulo Denucci Di Spirito⁴⁶², que, com base em Pontes de Miranda, falam de “espraçamento sentencial”, através do qual se poderá promover a realização da ação de direito material em escalada, e é indispensável para a teoria geral dos procedimentos especiais. Sob a ótica modular, há particionamentos em módulos que serão utilizados para construções funcionais segundo os propósitos do agente, permitindo diversas combinações em gradação variada, em especial diante do art. 190 do CPC/15⁴⁶³.

Pelo que expõe Cerqueira, seu posicionamento seria no sentido de que o procedimento comum consiste na base procedimental que permitirá a modulação, combinando-a, se for o caso, com técnicas/módulos dos procedimentos especiais. Partindo da ideia de que há procedimentos especiais obrigatórios (cuja adoção do procedimento comum seria disfuncional e lesiva) e facultativos (muitas vezes formados pelo simples encurtamento ou concentração de atos), o autor defende que os procedimentos facultativos poderiam ser substituídos pelo procedimento comum, importando-se suas técnicas.

Claro que há limites à ideia dos procedimentos modulados, não sendo ela motivo para que os autores da ação passem a abrir mão dos procedimentos especiais que versem sobre necessidades peculiares do direito material. Até porque nem todas as regras propõem benefícios exclusivamente ao proponente da ação, mas também aos réus⁴⁶⁴.

Acredita-se, contudo, que é possível ir além, e defender que para os procedimentos especiais obrigatórios – como é o caso do inventário judicial – seria possível se manter a base de procedimento especial, adotando-se técnicas/módulos do procedimento comum.

⁴⁶¹ CERQUEIRA, Társis Silva de. A nova face do procedimento comum no novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais, 2017, *cit.*, p. 102.

⁴⁶² GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos; DI SPIRITO; Marco Paulo Denucci. Sobre o negócio jurídico de espraçamento sentencial. *Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*. Belo Horizonte, ano 25, n. 100, p. 253-290, out.-dez. 2017, p. 254 e 267.

⁴⁶³ GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos; DI SPIRITO; Marco Paulo Denucci. Sobre o negócio jurídico de espraçamento sentencial. 2017, *cit.*, p. 271.

⁴⁶⁴ SICA, Heitor Vitor Mendonça. Novas reflexões em torno da Teoria Geral dos Procedimentos Especiais. 2017, *cit.*, sem paginação.

O pensamento é inovador e guarda total relação com o espírito do CPC/15, razão pela qual o presente trabalho se alinha a tal teoria. Em resumo e de forma ilustrativa, o aproveitamento que se faz da ideia de Cerqueira é que tanto o procedimento comum como os procedimentos são compostos por técnicas representadas por peças de Lego. Com a análise do caso concreto, o procedimento adotado para o caso seria montado de acordo com suas necessidades e o atendimento à tutela jurisdicional adequada, efetiva, em tempo razoável e eficiente, ora utilizando peças do procedimento comum, ora do procedimento especial.

Dessa forma, através de procedimentos moduláveis, não se busca o abandono das regras do inventário judicial, que são realmente necessárias como ocorre em poucos procedimentos especiais, mas se busca a aplicação de inovações trazidas na parte geral do CPC/15 para o inventário judicial. Com foco especial na tutela eficiente e em tempo razoável, seriam escolhidas técnicas do procedimento comum que interessem ao referido processo tão marcado por morosidade, perda de tempo e de recursos financeiros.

Questão que deve ser objeto de reflexão é de que forma se daria a “montagem” do procedimento, se haveria vinculação da determinação do juiz às partes ou do pedido das partes ao juiz. Entende-se que, assim como defendido em linhas anteriores, a conformação deve respeitar a ideia de efetivo contraditório e de compatibilidade. Não só da técnica ao procedimento especial, como ao caso concreto. Por compatível se entende a técnica que não desnature o objetivo do procedimento especial construído para o direito material, como é o caso do inventário, o qual normalmente se equivale à prestação da tutela tal como se perquire nesta pesquisa: uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, eficiente e prestada com duração razoável às partes.

De todo o exposto, ainda que se rejeite a ideia de procedimentos modulares, foi visto que há possibilidade de aplicação de normas do procedimento comum ao procedimento especial de inventário, seja pela aplicação subsidiária de normas, seja pela flexibilização procedimental. Firmada tal concepção, caminha-se para a análise do que foi trazido em prol de uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, eficiente e prestada com duração razoável diretamente pelo capítulo do inventário e da partilha no CPC/15 e, depois, ideias para além do capítulo e até do próprio CPC/15, e que poderão ser importadas para o inventário judicial, reconfigurando-o.

5 REPENSANDO O INVENTÁRIO JUDICIAL SEGUNDO O CPC/15 – ANÁLISE DA LEI Nº 13.105/2015

Como dito anteriormente, traçando um resumo acerca dos cinco maiores problemas apontados tanto nas respostas fechadas como nas respostas livres, alcançou-se o seguinte gráfico:

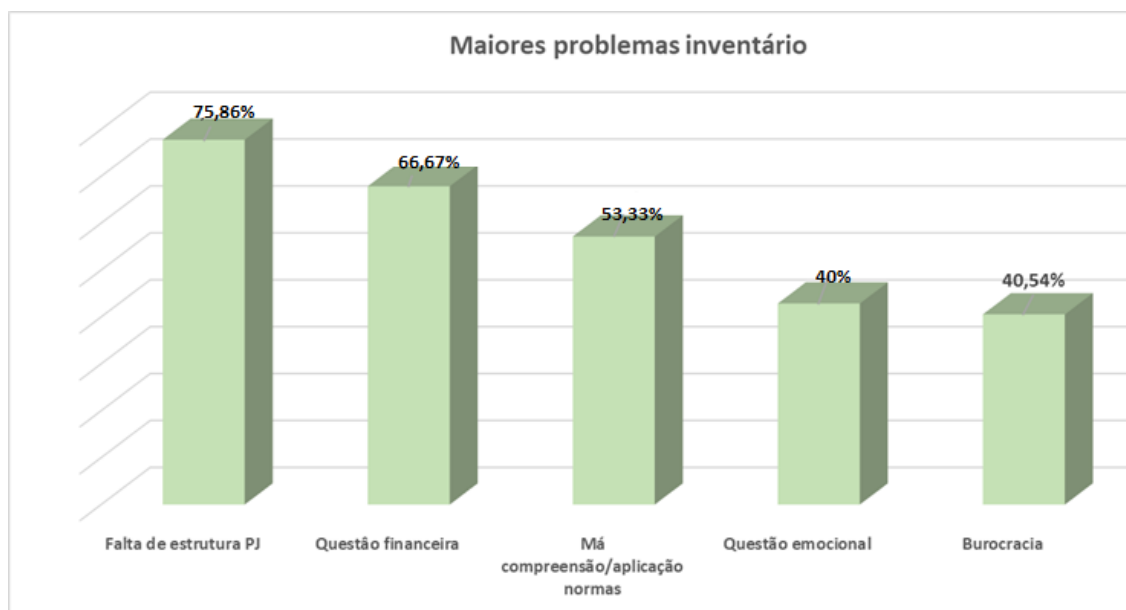


Figura 14 - maiores problemas inventário

Tais problemas foram analisados individualmente no Capítulo 3 e, agora, serão brevemente apontadas – sem intenção de esgotamento das opções – possibilidades de enfrentamento a eles existentes no bojo do Capítulo VI (contribuições diretas) e no CPC/15 como um todo (contribuições indiretas).

5.1 CONTRIBUIÇÕES DIRETAS DO CPC/15 AO INVENTÁRIO JUDICIAL

Figueiredo⁴⁶⁵, defendendo a correção de não ter o CC/02 promovido mudanças essenciais no direito sucessório, diz que as modificações para conferir efetividade e celeridade aos inventários e partilhas são relativas principalmente a seus aspectos procedimentais, de modo que deverão ser realizadas por meio de alterações no CPC.

⁴⁶⁵ FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. 2006, cit., p. 512.

E afinal, quais foram as principais inovações, alterações e manutenções realizadas pela Lei nº 13.105/15 ao procedimento especial de inventário e partilha? Elas cumpriram a intenção almejada, consoante a Exposição de Motivos do Anteprojeto, qual seja “resolver problemas”⁴⁶⁶, e, ademais, conferiram adequação, tempestividade, efetividade e eficiência ao procedimento?

É o que se discutirá a seguir, alinhando-se com os problemas aludidos em sede de pesquisa de campo, os quais muitas vezes se interligam, e uma proposta abarca mais de uma questão.

5.1.1 Em relação à falta de estrutura do Poder Judiciário

Como se vê acima, a falta de estrutura do Poder Judiciário foi apontada como um grande problema por 75,86%, alcançando o primeiro lugar na lista.

Fazendo frente a essa questão, uma das primeiras mudanças dentro do Capítulo VI – Do inventário e da partilha, diz respeito a importante retirada do art. 989, CPC/73, que previa a abertura de inventário de ofício pelo juiz. Dessa forma, exclui-se uma das principais exceções ao princípio da inércia e se harmoniza com o Direito Civil mínimo⁴⁶⁷, adequando-se à crítica existente na doutrina⁴⁶⁸, retirando uma obrigação ativa de um Poder Judiciário já tão assoberbado.

⁴⁶⁶ “Na elaboração deste Anteprojeto de Código de Processo Civil, essa foi uma das linhas principais de trabalho: resolver problemas. Deixar de ver o processo como teoria descomprometida de sua natureza fundamental de método de resolução de conflitos, por meio do qual se realizam valores constitucionais.” (BRASIL (Senado Federal). Anteprojeto Do Novo Código De Processo Civil. Presidente da Comissão de Juristas encarregada da elaboração: Ministro Luiz Fux, 8 de junho de 2010, p. 2. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/160823.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2018).

⁴⁶⁷ Expressão análoga a de “Direito de Família mínimo”, preconizada pelo Prof. Leonardo Barreto Moreira Alves, a qual representa a mínima intervenção do Estado nas relações familiares, valorizando a autonomia privada. Consoante Alves (ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Por um direito de família mínimo: a possibilidade de aplicação e o campo de incidência da autonomia privada no âmbito do Direito de Família. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 141): “[...] identifica-se atualmente um Direito de Família Mínimo, um Direito de Família no qual deve prevalecer, como regra geral, o exercício da autonomia privada dos componentes de uma família, pois somente dessa forma será possível efetivamente lhes garantir o implemento dos seus direitos fundamentais, o desenvolvimento da sua personalidade”.

⁴⁶⁸ Carneiro (CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2002, cit., p. 47) apontava a discrepância em se permitir a abertura de ofício de inventário, sendo que em diversas outras situações “os interesses em jogo suplantam aqueles que têm por base o inventário, como, por exemplo, a ação civil pública, os processos criminais etc., e nem por isso o legislador permitiu que o juiz, de ofício, iniciasse tais processos”, não existindo para o autor razão para manutenção da possibilidade, a ser suplantada pela legitimação do Ministério Público.

Pela grande quantidade de processos e grande tempo para julgamento, o art. 12, CPC/15⁴⁶⁹ veio disciplinar que o proferimento de sentenças e acórdãos devem respeitar preferencialmente a ordem cronológica de conclusão. Combinando tal dispositivo com o art. 611, CPC/15⁴⁷⁰ próprio do inventário judicial, encontra-se fundamento para que o tal procedimento esteja no início da fila de prioridade: a previsão legal de finalização no prazo de 12 (doze) meses, partindo do princípio de que é uma ação que precisa de solução no referido prazo – ou, diante da realidade fática, o mais próximo dele possível.

Outras estipulações interessantes são as que dizem respeito à remoção do inventariante, que tem papel imprescindível no andamento do processo, de modo que sua inoperância impacta sobremaneira o trabalho desempenhado pela Justiça, o que exige uma vigilância constante sobre ele.

A título de lembrança, inventariante é a pessoa responsável por administrar o acervo hereditário, nomeado conforme o art. 617, CPC/15 para desempenhar as atividades descritas nos arts. 618 e seguintes. É uma atribuição de grande responsabilidade, através da qual a pessoa está sujeita a diversas críticas, às vezes procedentes e outras não. É comum que os demais herdeiros acreditem que o inventariante possui mais direitos e que está se beneficiando do cargo, o que não procede. Havendo a obtenção de alguma vantagem escusa, o inventariante pode ser removido.

A possibilidade de remover inventariante do encargo já constava no CPC/73 diante da comprovação de falha culposa ou dolosa no exercício da inventariança (que compreende zelar pelos bens do espólio e pela célere e efetiva ocorrência da partilha), existindo rol de hipóteses não exaustivo no antigo art. 995⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ Art. 12, CPC/15. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

⁴⁷⁰ Art. 611, CPC/15. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

⁴⁷¹ Art. 995, CPC/73 (revogado). O inventariante será removido: I - se não prestar, no prazo legal, as primeiras e as últimas declarações; II - se não der ao inventário andamento regular, suscitando dúvidas infundadas ou praticando atos meramente protelatórios; III - se, por culpa sua, se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano bens do espólio; IV - se não defender o espólio nas ações em que for citado, deixar de cobrar dívidas ativas ou não promover as medidas necessárias para evitar o perecimento de direitos; V - se não prestar contas ou as que prestar não forem julgadas boas; VI - se sonegar, ocultar ou desviar bens do espólio.

O pedido pode ser formulado por qualquer interessado, a qualquer tempo no curso do inventário, com tramitação em autos apartados⁴⁷². Mesmo sem previsão expressa quanto à determinação de ofício desse incidente, a doutrina e a jurisprudência já caminhavam em direção a essa aceitação.

Segundo Dias⁴⁷³, “a possibilidade da iniciativa judicial decorre da própria natureza da ação de inventário, cuja abertura pode ser determinada pelo juiz. Por igual razão, o juiz não pode ficar à mercê dos interessados nem se sujeitar à inércia das partes”. Um segundo argumento, utilizado pela jurisprudência como fundamentação, é o art. 125 do CPC/73, o qual, dentre as competências do juiz, inclui velar pela rápida solução do litígio.

Como visto anteriormente, o plano de fundo do primeiro argumento não mais vigora na vigência do CPC/15, tendo em vista que foi extinta a abertura de inventário de ofício pelo juiz. Dessa forma, para que não restasse dúvida quanto à possibilidade do inventariante ser removido de ofício, mesmo diante da retirada do art. 989, CPC/73⁴⁷⁴, isso ficou expresso no art. 622⁴⁷⁵.

A fim de compatibilizar as normas, aplica-se o art. 623⁴⁷⁶ por analogia nos casos de remoção instaurada pelo magistrado. Como o referido dispositivo apenas reproduziu o antigo art. 996⁴⁷⁷, olvidou-se de incluir a nova hipótese.

Nesse momento, embora o atual código não seja expresso, acredita-se que pela importância dada à vedação de decisões surpresas e ao contraditório, será necessária a intimação dos demais herdeiros a fim de que se manifestem sobre o desejo de nomeação de um dativo, ou de serem nomeados etc.

⁴⁷² DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*. 2013, cit., p. 554.

⁴⁷³ DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*. 2013, cit., p. 554.

⁴⁷⁴ Art. 989, CPC/73 (revogado). O juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas mencionadas nos artigos antecedentes o requerer no prazo legal.

⁴⁷⁵ Art. 622, CPC/15. O inventariante será removido de ofício ou a requerimento: I - se não prestar, no prazo legal, as primeiras ou as últimas declarações; II - se não der ao inventário andamento regular, se suscitar dúvidas infundadas ou se praticar atos meramente protelatórios; III - se, por culpa sua, bens do espólio se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano; IV - se não defender o espólio nas ações em que for citado, se deixar de cobrar dívidas ativas ou se não promover as medidas necessárias para evitar o perecimento de direitos; V - se não prestar contas ou se as que prestar não forem julgadas boas; VI - se sonegar, ocultar ou desviar bens do espólio.

⁴⁷⁶ Art. 623, CPC/15. Requerida a remoção com fundamento em qualquer dos incisos do art. 622, será intimado o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, defender-se e produzir provas.

⁴⁷⁷ Art. 996, CPC/73 (revogado). Requerida a remoção com fundamento em qualquer dos números do artigo antecedente, será intimado o inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, defender-se e produzir provas.

Situação diferente é quando a legitimidade ativa é do espólio, sendo também um motivo para atenção atinente ao trabalho do inventariante. O art. 75, VII estabelece que o espólio será representado em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante. No parágrafo 1º do dispositivo consta a ressalva de que, sendo o inventariante dativo, os sucessores do falecido serão intimados no processo. Ou seja, quando o inventariante não for dativo, ele – representando o espólio – é que será parte legítima, não havendo obrigação de citar/intimar todos os herdeiros⁴⁷⁸. Desse modo, se os herdeiros não estiverem atentos à atuação do inventariante, podem sofrer prejuízos com gastos desnecessários, por exemplo, diminuindo o patrimônio a ser futuramente partilhado.

Segundo Maria do Céu Pitanga Pinto⁴⁷⁹, o acompanhamento do trabalho do inventariante é importante para que se evitem danos ao espólio, herdeiros ou demais interessados por culpa dele. Para a mencionada autora, esse importante fundamento embasa a exigência de ofício de prestação de contas e a própria remoção, quando for o caso. E alerta⁴⁸⁰:

Apesar de ser uma discussão antiga, alguns magistrados, na atualidade, insistem em ignorar a possibilidade de remoção de ofício, baseados no entendimento superado de que não existe permissivo legal no contexto do diploma processual civil.

A consequência, como não poderia deixar de ser, é a paralisação do processo de inventário, o que vem em prejuízo dos herdeiros, do Estado e da própria administração da Justiça.

⁴⁷⁸ 99192878 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CRÉDITO EM FACE DE ESPÓLIO. RECURSO DE HERDEIRA. INVENTÁRIO DISTRIBUÍDO ANTES DA INTERPOSIÇÃO DA PRESENTE AÇÃO. ESPÓLIO REPRESENTADO PELA INVENTARIANTE. OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 75, VII DO CPC. DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO DE TODOS OS HERDEIROS. QUESTÕES LEVANTADAS NOS PRESENTES EMBARGOS QUE JÁ FORAM ANALISADAS NO ACÓRDÃO Nº 2018181. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA EM SEDE DE APELO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AOS REQUISITOS DO ARTIGO 1.022, DO NCPC. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando configurados um ou mais motivos descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Impõe-se o improvimento dos Aclaratórios, quando o Embargante visa reanalisar o mérito da causa, com o desiderato de ser reapreciada matéria já decidida. Mesmo que opostos com finalidade de prequestionamento, os embargos de declaração somente são cabíveis quando configurados um ou mais motivos descritos no artigo 1.022 do CPC/2015. Embargos conhecidos e desprovidos. (TJSE; EDcl 201800702213; Ac. 4000/2018; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Osório de Araujo Ramos Filho; Julg. 06/03/2018; DJSE 09/03/2018)

⁴⁷⁹ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Vitória, 2006, p. 53.

⁴⁸⁰ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. 2006, *cit.*, p. 54.

Observa-se que visando desafogar o Poder Judiciário, a autora⁴⁸¹ defende uma participação ativa dos magistrados responsáveis pelas causas de inventário, que devem “diligenciar para concluir o processo de inventário, seja removendo o inventariante, tentando conciliar os herdeiros, ou interpretando a lei à luz dos valores constitucionais, conduzindo o processo e seus consequentes incidentes de forma a evitar a ação daqueles que visam atravancar o efetivo acesso aos bens hereditários”.

A autora⁴⁸² também sugere que se perca o medo em relação ao inventariante dativo – pessoa estranha à herança (art. 617, VIII, CPC/15⁴⁸³), tanto em caso de falta de condições de legitimado para assumir o encargo ou de litigiosidade entre os envolvidos, pois a sua instituição será a forma de não deixar o acervo hereditário acéfalo, conduzindo o inventário ao final, nos casos extremos em que não houver alternativa. Outra situação é quando os próprios herdeiros e inventariante estão juntos na inércia – muitas vezes por falta de dinheiro para regularização do inventário –, o que também justifica a nomeação de inventariante judicial ou dativo, a fim de não se ocupar o Judiciário com intimações sem sucesso para a movimentação do processo⁴⁸⁴.

Traz aprimoramento também o CPC/15 ao impor multa ao inventariante removido que não devolver de forma imediata os bens do inventário sob sua responsabilidade, passando-os ao novo nomeado, conforme determinará a decisão do juiz que é apta para, ao mesmo tempo, remover um inventariante e, logo após, nomear outro indivíduo para o cargo.

Através do art. 625⁴⁸⁵ há a possibilidade do juiz, além de expedir mandado de busca e apreensão (bens móveis) ou imissão de posse (bens imóveis) expulsando-o, fixar multa de no máximo 3% do valor dos bens inventariados, aumentando o rigor contra aquele que atentar contra a efetiva prestação jurisdicional, agindo, tal qual a multa imposta pelo art. 523, § 1º do

⁴⁸¹ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. 2006, *cit.*, p. 56.

⁴⁸² PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. 2006, *cit.*, p. 64.

⁴⁸³ Art. 617, CPC/15. O juiz nomeará inventariante na seguinte ordem: [...] VIII - pessoa estranha idônea, quando não houver inventariante judicial.

⁴⁸⁴ PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. 2006, *cit.*, p. 69.

⁴⁸⁵ Art. 625, CPC/15. O inventariante removido entregará imediatamente ao substituto os bens do espólio e, caso deixe de fazê-lo, será compelido mediante mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de bem móvel ou imóvel, sem prejuízo da multa a ser fixada pelo juiz em montante não superior a três por cento do valor dos bens inventariados.

atual CPC⁴⁸⁶ (com correspondência no antigo art. 475-J), como medida coercitiva, que atua em favor da duração razoável do processo, também prestigiada na nova codificação.

Vale ainda traçar a diferença entre a remoção de inventariante com outras duas figuras: a) destituição; e b) impugnação de inventariante. A destituição constitui gênero ao qual pertence a remoção e pode ocorrer sem que haja culpa ou dolo do inventariante, por fato externo que, de algum modo, atrapalha ou impede o exercício da inventariança, como questões de saúde, ser preso ou ser interditado.

A impugnação ao inventariante, por sua vez, está prevista entre a matéria a ser abordada na manifestação a ser feita pelo cônjuge/companheiro, herdeiros e legatários em relação às primeiras declarações prestadas pelo inventariante (art. 627⁴⁸⁷). O inciso II assevera que incumbe às partes “reclamar contra a nomeação de inventariante”.

Mesmo na vigência do CPC/73, a jurisprudência divergia quanto ao teor dessa reclamação. Nelson Nery Junior⁴⁸⁸ trata a impugnação e a remoção como um ato só, diferenciando aquela apenas em relação à destituição, que admite ser postulada em caso de falha funcional do inventariante.⁴⁸⁹ Theodoro Júnior⁴⁹⁰, por sua vez, diz que ambas não se confundem, sendo que a “remoção pressupõe inventariante regularmente investido no encargo processual, que, no desempenho da função, praticou ato irregular [...] Já a impugnação é ato inicial que visa a demonstrar irregularidade na escolha feita pelo juiz, sem qualquer conotação necessária de falha ou culpa do gestor da herança”.

⁴⁸⁶ Art. 523, CPC/15. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

§ 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

⁴⁸⁷ Art. 627, CPC/15. Concluídas as citações, abrir-se-á vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para que se manifestem sobre as primeiras declarações, incumbindo às partes: I - arguir erros, omissões e sonegação de bens; II - reclamar contra a nomeação de inventariante; III - contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro.

⁴⁸⁸ NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*. 12 ed. São Paulo: RT, 2012, p. 1433.

⁴⁸⁹ No mesmo sentido, MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Procedimentos especiais*. 4 ed. São Paulo: RT, 2013, p. 135, nota nº 18.

⁴⁹⁰ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 3 – Procedimentos especiais. 45 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 241.

Entende-se que a impugnação estaria restrita a situações em que o juiz cometeu alguma irregularidade na escolha do inventariante, procedimento mais simples, portanto, a ser feito nos próprios autos, em vez de incidente em apenso, como é o caso da remoção.

É importante não confundir os institutos tendo em vista que “[...] a remoção na maioria das vezes tem natureza de sanção e pode acarretar responsabilidade civil do removido”.⁴⁹¹

A importância dessa regulamentação é que, como visto no subtópico 2.2, ao falar do prazo meramente ordinatório de abertura do inventário, o incidente de remoção do inventariante é um mecanismo a ser utilizado diante da inércia do responsável por empregar esforços no regulamentar andamento do procedimento, o qual pode ser também enquadrado como litigante de má fé por resistência injustificada ao andamento do processo (art. 80, IV, CPC/15⁴⁹²).

Assim, não só em relação aos prazos de abertura e finalização, como também a todas as demais providências, inclusive atos que demonstrem deslealdade e improbidade⁴⁹³, é salutar a atenção dos herdeiros – e do juiz – a essa previsão, minimizando os danos a eles e à própria sociedade, com a necessária diminuição de processos em curso, refletindo, portanto, indireta, mas fortemente na administração da justiça.

5.1.2 Em relação à questão financeira das partes

A questão financeira das partes alçou o segundo lugar dentre os problemas mais recorrentes no procedimento de inventário, sendo apontada como um grave problema por 66,67, %.

Nessa seara, uma importante alteração é vista no parágrafo único do art. 654, CPC/15. Restou expresso que “a existência de dívida para com a Fazenda Pública não impedirá o julgamento da partilha, desde que o seu pagamento esteja devidamente garantido”. A mudança é deveras

⁴⁹¹ ROCHA, Felipe Borring. Comentários aos arts. 609-1045. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2015, cit., p. 956.

⁴⁹² Art. 80, IV, CPC/15: Considera-se litigante de má-fé aquele que: [...] IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

⁴⁹³ OLIVEIRA, Moisés Mileib de. Comentários aos arts. 617-625. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2016, cit., p. 860.

positiva⁴⁹⁴, pois confere celeridade ao processo e simplificação da tramitação dos feitos, mas, da forma como foi pensada, acaba por privilegiar apenas aqueles que possuem condições econômicas de oferecer a garantia.

Como forma de atenuar a disposição, pensando nos casos de hipossuficiência financeira, foi criado o Enunciado nº 71 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, *in verbis*: “Poderá ser dispensada a garantia mencionada no parágrafo único do art. 654, para efeito de julgamento da partilha, se a parte hipossuficiente não puder oferecê-la, aplicando-se por analogia o disposto no art. 300, § 1º”.

Regra parecida também foi viabilizada pelos arts. 559⁴⁹⁵, 678, parágrafo único⁴⁹⁶, e, de forma mais abrangente, pelo art. 521⁴⁹⁷, com quatro hipóteses de dispensa de caução, entre elas, a hipossuficiência no inciso II. Portanto, demonstra-se como uma constante no Código, não havendo razões lógicas para que aqui restasse o hipossuficiente prejudicado.

Foi excluído o art. 1.010, CPC/73 que dispunha sobre a repetição de avaliação. Entretanto, conforme mencionado por Rocha⁴⁹⁸, tal retirada não implica a impossibilidade de nova avaliação, bastando, para tanto, que sejam preenchidos os requisitos do art. 873, CPC/15⁴⁹⁹.

⁴⁹⁴ Mazzei e Tartuce (MAZZEI, Rodrigo ; TARTUCE, Fernanda. Inventário e partilha no Projeto de novo CPC: pontos de destaque na relação entre os direitos material e processual. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, v. 1, 2014, p. 90-91) ainda a consideram conservadora, entendendo que a fim de resguardar os jurisdicionados e os credores, melhor seria que o impedimento não existisse, já que possibilitada à Fazenda a execução do imposto, sobretudo por já ter conhecimento da tramitação do inventário.

⁴⁹⁵ Art. 559, CPC/15. Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz designar-lhe-á o prazo de 5 (cinco) dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

⁴⁹⁶ Art. 678, parágrafo único, CPC/15. O juiz poderá condicionar a ordem de manutenção ou de reintegração provisória de posse à prestação de caução pelo requerente, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

⁴⁹⁷ Art. 521, CPC/15. A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: I - o crédito for de natureza alimentar, independentemente de sua origem; II - o credor demonstrar situação de necessidade; ~~III - pender o agravo fundado nos incisos II e III do art. 1.042;~~ III - pender o agravo do art. 1.042; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência) IV - a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos. Parágrafo único. A exigência de caução será mantida quando da dispensa possa resultar manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação.

⁴⁹⁸ ROCHA, Felipe Borring. Proposta de enunciados – inventário e partilha. Disponível em: <<http://felipeborring.blogspot.com.br/2015/04/propostas-de-enunciados-inventario-e.html>>. Acesso em: 02 abr. 2018. (O texto trata de propostas de enunciado elaboradas pelo autor ao FPPC, mas que não chegaram a ser apresentadas pelo exíguo tempo e pela extensa discussão promovida no grupo de procedimentos e juizados especiais).

⁴⁹⁹ Art. 873, CPC/15. É admitida nova avaliação quando: I - qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação ou dolo do avaliador; II - se verificar, posteriormente à avaliação, que houve

Entretanto, vale dizer que essa deve ser utilizada apenas se imprescindível. Com vistas a desburocratizar o inventário judicial, conferindo duração razoável e eficiência, por interpretação do art. 634, CPC/15⁵⁰⁰ interessante é que se faça avaliação tão somente se as partes e o MP (se for o caso) discordarem do valor apresentado pela Fazenda Pública Estadual, não havendo gastos desnecessários.

Do mesmo modo, grande exemplo de eficiência da lei é a previsão do art. 632, CPC/15 que diz não haver expedição de carta precatória para avaliação de bens situados fora da comarca onde corre o inventário caso eles sejam de pequeno valor ou conhecido pelo perito nomeado. Ou seja, diante do, às vezes, ínfimo valor do bem, utiliza-se de uma ferramenta equivalente a ele, não despendendo forças desnecessárias, conferindo “maior agilidade ao processo de inventário”⁵⁰¹.

A fim de se pagar o correto valor de ITCD, é imprescindível que as partes cumpram o que dispõe o art. 642, CPC/15⁵⁰² e, existindo dívidas, que elas sejam quitadas antes da partilha. Desse modo, eventuais itens do patrimônio que precisem ser alienados para o adimplemento, corretamente não constarão na base de cálculo do imposto devido para transferência de bens que sequer pertencerão aos herdeiros. No que tange à base de cálculo é também sempre importante atenção em relação ao que integrará ou não, sendo importante excluir a meação, por exemplo. Ademais, o conhecimento quanto à legislação estadual que confere isenção em determinadas condições deve ser do conhecimento dos operadores do Direito, de modo a não conduzir o jurisdicionado em situação de prejuízo.

5.1.3 Em relação à má compreensão/aplicação das leis

Em terceiro lugar entre os principais problemas do inventário está a má compreensão e/ou a má aplicação das leis, que foi a escolha de 53,33% dos entrevistados. Diante desse dado, observa-se que, na percepção dos operadores do Direito em contato com a pesquisa, há uma

majoração ou diminuição no valor do bem; III - o juiz tiver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem na primeira avaliação. Parágrafo único. Aplica-se o art. 480 à nova avaliação prevista no inciso III do caput deste artigo.

⁵⁰⁰ Art. 634, CPC/15. Se os herdeiros concordarem com o valor dos bens declarados pela Fazenda Pública, a avaliação cingir-se-á aos demais.

⁵⁰¹ TARTUCE, Flávio. *Direito das sucessões*. Vol. 6. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 553.

⁵⁰² Art. 642, CPC/15. Antes da partilha, poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.

grande parcela da população jurídica que não alcança a intenção legislativa, demandando pedidos errados e também decisões equivocadas.

Nesse sentido, as alterações do CPC/15 que tiveram o objetivo de esclarecer questões truncadas, má redação, pacificar divergência entre jurisprudência e lei etc se apresentam como formas de minimizar tal óbice. Algumas já eram defendidas jurisprudencialmente ou na doutrina e a fixação no texto normativo é importante para não gerar mais dúvida e insegurança jurídica, facilitando a compreensão e aplicação das normas.

Seguindo a regra geral de uniformização dos prazos em 15 dias, os prazos constantes no Capítulo VI do Título III são também por esse período na grande maioria das vezes⁵⁰³ (exceções: art. 617, parágrafo único; art. 620; art. 638; art. 664, § 1º). A uniformização é um facilitador na organização dos processos, visto que facilita o entendimento, a lembrança e a organização geral (advogados, defensores e servidores).

Ainda em relação a prazo, firmou-se o interregno para instauração do inventário em 02 (dois) meses a contar da abertura da sucessão (art. 611, CPC/15)⁵⁰⁴, valendo lembrar que este é um prazo meramente ordinatório, cujo descumprimento não gera prescrição ou decadência, mas em alguns estados brasileiros acarreta o acréscimo de multa ao valor a ser pago a título de ITCD⁵⁰⁵.

Ademais, em compatibilidade com a adequação constitucional ao texto processual civil, incluiu-se o companheiro em todas as hipóteses em que figura o cônjuge, não mais os diferenciando quando a lei material não o faz⁵⁰⁶⁻⁵⁰⁷, incongruência esta que gerava grande dúvida.

⁵⁰³ Arts. 623; 627; 628, § 1º; 629; 635; 637; 641, *caput* e § 1º; 647; 652.

⁵⁰⁴ Nem 60 (sessenta) dias como dizia o art. 983, CPC/73, nem 30 (trinta) dias como previa o Código Civil de 2002.

⁵⁰⁵ Súmula 542, STF. Não é inconstitucional a multa instituída pelo Estado-Membro, como sanção pelo retardamento do início ou da ultimação do inventário.

⁵⁰⁶ Arts. 616, I e IX; 620, II; 626, § 1º; 648; 649; 653, I, a.

⁵⁰⁷ No julgamento do Recurso Extraordinário 878.694/MG, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese: “É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002”. O acórdão ainda não transitou em julgado, tendo sido opostos embargos de declaração em 26/02/2018.

Outro benéfico esclarecimento se refere à possibilidade regulamentada pelo art. 3º da Resolução nº 35 do CNJ⁵⁰⁸ de, por escritura pública, levantar-se importâncias depositadas em instituições financeiras (art. 610, § 1º, CPC/15⁵⁰⁹), restando também expresso no CPC/15 que a escritura pública é documento hábil para qualquer ato de registro – importante já que ainda era motivo de controvérsia em tais instituições (e, conforme a pesquisa de campo, continua sendo, vez que estas se recusam a liberar valores sem ordem judicial).

Aclarou-se também a ordem⁵¹⁰ (palavra nova no artigo) para nomeação de inventariante, com a inclusão do herdeiro menor (sem menção a outras incapacidades⁵¹¹), por seu representante legal (art. 617, IV, CPC/15), e do cessionário do herdeiro ou do legatário (art. 617, VI, CPC/15). Pode-se, em um primeiro momento, questionar a possibilidade de o menor ser inventariante, já que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ)⁵¹² é de que tal herdeiro não poderia ser incumbido dessa função em razão dela ser personalíssima, enquanto o menor estaria, pela incapacidade, impossibilitado de praticar ou receber diretamente atos processuais, que não poderiam ser supridos. Da mesma forma posicionam-se Marinoni⁵¹³ e Theodoro Junior⁵¹⁴, o qual diz que o representante assumiria apenas na inexistência de outro legitimado e como estranho à sucessão, em nome próprio, a título de inventariante dativo.

⁵⁰⁸ Art. 3º, Resolução 35 CNJ. As escrituras públicas de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais não dependem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas, etc.)

⁵⁰⁹ Art. 610, § 1º, CPC/15. Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

⁵¹⁰ Tartuce (TARTUCE, Flávio. *Direito das sucessões*. 2016, *cit.*, p. 538-539) defende que a ordem não é absoluta e deve ser aplicada de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Diz que, com base nelas, o juiz pode, inclusive, escolher inventariante diverso do designado pelo autor da herança em testamento.

⁵¹¹ As quais sofreram redução significativa com a entrada em vigor da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com a manutenção apenas dos menores de 16 anos como absolutamente incapazes e dos ébrios habituais, viciados em tóxico e aqueles que não puderem exprimir sua vontade como relativamente incapazes.

⁵¹² PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. TESTAMENTO. NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE. ORDEM LEGAL. ART. 990 DO CPC. NOMEAÇÃO DE TESTAMENTEIRO. IMPOSSIBILIDADE. HERDEIROS TESTAMENTÁRIOS, MAIORES E CAPAZES. PREFERÊNCIA. - Para efeitos de nomeação de inventariante, os herdeiros testamentários são equiparados aos herdeiros necessários e legítimos. - Herdeiro menor ou incapaz não pode ser nomeado inventariante, pois é impossibilitado de praticar ou receber diretamente atos processuais; sendo que para os quais não é possível o suprimento da incapacidade, uma vez que a função de inventariante é personalíssima. - Os herdeiros testamentários, maiores e capazes, preferem ao testamenteiro na ordem para nomeação de inventariante. - Existindo herdeiros maiores e capazes, viola o inciso III, do art. 990, do CPC, a nomeação de testamenteiro como inventariante. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 658.831/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2005, DJ 01/02/2006, p. 537)

⁵¹³ MARINONI, Luiz Guilherme. *Código de processo civil: comentado artigo por artigo*. 6 ed. São Paulo: RT, 2014, p. 902.

⁵¹⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 2013, *cit.*, p. 233.

A resistência a tal possibilidade, contudo, parece mero apego à formalidade, já que maior que a necessidade de o exercício da função ser pessoal é a de dar eficiência ao processo (art. 8º, CPC/15⁵¹⁵), evitando, por exemplo, o dispêndio com um inventariante judicial ou a intervenção de um terceiro estranho à causa, ainda que idôneo.

A posição de Dias⁵¹⁶, apoiada na jurisprudência e em Euclides de Oliveira, por outro lado, coaduna-se com o formalismo valorativo, que prega a exigência de formalidades para se preservar determinados valores: para que o menor seja inventariante, seu representante legal não pode ter interesses conflitantes com ele.

Flávio Tartuce⁵¹⁷, por outro lado, elogia a opção legislativa, acreditando que “a inovação segue a linha de redução de burocracias e de facilitação dos procedimentos”, e que sendo violados interesses dos menores, caberá a intervenção do *Parquet* nos moldes dos arts. 176-178, CPC/15⁵¹⁸.

Outra dúvida que pode ser suscitada, superada a questão do exercício do menor, é a necessidade de menção a ele em inciso específico, vez que o inciso III já prevê que inexistindo herdeiro na posse e na administração do espólio (inciso II), qualquer herdeiro poderá ser nomeado. Tratando de dispositivo que define ordem de possíveis nomes para inventariante, a inclusão do inciso IV demonstra que o herdeiro menor é opção subsidiária aos demais herdeiros, mas que ainda tem preferência em relação aos indivíduos dos incisos seguintes, sendo, então, pertinente⁵¹⁹.

⁵¹⁵ Art. 8º, CPC/15. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

⁵¹⁶ DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*, cit., 2013, p. 551.

⁵¹⁷ TARTUCE, Flávio. *Direito das sucessões*. 2016, cit., p. 524.

⁵¹⁸ Art. 176, CPC/15. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.

Art. 177, CPC/15. O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais.

Art. 178, CPC/15. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana. Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

⁵¹⁹ Ainda que o STJ entenda que tal ordem não é absoluta, ela só pode ser invertida diante de fato excepcional e mediante fundamentação adequada. “Direito processual civil. Sucessões. Recurso especial. Nomeação de inventariante. Regra do art. 990 do CPC. Caráter não absoluto. Convicção do Juízo formada a partir dos elementos fáticos do processo. Vedado o reexame na via especial. - A ordem de nomeação de inventariante,

Também foi acrescentada a previsão de os donatários serem chamados a manifestarem a respeito da aprovação das dívidas sempre que houver possibilidade das liberalidades serem reduzidas (art. 642, § 2º, CPC/15), igualando-os aos legatários, cuja manifestação é legítima quando seu legado puder ser atingido pelas dívidas (art. 1.020, CPC/73 e 645, CPC/15⁵²⁰), evitando, assim, futuras impugnações e atrasos.

Através do art. 650, CPC/15 passou a ser resguardado expressamente na legislação processual o quinhão do nascituro até o seu nascimento, ficando até esse momento em poder do inventariante, que na prática da vigência do CPC/73 era feito com fundamento nos direitos de personalidade, no art. 1.798, CC/02⁵²¹ e por analogia aos arts. 1.799, I c/c 1.800, ambos do CC/02⁵²².

No art. 48, CPC/15⁵²³, embora não se tenha novidade em relação à regra geral de competência, que continua a ser o domicílio do autor da herança, incluiu-se entre as ações a impugnação e a anulação de partilha extrajudicial. A inserção é adequada tendo em vista a não submissão da partilha extrajudicial às regras de competência processual, ficando claro que as ações para questionar tal ato se darão no domicílio do autor da herança, independentemente do cartório onde tenha sido realizada.

prevista no art. 990 do CPC, não apresenta caráter absoluto, podendo ser alterada em situação de fato excepcional, quando tiver o Juiz fundadas razões para tanto, forte na existência de patente litigiosidade entre as partes. Evita-se, dessa forma, tumultos processuais desnecessários. - Se o Tribunal de origem atesta a ocorrência de situação de fato excepcional consubstanciada na existência de animosidade entre as partes, admite-se o temperamento da ordem legal de nomeação de inventariante, conforme firme convicção do Juiz que repousa na ponderada análise dos elementos fáticos do processo. - Esquadrinhar o convencimento motivado do Juízo calcado em circunstâncias fáticas constantes dos autos é procedimento vedado na via especial. Recurso especial não conhecido". (REsp 1055633/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 16/06/2009).

⁵²⁰ Art. 645, CPC/15. O legatário é parte legítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio: I - quando toda a herança for dividida em legados; II - quando o reconhecimento das dívidas importar redução dos legados.

⁵²¹ Art. 1.798, CC/02. Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

⁵²² Art. 1.799, CC/02. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão;

Art. 1.800, CC/02. No caso do inciso I do artigo antecedente, os bens da herança serão confiados, após a liquidação ou partilha, a curador nomeado pelo juiz.

⁵²³ Art. 48, CPC/15. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro. Parágrafo único. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente: I - o foro de situação dos bens imóveis; II - havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes; III - não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.

Ademais, o art. 23, II, CPC/15⁵²⁴ repete a competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira para a realização de inventário e partilha dos bens situados no Brasil e estende a exclusividade para a confirmação de testamento particular (art. 737, CPC/15), quando, então, segundo *locus regit actum*, deverá ser observado o preenchimento dos requisitos formais existentes no local/país em que foi constituído, com respeito ainda ao que dispõe o art. 10, *caput* e parágrafos do Decreto-Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)⁵²⁵.

O parágrafo único do art. 48, CPC/15, contudo, sofre alteração, sendo retirada a hipótese de “local em que ocorreu o óbito”, estando o foro vinculado à situação dos bens: se imóveis, onde estiverem; sendo mais de um foro de imóvel, qualquer deles; e não havendo imóveis, o foro de qualquer outro bem. Medida muito benéfica e eficiente, retirando do sistema a exigência ilógica de abrir inventário em local que a pessoa passava férias, por exemplo, e vinha a falecer, sem qualquer pertinência com sua vida cotidiana, trazendo dificuldades práticas aos herdeiros.

5.1.4 Em relação à questão emocional das partes

No que concerne à questão emocional das partes, identificada por 40% como um problema a ser considerado, não se observam medidas no bojo do Capítulo específico para o inventário e a partilha.

Ao contrário do que foi feito em relação às ações de família, com a obrigatoriedade de audiência com métodos adequados de solução de conflitos, a mesma preocupação não existiu para os problemas sucessórios. Observou-se na pesquisa que há um certo descrédito em relação aos sentimentos envolvidos nesse tipo de ação – existe a repetição de um discurso que ressalta a ganância entre as partes sobretudo (mas não somente) entre os magistrados. Em vez de atribuir à questão emocional um sofrimento, um ressentimento fruto da relação outrora

⁵²⁴ Art. 23, CPC/15. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

⁵²⁵ Art. 10, LINDB. A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens. § 1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus. § 2º A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

existente com o *de cujus*, imputa-se o interesse financeiro como motivador da maioria das decisões dos envolvidos.

E até pela valorização da questão patrimonial nesse tipo de processo, pouco ou nada se vê nos dispositivos específicos que considere os sentimentos ali existentes, que como ressaltado no subtópico 2.2.3, têm tratamento ainda mais difícil que os conflitos puramente familiares, em que as partes que supostamente já nutriram afeto estão de frente uma para a outra.

5.1.5 Em relação à burocracia

O último dos cinco problemas destacados na pesquisa como maiores se refere à burocracia, que teve 40,54% de votos.

De fato, como já foi dito, o procedimento sob exame é um dos mais bem delineados no código, com diversos artigos moldando sua regulação. Ocorre que nem todos os dispositivos alcançam o objetivo de realmente resolver o imbróglio, sendo, muitas vezes, criadores de burocracias que atravancam o processo judicial.

Previsões que podem surgir em resposta a essa situação, reduzindo a complexidade dos atos do inventário serão expostos a seguir. O primeiro deles diz respeito à alteração na forma de citação do cônjuge ou companheiro, herdeiros e legatários: em vez de por oficial de justiça, a citação se dará por correio ou por edital, este quando for o caso de interessados incertos ou desconhecidos (art. 626, § 1º, CPC/15⁵²⁶), o que privilegiou o contraditório e a efetividade.

Nessa seara, relevante a remissão que o dispositivo faz ao art. 259, III, pois deixa claro que o edital será usado exclusivamente nessa hipótese, e não mais em relação a qualquer um que resida fora da comarca em que corre o inventário, como previa o CPC/73 (art. 999, §1º⁵²⁷), todas essas alterações que decorrem como pressuposto lógico do contraditório tão privilegiado pelo atual Código. Diminui-se a burocracia e se alcança maior efetividade, diante da baixa repercussão dos editais.

⁵²⁶ Art. 626, § 1º, CPC/15. O cônjuge ou o companheiro, os herdeiros e os legatários serão citados pelo correio, observado o disposto no art. 247, sendo, ainda, publicado edital, nos termos do inciso III do art. 259.

⁵²⁷ Art. 999, § 1º, CPC/73 (revogado). Citar-se-ão, conforme o disposto nos arts. 224 a 230, somente as pessoas domiciliadas na comarca por onde corre o inventário ou que aí foram encontradas; e por edital, com o prazo de 20 (vinte) a 60 (sessenta) dias, todas as demais, residentes, assim no Brasil como no estrangeiro.

Além disso, o CPC/15 não utiliza mais a expressão “questões de alta indagação”, dispondo no art. 612 que “o juiz decidirá todas as questões de direito desde que os fatos relevantes estejam provados por documento, só remetendo para as vias ordinárias as questões que dependerem de outras provas”. Até porque as questões de alta indagação não se referiam à alta controvérsia jurídica, mas fática, ou seja, que exigiam prova e contraprova. Houve um pequeno avanço, fugindo da vagueza da expressão e atribuindo a remessa à necessidade de produção de provas (como já defendia a doutrina⁵²⁸), mas considera-se que mais poderia ter sido feito. É como bem explicam Caio e João Dal’Col⁵²⁹:

Considerando que o juiz do inventário seja competente para o julgamento das questões a serem enviadas para as vias ordinárias, assim como é o que já teve contato com aquele caso particular e, por conseguinte, o que possui a maior proximidade com a causa e suas respectivas peculiaridades, não se justifica o envio de qualquer questão incidente para ser processada e julgada por outro juiz.

Com isso em mente, mais teria sido feito em relação ao inventário e sua desburocratização e longo tempo de duração, tendo em vista que mais tempo leva o novo juiz para se situar no processo do que um profissional que já está acompanhando a situação em concreto há certo tempo. Esta análise, inclusive, para não gerar confusão processual poderia ser realizada em caráter de incidente processual em autos apartados, como se dá o já mencionado incidente de remoção de inventariante, sem qualquer prejuízo aos envolvidos. Sugerem os autores capixabas⁵³⁰:

Não é outra a interpretação a ser dada nas hipóteses de uma petição de herança, da qualidade ou não de herdeiro, questões referentes à meação, nulidade de testamento, prestação de contas e afins. Caso o magistrado julgador entenda que se tratam de questões muito complexas, basta que proceda à abertura de apenso. Dessa forma, ele terá o devido controle de todas as questões que permeiam a decisão do processo de inventário, facilitando uma prestação jurisdicional mais eficiente e condizente com o direito das partes envolvidas.

⁵²⁸ V. VENOSA, Silvio. *Direito Civil: direito das sucessões*. 14ªed. São Paulo: Atlas, p. 94, 2014; CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito das sucessões*. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 420/421, 2014; RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil – Direito das sucessões*. 21ªed. São Paulo: Saraiva, p. 242, 1997.

⁵²⁹ DAL’COL, Caio de Sá; DAL’COL, João Roberto de Sá. A (des)necessidade da remessa de “suposta” questão depende de prova às vias ordinárias no processo de inventário: uma análise sob o enfoque do artigo 612 do novo código de processo civil (lei nº 13.105/15). In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo; CARNEIRO, Sérgio Barradas (Coord.). *Famílias e sucessões*. Coleção Repercussões do novo CPC. V. 15. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 616.

⁵³⁰ DAL’COL, Caio de Sá; DAL’COL, João Roberto de Sá. A (des)necessidade da remessa de “suposta” questão depende de prova às vias ordinárias no processo de inventário. 2016, *cit.*, p. 620-621.

Um dos avanços mais importantes na atual lei no que concerne às sucessões se refere à possibilidade aduzida pelo art. 665, CPC/15: possibilidade de realizar o inventário na forma de arrolamento ainda que haja interessado incapaz, desde que concordem todas as partes e o Ministério Público. Mazzei e Ávila⁵³¹ alertam que o dispositivo se trata de nítido negócio jurídico processual típico, em que se acorda alterar o rito procedimental. Segundo os autores, a mudança exige concordância do Ministério Público e, caso este se oponha, carecerá de validade. Contudo, pela realidade das varas de Órfãos e Sucessões, a alteração traduz nítido benefício ao incapaz, pois propicia que ele tenha acesso a sua cota-parte de maneira mais rápida.

Outra questão interessante que visa promover a fluidez nas varas sucessórias é uma nova lógica na cumulação de inventários. Como vem sendo repetido com frequência durante esse trabalho, o longo tempo de tramitação do inventário judicial é uma realidade. Diante disso, não é raro que no curso do processo seja necessária a utilização do art. 313, I do CPC/15, o qual prevê a suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes.

Vale ressaltar que se a morte do herdeiro ocorrer antes da morte do autor da herança, estar-se-ia falando da sucessão por representação, em que seus herdeiros constariam do inventário para receber sua cota. Outra situação é a de que o inventário está em curso e, no meio dele, um herdeiro vem a falecer (ou mesmo que um tenha falecido, nunca ajuizado o inventário, e o outro vem a falecer, abrindo-se os dois em conjunto – comum entre casais). Já tendo operado a *saisine*, esse herdeiro – que agora será autor da herança – tem direito a uma cota parte ainda não definida, que será repassada em inventário próprio aos seus respectivos herdeiros.

No CPC/73, admitia-se a cumulação de inventários em duas situações: a) falecimento de um cônjuge no curso do inventário do outro, com os mesmos indivíduos como herdeiros e partilha única; e b) falecimento de um herdeiro, no curso do inventário, e o único bem a ser partilhado entre seus herdeiros seja o quinhão a que ele faria jus.

O art. 672 do CPC/15 ampliou essas hipóteses, não falando mais especificamente de cônjuge ou herdeiro, referindo-se a “pessoas diversas” e elencando as possibilidades, quais sejam:

⁵³¹ MAZZEI, Rodrigo; ÁVILA, Raniel Fernandes de. Comentário ao art. 665. In: SALEH, Paula (Coord. geral). Aplicativo eletrônico “CPC Anotado”. 2017.

identidade de pessoas entre as quais devem ser repartidos os bens; heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros; e dependência de uma das partilhas em relação à outra, sendo elogiada por Flávio Tartuce⁵³².

Embora não tenha incorporado no novo texto o que dispunha o art. 1.044, CPC/73⁵³³, quanto à substituição do herdeiro falecido pelos seus próprios herdeiros, pela amplitude do disposto no inciso III (dependência de uma partilha em relação à outra), entende-se que da mesma forma foi promovida a celeridade, tão necessária ao inventário. Ressaltam Marinoni, Arenhart e Mitidiero⁵³⁴: “[...] entendeu o legislador que [...] é até recomendável a reunião dessas discussões, sob pena de duplicarem-se, inutilmente, atos processuais e gerar indesejável retardamento processual”.

Como observa Pieri⁵³⁵, mais um alargamento foi no sentido de que, mesmo havendo outros bens a inventariar – além da cota parte do primeiro inventário –, será possível a cumulação, diferente do que ocorria sob égide do CPC/73. A autora⁵³⁶ elogia a nova estrutura da cumulação, enxergando-a como uma referência à tutela eficaz e célere.

Outra interessante inovação foi a inclusão do parágrafo único do art. 647, segundo o qual

O juiz poderá, em decisão fundamentada, deferir antecipadamente a qualquer dos herdeiros o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinado bem, com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro, cabendo a este, desde o deferimento, todos os ônus e bônus decorrentes do exercício daqueles direitos.

A previsão confere celeridade e eficiência ao procedimento, diante da utilidade da norma e de ela ter resguardado adequadamente as questões econômicas dali advindas, inexistindo

⁵³² TARTUCE, Flávio. *Direito das sucessões*. 2016, *cit.*, p. 561.

⁵³³ Art. 1.044, CPC/73 (revogado). Ocorrendo a morte de algum herdeiro na pendência do inventário em que foi admitido e não possuindo outros bens além do seu quinhão na herança, poderá este ser partilhado juntamente com os bens do monte.

⁵³⁴ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. 2017, *cit.*, p. 211.

⁵³⁵ PIERI, Sueli A. de. Inventário cumulativo no novo Código de Processo Civil e a busca pela celeridade processual. In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo; CARNEIRO, Sérgio Barradas (Coord.). *Famílias e sucessões*. Coleção Repercussões do novo CPC. V. 15. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 676.

⁵³⁶ PIERI, Sueli A. de. Inventário cumulativo no novo Código de Processo Civil e a busca pela celeridade processual. 2016, *cit.*, p. 692-693.

impedimentos para que a regra seja adotada também nos inventários extrajudiciais⁵³⁷. Flávio Tartuce⁵³⁸ afirma que o objetivo da norma “é que o herdeiro possa fruir plenamente do que tem direito”, efetivando-se o *droit de saisine*, e diminuindo a burocracia de apenas ter acesso aos bens com a finalização da partilha.

O artigo induz à lembrança dos dispositivos do Código Civil atinentes aos legatários, senão vejamos:

Art. 1.923. Desde a abertura da sucessão, pertence ao legatário a coisa certa, existente no acervo, salvo se o legado estiver sob condição suspensiva.

§ 1º Não se defere de imediato a posse da coisa, nem nela pode o legatário entrar por autoridade própria.

§ 2º O legado de coisa certa existente na herança transfere também ao legatário os frutos que produzir, desde a morte do testador, exceto se dependente de condição suspensiva, ou de termo inicial.

O dispositivo prevê que desde logo o bem pertence ao legatário, mas impossibilita que ele exerça a posse sobre o bem, sendo apenas resguardado seu direito aos frutos produzidos desde a morte do testador ou desde o termo inicial de possível condição suspensiva.

Como a posse direta só lhe será garantida após o julgamento da partilha, Mazzei e Tartuce⁵³⁹ propõem a extensão do dispositivo também aos legatários, desde que demonstre a solvência da herança ou que esta esteja disposta em legados, assim como preveem os Enunciados 181 e 182 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.

Sobre essa situação, existentes dois enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, com o cuidado de vincular a aplicação do artigo aos legatários desde que verificada a viabilidade de solvência do espólio:

Enunciado 181. A previsão do parágrafo único do art. 647 é aplicável aos legatários na hipótese do inciso I do art. 645, desde que reservado patrimônio que garanta o pagamento do espólio.

⁵³⁷ RODRIGUES, Felipe Leonardo. O novo CPC e os reflexos notariais – análise inicial. Disponível em: <<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NTUwOQ==>>. Acesso em 02 abr. 2018.

⁵³⁸ TARTUCE, Flávio. *Direito das sucessões*. 2016, *cit.*, p. 595.

⁵³⁹ MAZZEI, Rodrigo ; TARTUCE, Fernanda. Inventário e partilha no Projeto de novo CPC: pontos de destaque na relação entre os direitos material e processual. 2014, *cit.*, p. 94.

Enunciado 182. Aplica-se aos legatários o disposto no parágrafo único do art. 647, quando ficar evidenciado que os pagamentos do espólio não irão reduzir os legados.

Importante ainda sobre o assunto é a proposta de Rocha⁵⁴⁰ quanto à necessidade de intimação do inventariante e demais interessados para que se manifestem no prazo de 05 dias, conforme art. 218, § 3º⁵⁴¹. Com tal agir, estaria resguardado o direito ao contraditório, tão privilegiado pelo atual CPC e pelo próprio procedimento especial de inventário e partilha.

Duma análise de julgados⁵⁴²⁻⁵⁴³⁻⁵⁴⁴⁻⁵⁴⁵ de Tribunais de Justiça buscados até julho de 2017 vê-se que o estudo do parágrafo único do art. 647 do CPC/15 carece de maior aprofundamento. A

⁵⁴⁰ ROCHA, Felipe Borring. Proposta de enunciados – inventário e partilha. Disponível em: <<http://felipeborring.blogspot.com.br/2015/04/propostas-de-enunciados-inventario-e.html>>. Acesso em: 02 abr. 2018. (O texto trata de propostas de enunciado elaboradas pelo autor ao FPPC, mas que não chegaram a ser apresentadas pelo exíguo tempo e pela extensa discussão promovida no grupo de procedimentos e juizados especiais).

⁵⁴¹ Art. 218, § 3º, CPC/15. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

⁵⁴² 86964905 - INVENTÁRIO. Decisão que indefere pedido de concessão aos herdeiros dos direitos de uso e fruição sobre quotas sociais das empresas que integram o Grupo THOMEU. Manutenção. Circunstancias do caso concreto que não possibilitam acolher a pretensão das herdeiras. Inteligência do art. 647, parágrafo único, do CPC/2015. Litigiosidade elevada entre as partes. Eficácia definitiva da medida que, em tese, poderia elevar ainda mais a carga litigiosa. Controvérsia entre herdeiros que não deve contaminar a administração das empresas. Recurso improvido. (TJSP; AI 2143298-60.2016.8.26.0000; Ac. 9784456; São Paulo; Primeira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Francisco Loureiro; Julg. 09/09/2016; DJESP 13/09/2016)

⁵⁴³ 50369853 - AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. ADIANTAMENTO QUINHÃO. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 647, DO NOVO CPC. OPOSIÇÃO HERDEIRO. TUTELA DE URGÊNCIA. PRESENÇA DO RISCO DE IRREVERSIBILIDADE INDEFERIMENTO. MEDIDA QUE SE IMPÕE. I. O novo Código de Processo Civil, trouxe uma inovação importante ao estabelecer em seu artigo 647 a possibilidade de o juiz deferir antecipadamente a qualquer herdeiro o exercício dos direitos de usufruir de determinado bem, com a condição de que, ao término do inventário tal bem integre a cota desse herdeiro e que não haja oposição de alguma das partes, situação em que o pedido ficará condicionado ao preenchimento dos requisitos exigidos no artigo 300 do CPC/2015. II. Para a concessão de tutela antecipada devem coexistir os requisitos da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações, sendo inadmissível seu deferimento quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. III. In casu, não sendo possível verificar se a quantia requerida pelo agravante é maior ou menor do que o valor total dos bens do espólio ou, se maior ou menor que a sua quota parte na herança, impossível afastar o perigo da irreversibilidade da medida, impondo o indeferimento do pedido levantamento. AGRADO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJGO; AI 0147376-08.2016.8.09.0000; Goiânia; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Sebastião Luiz Fleury; DJGO 26/09/2016; Pág. 299)

⁵⁴⁴ 50379276 - AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO E SOBREPARTILHA DE BENS. ANTECIPAÇÃO AO HERDEIRO DE USO E DOS FRUTOS DE BENS. POSSIBILIDADE. AGRADO INTERNO. PERDA DO OBJETO. I. É possível aos herdeiros o exercício antecipado do uso e fruição de bem do espólio, com a condição de que, ao término do inventário, o mesmo integre sua cota. Inteligência do artigo 647 do novo Código de Processo Civil. II. Porque, definitivamente, entregue a prestação jurisdicional decorrente da interposição do agravo de instrumento, ao teor do artigo 195, parágrafo único, Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, resta prejudicado o agravo interno interposto contra a decisão liminar recursal. AGRADO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. AGRADO INTERNO PREJUDICADO. (TJGO; AI 0180016-64.2016.8.09.0000; Goiânia; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Fausto Moreira Diniz; DJGO 17/02/2017; Pág. 136)

⁵⁴⁵ 76238707 - INVENTÁRIO. USUFRUTO ANTECIPADO DE BENS. DESCABIMENTO. 1. Apesar de a figura do usufruto antecipado ser novidade trazida no NCPC, inviável deferir ao herdeiro antecipadamente o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinados bens, quando o esboço de partilha ainda não foi

pesquisa jurisprudencial foi feita no Repositório *online* Lex Magister com o filtro “artigos de lei”, optando pelo art. 647 do CPC/15.

Dentre as buscas, foram encontrados diversos julgados mencionando o art. 647, mas cuja intenção não era falar sobre usufruto antecipado, sim sobre execução como o era no CPC/73, ao qual hoje corresponde o art. 825, CPC/15⁵⁴⁶. Há também menção equivocada ao artigo, seja considerado o CPC/73 ou o CPC/15⁵⁴⁷. Referindo-se ao correto dispositivo foram encontradas 08 decisões. Dentre elas, 04 não tinham o parágrafo único do artigo como questão principal, apenas mencionando-o de passagem⁵⁴⁸. Especificamente sobre o parágrafo único do artigo 647 foram encontradas 04 decisões: duas no TJGO, uma no TJRS e uma do TJSP⁵⁴⁹.

Analisando-as, entendeu-se que as decisões emitidas têm desconsiderado o escopo teleológico do atual Código, criado num contexto de formalismo valorativo, que preza por um processo que persiga valores, dentre eles a efetividade e a celeridade, buscando ao máximo excluir ou minimizar os efeitos deletérios do tempo ao jurisdicionado.

homologado e é evidente a litigiosidade entre os herdeiros, não havendo certeza acerca dos bens que lhe tocarão na partilha. Inteligência do art. 647, parágrafo único, do NCP. 2. Considerando que o processo se encontra em fase final, não se vislumbra o prejuízo apontado pelo testamentário, mormente por estarem os frutos dos bens pertencentes ao espólio sendo depositados em conta judicial. Recurso desprovido. (TJRS; AI 0345196-51.2016.8.21.7000; Alegrete; Sétima Câmara Cível; Rel. Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves; Julg. 22/02/2017; DJERS 01/03/2017)

⁵⁴⁶ TRF 3ª R.; AI 0001697-12.2015.4.03.0000; Quarta Turma; Relª Desª Fed. Marli Marques Ferreira; Julg. 01/02/2017; DEJF 22/02/2017 | TRT 3ª R.; ROPS 0011280-59.2016.5.03.0143; Rel. Des. Márcio Ribeiro do Valle; DJEMG 13/03/2017 | TRF 3ª R.; AI 0018331-83.2015.4.03.0000; Quarta Turma; Relª Desª Fed. Marli Marques Ferreira; Julg. 20/04/2016; DEJF 05/05/2016.

⁵⁴⁷ TRF 3ª R.; AC 0001174-71.2013.4.03.6110; Sexta Turma; Relª Desª Fed. Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida; Julg. 20/10/2016; DEJF 08/11/2016.

⁵⁴⁸ TJRS; RCív 0016548-17.2017.8.21.9000; Bento Gonçalves; Primeira Turma Recursal Cível; Rel. Juiz Roberto Carvalho Fraga; Julg. 25/04/2017; DJERS 02/05/2017 | TJBA; AP 0079070-83.2002.8.05.0001; Salvador; Quinta Câmara Cível; Relª Desª Carmem Lucia Santos Pinheiro; Julg. 29/11/2016; DJBA 06/12/2016; Pág. 441 | TJDF; AGI 2015.00.2.030529-8; Ac. 952.939; Primeira Turma Cível; Rel. Des. Alfeu Gonzaga Machado; Julg. 06/07/2016; DJDFTE 13/07/2016 | TJSP; APL 0013464-69.2012.8.26.0229; Ac. 9470419; Sumaré; Terceira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Dácio Tadeu Viviani Nicolau; Julg. 30/05/2016; DJESP 07/06/2016.

⁵⁴⁹ Para análise individual das decisões aqui mencionadas, leia-se: BRITO, Anne Lacerda de. Análise do parágrafo único do artigo 647 do CPC/15: natureza jurídica e requisitos do Usufruto Antecipado de Bens no inventário e partilha. In: BRITO, Anne Lacerda de; JULIÃO, Gustavo Lyrio. *Reflexões sobre o Código de Processo Civil de 2015*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017, p. 201-218.

Segundo Rocha⁵⁵⁰, a inexistência de dispositivo autorizando a utilização de bens pelos herdeiros era um grande problema do CPC/73, que deixava essa decisão a cargo do inventariante, “o que podia gerar disputas e distorções”.

Traçando um comparativo entre os dois códigos processuais, Roque⁵⁵¹ afirma que na legislação anterior necessariamente os bens permaneciam em condomínio até que fosse realizada a partilha e, atualmente, apesar de formalmente continuar a universalidade, o uso e a fruição individual podem ser antecipados a um beneficiário específico. Explica:

Trata-se de inovação importante, potencialmente benéfica não apenas para o herdeiro (que poderá ter acesso aos bens de forma antecipada, desde que eles venham a compor sua cota na partilha), mas para o próprio espólio, que ficará dispensado, desde a decisão que deferir tal providência, de arcar com os custos de conservação dos bens atingidos pela medida.

Rodrigo da Cunha Pereira⁵⁵², por sua vez, afirma: “Pode ser uma esperança de desatar alguns nós nesses eternos e inexplicáveis processos litigiosos em que, naturalmente, a parte menos favorecida é sempre a mais prejudicada”. Já Ana Luiza Nevares⁵⁵³ pondera que, como antecipação de um resultado “certo” e “evidente”, a medida privilegia vínculos específicos dos herdeiros com determinados bens do acervo hereditário, a exemplo do caso de pessoas que morem ou trabalhem num destes imóveis, evitando diversos conflitos recorrentes no curso de um longo inventário.

Apesar de apontado como um grande “salvador da pátria” pela doutrina, o que se observa nos julgados analisados é que o dispositivo ainda sofre resistência junto aos juízes (e Tribunais), e a única vez em que foi aplicado nos resultados da pesquisa não houve, na fundamentação, uma definição sobre a natureza jurídica da tutela presente no artigo e os requisitos para que ela fosse concedida.

⁵⁵⁰ ROCHA, Felipe Borring. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 927-973.

⁵⁵¹ ROQUE, Andre Vasconcelos. Inventário e o novo CPC: mais do mesmo?. *Jota*. 12 dez. 2016. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/novo-cpc/inventario-e-o-novo-cpc-mais-mesmo-12122016>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵⁵² PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das sucessões e tutela de evidência no novo CPC. *Consultor Jurídico*. 10 abr. 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-abr-10/processo-familiar-direito-sucessoes-tutela-evidencia-cpc>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵⁵³ NEVARES, Ana Luiza. *Entrevista na matéria “Tutela de evidência é o destaque do CPC15 em Direito das Sucessões*. [mar. 2016]. Entrevistador: IBDFAM. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://ibdfam.org.br/noticias/5922/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

A decisão sobre a natureza jurídica, dentre outros fatores, dependerá de como se lê os excertos “exercício dos direitos de usar e fruir” e “com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro”.

O primeiro trecho demonstra que não há a concretização da tutela jurisdicional. O que se busca com a partilha é a individualização dos bens, cessando o condomínio obrigatório entre os herdeiros e adquirindo, cada qual, a propriedade do patrimônio que integrar sua respectiva cota parte. Conclui-se, portanto, que, deferido o pedido do parágrafo único, não se chega ao provimento jurisdicional, mas seus efeitos são antecipados. Para que se alcançasse completamente, seria preciso conceder poder de disposição ao beneficiado⁵⁵⁴, o que expressamente não foi a intenção de legislador.

O dispositivo em comento antecipa tão somente os efeitos da decisão final, ou seja, o herdeiro/legatário passa a exercer o usufruto sobre o bem, mas não adquire sua propriedade⁵⁵⁵. Tal dado é confirmado pelo proponente do dispositivo, Luciano Vianna Araújo, que através do IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, enviou artigo e justificativa, que acabaram por ser aprovados. A exposição de motivos foi:

Não seria o caso de se pensar (e positivar expressamente) numa "antecipação dos efeitos da tutela" no inventário? Explico melhor. Por diversas vezes, um dos herdeiros exerce sozinho a posse sobre determinado bem do espólio, o que acarreta diversas discussões a respeito da responsabilidade pelo pagamento dos encargos (tributos, taxas condominiais etc.) e do direito aos frutos (aluguéis). Poder-se-ia atribuir, por uma decisão interlocutória, a posse de certo bem ao herdeiro com o direito de usá-lo e fruí-lo, com a previsão expressa de que, ao término do inventário, tal bem seja partilhado *necessariamente* àquele herdeiro⁵⁵⁶.

Nesse ínterim, as decisões de São Paulo e do Rio Grande do Sul destacam como fator de inviabilidade do deferimento a eficácia definitiva que reveste a tutela, de modo que ela só poderia ser deferida se houvesse consenso (ponto discutido adiante). Tal argumento não conflita com o posicionamento aqui defendido, pois observando a lição de Marcato, a definitividade diz respeito às consequências que o beneficiado deverá assumir após o

⁵⁵⁴ Art. 1.228, CC/02. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

⁵⁵⁵ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 1058.

⁵⁵⁶ ARAÚJO, Luciano Vianna. Antecipação dos efeitos da no Inventário: uma novidade do novo código De processo civil (art. 647, parágrafo único, do CPC). In: CIANCI, Mirna; DELFINO, Lúcio; DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da.; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; REDONDO, Bruno Garcia. *Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016, p.315.

deferimento, ou seja, arcar com os ônus e bônus do exercício (p. ex., reter o valor de eventual aluguel e realizar pagamento de IPTU). Nada diz quanto à irrevogabilidade de tal decisão ao final do processo⁵⁵⁷.

A segunda expressão (“com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro”), por sua vez, traz dúvida quanto à probabilidade e à cognição sumária da tutela provisória *versus* a certeza do julgamento imediato.

Na tutela de evidência há dispensa de cognição mais aprofundada diante da alta probabilidade ou “quase certeza” do direito, e, apesar de nada dizer o art. 311⁵⁵⁸, seguiria a regra geral de revogação e modificação do art. 296^{559 560}.

Caso se considere que o deferimento do art. 647, parágrafo único só ocorrerá caso haja certeza de que o bem de fato integrará a cota do beneficiado, poder-se-ia, pois, falar em julgamento antecipado parcial do mérito. Isso porque, ao contrário da probabilidade que, mesmo na evidência, existe na tutela provisória, estar-se-ia frente a uma exigência de certeza. Contudo, não é o que se entende como regra nesse trabalho.

Caso, de fato, exista essa certeza no caso concreto, poderá o juiz deferir o pedido julgando parcial e antecipadamente o mérito (art. 356, CPC/15)⁵⁶¹. Todavia, a certeza não deve ser

⁵⁵⁷ “Antes mesmo de formalizada a partilha, poderá o juiz, com apoio no parágrafo único do art. 647, desde logo deferir a qualquer dos herdeiros o exercício imediato do direito de uso e fruição de determinado bem integrante da herança líquida. A correspondente decisão, devidamente fundamentada (como de resto devem ser todas as decisões judiciais), apesar de antecipatória tem eficácia definitiva, pois o efetivo exercício do direito pelo herdeiro beneficiado acarretará necessariamente a inclusão do bem em seu quinhão hereditário, assumindo ele ainda, a partir de então, todos os ônus e bônus resultantes do exercício” – citação de Marcato na decisão do TJSP e TJRS, que referenciam da seguinte forma: MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*, 16ª ed., São Paulo: Atlas, 2016, n. 143.1, p. 198.

⁵⁵⁸ Art. 311, CPC/15. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

⁵⁵⁹ Art. 296, CPC/15. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

⁵⁶⁰ YARSHELL, Flávio Luiz. A tutela provisória (cautelar e antecipada) no novo CPC: grandes mudanças? (II). *Carta Forense*, ago 2015. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/a-tutela-provisoria-cautelar-e-antecipada-no-novo-cpc--grandes-mudancas-ii/15645>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

vista como um requisito para a concessão, como fez a maioria das decisões retromencionadas. Afinal, para que houvesse certeza de que aquele bem integra a cota do beneficiado, o plano de partilha deveria ter sido aprovado por todos os envolvidos ou estaria o juiz julgando conforme o *caput* do 647, substituindo a vontade das partes. Também não prospera o argumento de que poderia haver certeza em relação a alguns bens e a outros não, visto que, diante disso, poderiam resolver a partilha sobre os que acordam, deixando os bens litigiosos para sobrepartilha (art. 669, III, CPC/15⁵⁶²).

Interpretando-se dessa forma, o parágrafo único perderia a importância que a doutrina vem retratando que ele tem, e tampouco se alcançaria a celeridade, eficiência e resolução de problemas que se espera do CPC/15. Logo, propõe-se que a frase “com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro” deve ser lida não como um requisito, mas como uma consequência. Ou seja, não significa que para ser concedido se deve saber que o bem será do beneficiado, mas que há grande possibilidade de que assim seja e, sendo deferido o pedido, a destinação do bem à cota do beneficiado é um ônus necessariamente atribuído a ele, que buscará adequar o bem à sua cota, podendo, no futuro, ainda ser compensado (caso lhe falte) ou ter que compensar os demais (caso exceda).

Lembra Moreira⁵⁶³ que a partilha deve ser orientada não pela igualdade de partes entre os quinhões, mas pelas circunstâncias e utilização dos bens por cada herdeiro. No entendimento do autor, a lei confirma a efetividade do princípio da maior igualdade possível, sob a perspectiva de que igualdade deve levar em consideração o previsto no art. 648, ou seja, não só igualdade quanto ao valor/natureza/qualidade, mas também prevenção de litígios futuros e máxima comodidade.

Corroborando tal ideia, está o pensamento de Cunha⁵⁶⁴, que explica: “Esses provimentos [de cognição sumária] não se tornam imutáveis, porque não recebem a eficácia da coisa julgada,

⁵⁶¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 489.

⁵⁶² Art. 669, CPC/15. São sujeitos à sobrepartilha os bens: I - sonegados; II - da herança descobertos após a partilha; III - litigiosos, assim como os de liquidação difícil ou morosa; IV - situados em lugar remoto da sede do juízo onde se processa o inventário. Parágrafo único. Os bens mencionados nos incisos III e IV serão reservados à sobrepartilha sob a guarda e a administração do mesmo ou de diverso inventariante, a consentimento da maioria dos herdeiros.

⁵⁶³ MOREIRA, Pedro Alexandre. In: STRECK, Lenio Luiz; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2016, *cit.*, p. 880.

⁵⁶⁴ CUNHA, Alcidez A. Munhoz da. Antecipação e antecipações. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005, p. 240.

mas em contrapartida não estão sujeitos à variabilidade inerente aos provimentos de urgência, tanto que a presunção de certeza os torna estáveis enquanto não houver pronunciamento em contrário em cognição exauriente”.

Ainda no que diz respeito ao consenso como requisito, registre-se que não é por não considerá-lo como tal que se permitiria o deferimento do pedido sem a manifestação das partes. Em obediência ao princípio do efetivo contraditório (art. 7º, CPC/15⁵⁶⁵)⁵⁶⁶, para a análise do usufruto antecipado de bens, deve ser concedida a todos oportunidade para se manifestar quanto ao pedido, no prazo de cinco dias, conforme art. 218, § 3º⁵⁶⁷, até mesmo em respeito ao art. 9º⁵⁶⁸, que limitou as decisões *inaudita altera pars* a situações que não abarcam a presente hipótese.

Zavascki, citado por Carneiro⁵⁶⁹, comentando o antigo art. 273, § 6º, lembra que não basta qualquer impugnação por parte do réu para impedir a incidência do dispositivo, a contrariedade precisa estar revestida de um mínimo de seriedade e de razoabilidade. Assim, seriam requisitos para o referido parágrafo: a) não impugnação séria; b) verossímil; c) atendimento não subordinado a qualquer questão prejudicial.

Marinoni, Arenhart e Mitidiero⁵⁷⁰ complementam a ideia: afirmam que a jurisdição deve ser considerada sob a perspectiva de que a tutela jurisdicional efetiva é um direito fundamental. Exemplificam a frase com um exemplo: ao invocar o art. 300, § 3º do CPC/15 para não deferir um pedido antecipatório, o prejuízo trazido ao autor deve ser menor que o provável prejuízo do réu, não havendo dúvidas que, caso contrário, estar-se-ia violando o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.

⁵⁶⁵ Art. 7º, CPC/15. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

⁵⁶⁶ Segundo Câmara (CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 174-175), “a possibilidade de concessão de decisões concessivas de tutela de evidência sem prévio contraditório é absolutamente excepcional”, tendo em vista que o contraditório é uma exigência do Estado democrático de Direito, e só pode ser afastado se for condição de garantia de algum direito fundamental.

⁵⁶⁷ Art. 218, CPC/15. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. (...) § 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

⁵⁶⁸ Art. 9º, CPC/15. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência; II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III; III - à decisão prevista no art. 701.

⁵⁶⁹ ZAVASCKI, Teori *apud* CARNEIRO, Athos Gusmão. *Da antecipação de tutela*. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 64.

⁵⁷⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. 2017, *cit.*, p. 135.

5.2 CONTRIBUIÇÕES INDIRETAS DO CPC/15 PARA O INVENTÁRIO JUDICIAL

Após observar algumas soluções extraídas do Capítulo VI, serão pinçadas do CPC/15 de uma forma geral ideias que possam fazer frente aos principais problemas encontrados na pesquisa, buscando-se uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, com duração razoável e eficiente. O presente tópico guarda especial relação com o que foi exposto no subtópico 4.2, ao qual se remete a leitura para uma melhor compreensão sem que se incorra em desnecessária repetição, deixando registrado que os dispositivos abaixo mencionados foram selecionados consoante os critérios lá estabelecidos⁵⁷¹.

5.2.1 Em relação à falta de estrutura do Poder Judiciário

Relembrando, a falta de estrutura do Poder Judiciário foi apontada por 75,86% dos entrevistados como um grave problema.

Ao falar do assunto, registre-se a importância de otimizar o trabalho das serventias judiciárias. Segundo o art. 152, VI do CPC/15⁵⁷², o escrivão deve praticar de ofício atos meramente ordinatórios. O art. 203, §4º, vem em complemento, trazendo exemplos: “Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”.

Tal medida auxilia na diminuição do tempo que o processo leva para entrar na lista da conclusão ao gabinete, ser direcionado, ser apreciado e voltar ao cartório para a final realização dos atos que são puramente burocráticos. O parágrafo 1º do art. 152⁵⁷³ especifica que serão editados atos pelos juízes para regulamentar essa questão. Contudo, não é prática comum dos cartórios essa realização que auxiliaria os inventários judiciais no que diz respeito à duração razoável e à eficiência, ficando registrada a sugestão de providência. Segundo

⁵⁷¹ Por exemplo, embora se reconheça a importância processual dos arts. 303-304, CPC/15 acerca da tutela antecipada em caráter antecedente, entende-se que a disposição não se amolda ao procedimento especial de inventário e partilha, de forma que não se cogita sua aplicação como forma de conferir qualquer atributo a tal tutela.

⁵⁷² Art. 152, CPC/15. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: [...] VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios.

⁵⁷³ Art. 152, § 1º, CPC/15. O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

Cunha⁵⁷⁴, através do repasse de atividades puramente burocráticas para a secretaria judiciária, livra-se o juiz, aliviando-o do expediente mecânico de alguns atos.

Em atos desse tipo poderiam também ser regulamentados outras questões visando à eficiência do procedimento, tal como apenas pedir às partes para atualizar os valores requeridos imediatamente antes da expedição do formal de partilha ou do termo de adjudicação. Isso porque muitas vezes a determinação de atualização é feita e, ao voltar ao cartório, constata-se algum equívoco formal para correção, sendo necessário o retorno às partes ou ao juiz para correção. Enquanto isso, o valor se encontra novamente desatualizado e o processo entrará na mesma fila que já frequentou para realizar o mesmo procedimento. É necessário, portanto, cuidados nas atualizações e esquematização dos procedimentos dentro das serventias, tornando a análise mais especializada e segura.

Também importam ao procedimento de inventário judicial o art. 322, § 2º, o qual estabelece que na interpretação do pedido, deverá ser considerado o conjunto postulatório e a boa fé, o que adianta o processo no sentido de buscar a real vontade das partes, tornando a decisão proferida mais efetiva e sem margem para recursos, que também acabam por aumentar o tempo de tramitação processual.

Segundo Costa⁵⁷⁵, o parágrafo é deveras importante porque altera a antiga regra de interpretação restritiva do pedido, que passa a ser sistemática. Com base nisso, outra sugestão que se faz é que certas omissões identificadas pelas serventias sejam supridas através da análise documental, do que circunda o pedido realizado. Assim, evita-se a perda de tempo com intimações que na maioria das varas consultadas levariam no mínimo 03 (três) meses para a concretização.

Outra medida de caráter semelhante seria a calendarização processual, prevista no art. 191 do CPC/15⁵⁷⁶. Consoante Cunha⁵⁷⁷, este é o instrumento viável para que as partes e o juiz de

⁵⁷⁴ CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Comentário ao art. 203. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 349.

⁵⁷⁵ COSTA, Susana Henriques da Costa. Comentários aos arts. 318-332. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 503. [p. 503-530].

⁵⁷⁶ Art. 191, CPC/15. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. § 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados. § 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

comum acordo fixem “datas para realização dos atos processuais, que ficam todos agendados”, propiciando velocidade e estimativa de prazo em relação à conclusão do processo.

Através dessa medida, extingue-se o tempo que o processo aguarda para entrar na fila para publicação em diário, fazendo com que as partes ganhem uma considerável agilidade, que vale a pena apesar da maior responsabilidade na gestão dos prazos estabelecidos por conta própria, que prescindirão de novo aviso. Para alcançar maior efetividade, interessante é que tal providência fosse buscada no momento de organização e saneamento do processo, outra sugestão que se faz para utilização no inventário judicial, como se verá adiante.

5.2.2 Em relação à questão financeira das partes

A questão financeira das partes é o segundo maior problema apontado na pesquisa, com 66,67%. Nas linhas anteriores já se descreveu o forte impacto que o tempo tem sobre processos como esse, em que se discute a divisão de patrimônio, o qual pode ir perdendo valor no decorrer dos anos, agravando ainda mais situação financeira que já pode não ser a melhor.

Uma das primeiras preocupações de quem ajuíza o inventário são as custas judiciais. Já sendo conhecidos os bens integrantes, o valor da causa deve corresponder a todo o patrimônio (não excluía eventual meação – REsp 459852/SP, DJ 26/08/2003 – ou dívidas). Embora certas vezes o patrimônio seja financeiramente robusto em termos de venda, ele não necessariamente gera renda ao espólio, de modo que este nem sempre é capaz de arcar com as custas, razão pela qual poderá requerer a gratuidade da justiça (art. 98, CPC/15⁵⁷⁸), se for o caso.

Vale dizer que a gratuidade engloba inclusive emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o

⁵⁷⁷ CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Comentário ao art. 191. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 330.

⁵⁷⁸ Art. 98, CPC/15. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

benefício tenha sido concedido (art. 98, § 1º, IX, CPC/15), medida eficiente vez que garante a efetivação do direito ao beneficiário por completo.

Voltando às custas iniciais, ainda que não faça jus ao benefício, privilegiando a solução do mérito, na prática, os magistrados facultam ao espólio o pagamento das custas ao final, no lugar de cancelar a distribuição pela ausência de pagamento⁵⁷⁹. Evoluiu o CPC/15 no sentido de viabilizar a concessão do benefício para o processo integral ou para determinados atos processuais, bem como reduzir percentual das despesas a serem adiantadas (§ 5º) e até mesmo parcelá-las (§ 6º), atitudes muito mais benéficas do que a privação da tutela jurisdicional a quem não poder arcar ou a isenção a quem, de alguma forma, consegue pagá-las.

Inclusive, a fim de capitalizar, é possível que os herdeiros optem por locar parte do patrimônio justamente para adimplir os débitos já existentes e que se formarem no curso do processo, medida que sequer precisa de autorização judicial, como é o caso da alienação (art. 619, CPC/15).

5.2.3 Em relação à má compreensão/aplicação das leis

A pesquisa feita apontou que 53,33% atribui a má compreensão/aplicação das leis como um fator de grande dificuldade. Nesse sentido, medidas que propiciem o esclarecimento de questões (como foi feito no bojo do Capítulo VI), o diálogo entre os envolvidos e a proteção no que tange a ruídos na comunicação ou entendimento legal são benéficos.

⁵⁷⁹ Nesse sentido: 64931467 - AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE ACOLHEU O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA FORMULADO POR UM DOS HERDEIROS, REVOGOU O BENEFÍCIO ANTERIORMENTE CONCEDIDO AO ESPÓLIO E DETERMINOU QUE A INVENTARIANTE RECOLHESSSE AS CUSTAS INICIAIS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INCONFORMISMO DA PARTE AUTORA. OBRIGAÇÃO QUE INCUMBE AO ESPÓLIO, NÃO AOS HERDEIROS E À INVENTARIANTE. ACERVO PATRIMONIAL AVALIADO EM VALOR SUFICIENTE PARA ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO VERIFICADA. BENEFÍCIO DEVIDAMENTE REVOGADO. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ MOMENTÂNEA. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS AO FINAL DO PROCESSO. PRECEDENTES. DECISÃO REFORMADA NO PONTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Em procedimento de inventário judicial, cujo processamento é revestido de interesse público, mostra-se descabida a extinção prematura do processo, sem exame do mérito, por ausência de recolhimento das custas processuais. A obrigação de arcar com as despesas processuais do inventário judicial, como se sabe, cabe ao espólio, e não aos herdeiros ou ao inventariante pessoalmente. Não havendo disponibilidade imediata de recurso para o pagamento das custas iniciais, é possível permitir o seu recolhimento ao final do processo, antes da partilha, quando do pagamento das dívidas do espólio. Tal forma de proceder, além de não causar qualquer tipo de prejuízo, propicia às partes o tão almejado acesso à Justiça". (Apelação Cível n. 0304868-78.2015.8.24.0033, Rel. Des. Marcus Túlio Sartorato, j. 26-7-2016). (TJSC; AI 4015230-78.2017.8.24.0000; Biguaçu; Sexta Câmara de Direito Civil; Rel. Des. Stanley Braga; DJSC 19/03/2018; Pag. 164)

É salutar, por exemplo, o esclarecimento e previsão expressa em relação a prazos. Informação de grande relevância é o fato de, diante da restrição de interposição do agravo de instrumento em rol do art. 1.015, CPC/15, o texto legal ter garantido o referido recurso como forma de manifestar insatisfação quanto às decisões interlocutórias do inventário⁵⁸⁰.

O art. 224⁵⁸¹ representa uma possibilidade constante e cada vez mais aceita na atual codificação: através da expressão “salvo disposição”, o artigo demonstra abertura em relação à negociação de prazos, tal como já é inferido do art. 190, que versa sobre os negócios jurídicos processuais.

Combinado com tal disposição, Calmon⁵⁸² propõe que o art. 139, VI não especifica necessariamente a dilação de prazo, mas também a mudança do seu termo. Por exemplo, em vez de alterar o prazo da contestação para número diverso dos regulares 15 dias, seria possível em vez de começar imediatamente após a audiência de conciliação/mediação, dilatar o início da contagem do prazo, conferindo às partes maior tempo para conversarem e chegarem à autocomposição de forma tranquila, sem pressões externas e processuais.

Ademais, como mencionado acima, destaque-se a valorização que o CPC/15 dá ao efetivo contraditório e a vedação a decisões surpresas – arts. 9º e 10º, CPC/15⁵⁸³. Cunha⁵⁸⁴ esclarece que “além das garantias de ciência e de manifestação, o contraditório também consiste no direito de influência e dever colaborativo”, influenciando o convencimento do juiz, reconhecendo que “faticamente, o ambiente processual é permeado por comportamentos não cooperativos de todos os sujeitos processuais, uma vez que os mesmos não percebem os

⁵⁸⁰ Art. 1.015. Parágrafo único, CPC/15. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

⁵⁸¹ Art. 224, CPC/15. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

⁵⁸² CALMON, Rafael. *Direito das famílias e processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 32.

⁵⁸³ Art. 9º, CPC/15. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência; II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III; III - à decisão prevista no art. 701.

Art. 10, CPC/15. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

⁵⁸⁴ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Comentários aos arts. 9º-10. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2016, cit., p. 51.

ganhos que tal debate (quando bem realizado) produz para a diminuição do tempo final do processo e para uma aplicação mais efetiva do direito”⁵⁸⁵.

Num contexto em que se critica que as leis não são compreendidas, nem aplicadas de forma correta, a disposição tem especial relevância, pois oferece às partes – e ao próprio magistrado – oportunidade de esclarecimento e entendimento, sem gerar danos desnecessários. Aduz-se como exemplo a seguinte decisão proferida pelo TJES, reformando a extinção processual pela inadequação da via eleita:

49723523 - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALVARÁ. EXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DECISÃO-SURPRESA. VERIFICAÇÃO DE PREJUÍZO. SENTENÇA ANULADA. 1. A ação de alvará, prevista na Lei nº 6.858/80 c/c os arts. 666 e 725, VII do CPC/15, é inadequada para as situações em que o de cujus deixou outros bens a inventariar além dos valores depositados em conta-corrente. 2. Uma das diretrizes fundamentais do sistema instituído pelo Novo Código de Processo Civil se refere à impossibilidade de que, de ordinário, sejam proferidas decisões contra as partes sem que, antes, tenham tido elas oportunidade de se manifestar a respeito. Trata-se da chamada vedação à decisão-surpresa, corolário do princípio do contraditório, expressamente consagrada nos arts. 9º e 10 do CPC/15. 3. Tais postulados não podem ser levados ao extremo de entender que, em toda e qualquer situação em que a extinção do processo ocorrer sem a prévia oitiva da parte, deve ser pronunciada a nulidade e determinado o retorno do processo ao juízo de origem. Como toda e qualquer regra processual, o descumprimento do disposto nos arts. 9º e 10 deve ser analisado sob a ótica do princípio da instrumentalidade das formas, segundo o qual, ausente o prejuízo, não há razão para a decretação da nulidade. 4. Constatado que a prolação de decisão-surpresa causou prejuízo ao autor, que poderia ter requerido a conversão da ação de alvará em inventário judicial, a decretação da nulidade é medida que se impõe. 5. Recurso provido. Sentença anulada. (TJES; Apl 0010159-88.2015.8.08.0030; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Telemaco Antunes de Abreu Filho; Julg. 09/05/2017; DJES 19/05/2017)

Vê-se que no caso acima a parte ajuizou uma ação de alvará que não se mostrava a via correta para o alcance de sua pretensão e o processo foi extinto sem que houvesse oportunidade para se manifestar e requerer a conversão de alvará para inventário judicial. A decisão do Tribunal demonstra consonância com o espírito da atual legislação processual, privilegiando não só o contraditório, como a primazia do julgamento do mérito, com a consciência de que o objetivo não é eliminar processos, mas de fato prover a tutela pretendida pelo jurisdicionado, ainda que seja preciso readequar a postulação.

Ligado a isso, apresenta-se a incorporação do saneamento e organização do processo no inventário judicial. Para Mazzei⁵⁸⁶, apesar de o CPC/15 possuir uma cláusula de ampla

⁵⁸⁵ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Comentários aos arts. 9º-10. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2016, cit., p. 53.

sanabilidade, que permite o saneamento em qualquer momento, o art. 357 foi responsável por fixar um marco topológico para que a organização e o saneamento necessariamente ocorressem, o qual se dá após a contestação. Nessa ocasião, serão corrigidas eventuais questões que ficaram pendentes até esse momento processual.

Como foi visto durante a pesquisa, os magistrados afirmam já adotarem despachos completos, minimizando as chances de os processos retornarem repetidas vezes ao gabinete. Para isso, o primeiro despacho processual já prevê as mais diversas condutas possíveis e a determinação de cumprimento pelas partes e pelo cartório de acordo com cada uma delas. Tal medida, contudo, não surte os efeitos esperados, ao que os juízes creditam responsabilidade dos advogados e defensores que não entendem os comandos e agem de forma diversa ao que dispõe o despacho e, segundo eles, a própria lei. Já tais profissionais reconhecem como problema a falta de entendimento dos julgadores em relação às especificidades da causa. Decidir de quem é a culpa nessa situação seria tarefa extremamente difícil e que não traria grande proveito ao presente trabalho. Contudo, trazer ao inventário judicial uma importante ferramenta prevista no art. 357 e seguintes é de grande contribuição.

Essa ideia está atrelada à concepção de um modelo cooperativo de processo, com valorização efetiva do contraditório no processo, sendo necessário, portanto, utilizar algumas linhas a respeito disso. Para Fazzalari⁵⁸⁷, autor da célebre frase “o processo é o procedimento em contraditório”, a existência de contraditório pressupõe: i) o juiz dar conhecimento de sua atividade aos interessados⁵⁸⁸ no ato final que será por ele praticado; ii) a participação dos destinatários dos efeitos do ato final em sua fase preparatória; iii) os interessados estarem em situação de simétrica paridade, escolhendo, reagindo e controlando e, ao mesmo tempo, sofrendo os controles e reações dos outros.

A adoção do formalismo valorativo de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira deixa clara “a recuperação do valor essencial do diálogo judicial na formação do juízo, que há de frutificar

⁵⁸⁶ MAZZEI, Rodrigo. Organização e saneamento do processo. In: Encontro Regional da Advocacia em Linhares/ES. 26 out. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p2A22dcAgBI>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵⁸⁷ FAZZALARI, *Instituições de direito processual*. 2006, cit., p. 94 e p. 119.

⁵⁸⁸ “A própria essência do contraditório exige que dele participem ao menos dois sujeitos, um ‘interessado’ e um ‘contra-interessado’, sobre um dos quais o ato final é destinado a desenvolver efeitos favoráveis e, sobre o outro, efeitos prejudiciais” (FAZZALARI, *Instituições de direito processual*. 2006, cit., p. 122).

pela cooperação das partes com o órgão judicial e deste com as partes”⁵⁸⁹. Como se vê, a valorização do contraditório e da cooperação de fato foi abraçada pelo CPC/15, a exemplo dos artigos 6º, 7º, 9º e 10º⁵⁹⁰. Não haveria outra alternativa após a constitucionalização e a democratização do processo civil, a adoção do contraditório como valor fonte do processo constitucional e da teoria circular dos planos, assumindo que o direito material e o direito processual servem um ao outro⁵⁹¹.

Para Oliveira⁵⁹², a cooperação exige um juiz ativo e leal e fortalecimento dos poderes das partes, com uma “participação mais ativa e leal no processo de formação da decisão, em consonância com uma visão não autoritária do papel do juiz e mais contemporânea quanto à divisão do trabalho entre o órgão judicial e as partes”.

A base constitucional da colaboração é extraída do próprio direito fundamental de participação, pois todos os envolvidos no processo (partes, juiz, serventuários etc) têm seu envolvimento condicionado do início ao fim com a boa fé e a lealdade⁵⁹³, que já eram exigidas pelo art. 14, II do CPC/73⁵⁹⁴. E demais disso, representa ainda a atuação conjunta, a divisão de tarefas entre os sujeitos do processo, como se verá melhor adiante.

Há muito a doutrina brasileira defende que contraditório não significa a mera garantia formal de bilateralidade da audiência (ser informado-poder reagir à informação), mas que as manifestações sejam verdadeiramente consideradas no desenvolvimento do processo e na

⁵⁸⁹ OLIVEIRA. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. 2007, *cit.*, p. 135.

⁵⁹⁰ Art. 6º, CPC/15. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Art. 7º, CPC/15. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Art. 9º, CPC/15. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência; II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III; III - à decisão prevista no art. 701.

Art. 10, CPC/15. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

⁵⁹¹ ZANETI JR., Hermes. *A constitucionalização do processo: a virada do paradigma racional e político no processo civil brasileiro do Estado Democrático Constitucional*. 407 fls. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 95.

⁵⁹² OLIVEIRA. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. 2007, *cit.*, p. 135-136.

⁵⁹³ OLIVEIRA. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. 2007, *cit.*, p. 136.

⁵⁹⁴ Art. 14, CPC/73 (revogado). São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: [...] II - proceder com lealdade e boa-fé;

formação de uma decisão racional, “com inexistentes ou reduzidas possibilidades de surpresa”⁵⁹⁵.

É um avanço em relação ao clássico e importante conceito de Fazzalari, vez que, como dito anteriormente, este autor vislumbrava a ação e reação entre as partes, enquanto agora se inclui o juiz nesse contexto, devendo ser proporcionada aos jurisdicionados a possibilidade de realmente serem ouvidos, de que essa relação entre eles influencie a decisão judicial.

Em 2007, Dierle Nunes⁵⁹⁶ criticava a inclusão do art. 285-A no CPC/73⁵⁹⁷, sem que houvesse a oportunização de debate prévio, em clara ofensa ao contraditório, dizendo tratar-se de “negligência ao papel dialógico e problematizante do processo”.

Comparando o referido dispositivo com o art. 334 do CPC/15⁵⁹⁸, observa-se que, enquanto o critério anterior era subjetivo, relativo ao que cada juiz decidia, o sistema de hoje está mais ligado à racionalidade, havendo menção ao art. 332, que, por sua vez, está relacionado com o art. 926, sendo, portanto, um critério objetivo, que oferece maior segurança às partes.

Ou seja, infere-se que o CPC/15 privilegia a necessidade de manifestação das partes, e, mesmo quando houver sido olvidado, por análise teleológica e sistemática do Código, a

⁵⁹⁵ NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 152.

⁵⁹⁶ NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 164.

⁵⁹⁷ Art. 285-A, CPC/73 (revogado). Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

⁵⁹⁸ Art. 334, CPC/15. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Art. 332, CPC/15. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local. § 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição. § 2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241. § 3º Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias. § 4º Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

possibilidade de ressoar os fundamentos⁵⁹⁹ de sua opinião no provimento jurisdicional deverá ser concedida às partes⁶⁰⁰.

Vale ainda dizer que “A participação através do procedimento está intimamente ligada à ideia de democracia participativa”⁶⁰¹, já incentivada pela Constituição Federal em diversos dispositivos, a exemplo dos arts. 10 e 216, § 1º⁶⁰², além da ação popular e do procedimento da ação coletiva, também reforçado no CPC/15.

Como foi visto, Fazzalari focava na importância do contraditório (ainda que numa concepção diferente da que se tem hoje) e dizia que o contraditório existe e se desenvolve ainda que não advenha a medida jurisdicional. No mesmo sentido estão Gilberto Porto e Daniel Ustarroz⁶⁰³, segundo os quais é a partir do contraditório “que o cidadão encontra meios de participação no exercício do poder, legitimando, assim, a atuação do Estado.”

Nunes⁶⁰⁴ afirma que o esvaziamento e a redução do papel do contraditório no Brasil ocorriam não por uma má estruturação técnica dos procedimentos legislados, mas por uma “análise inadequada, que despreza as balizas procedimentais estabelecidas em nosso modelo constitucional de processo”. Justamente por esse apego a valores constitucionais, Dierle Nunes⁶⁰⁵ propõe um avanço ao conceito clássico de processo por Fazzalari, dizendo que daquela época até hoje se percebeu que “a estruturação de um processo necessita da implementação de um conjunto de garantias processuais constitucionais dinâmicas, modelo

⁵⁹⁹ Não os argumentos. Estes, apesar de formarem a construção do pedido da parte, não necessariamente devem ser apreciados pelo julgador.

⁶⁰⁰ A possibilidade de deferimento de provimentos sem prévia oitiva da parte contrária deverá ser acatado somente quando outro princípio constitucional sofra risco de violação, prevalecendo sobre o contraditório. (NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. 2007, *cit.*, p. 166).

⁶⁰¹ MARINONI, Luiz Guilherme. Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional. 2007, *cit.*, p. 552.

⁶⁰² Art. 10, CRFB/88. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Art. 216, CRFB/88. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

⁶⁰³ JOBIM, Marco Félix. *Teoria, história e processo*. 2016, *cit.*, p. 136-137.

⁶⁰⁴ NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. 2007, *cit.*, p. 164.

⁶⁰⁵ NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. 2007, *cit.*, p. 152.

constitucional de processo, onde o contraditório constitui uma importante, mas não única garantia”.

Com apoio em Habermas, Nunes⁶⁰⁶ realiza uma releitura da teoria do processo e vislumbra um processo estruturado

em perspectiva participativa e policêntrica, ancorado nos princípios processuais constitucionais, impõe um espaço público no qual se apresentam as condições comunicativas para que todos os envolvidos, assumindo a responsabilidade de seu papel, participem na formação de provimentos legítimos que permitirá a classificação discursiva das questões fáticas e jurídicas.

Desse modo, fala-se de um novo processo, em que os sujeitos processuais, sobretudo partes e juiz, estão conscientes de seu papel e, em conjunto, todos trabalham para o alcance da tutela jurisdicional justa e efetiva. Essa visão torna mais fácil o entendimento da cooperação mencionada no art. 6º do CPC/15⁶⁰⁷, que traz consigo uma carga semântica de fraternidade, mas que deve ser compreendida justamente como divisão de tarefas e participação de todos. Sem centro único seja nas partes ou no juiz, mas policêntrico e participativo, cumprindo o modelo constitucional do processo.

Isso se deve pela própria evolução do conceito de contraditório desde Fazzalari. O contraditório que antes era reduzido à ideia (importante à época) de bilateralidade de audiência com garantia de paridade de armas, converteu-se na Alemanha pós-guerra para implicar também um dever-ônus para o juiz⁶⁰⁸, representando real influência no resultado.

Ademais, Marinoni⁶⁰⁹ critica a teoria de Fazzalari em razão de aquele, para considerar como legítima a jurisdição, exige tão somente a existência de contraditório, enquanto o autor brasileiro afirma que esse pressuposto é insuficiente, devendo ser conjugado com a adequação do procedimento ao direito material, o que também é amplamente possibilitado pelo CPC/15, como visto.

⁶⁰⁶ NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. 2007, *cit.*, p. 174.

⁶⁰⁷ Art. 6º, CPC/15. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

⁶⁰⁸ NUNES, Dierle José Coelho. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. 2007, *cit.*, p. 162.

⁶⁰⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional. 2007, *cit.*, p. 561.

Nesse contexto é que tem lugar o art. 357 do CPC/15⁶¹⁰, que já vinha sendo trabalhado na doutrina, a exemplo de Paulo Hoffman⁶¹¹, o qual destaca o saneamento compartilhado como “indispensável para o processo constitucional em que as partes entre si – e o juiz em relação a elas – dirão de que forma devem provar os fatos controvertidos e o juiz, com absoluta clareza, [...] informará o que, na sua opinião, ainda precisa ser provado”.

No caso do inventário judicial, como foi visto aqui, há muitas nuances que devem ser trabalhadas. São diversas as normas de direito material que têm grande influência no processo, definindo quem deve constar ou não como legitimado, delimitando o objeto (se o patrimônio corresponde a meação não dividida em divórcio de fato ou se é realmente tudo herança, por exemplo) etc.

A organização e o saneamento dessa forma, portanto, traz grande ajuda, levando às partes e ao juiz clareza sobre a situação e, portanto, maior efetividade, eficiência⁶¹² e duração razoável. A audiência de saneamento em cooperação seria de grande relevância, conferindo aos envolvidos a oportunidade de rapidamente entenderem e resolverem as questões pendentes e buscar a organização do processo para o alcance de uma melhor decisão.

⁶¹⁰ Art. 357, CPC/15. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo: I - resolver as questões processuais pendentes, se houver; II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos; III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373; IV - delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito; V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento. § 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável. § 2º As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz. § 3º Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações. § 4º Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas. § 5º Na hipótese do § 3º, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas. § 6º O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato. § 7º O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados. § 8º Caso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto no art. 465 e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização. § 9º As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.

⁶¹¹ HOFFMAN, Paulo. *Saneamento compartilhado*. São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 78.

⁶¹² “O estado cooperativo inaugurado no sistema processual não admite posturas beligerantes e improdutivas: o processo não é um campo de batalha. Daí que, quando (e se) a cultura jurídica pátria o colocar em prática, estarão reduzidos, mais uma vez, os custos econômicos, cronológicos e sociais inerentes à relação processual” (RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. *Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição*. 2018, *cit.*, p. 90).

Inclusive, vale dizer que é importante conjugar a ideia acima com o art. 236, § 3º do CPC/15, de modo que aqueles que residirem em comarca diversa poderão também participar da audiência de saneamento (ou qualquer outra que se fizer necessária, como a de mediação⁶¹³) através de videoconferência, em notória desburocratização do procedimento.

5.2.4 Em relação à questão emocional das partes

Como visto, ganhou destaque como um problema sério para o andamento a questão emocional das partes, com 40% de respostas. No contexto emocional, nada melhor para lidar do que os métodos adequados de composição de conflitos, que devidamente vêm recebendo cada vez mais atenção do ordenamento jurídico brasileiro, e que no CPC/15 se observa em diversos momentos.

Já de início, dentre as normas fundamentais, no art. 3º, § 3º⁶¹⁴ a legislação ressalta que a conciliação, a mediação e demais métodos serão estimulados por todos aqueles que atuam na justiça, inclusive durante o processo judicial, norma que corrobora a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Apesar de não haver previsão específica sobre eles no que tange ao inventário e partilha, como ocorreu nas ações de família, não se vê qualquer óbice para sua utilização, apesar de existir posicionamentos em contrário. Ao analisar, por exemplo, a possibilidade de utilização da mediação nos procedimentos especiais, Marcos José Porto Soares⁶¹⁵ rechaça o uso da mesma no inventário judicial, justificando que este se trata de um procedimento especial do início ao fim, não havendo espaço para uma audiência com tal objetivo. A opinião do autor⁶¹⁶

⁶¹³ Tartuce (TARTUCE, Fernanda. *Conciliação e mediação por meio eletrônico*. Canal do Youtube “Mulheres no Processo Civil Brasileiro”. 22 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=158&v=CPkh2GeEpak>. Acesso em: 02 abr. 2018) esclarece que atualmente muitas das notícias em que se visualiza a utilização de meios eletrônicos não tratam realmente de mediação/conciliação, mas uma negociação direta. Contudo, nada impede que os métodos realmente sejam utilizados uma vez que há mecanismos para isso, que permitem esse tipo de encontro virtual entre mais de duas pessoas, e também por haver um direcionamento para essa possibilidade como se vê no art. 334, § 7º, CPC.

⁶¹⁴ Art. 3º, CPC/15. Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. [...] § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

⁶¹⁵ SOARES, Marcos José Porto. A (im)possibilidade da mediação nos procedimentos especiais. *Revista de Processo*. Vol. 264, fev. 2017, p. 536.

⁶¹⁶ SOARES, Marcos José Porto. A (im)possibilidade da mediação nos procedimentos especiais. 2017, *cit.*, p. 537.

é que “A mediação só poderá ser aplicada se não retirar do procedimento especial todas as suas características e razões de existir”.

Essa ideia de procedimento especial “do início ao fim” tem relação com a exposição de Barbosa Moreira, como visto, mas não é admissível aludir às ideias do autor sem ressignificá-las ao atual momento processual, como corretamente fez Cerqueira (subtópico 4.2.2.3). A decisão de utilizar ou não os métodos no contexto do inventário deve ter em mente o atendimento à tutela jurisdicional adequada, efetiva, em tempo razoável e eficiente, devendo respeitar a ideia de efetivo contraditório e de compatibilidade. Não só da técnica ao procedimento especial, como ao caso concreto. Como “compatível” se entende a técnica que não desnature o objetivo do procedimento especial construído para o direito material.

A utilização dos métodos não pode ser vista como algo a ser rechaçado de pronto, cabendo a análise das peculiaridades existentes. Ela é medida prevista, por exemplo, no art. 565, CPC/15⁶¹⁷, que versa sobre litígio coletivo de posse de imóvel. Guardadas as devidas proporções, o inventário judicial não deixa de ser uma disputa pelo patrimônio ali existente, sendo a mediação indicada por Fernanda Tartuce⁶¹⁸, que acredita ser interessante solucionador de controvérsias: “Especialmente pela circunstância de que herdem (ao menos inicialmente) em regime de condomínio e que sejam, muitas vezes, parentes, recomenda-se um encaminhamento adequado para prevenir futuras querelas e evitar a necessária definição de controvérsias por um terceiro”.

O método é, inclusive, apontado pela autora acima como meio hábil para identificar um problema recorrentemente apontado na pesquisa de campo: a ganância. Fernanda Tartuce⁶¹⁹ alerta que muitas vezes, o que pode estar sendo interpretado como ganância ou má fé, em verdade, não passa de uma dificuldade em lidar com o luto e lidar com o tema naquele momento. Barbosa e Groeninga⁶²⁰ registram a realidade que “pode haver um deslocamento do conflito subjetivo, afetivo, para a questão patrimonial e, além do mais, esses conflitos podem ganhar uma dimensão maior”.

⁶¹⁷ Art. 565, CPC/15. No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos §§ 2º e 4º.

⁶¹⁸ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 331.

⁶¹⁹ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 2015, *cit.*, p. 332.

⁶²⁰ BARBOSA, Águeda Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares. 2005, *cit.*, p. 167.

De fato, o estímulo às soluções consensuais tendem a abreviar⁶²¹ o trâmite processual, atingindo a pacificação social pretendida. “Ora, se o objetivo final da jurisdição é atendido, com igual ou até superior qualidade (leia-se: satisfação das partes), com esforço muitíssimo menor (por vezes, sem qualquer participação estatal) não há como se negar que estamos diante de uma límpida demonstração de eficiência”⁶²². O artigo 139 é de crucial importância para a presente análise, trazendo também incisos importantes, a exemplo do inciso II, que atribui ao juiz o dever de velar pela duração razoável do processo; o V, ressaltando a importância da autocomposição e o IX, acerca da prioridade da decisão de mérito, que devem ser conjugados com as disposições constantes nos arts. 165-168, os quais abordam as figuras dos mediadores e conciliadores judiciais.

5.2.5 Em relação à burocracia

Em relação à burocracia apontada por 40,54% dos entrevistados, registre-se a importância de que cada serventia judicial conheça e busque solução para seus próprios gargalos burocráticos no que tange ao dia a dia judiciário.

Portanto, antes de mencionar dispositivos do procedimento comum que auxiliam nessa situação, registra-se o que outras pesquisas trouxeram de solução para esse problema. Uma pesquisa nesses moldes realizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁶²³ nos Juizados Especiais de São Paulo, constatou como causa de burocratização e perda de efetividade, eficiência ou qualidade, por exemplo, o ambiente desfavorável à inovação e à adaptação dos procedimentos à realidade local:

em geral a realidade dos cartórios é muito balizada por técnicas e procedimentos já estabelecidos e que não foram atualizados ao longo do tempo, além disso, muitos funcionários e juízes (mas também, promotores defensores e advogados) tem resistência quanto a implementação de novos modelos de gestão e, por vezes,

⁶²¹ Utilizar mediação e conciliação não é uma solução milagrosa. Demanda correto manuseio das técnicas, que nem sempre se reduzirão a apenas uma sessão, conforme já ressalta o art. 334, § 2º, CPC/15. Contudo, o investimento de tempo e de dedicação nesses momentos traz benefícios posteriores, reduzindo os prováveis longos anos de duração num inventário judicial.

⁶²² RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. *Revista de Processo*, vol. 275, fl. 89-117, jan. 2018, p. 90.

⁶²³ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Desburocratização dos cartórios judiciais análise dos juizados especiais do tribunal de justiça de são Paulo*: relatório de pesquisa. Brasília, 2015, p. 36. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/151216_relatorio_desburocratizacao.pdf >. Acesso em: 02 abr. 2018.

também estão circunscritos na realidade de procedimentos relativos às varas comuns e ainda não se adaptaram ao modelo mais desburocratizado dos juizados.

Tal estudo, inclusive, pode gerar uma resolução conjunta de problemas perante o TJES, no sentido de eliminar situações recorrentes que atrapalham o desenvolvimento do inventário judicial. Medida desse tipo já foi realizada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que emitiu um Manual de Procedimentos⁶²⁴⁻⁶²⁵ sobre as práticas a serem adotadas nas serventias cíveis do estado, inclusive de Sucessões. A seguir as medidas implementadas pelo TJRN que podem servir de inspiração:

MEDIDAS DESBUROCRATIZANTES

1. Eliminação dos Termos de compromisso, primeiras e últimas declarações de inventariante;
2. Nos procedimentos de inventário, a avaliação judicial passou a ser exceção, constituindo-se regra a intimação da Fazenda Pública para apresentação da estimativa do valor dos bens e co-respectivos cálculos do ITCD. Apenas em havendo discordância dos herdeiros tocante a estimativa fiscal é que se instaura a fase de avaliação judicial dos bens inventariáveis;
3. Mitigação do procedimento de incidente processual de apuração de haveres sempre que instruída as primeiras declarações com circunstanciado demonstrativo do balanço patrimonial da empresa ao tempo da abertura da sucessão;
4. Unificação dos processos de inventários distribuídos por dependência em hipóteses que admitiriam o processamento em conjunto;
5. Incidente processual de habilitação de crédito fundado em título líquido, certo e exigível nos próprios autos do processo de inventário;
6. Elaboração de esboço de partilha pela inventariante apresentado por ocasião das últimas declarações;
7. Eliminação de expedição de alvará judicial pela Secretaria, atribuindo-se a sentença força de alvará liberatório.

Apesar de parecerem atos simplórios, diminuir ou eliminar burocracias como essas oferecem um imenso ganho às serventias e aos gabinetes e, por conseqüência, aos jurisdicionados. Dessa forma, sobra-se tempo e qualidade para condutas que são imprescindíveis maior rigor e acompanhamento judicial.

⁶²⁴ PAIVA, José Dantas de; MEDEIROS, Breno Valério Fausto de; SOUZA, Elane Palmeira de. *Manual de procedimentos da infância e juventude, família e sucessões*. Natal/RN, 2010. Disponível em: <<http://ww4.tjrn.jus.br:8080/sitetj/pages/intranet/manuaisProcedimentos/manual-civeis-especiais.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁶²⁵ O TJES também possui um Manual de Práticas Cíveis, mas voltada a procedimentos internos dos cartórios basicamente: http://www.tjes.jus.br/PDF/Manual_Praticas_Cartorarias_Civeis%20TJES%202011.pdf

Também importante diante das peculiaridades da ação de inventário, como mostrada acima, a inversão do ônus da prova segundo quem possua melhor cenário para produzi-la. Como geralmente os inventários que não se resolvem em acordo são compostos por diversas pessoas, que nem sempre tinham amplo acesso aos documentos necessários, como investimentos feitos, informações quanto a empresas etc, é comum que quem consta como herdeiro nem sempre possua a prova que precisa para provar algum direito. Assim, deve ser observado o que dispõe o art. 373, § 1º e 3º⁶²⁶.

Uma medida também importante é a resignificação em relação à partilha “desigual” no acordo. O art. 648⁶²⁷, em coexistência com o art. 2.017 do Código Civil⁶²⁸, dispõe as regras que devem ser observadas na partilha, dispositivo esse que foi reavivado do CPC de 1939⁶²⁹, com a inclusão do cônjuge e do companheiro, antes alijados desse rol.

O dispositivo não deixa expresso se a regra é restrita às partilhas decididas pelo juiz ou também aplicadas às formuladas de comum acordo pelas partes (extrajudiciais ou judiciais amigáveis).

Para Silva⁶³⁰, “deve-se guardar a maior igualdade possível na partilha, mas, sendo todos os herdeiros maiores, nada impede que possam transigir, por vezes, visando à maior celeridade no término do inventário. Quando a partilha for amigável, possui a natureza jurídica de negócio jurídico obrigacional e de disposição, pois extingue a comunidade hereditária e pode criar obrigações para os figurantes da partilha”.

⁶²⁶ Art. 373, CPC/15. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. [...] § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. [...] § 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando: I - recair sobre direito indisponível da parte; II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

⁶²⁷ Art. 648, CPC/15. Na partilha, serão observadas as seguintes regras: I - a máxima igualdade possível quanto ao valor, à natureza e à qualidade dos bens; II - a prevenção de litígios futuros; III - a máxima comodidade dos coerdeiros, do cônjuge ou do companheiro, se for o caso.

⁶²⁸ Art. 2.017, CC/02. No partilhar os bens, observar-se-á, quanto ao seu valor, natureza e qualidade, a maior igualdade possível.

⁶²⁹ Art. 505, CPC/39 (revogado). Na partilha serão observadas as seguintes regras: I – a maior igualdade possível, seja quanto ao valor, seja quanto à natureza e qualidade dos bens; II – a prevenção de litígios futuros; III – a maior comodidade dos co-herdeiros.

⁶³⁰ SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1977, cit., p. 376.

Quando a partilha extrajudicial não for possível e a judicial não resultar em amigável, a decisão cabe ao juiz, o qual decidirá substituindo a decisão dos herdeiros que não conseguiram chegar a um acordo, situação em que deve agir com cautela, buscando o máximo de justiça, que é justamente a intenção depreendida dos incisos do art. 648.

Entende-se, portanto, que as regras que visam promover maior igualdade possível, prevenção de litígios futuros e maior comodidade entre os coerdeiros são imprescindíveis quando o diálogo e a composição já não tiverem permeado a relação entre eles.

Com a pré-existência desses pressupostos, o conteúdo da partilha por estes firmada vigora, independente de terem escolhido uma divisão com o máximo de igualdade, vez que o decidido de comum acordo é entendido como mais justo naquela situação. Nesse sentido, Mazzei e Tartuce⁶³¹ defendem a aplicação de tais regras de forma restrita à partilha judicial, funcionando apenas como orientação, não imposição nas partilhas extrajudiciais.

⁶³¹ MAZZEI, Rodrigo; TARTUCE, Fernanda. Inventário e partilha no Projeto de novo CPC: pontos de destaque na relação entre os direitos material e processual. 2014, *cit.*, p. 87.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar quais são os maiores entraves existentes do inventário judicial, percorrendo o caminho entre o quadro legal (salientando eventuais deficiências técnicas) e a realidade (ressaltando possíveis problemas práticos), com a intenção principal de verificar o que precisa ser repensado no inventário judicial, de acordo com a atual conjuntura processual.

Para isso, foram adotados como premissas os fatos de que: I) o inventário judicial é regulamentado por diversos dispositivos legais; II) o inventário judicial deveria ser residual e não necessariamente se direciona à partilha; III) o inventário judicial está defasado e não tem atendido às necessidades da sociedade; IV) o contexto do CPC/15 traz mecanismos para repensar o atual inventário judicial.

As pesquisas legislativa, doutrinária e jurisprudencial foram capazes de demonstrar que o Direito de Sucessões no Brasil tem raízes no direito romano, germânico e canônico, as quais são divergentes no que tange ao fulcro de proteção da norma. Essa situação transparece nas disposições legais, que ora têm caráter individualista, ora comunitário, das quais se constata ser uma área que pouco privilegia a autonomia da vontade, sendo marcada por rigidez procedimental, ao contrário do que é regra no atual Processo Civil brasileiro, que prima por uma maior liberdade.

Registrou-se também ausência de fluidez no que tange ao diálogo com outras áreas do direito civil, em especial no Direito das Famílias. Em que pese, na maioria das vezes, os envolvidos numa relação sucessória possuírem vínculos familiares, nem sempre o bom relacionamento e a boa vontade para convergir vontades é uma constante, o que pode se agravar ainda mais caso sequer existente o vínculo de família (a exemplo de concorrência entre descendentes ou ascendentes com um novo relacionamento do *de cujus*).

Foi observado que, enquanto o Direito das Famílias tem a afetividade como norte, esse parâmetro não recebe abrigo no Direito Sucessório, o que confere um tom de frieza aos artigos de lei, os quais se não forem bem conduzidos pelos profissionais envolvidos no julgamento (magistrados, representantes jurídicos das partes e promotores, se for o caso)

podem inflamar os ânimos, numa situação dosada por grande interferência emocional – ainda que a lei negue essa realidade.

Além disso, há incongruências técnicas entre as normas materiais e processuais, comuns principalmente em razão da existência de regras de feições heterotópica e bifronte, que devem ser analisadas à luz da teoria circular dos planos, reconhecendo a interdependência e a complementaridade entre os ramos material e processual, e a definição da natureza segundo o conteúdo da disposição, não ao local em que se encontra positivada.

O caráter mencionado é justificado e guarda relação com o fato de o inventário judicial se tratar de um procedimento especial. Compulsando a legislação brasileira, observa-se que nem todos os procedimentos especiais de fato fazem jus à classificação, o que não é o caso do objeto de estudo dessa pesquisa. O processo de inventário de fato tem seu *iter* pensado com o objetivo de resguardar o direito material que o fundamenta.

Das pesquisas mencionadas, entendeu-se que, apesar de o direito de herança ser um só, o patrimônio por trás dele é diferente, sobretudo no contexto de grande desequilíbrio social como o brasileiro, e o legislador partiu do pressuposto de que a regra geral estava ligada a uma herança de grande monta. Assim, foi entendido que, na prática, a especificação de tantas regras que pretendiam proteger o jurisdicionado por meio de um procedimento rígido e altamente complexo, não tem se mostrado apta para fornecer a ele uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, em duração razoável e eficiente, tal como se pretende no Estado Democrático Constitucional.

Para que tais impressões fossem aferidas na realidade forense, realizou-se pesquisa de campo com 31 (trinta e uma) pessoas, dentre juízes(as), promotores(as) de justiça, defensores(as) públicos e advogados(as) das varas especializadas da Microrregião Metropolitana do estado do Espírito Santo (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari), excluindo-se, portanto, as varas únicas de Fundão e Viana. A pesquisa foi realizada no interregno de maio a setembro de 2017, após pouco mais de 01 (um) ano, portanto, da vigência do CPC/15, sendo sua aplicabilidade levada em consideração.

Através dela foi constatado que os operadores do Direito não atribuem a falta de eficiência e a morosidade do inventário judicial aos fatores encontrados na primeira pesquisa. Nessa

segunda etapa, verificou-se que há um grande problema operacional no que tange a tal procedimento. O resumo dos principais problemas encontrados é o seguinte: a falta de estrutura do Poder Judiciário (75,86%); a questão financeira das partes (66,67%); a má compreensão/aplicação das leis (53,33%); a questão emocional das partes (40%) e a burocracia (40,54%).

Os entrevistados mencionaram que o maior problema é o Poder Judiciário, em especial a falta de pessoal, sobretudo servidores com conhecimento especializado em Direito Sucessório, sendo apontada também a deficiência existente entre os representantes jurídicos das partes. Agrava o fato de haver fusão de varas de Sucessões com varas Cíveis ou de Famílias em certas comarcas, distanciando as matérias sob exame e deixando o processo de inventário no fim da fila para julgamento, sob a falsa ideia de que a lide não é caracterizada pela urgência, à revelia dos impactos financeiros e emocionais que a demora no julgamento causa às partes.

Além de perguntados sobre os problemas, como visto acima, os entrevistados também responderam acerca de possíveis benefícios trazidos pelo atual CPC, sendo o item mais apontado a ampliação das hipóteses de arrolamento, a qual contribui para a desburocratização do procedimento, medida muito desejada pelos profissionais da área, que a indicaram como maior reivindicação em resposta ao questionamento do que deveria ter sido propiciado pelo CPC/15.

Sobre possíveis soluções apontadas, 83,33% foi contra a utilização de tutela provisória; 41,94% foi favorável à utilização de métodos adequados de solução de conflitos, e 79,31% negou que a autonomia processual pudesse trazer evoluções ao procedimento.

Acredita-se que a disparidade entre a primeira parte do trabalho, com pontuação das diversas incongruências existentes no Direito das Sucessões, e a segunda parte, representada pela pesquisa de campo, é explicada pelos próprios resultados da pesquisa de campo. Esta demonstrou que há uma carência técnica muito grande e de forma geral na área sucessória, tornando difícil a quem labuta na área atribuir o mal andamento do processo a questões teóricas, principalmente em razão de os celeumas práticos serem mais tangíveis e urgentes a “olhos nus”. A demora na juntada de uma simples petição pela serventia ou a desídia em relação à apresentação de determinado documento é sensível e imediatamente mais comum ao

dia a dia dos profissionais do que a divergência entre o que dispõem a norma processual e a material a respeito da colação.

Após a análise de campo, adentrou-se na Lei nº 13.105/15, verificando primeiro noções introdutórias e, depois, as contribuições diretas e indiretas aos problemas descritos em pesquisa.

Admitindo a área de Sucessões como carente de renovação e notadamente conhecida pela violação à duração razoável do processo, à autonomia privada e por postergar a concretização do direito material, afirmou-se que o inventário judicial não tem feito jus aos atributos necessários para a tutela jurisdicional do Estado Democrático, qual seja uma tutela adequada, efetiva, em tempo razoável e eficiente.

O que se busca, portanto, é a entrega da herança através de um procedimento que respeite as peculiaridades desse direito fundamental, aproximando-se ao máximo do resultado esperado com o processo, sob um prazo razoável, com o emprego de menos dispêndios econômicos e temporais possíveis, sem perder a qualidade.

Além das contribuições diretas do CPC/15 ao inventário judicial, uma ideia para alcançar esse objetivo foi a utilização de normas do procedimento comum no inventário judicial. Estudando-se a questão da aplicação subsidiária, da flexibilização procedimental e dos procedimentos como módulos, escolhendo-se a forma mais adequada para atingir o escopo, de acordo com o que se demonstrar mais compatível e eficiente ao caso concreto.

Com tais técnicas não se busca o abandono das regras do inventário judicial, que são realmente necessárias como ocorre em poucos procedimentos especiais, mas se perquire a aplicação de inovações trazidas na parte geral do CPC/15 para o inventário judicial, tão marcado pela morosidade e perda de tempo e recursos.

Na identificação de possíveis soluções, além de respostas a problemas básicos e operacionais, que muito atrasam o procedimento, foram destacadas questões mais transformadoras, a exemplo – diretamente no Capítulo VI – da remoção do inventariante, da cumulação de inventários, e do usufruto antecipado de bens, e, – indiretamente, em outras áreas do CPC –, da importante ferramenta de saneamento e organização do processo compartilhado, a qual está

atrelada à ideia de um modelo cooperativo de processo, com calendarização de atos e valorização efetiva do contraditório no processo, e também a utilização dos métodos adequados no âmbito sucessório.

Com a realização da pesquisa nas suas variadas frentes (legislativa, doutrinária, jurisprudencial e de campo), observou-se que a maioria das mudanças realizadas de fato trouxe os benefícios pretendidos para a tutela jurisdicional, coadunando com a nova mentalidade do processo brasileiro, que para além da “caixa” do procedimento em estudo, oferece uma abertura e flexibilidade nunca antes experimentada por seus pesquisadores e aplicadores.

Assim, é importante também ter consciência que para além da legislação, os profissionais da área podem se unir, estudando e criando soluções práticas de acordo com suas respectivas realidades, sendo de crucial importância o envolvimento dos órgãos institucionais e de classe envolvidos, principalmente no que toca à especialização na área sucessória.

Finaliza-se, portanto, concordando com a esperança de Tartuce e o alerta de Bedaque. O primeiro afirma que “aguardamos que novas decisões judiciais surjam no futuro, sob a égide do Novo Código de Processo Civil, pensando o Direito das Sucessões de outro modo, mais concreto e efetivo socialmente”⁶³². Para tanto, é preciso consciência sobre a necessidade de mudar a realidade apontada por Bedaque⁶³³, de que “Mais importante do que alterar a lei é mudar a mentalidade dos operadores [...] do Direito, que devem se conscientizar dos verdadeiros objetivos de sua ciência”.

⁶³² TARTUCE, Flávio. *Direito das sucessões*, 2016, *cit.*, p. 524.

⁶³³ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo*, 2006, *cit.*, p. 70.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Por um direito de família mínimo: a possibilidade de aplicação e o campo de incidência da autonomia privada no âmbito do Direito de Família. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- ANJOS, Alex Guedes dos. *Inventário arbitral*. 2009. Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/proposta/inventario-arbitral/print>>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- ARAÚJO, Luciano Vianna. Antecipação dos efeitos da no Inventário: uma novidade do novo código de processo civil (art. 647, parágrafo único, do CPC). In: CIANCI, Mirna; DELFINO, Lúcio; DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da.; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; REDONDO, Bruno Garcia. *Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 313-325.
- AVELINO, Murilo Teixeira. Normas processuais e normas materiais: uma dicotomia enfraquecida. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; MAZZEI, Rodrigo. *Direito civil. Coleção Repercussões do Novo CPC*. V. 14. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 63-80.
- ÁVILA, Raniel Fernandes de. A teoria dos fatos jurídicos processuais no processo civil do estado democrático constitucional brasileiro. 2017. 370 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O espírito de compromisso do direito das sucessões perante as exigências individualistas de autonomia da vontade e as supraindividualistas da família – herdeiro e legatário. *Revista Brasileira de Direito de Família*, v. 1, n. 1, abr-jun, 1999, p. 56-63.
- BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Agravo de Instrumento nº 0023182-10.2017.8.05.0000; Salvador; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Maurício Kertzman Szporer; Julg. 27/02/2018; DJBA 07/03/2018; Pág. 320.
- BARBOSA, Águida Arruda; GROENINGA, Giselle Câmara. A concorrência sucessória e a ampliação dos conflitos familiares. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Ano VII, n. 29, abr.-maio 2005, p. 152-172.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Direito das Sucessões*. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Delação premiada é favor legal, mas antiético. *Conjur – Consultor Jurídico*, São Paulo, 10 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/cezar-bitencourt-delacao-premiada-favor-legal-antietico>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Comentários ao art. 876. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BRAGA, *Norma de processo e norma de procedimento*. Salvador: JusPodivm, 2015.

BONOMO JÚNIOR, Aylton. Utilização das técnicas processuais diferenciadas do mandado de segurança no procedimento comum tributário, sob a perspectiva do princípio da adequação jurisdicional. 2017. 145 fls. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BRASIL. Decreto-Lei nº 58/1937, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, D.O.U 17 jan. 1973 - Seção 1 - Suplemento - 17/1/1973, Página 1.

_____. Lei nº 6.858, de 24 de Novembro de 1980. Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respetivos Titulares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6858.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 11.441, de 4 de janeiro 2007. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11441.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, D.O.U 17 mar. 2015.

_____. Senado Federal. Anteprojeto Do Novo Código De Processo Civil. Presidente da Comissão de Juristas encarregada da elaboração: Ministro Luiz Fux, 8 de junho de 2010, p. 2. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/160823.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2018.

_____. _____. *Novo Código Civil: exposição de motivos e texto sancionado*. 2 ed. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70319/743415.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1055633/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 16/06/2009. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4417475/recurso-especial-resp-1055633-sp-2008-0099095-1>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 658.831/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2005, DJ 01/02/2006, p. 537. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7178210/recurso-especial-resp-658831-rs-2004-0095197-0/inteiro-teor-12917870>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 878694 MG – MINAS GERAIS 10337481-72.2009.8.13.0439. Relator: Min. ROBERTO BARROSO. Data de Julgamento: 16/04/2015. Data de publicação: DJe- 092 19- 05 2015. Tema 809 – Validade dos dispositivos do Código civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro. Número de páginas: 13. Análise: 21/05/2015, KBP. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4744004&numeroProcesso=878694&classeProcesso=RE&numeroTema=809>>. Acesso em: 02 abr. de 2018.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. Salvador: Juspodivm, 2016.

CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito das sucessões*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CALMON, Rafael. *Direito das famílias e processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CARMINATE, Raphael Furtado. Autonomia privada do testador e direito à legítima: estudo crítico e propositivo. 2011. 155 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

_____. O direito à legítima e a autonomia do testador. *Revista IBDFAM*, Belo Horizonte: IBDFAM, v. 2, mar-abr 2014, p. 33-63.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. IX, tomo I. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CASTRO, Daniel Penteado de. Considerações sobre a sobrevivência dos procedimentos especiais no NCPC. In: DIDIER JR., Fredie (Coord. Geral). *Coleção Novo CPC – Doutrina*

Selecionada. V. 4 - *Procedimentos especiais, tutela provisória e direito transitório*. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 301-331.

CATALAN, Marcos. Direito das sucessões: por que e para quem? Reflexões a partir da realidade brasileira. In: BOECKEL, Fabrício Dani de; ROSA, Karin Regina Rick (Coord.). *Direito sucessório em perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 212-213.

CERQUEIRA, Társis Silva de. A nova face do procedimento comum no novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais: uma proposta de interpretação do art. 327, § 2º, em combinação com o art. 1.049, parágrafo único, ambos do CPC. *Revista de Processo*, vol. 273, nov. 2017, fl. 95-145.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Metas nacionais para 2018*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. *Painel interativo referente “Justiça em números”*. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shResumoDespFT>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. *Portaria 198 de 1º de julho de 2014* – dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_198_2014_copiar.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. *Relatório Justiça em números 2017 (ano-base 2016)*. Brasília: CNJ, setembro, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>>, acesso em: 02 abr. 2018, fl. 69.

_____. Resolução nº 35 de 24 de abril de 2007. Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro. DJ-e nº 184/2010, em 06/10/2010, pág 2. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=179>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. *Selo Justiça em números 2016*. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros/selo-justica-em-numeros/resultados-2016>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

COSTA, Susana Henriques da Costa. Comentários aos arts. 318-332. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, fl. 503-530.

CUNHA, Alcidez A. Munhoz da. Antecipação e antecipações. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005, p. 233-246.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, vol. 233, jul. 2014, p. 65-84.

_____. Comentários aos arts. 9º-10. STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Comentário ao art. 203. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DAL'COL, Caio de Sá; DAL'COL, João Roberto de Sá. A (des)necessidade da remessa de “suposta” questão dependente de prova às vias ordinárias no processo de inventário: uma análise sob o enfoque do artigo 612 do novo código de processo civil (lei nº 13.105/15). In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo; CARNEIRO, Sérgio Barradas (Coord.). *Repercussões do novo CPC em Famílias e sucessões*. Coleção Repercussões do novo CPC. V. 15. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 611-624.

DELGADO, Mário Luiz; NEVARES, Ana Luiza Maia; AGUIRRE, João Brandão; Tartuce, Flávio. *Anteprojeto de lei para reforma do Direito das Sucessões*. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/upload/anteprojeto_sucessoes/anteprojeto_sucessoes.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DIAS, Maria Berenice. *Direito das sucessões*. 3 ed. São Paulo: RT, 2013.

_____. *Manual de Direito das Famílias*, 11 ed. São Paulo: RT, 2016.

DIDIER JR., Fredie. Comentário ao art. 8º. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento* – vol. I. 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

_____. Palestra sobre “Transindividualidade e litigância estratégica”, no auditório Manoel Vereza da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 13 de maio de 2016.

_____. *Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida*, 4 ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

_____. Sobre dois importantes, e esquecidos, princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento. In: *Academia Brasileira de Direito Processual Civil*. Disponível em: <www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Fredie%20Didier_3_-formatado.pdf> Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Por uma nova teoria dos procedimentos especiais*. JusPodivm: Salvador, 2018.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ESPÍRITO SANTO. Decreto n.º 3.469-R, de 19 de dezembro 2013. Regulamenta o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (RITCMD). Disponível em: <

<http://www.sefaz.es.gov.br/LegislacaoOnline/lpext.dll/InfobaseLegislacaoOnline/ritcmd/dec3469-r.htm?fn=document-frame.htm&f=templates&2.0>>. Acesso em 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES); Apl 0010159-88.2015.8.08.0030; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Telemaco Antunes de Abreu Filho; Julg. 09/05/2017; DJES 19/05/2017.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). 3ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/3a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). 4ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/4a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). 5ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/5a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). 6ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/6a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). 7ª ação de família. Disponível em: <<http://www.tjes.jus.br/institucional/nucleos/nupemec/acoes-de-familia/7a-acao-de-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). *Telefones do Poder Judiciário – comarcas divisões por microrregiões*. 28 mar. 2018. Disponível em: <http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Ramais_COMARCAS_28_03_18.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Apresentação da linha de pesquisa “Processo, Constitucionalidade e Tutela de Direitos Existenciais e Patrimoniais”. Disponível em <<http://www.direito.ufes.br/pos-graduacao/PPGDIR/detalhes-da-linha-de-pesquisa?id=428>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FABRICIO, Adroaldo Furtado. *Justificação teórica dos procedimentos especiais*. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo57.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2018, sem paginação.

FARIAS, Cristiano Chaves de. Prefácio. In: CALMON, Rafael. *Direito das famílias e processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. O cumprimento de testamento no novo Código de Processo Civil e a possibilidade de adaptação procedimental. In: EHRARDT JÚNIOR, Marcos; MAZZEI, Rodrigo (Orgs.). *Repercussões do Novo CPC no Direito Civil*. Coleção Repercussões do Novo CPC, Vol. 14. Salvador: JusPodivm, 2017.

_____. ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*. Vol. 7 – Sucessões. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

_____. _____. *Curso de Direito Civil*. Vol. 6 – Famílias. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

FAZZALARI, Elio. *Instituições de direito processual*. Trad. Elaine Nassif. 1 ed. Campinas: Bookseller, 2006.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FIGUEIREDO, Gabriel Seijo Leal de. Reflexos do Código Civil de 2002 nos processos de inventário e partilha. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 511-543.

FIUZA, César Augusto de Castro. *Direito civil: curso completo*. 7. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FORNACIARI JÚNIOR, Clito. Tutela antecipada e posse velha. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005, p. 247-252.

FREIRE, Alexandre; SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Comentários ao art. 15. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016, fl. 62-64.

GAGLIANO, Pablo Stolze. *O direito à legítima: um convite à reflexão*. Disponível em: <www.pablostolze.com.br>. Acesso em 02 abr. 2018.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização Procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no novo CPC. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília: ano 48, n 190, abr.-jun. 2011.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Agravo de Instrumento nº 0147376-08.2016.8.09.0000; Goiânia; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Sebastião Luiz Fleury; DJGO 26/09/2016; Pág. 299.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Agravo de Instrumento nº 0180016-64.2016.8.09.0000; Goiânia; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Fausto Moreira Diniz; DJGO 17/02/2017; Pág. 136) TJRS; AI 0345196-51.2016.8.21.7000; Alegrete; Sétima Câmara Cível; Rel. Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves; Julg. 22/02/2017; DJERS 01/03/2017.

GORON, Lívio Goellner. Repensando as tutelas de urgência e as fronteiras entre medidas cautelares e antecipatórias. *Revista Dialética de Direito Processual*. São Paulo, n. 103, 2011, p. 67-87.

GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos; DI SPIRITO; Marco Paulo Denucci. Sobre o negócio jurídico de espraçamento sentencial. *Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*. Belo Horizonte, ano 25, n. 100, out.-dez. 2017, p. 253-290.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A antecipação da tutela e sua estabilização. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005, p. 214-232.

_____. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. *Revista de Processo*, vol. 46, 1987, abr.-jun. 1987, p. 60-83.

_____. WATANABE, Kazuo. Recepção e transmissão de institutos processuais civis. *Revista de Processo*, vol. 140, out. 2006, p. 143-154.

HATEM, Daniela Soares. Das críticas e dos argumentos favoráveis ao direito à herança. *Revista de Direito Privado*, vol. 39, jul-set 2009, p. 87-107.

HOFFMAN, Paulo. *Saneamento compartilhado*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

HUPSEL, Francisco. *Autonomia privada na dimensão civil-constitucional: o negócio jurídico, a pessoa concreta e suas escolhas existenciais*. Salvador: Juspodivm, 2016.

JEVEAUX, Geovany Cardoso. As relações entre o direito material e o direito processual. In: MAZZEI, Rodrigo (Coord). *Questões processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 1-22.

JOBIM, Marco Félix. *Teoria, história e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 9 ed. São Paulo: LTr, 2011.

LEITE, Gisele. Considerações iniciais sobre os procedimentos especiais. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo1074.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

LEMONS, Arthur Lopes. Os Poderes do Juiz no Código de Processo Civil de 2015 e sua Necessária Limitação pelo Contraditório. In: BRITO, Anne Lacerda de; JULIÃO, Gustavo Lyrio. *Reflexões sobre o Código de Processo Civil de 2015*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017, p. 23-40.

LESSA, Flávio Romero de Oliveira Castro. Flexibilização procedimental pelo juiz e procedimentos especiais no novo Código de Processo Civil. In: DIAS, Luciano Souto. *Temas controvertidos no Novo Código de Processo Civil*. Curitiba: Juruá, 2016, p. 53-82.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Considerações sobre a tutela jurisdicional diferenciada. In: CIANCI, Mirna; QUARTIERI, Rita; MOURÃO, Luiz Eduardo; GIANNICO, Ana Paula C. *Temas atuais das tutelas diferenciadas*. Saraiva: São Paulo, 2009, P. 647-676.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado*. 4 ed. Barueri: Manole, 2004.

MARCACINI, Augusto. *As inovações do CPC de 2015: da propositura da ação até a sentença*. 2016. [eBook Kindle].

MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*, 16^a ed., São Paulo: Atlas, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Código de processo civil: comentado artigo por artigo*. 6 ed. São Paulo: RT, 2014.

_____. Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007.

_____. ARENHART, Sérgio Cruz. *Procedimentos especiais*. 4 ed. São Paulo: RT, 2013.

_____. _____. MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de Processo Civil*. Vol 1 – Teoria do Processo Civil. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MAZZEI, Rodrigo Reis. Breve história (ou ‘estória’) do Direito Processual Civil brasileiro: das Ordenações até a derrocada do Código de Processo Civil de 1973. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ*. Belo Horizonte, ano 12, n. 16, jul.-dez 2014, p. 177-204.

_____. Código Civil de 2002 e o Judiciário: apontamentos na aplicação das cláusulas gerais. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, fl. 23-72.

_____. (Org.). *Código de processo civil do Espírito Santo: texto legal e breve notícia histórica*. Vila Velha: Eppur Si Muove, 2014.

_____. Enfoque processual do art. 928 do Código civil: responsabilidade civil do incapaz. *Revista Brasileira de Direito Processual*. v. 61, 2008, p. 45-70.

_____. Flexibilização procedimental. In: Encontro Regional da Advocacia – subseção de Cachoeiro de Itapemirim. 08 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WZsK09yIS5Q>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Impactos do novo CPC na justiça eleitoral. In: II Congresso de Processo Civil de Florianópolis. 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LGHpWR7lxlw>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Noção geral do Direito de Sucessões no Código Civil: introdução do tema por 10 (dez) verbetes. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 438, 2014, p. 9-13.

_____. O Código Civil de 2002 e a sua interação com os microssistemas e a Constituição Federal – breve análise a partir das contribuições de Hans Kelsen e Niklas Luhmann. *Pensamento Jurídico*. São Paulo: Faculdade Autônoma de Direito, ano 1, n. 1, jan-jun, 2011, p. 245-277.

_____. Organização e saneamento do processo. In: Encontro Regional da Advocacia em Linhares/ES. 26 out. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p2A22dcAgBI>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____; ÁVILA, Raniel Fernandes de. Comentário ao art. 665. In: SALEH, Paula (Coord. geral). Aplicativo eletrônico “CPC Anotado”. 2017.

_____; CHAGAS, Bárbara Seccato Ruis. Breve diálogo entre os negócios jurídicos processuais e a arbitragem. *Revista de Processo*. N 237, Nov. 2014, p. 223-235.

_____; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Comentários aos arts. 634-635. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. _____. Visão geral dos procedimentos especiais no novo CPC. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Org.). *PRODIREITO: Programa de Atualização em Direito – ciclo 1*. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 97-128.

_____; TARTUCE, Fernanda. Inventário e partilha no Projeto de novo CPC: pontos de destaque na relação entre os direitos material e processual. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, v. 1, 2014, p. 80-96.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Agravo de Instrumento nº 1.0223.07.226463-1/001; Relª Desª Áurea Brasil; Julg. 07/12/2017; DJEMG 12/12/2017.

MIRANDA, Pontes de. *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Forense, 1981.

_____. *Tratado de Direito Privado*: parte geral, tomo III. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. 2 ed. Campinas: Bookseller, 2001.

MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil: Pressupostos Sociais, Lógicos e Éticos*. 3. ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: RT, 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. V 6. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O futuro da justiça: alguns mitos. *Revista de Processo*, v. 102, abr.-jun. 2001, p. 228-237.

_____. O novo Código Civil e o Direito Processual. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 91-108.

_____. Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo. *Revista de processo*. Vol. 49, jan-mar 1988.

MOREIRA, Pedro Alexandre. Comentários aos arts. 647-658. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016, p. 882.

MOUSSALEM, Tarek Moysés. *Fontes do direito tributário*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*. 12 ed. São Paulo: RT, 2012.

NEVARES, Ana Luiza. *Entrevista na matéria “Tutela de evidência é o destaque do CPC15 em Direito das Sucessões*. [mar. 2016]. Entrevistador: IBDFAM. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <http://ibdfam.org.br/noticias/5922/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: JusPodivm, 2016.

NUNES, Dierle José Coelho. *Comparticipação e policentrismo: horizontes para a democratização processual civil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

_____. O princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 152.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira (Coord.). *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador: JusPodivm, 2007, p. 126.

_____. *Do formalismo no processo civil*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Guilherme Perez. *Adaptabilidade Judicial. A modificação do procedimento pelo juiz no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa quantitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Moisés Mileib de. Comentários aos arts. 617-625. In: STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Orgs.). *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 2016, p. 860.

OTONI, Luciana. Demandas do cidadão à Ouvidoria do CNJ aumentaram 8,91% em 2017. *Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, 26 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86235-demandas-do-cidadao-a-ouvidoria-do-cnj-aumentaram-8-91-em-2017>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

PAIVA, José Dantas de; MEDEIROS, Breno Valério Fausto de; SOUZA, Elane Palmeira de. *Manual de procedimentos da infância e juventude, família e sucessões*. Natal/RN, 2010. Disponível em: < <http://ww4.tjrn.jus.br:8080/sitetj/pages/intranet/manuaisProcedimentos/manual-civeis-especiais.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. V. 3. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das sucessões e tutela de evidência no novo CPC. *Consultor Jurídico*. 10 abr. 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-abr-10/processo-familiar-direito-sucessoes-tutela-evidencia-cpc>. Acesso em: 02 abr. 2018.

PIERI, Sueli A. de. Inventário cumulativo no novo Código de Processo Civil e a busca pela celeridade processual. In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo; CARNEIRO, Sérgio Barradas (Coord.). *Famílias e sucessões*. Coleção Repercussões do novo CPC. V. 15. Salvador: JusPodivm, 2016, p.675-696.

PINTO, Maria do Céu Pitanga. A dimensão constitucional do direito de herança: aspectos processuais do Inventário e partilha. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Vitória, 2006.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa* (1976). VII Revisão Constitucional [2005]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. ANCHIETA, Natascha. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência como espécies de tutela provisória no novo código de processo civil. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Volume 15. Jan-jun. 2015, p. 268-298.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. [1961] trad. Cabral de Moncada, 4 ed, vol. 2. Coimbra: Armenio Amado Editor, 2004.

REZENDE, Priscilla Correa Gonçalves de. A Linguagem e o Direito: Uma Breve Análise sobre as Fases Metodológicas do Processo Civil e uma Reflexão Acerca do Conceito de Processo Justo. In: BRITO, Anne Lacerda de; JULIÃO, Gustavo Lyrio. *Reflexões sobre o Código de Processo Civil de 2015*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017, p. 1-22.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Agravo de Instrumento nº 0056328-52.2017.8.19.0000. Relatora: Desª Mônica Feldman de Mattos. Rio de Janeiro; Vigésima Primeira Câmara Cível. DORJ 19/03/2018; Pág. 356.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do rio Grande do Sul (TJRS). Apelação Cível nº 0304227-57.2017.8.21.7000; Pelotas; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Rui Portanova; Julg. 19/12/2017; DJERS 07/02/2018.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do rio Grande do Sul (TJRS). Agravo de Instrumento nº 0345196-51.2016.8.21.7000; Alegrete; Sétima Câmara Cível; Rel. Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves; Julg. 22/02/2017; DJERS 01/03/2017.

ROCHA, Felipe Borring. Comentários aos arts. 609-1045. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Proposta de enunciados – inventário e partilha. Disponível em: <
<http://felippeborring.blogspot.com.br/2015/04/propostas-de-enunciados-inventario-e.html>>.
 Acesso em: 02 abr. 2018.

RODRIGUES, Felipe Leonardo. O novo CPC e os reflexos notariais – análise inicial.
 Disponível em: <
<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NTUwOQ==>
 >. Acesso em 02 abr. 2018.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e o direito à boa jurisdição. *Revista de Processo*, vol. 275, jan. 2018, p. 89-117.

ROQUE, Andre Vasconcelos. Inventário e o novo CPC: mais do mesmo?. *Jota*. 12 dez. 2016. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/novo-cpc/inventario-e-o-novo-cpc-mais-mesmo-12122016>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

ROSA, Eliasar. *Dicionário didático do Direito das Sucessões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1994.

SÃO PAULO. CGJSP – Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo. *Parecer CJSP nº 133/2016-E no processo nº 2016/52695*. Disponível em: <
<https://www.extrajudicial.tjsp.jus.br/pexPtl/visualizarDetalhesPublicacao.do?cdTipopublicacao=3&nuSeqpublicacao=211>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. *Provimento CJSP nº 37/2016*. Disponível em: <
<https://www.extrajudicial.tjsp.jus.br/pexPtl/visualizarDetalhesPublicacao.do?cdTipopublicacao=5&nuSeqpublicacao=5618>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2143298-60.2016.8.26.0000; Ac. 9784456; São Paulo; Primeira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Francisco Loureiro; Julg. 09/09/2016; DJESP 13/09/2016.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível nº 0300823-36.2014.8.24.0075, de Tubarão, rel. Des. Henry Petry Junior, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 23-05-2017. Disponível em: <
http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Novas reflexões em torno da Teoria Geral dos Procedimentos Especiais. *GEN Jurídico*. 26 abr. 2017. Disponível em:
<http://genjuridico.com.br/2017/04/26/novas-reflexoes-em-torno-da-teoria-geral-dos-procedimentos-especiais/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Velhos e novos institutos fundamentais do Direito Processual Civil. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/17570644/2013_-_Velhos_e_novos_institutos_fundamentais_do_direito_processual_civil. Acesso em 02 abr. 2018.

SILVA, Clóvis do Couto e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. XI. Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

_____. Direito material e processual em tema de prova. *Revista de Processo*, vol. 13, jan-mar. 1979, p. 135-146.

SILVA, Ovídio Araujo Baptista da. Processo de conhecimento e procedimentos especiais. *Revista dos Tribunais*, vol. 692, jun. 1993, p. 40-47.

_____. *Verdade e significado*. Disponível em: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Ov%C3%83%C2%ADdio%20Baptista\(3\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Ov%C3%83%C2%ADdio%20Baptista(3)%20-%20formatado.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SOARES, Marcos José Porto. A (im)possibilidade da mediação nos procedimentos especiais. *Revista de Processo*. Vol. 264, fev. 2017, p. 523-543.

_____. *Teoria Geral dos Procedimentos Especiais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Direito Civil: direito das sucessões*. Vol. 7. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TARTUCE, Fernanda. *Conciliação e mediação por meio eletrônico*. Canal do Youtube “Mulheres no Processo Civil Brasileiro”. 22 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=158&v=CPkh2GeEpak>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. *Mediação nos conflitos civis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *Processo civil no direito de família: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo: Método, 2017.

_____; TARTUCE, Flávio. *Lei nº 11.441/2007: diálogos entre direito civil e direito processual civil quanto à separação e divórcio extrajudiciais*. *Jus Navigandi*, ano 11, n. 1478, 19 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10168>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil*. Vol. 6. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 3 – Procedimentos especiais. 45 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. *Processo de conhecimento*. V. 1. Forense: Rio de Janeiro, 1981.

_____. O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual. In: DIDIER JR., Fredie; MAZZEI, Rodrigo (Coord.). *Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual*. Salvador: JusPodivm, 2006, p. 125-144.

_____. *Processo de execução e cumprimento de sentença*. 29 ed. São Paulo: Universitária de Direito, 2017.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: RT, 1997.

TUPINAMBÁ, Carolina. Comentário ao art. 15. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, fl. 45-53.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Famílias paralelas e poliafetivas devem ser reconhecidas pelo judiciário. *Consultor Jurídico*. 5 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-05/paulo-iotti-familias-paralelas-poliafetivas-reconhecidas>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

VELOSO, Zeno. Comentários ao art. 1.857. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Código Civil comentado*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 1954-1956.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*. vol. 7. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WAQUIM, Bruna Barbieri. A força dos fatos e a responsabilidade afetiva: considerações sobre o julgamento da apelação cível que reconheceu a equiparação de concubinato à união estável no TJMA. *Revista de Direito Privado*. vol. 61, ano 16, São Paulo: RT, jan-mar. 2015, p. 273-292.

YARSHELL, Flávio Luiz. A tutela provisória (cautelar e antecipada) no novo CPC: grandes mudanças? (II). *Carta Forense*, ago 2015. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/a-tutela-provisoria-cautelar--e-antecipada-no-novo-cpc--grandes-mudancas-ii/15645>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

ZANETI JR, Hermes. *A constitucionalização do processo: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e Constituição*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. Hermes. *Processo Constitucional: o modelo Constitucional do Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. *A constitucionalização do processo: a virada do paradigma racional e político no processo civil brasileiro do Estado Democrático Constitucional*. 407 fls. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 95.